

Universidade Estadual de Maringá
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Naira Vicensi Brugnago

**PREENCHER OS VAZIOS: O PAPEL DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA CONSTITUIÇÃO DO
ESPAÇO URBANO DE CASCAVEL – DAS PRIMEIRAS PRESENÇAS À DÉCADA DE 1960**

Dissertação de Mestrado

Maringá, 2015

Naira Vicensi Brugnago

PREENCHER OS VAZIOS: O PAPEL DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CASCAVEL – DAS PRIMEIRAS PRESENÇAS À DÉCADA DE 1960

Dissertação apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, no Programa de Pós-Graduação de Arquitetura em Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá.

Área de concentração: Historiografia e metodologia de organização de dados para projeto

Orientador: Prof. Dr. André Augusto de Almeida Alves

Maringá, 2015



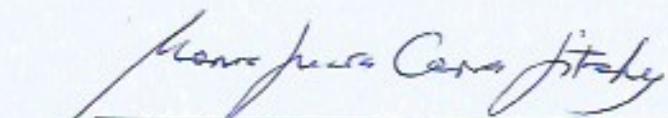
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA

**PREENCHER OS VAZIOS: O PAPEL DA ESTRUTURA
FUNDIÁRIA NA CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO
DE CASCAVEL-PR - DAS PRIMEIRAS PRESENÇAS À
DÉCADA DE 1960.**

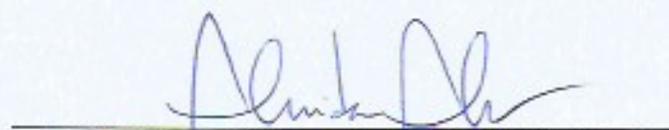
Autora: Naira Vicensi Brugnago
Orientador: Prof. Dr. André Augusto de Almeida Alves

TITULAÇÃO: Mestre em Arquitetura e Urbanismo

APROVADA em 14 de julho de 2015.


Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Caira Gitahy


Prof.ª Dr.ª Fabíola Castelo de Souza
Cordovil


Prof. Dr. André Augusto de Almeida Alves
(Orientador)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

B891p Brugnago, Naira Vicensi
Preencher os vazios: o papel da estrutura fundiária na constituição do espaço urbano de Cascavel - das primeiras presenças à década de 1960 / Naira Vicensi Brugnago. -- Maringá, 2015.
174 f. : il. color., figs., tabs., mapas + apêndice

Orientador: Prof. Dr. André Augusto de Almeida Alves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2015.

1. Urbanismo - Arquitetura. 2. Estrutura fundiária - Cascavel - 1960. 3. Modernização - Desenvolvimento Brasileiro. I. Alves, André Augusto de Almeida, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 21.ed. 711.40

MN-002060

Agradecimentos

À Universidade Estadual de Maringá pela oportunidade de formação
Ao professor André Augusto de Almeida Alves pela orientação e incentivo
Aos amigos, todos, pelo apoio
A Marcos Jurach pela presença
Aos meus pais, Hercílio Brugnago Junior e Ivanete Vicensi Brugnago, por tudo.

A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades (MARICATO, 1999).

Resumo

Cascavel tem seus primeiros registros históricos de ocupação datados do século XIX, quando as primeiras empresas *obrageras* se estabelecem na região e o Estado atrai o capital estrangeiro através da concessão de terras em troca de obras de infraestrutura (estrada de ferro) e colonização. Contudo, tem-se que desde o século XVI índios caingangues e guaranis ocupam a região das margens do Rio Paraná, descobertos por desbravadores que avançavam à região através do antigo caminho do Peabiru. Posteriormente, novas iniciativas de ocupação surgem com a criação da vila militar de Foz do Iguaçu, a abertura da Estrada Estratégica e a chegada dos caboclos que já adentravam a região através das picadas. No primeiro quarto do século XX, a questão nacional ocupa posição importante com o Movimento Tenentista e o Estado procura recuperar o território da fronteira, culminando na “Marcha para o Oeste”. É neste cenário, no pós-1930, que se dá as primeiras iniciativas estatais de medição e demarcação de lotes na Gleba Cascavel, bem como de implantação de um assentamento urbano – Patrimônio Velho – naquela que era a já regionalmente conhecida “Encruzilhada”. A longa trajetória de ocupação e apropriação do território gera conflitos de terras observados desde o século passado, que dificultam toda e qualquer tentativa de organização do território, até pelo menos a década de 1950, quando se dá a demarcação dos lotes rurais e o traçado do Patrimônio Novo. A partir daí, Cascavel segue uma trajetória de urbanização, resultante de dinâmicas econômicas e demográficas, marcada pela atuação de agentes privados, chegando ao fim da década de 1950 com 33 novos loteamentos. É este o processo analisado nesta pesquisa, a partir de um marco teórico sobre o caráter da modernização brasileira posterior a 1930 e a questão fundiária, além de levantamentos de fontes bibliográficas e documentais segundo uma abordagem do processo de produção do espaço urbano a partir de sua constituição por sucessivos processos de conformação de “cheios” e “vazios”, em que a concepção da cidade como mercadoria ocupa posição central. Busca-se, assim, contribuir para a historiografia da urbanização cascavelense, através da análise do papel da estrutura fundiária na produção do espaço urbano e da identificação de seus agentes.

Palavras chave: Cascavel, modernização, estrutura fundiária, urbanização.

Abstract

Cascavel has its initial-historical records of occupation dated from the nineteenth century, when the first *obrageras* companies established in the region and the State attracts foreign capital by granting land in exchange of colonization and infrastructure works (railroad). However, since the sixteenth century caingangues and guaranis indians occupies the region of the Parana river banks, and were discovered by explorers advancing to the region through the old way of Peabiru. Later, new occupation initiatives emerge with the creation of the Foz do Iguaçu's military village, the so called "Strategic Road" and the arrival of caboclos that already were entering the region through the trail – old entries. The national issue comes into evidence in the first quarter of the twentieth century with the Tenentista's Movement, and the State seeks to recover the border's territory, culminating in the "March to the West". This is the post-1930 scenario, where the initial State measurements and demarcations of plots in Gleba Cascavel occur as well as the implantation of non urban settlement – the Patrimônio Velho – in the area that was already regionally known as "Crossroads". The long trajectory of occupation and appropriation of the territory generates land conflicts noticed since the last century, which hinder any attempt of organization of the territory, until at last the 1950s, when finally occurs the demarcation of rural lots and the creation of the Patrimônio Novo. Thenceforth, Cascavel follows an urbanization process, resultant of economic and demographic dynamics, marked by the action of private agents, achieving the end of the 1960's with 33 new allotments. This is the process analyzed in this study, from a theoretical framework on the character of Brazilian modernization subsequent to 1930 and the land issue, along with surveys in bibliographic and documentary sources directed by an approach of the urban space production process, from its constitution by successive forming processes of "full" and "empty" spaces, on which the conception of the city as commodity occupies a central position. Thus, seeks to contribute to Cascavel's urbanization historiography through the analysis of the role of the land structure in the production of the urban space and the identification of its agents.

Keywords: Cascavel, modernization, land structure, urbanization.

Lista de Figuras

Fig. 1: Relação cidade/trabalho e cidade/capital.....	37
Fig. 2: Localização do território cascavelense e sua inserção estadual e nacional.....	49
Fig. 3: “Encruzilhada do Gomes” na década de 1920.....	55
Fig. 4: Localização das concessões à empresas estrangeiras no oeste paranaense.....	57
Fig. 5: Mapa de estratégia de guerra dos revoltosos confirmam a existência de Cascavel em 1924 (destaque da autora).....	60
Fig. 6: Penetração das forças revolucionárias no oeste paranaense.....	62
Fig. 7: Croqui das estradas de rodagem de Guarapuava ao Rio Paraná (1921) (destaque da autora para Foz do Iguaçu, <i>Central Barthe</i> , Catanduvas e Guarapuava.....	70
Fig. 8: Caminhos da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.....	78
Fig. 9: Glebas concedidas à BRIVIACO na região oeste do Paraná.....	79
Fig. 10: Capa do Jornal Diário D’Oeste de 20 de outubro de 1968 relata violência em Cascavel.....	83
Fig. 11: Primeiras famílias de Cascavel andando na “Encruzilhada” (Patrimônio Municipal) (1930).....	85
Fig. 12: Ofício encaminhado pelo prefeito de Foz do Iguaçu Othon Mader à Interventoria Federal do Paraná.....	88
Fig. 13: Planta do terreno denominado Cascavel.....	90
Fig. 14: Planta do Loteamento Centro de acordo com a Lei Municipal n. 251/63.....	94
Fig. 15: Planta da Cidade de Cascavel de 1952 referente ao Patrimônio Novo.....	96
Fig. 16: Vista do Patrimônio Novo abaixo e Patrimônio Velho aos fundos.....	97
Fig. 17: Sentença de aprovação de medição e demarcação da Gleba Cascavel (1957).....	100
Fig. 18: Gleba Cascavel – Folha 1 (copiado em 1966).....	101
Fig. 19: Gleba Cascavel – Folha 2 (copiado em 1983).....	101
Fig. 20: Planta da cidade de Cascavel e sua topografia.....	102
Fig. 21: Planta do Patrimônio Novo (Destaque para as Reservas do Estado).....	111
Fig. 22: 45 Bilhões para a BR-35.....	113
Fig. 23: Planta da Cidade de Cascavel (Patrimônio Novo e Reservas Estaduais).....	120
Fig. 24: Loteamento Centro conforme Lei n. 251 (1963).....	121
Fig. 25: Loteamento Jardim Maria de Fátima (1961).....	123
Fig. 26: Loteamento Jardim Aeroporto (1962).....	125
Fig. 27: Loteamento Vila Elizabeth (1962).....	127

Fig. 28: Loteamento Parque Jardim Claudete (1962).....	128
Fig. 29: Loteamento Esmeralda (1963).....	130
Fig. 30: Loteamento Santo onofre (1963).....	131
Fig. 31: Loteamento Jardim Maria Luiza (1963).....	133
Fig. 32: Planta de Situação do loteamento Jardim Social (1963).....	136
Fig. 33: Loteamento Vila Alto Alegre (1964).....	137
Fig. 34: Loteamento Vila Dione (1964).....	137
Fig. 35: Loteamento Parque São Paulo (1964).....	138
Fig. 36: Início das construções do canteiro central da avenida Brasil (1965).....	140
Fig. 37: C\$ 70 bilhões para aprontar a BR-277 em 2 anos (1965).....	141
Fig. 38: Loteamento Vila Coqueiral (1965).....	143
Fig. 39: Loteamento Vila Aparecida (1965).....	144
Fig. 40: Loteamento São Carlos (1966).....	145
Fig. 41: Loteamento Vila Simone (1966).....	147
Fig. 42: Loteamento Vila Iguaçu I (1966).....	148
Fig. 43: Loteamento Vila Iguaçu II (1966).....	149
Fig. 44: Loteamento Jardim Primavera (1966).....	150
Fig. 45: Loteamento Fazendinha (1967).....	152
Fig. 46: Loteamento Lumar (1967).....	153
Fig. 47: Loteamento Vila São Vicente (1968).....	155
Fig. 48: Loteamento Vila Nossa Senhora Aparecida (1968).....	155
Fig. 49: Loteamento Jardim Dona Juracy (1969).....	156
Fig. 50: Loteamento Jardim Oliveira (1969).....	158
Fig. 51: Loteamento Jardim Jussara (1969).....	159

Lista de Mapas

Mapa 1: Ocupação do território paranaense e localização da cidade de Cascavel no Estado do Paraná.....	50
Mapa 2: Caminho do Peabiru e a rota de Aleixo Garcia pelo Paraná.....	52
Mapa 3: Mapa da viação do Estado do Paraná e os caminhos para o oeste (1908)..	54
Mapa 4: Estado do Paraná: divisão municipal de 1939 (destaque da autora para o Município de Foz do Iguaçu.....	64
Mapa 5: Mapa do Estado do Paraná, demarcação do Território Federal do Iguaçu (1944).....	65
Mapa 6: Estado do Paraná: municípios existentes na década 1950 (destaque da autora para a região oeste do Paraná).....	72
Mapa 7: Grandes concessões de terras anteriores a 1930.....	76
Mapa 8: Concessões e “grilos” de terras anteriores a 1930.....	77
Mapa 9: Trilhas, “Encruzilhada” e “Cascavel Velho”	87
Mapa 10: Localização do Patrimônio Municipal.....	89
Mapa 11: Localização do Patrimônio Novo.....	92
Mapa 12: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1954).....	104
Mapa 13: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1955).....	105
Mapa 14: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1957).....	105
Mapa 15: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1958).....	107
Mapa 16: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1959).....	107
Mapa 17: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1960).....	109
Mapa 18: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1961).....	109
Mapa 19: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1962).....	110
Mapa 20: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1963).....	112
Mapa 21: Mapa de evolução de áreas não urbanizadas (Patrimônio Municipal).....	118
Mapa 22: Mapa de evolução de áreas não urbanizadas (Patrimônio Velho e Patrimônio Novo).....	119
Mapa 23: Mapa de evolução dos loteamentos (1961).....	124
Mapa 24: Mapa de evolução dos loteamentos (1962).....	126
Mapa 25: Mapa de evolução dos loteamentos (1963).....	129
Mapa 26: Mapa de evolução dos vazios (1963).....	134
Mapa 27: Mapa de evolução dos loteamentos (1964).....	135
Mapa 28: Mapa de evolução dos loteamentos (1965).....	142
Mapa 29: Mapa de evolução dos loteamentos (1966).....	146
Mapa 30: Mapa de evolução dos loteamentos (1967).....	151

Mapa 31: Mapa de evolução dos loteamentos (1968).....	154
Mapa 32: Mapa de evolução dos loteamentos (1969).....	157

Lista de Tabelas

Tabela 1: Evolução populacional do Município de Cascavel.....	46
Tabela 2: Loteamentos protocolados na década de 1960.....	167
Tabela 3: Lotes urbanos titulados na Gleba Cascavel referente aos loteamentos de 1960.....	173
Tabela 4: Lotes suburbanos titulados na Gleba Cascavel referente aos loteamentos de 1960.....	174
Tabela 5: Reservas de Estado tituladas na Gleba Cascavel referente aos loteamentos da década de 1960.....	174

Lista de Abreviaturas

BNH	Banco Nacional de Habitação
BREVIACO	Companhia Brasileira de Aviação e Comércio
DGTC	Departamento de Geografia, Terras e Colonização
FAG	Faculdade Assis Gurgacz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MARIPÁ	Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A
MIS	Museu da Imagem e do Som
PMC	Prefeitura Municipal de Cascavel
PARSOL	Setor de Planejamento Urbano
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAR	Universidade Paranaense

Sumário

Introdução	15
Historiografia.....	16
Modernização conservadora, desenvolvimento desigual e combinado e urbanização brasileira.....	21
Expansão capitalista, propriedade e renda fundiária: bases da construção do “cheio” (e do “vazio”).....	25
<i>Propriedade, mercado imobiliário e espaço urbano</i>	27
O vazio urbano enquanto constructo histórico: bases da construção do “vazio” (e do “cheio”).....	30
<i>Vazios urbanos, cidade e mercadoria</i>	34
Agentes da produção do espaço: a construção do “cheio” e do “vazio”.....	36
Análises e hipóteses vigentes.....	41
Problematização.....	46
1. O processo de interiorização: ocupação e inserção da região de Cascavel no cenário nacional	49
1.1 As primeiras presenças no território cascavelense.....	51
1.2 A consolidação da ocupação: iniciativas de colonização após 1930.....	63
1.3 Concessões de terras até 1930: origens dos conflitos fundiários.....	73
1.4 Disputas de terras na região de Cascavel após 1930.....	80
2. Iniciativas estatais de construção do espaço cascavelense	85
2.1 Iniciativas de implantação do município: do Patrimônio Velho ao Patrimônio Novo.....	86
2.2 A atuação do Estado na consolidação: demarcação e titulação de lotes na Gleba Cascavel.....	98
3. A produção do espaço cascavelense: surgimento e evolução dos “cheios” e dos “vazios”	115
3.1 Origens dos “cheios” e dos “vazios”.....	115
3.2 Os loteamentos urbanos da década de 1960 e a afirmação destes espaços (“cheios” e “vazios”).....	121
Conclusão	160
Referências	163
Apêndice I	167
Apêndice II	173

Introdução

Cascavel, situada no oeste do estado do Paraná, encontra seus primeiros registros históricos de ocupação na área localmente conhecida como Encruzilhada no decorrer da década de 1930, momento importante do processo de urbanização e ocupação do território brasileiro. Tais registros, entre outros dados referentes à história de Cascavel e seu espaço urbano, têm sido recuperados por diferentes autores, os quais têm se debruçado sobre a difícil tarefa de descrever um processo de ocupação tão recente. Estes autores são, em grande parte, estabelecidos ou oriundos de Cascavel e têm ajudado a construir discursos dominantes ou apontado para novas possibilidades de análises.

Sendo assim, pode-se pensar que não seria novo, nem original, um trabalho sobre a ocupação e desenvolvimento da cidade de Cascavel, afinal, historicamente, este processo tem sido tema de estudo das mais diferentes áreas de pesquisa e objeto de discussão de diversos trabalhos que versam sobre a região, em obras e publicações ligadas ou não à academia, numa produção que coloca em tela as diferentes possibilidades de abordagem do processo em questão.

No entanto, através da investigação e levantamento de fontes bibliográficas, percebe-se a existência de documentos e obras cujo objetivo limita-se a observações e retratos traçados pelos próprios pioneiros colonizadores, a partir de suas vivências e, em geral, de caráter essencialmente político-administrativo. Estes discursos, expressos principalmente sob a forma de narrativas, vêm sendo reproduzidos por inúmeros autores. Desta forma, é preciso estar atento, uma vez que muitos destes discursos não passam de meras repetições de si mesmos, em uma constante reprodução de suas “limitações”. Assim, do ponto de vista do instrumental teórico, busca-se compreender as peculiaridades da historiografia sobre a urbanização cascavelense através do estudo e análise da produção desse espaço, rompendo com a repetição de ideias, que parece não avançar para a elucidação, especialmente no que se refere ao papel dos agentes neste processo.

Desta forma, buscando a superação de concepções como as da historiografia apologética local, a análise à qual nos propomos caracteriza-se pelo foco nas relações estabelecidas entre a região de ocupação recente e o espaço em que se insere – até mesmo em escala nacional – e as dinâmicas que as caracterizam. Buscando compreender seu processo de urbanização a partir das transformações do uso da terra e de seus diversos momentos de ocupação, analisamos a produção do espaço – cheio e vazio – e seus desdobramentos, principalmente do ponto de vista da evolução de sua estrutura fundiária. Esta, que é então, agente e produto do processo de modernização brasileira pós-1930, a qual encontra sua materialização mais clara no desenvolvimento do espaço das cidades.

Assim, tendo por base estas informações, acreditamos que Cascavel seja um importante objeto de estudo, uma vez que os diversos momentos que compõem sua ocupação, onde alguns remontam ainda ao século XIX – *obrageros* interessados na extração da erva-mate e madeira e capitais estrangeiros interessados em concessões de terra – inserem a região de Cascavel no modelo de desenvolvimento nacional voltado para a ocupação das fronteiras do início do século XX. Ou seja, ocorre a partir de 1930 uma nova orientação de incentivo a

ocupação mediada pelo estado – “Marcha para o Oeste” – e, pela iniciativa privada – MARIPÁ. Desta forma, a ocupação e desenvolvimento de Cascavel encontra-se vinculada ao processo de ocupação do território, à dinâmica econômica mediada pela iniciativa privada e pelo Estado e pela atuação direta deste na criação de núcleos urbanos e seus traçados. Entender esta dinâmica nos permitirá compreender o processo de ocupação e urbanização de Cascavel e da região na qual se insere e com isso, como se deu a produção de seu espaço urbano, aqui entendido como constituído tanto de “cheios” quanto de “vazios”.

Através do marco teórico, de hipóteses discutidas a partir da literatura existente sobre o tema e do levantamento e consulta a fontes documentais, buscamos aprofundar o entendimento das dinâmicas que marcam este processo, focando na análise da estrutura fundiária e as transformações por ela sofrida em um dos momentos de maior expressão na urbanização de Cascavel.

Historiografia

A colonização da região oeste do Paraná tem sido recuperada por diferentes autores, sendo objeto de discussão de diversos trabalhos que versam sobre a região, em obras e publicações ligadas ou não à academia, numa produção que coloca em tela as diferentes possibilidades de abordagem do processo em questão. Tratando-se de uma área de ocupação recente, revelam-se por parte dos pesquisadores, preocupações quanto às formas de colonização e estruturação espacial e político-econômica.

Sobre a bibliografia que versa sobre a história da região oeste do Paraná, embora numerosa, podemos afirmar que é bastante restrita no que se refere ao período que antecede sua colonização. Trata-se, em geral, de discursos fragmentados, expressos sob a forma de narrações das ações individuais dos agentes que fomentavam essas transformações e de interpretações pouco problematizadas, em obras recorrentemente encomendadas. No entanto, uma maior preocupação histórico-científica começa a se fortalecer nas obras produzidas a partir da década de 1980¹. Destacamos aqui o trabalho de Ruy Christovam Wachowicz: *Obrageros, Mensus e Colonos: história do oeste paranaense*². Este trabalho, somado às demais obras e fontes documentais, nos dará a base para a construção do primeiro capítulo desta dissertação, referente às pré-existências que caracterizam a área de estudo, pois parece convergir para a elucidação da história da ocupação do território cascavelense no fim do século XIX e, início do século XX.

¹ COLODEL, José Augusto. **Obrages e Companhias Colonizadoras**: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960. Santa Helena: Editora Educativa, 1988.; FOWERAKER, Joe. **A Luta Pela Terra**: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.; MELLOS, Erasto Castilhos de. **A Mercantilização da Produção Agrícola Regional e o Estado na Dinâmica da Acumulação de Capital e Expansão das Cooperativas Agropecuárias Singulares**: O Caso do Extremo-Oeste Paranaense. 1988. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História Documental do Paraná**. Primórdios da Colonização Moderna da Região da Itaipu. Curitiba, 1987.

² WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, Mensus e colonos: história do oeste paranaense**. 2o Ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

Wachowicz (1987) teve como objeto de estudo a região atingida pela Itaipu Binacional em território brasileiro, englobando as regiões correspondentes hoje a Foz do Iguaçu, Guaíra e Cascavel. Contudo, para o autor, seu estudo possui uma unidade e uma moldura: o território brasileiro, desta forma, impede que o estudo se torne um simples fragmento histórico, numa pequena região desconhecida e fora de um enredo maior. Ademais, o autor utiliza como elemento unificador para análise, o sistema de exploração e predação das riquezas naturais implantado na região, desde as últimas décadas do século XIX até, aproximadamente, a década de 1940: o sistema de *obrages*³. Além disso, a partir do levantamento das fontes históricas, Wachowicz, ao constatar, em 1987, a inexistência de obras específicas que historiassem um dos mais importantes movimentos da história da ocupação da região oeste paranaense, a Revolução de 1924, objetivou sanar essa lacuna historiográfica, destinando todo um capítulo a esta revolução, inserindo o oeste do Paraná no cenário de ocupação do território nacional.

Ainda no campo da literatura, Sperança & Sperança apresentavam, em 1980, de forma bastante esquemática, a história de Cascavel na obra: *Pequena história de Cascavel e do oeste*⁴ – um livro de notas, aos moldes de um manual de consulta. Em vista de que a história de Cascavel ainda não tinha sido contada, sua obra avança no âmbito de ter ocupado uma lacuna, que clamava por ser preenchida, segundo o autor, primeiro, por inexistir trabalho que condensasse as muitas notas esparsas acerca dos antecedentes históricos, segundo, pelo fato das poucas existentes, sugeridas quase sempre pela imprensa, serem conflitantes entre si. Assim, sem pretensão de rigorismo acadêmico, sua contribuição foi a adoção de um método – a reunião de notas claras e rápidas – proporcionando fácil consulta, num trabalho colocado à disposição da comunidade regional. Dentro das possibilidades, os autores abordaram temas como os primórdios da ocupação da região de Cascavel a partir do tropeirismo, os ciclos econômicos pelos quais a região foi mais diretamente afetada e as lutas e conflitos de terras entre índios, paraguaios, posseiros, jagunços e o Estado. Trataram ainda de temas como a emancipação política de Cascavel e sua consolidação como pólo regional e, de forma polida e sintética, dedicaram um capítulo para a galeria dos pioneiros colonizadores de Cascavel.

Em 1992, Alceu Sperança reescreveria este trabalho, desta vez sob o título de *Cascavel: a história*⁵. Nele o autor descreve o processo de colonização da cidade em questão, apresentando novas fontes, de forma a legitimar a versão anteriormente apresentada, tendo como personagens principais os pioneiros colonizadores. Trata-se, então, de uma revisão e síntese da *Pequena história de Cascavel e do oeste*, não se tratando, novamente,

³ Obrage é um termo de origem espanhola e significa manufatura. Foi um sistema vigente na época da colônia espanhola, quando se concedia a um senhor obragero um território onde ele podia realizar atividades extrativas ou ter centros de produção, utilizando, em caráter de quase escravidão, a mão-de-obra indígena presente nas suas dependências. No tempo moderno, significou um sistema similar mas que funcionava com mão-de-obra explorada de forma abusiva, embora, oficialmente, fosse mão-de-obra remunerada (GRONDIN, 2007).

⁴ SPERANÇA, Alceu; SPERANÇA, Carlos. **Pequena história de Cascavel e do oeste**. Curitiba: J. S. Impressora Ltda., 1980.

⁵ SPERANÇA, Alceu. **Cascavel: a história**. Curitiba: Lagarto, 1992.

de uma obra acadêmica: “tanto quanto possível, desenrola-se na cronologia dos fatos históricos sustentada em interpretações simples, que resultam mais do exame desses fatos do que de conclusões elaboradas” (SPERANÇA, 1992: 8). Nesta versão, novas lacunas são preenchidas, mapas e depoimentos são acrescentados e novos dados são apresentados, na maneira encontrada pelo autor, de concluir o estudo iniciado anteriormente.

Assim, se diferentes abordagens têm sido adotadas no meio literário, no campo de estudo acadêmico não pôde ser diferente, muito embora o tratamento dado a estas seja de caráter científico. Elpídio Serra defendeu, em 1991, sua tese de doutorado, *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*⁶, da qual resulta o artigo “Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná”⁷. Neste artigo o autor estuda os conflitos de terra, tendo como recorte espaço-temporal o estado do Paraná do século XVII até meados da década de 1930. Utilizando-se de fontes bibliográficas, judiciais e administrativas para compor o cenário dos conflitos agrários em território paranaense, o autor analisou separadamente a situação das terras oestinas, bastante complexas, uma vez que havia extensas áreas com superposição de títulos de propriedade e consideráveis áreas de terras ocupadas por grileiros e posseiros. Buscando evidenciar as formas como se deu o acesso à propriedade de terra do estado em sua fase pioneira de ocupação, destacou a organização geográfica do espaço agrário paranaense. Em sua abordagem específica o autor tratou da produção da terra em vista da ação do homem rural, do colono, do pequeno agricultor e tratou da violência ocorrida no campo, além de apontar as estratégias de grileiros, posseiros e da administração do Estado do Paraná, em meados do século XIX, no que se refere à expedição de títulos de propriedade de terra. Diferentemente dos outros autores, Serra buscou, antes de tudo, falar da terra a partir de seus agentes de produção mais próximos, presentes neste nó que é a história das lutas por terras.

Schneider, em, *Os senhores da terra: produção de consensos na fronteira Oeste do Paraná*⁸ (2002), derivada de sua dissertação de mestrado⁹, apresenta algumas considerações sobre o programa de colonização desenvolvido pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A – MARIPÁ, na fração oeste do território paranaense, entre os anos de 1946 e 1960. Sua justificativa pela temática reside no fato de que o discurso construído pela companhia em torno de seu empreendimento permaneceria fortemente disseminado nas cidades onde esta exerceu influência. Assim, para análise, o autor focou nos discursos de seus dirigentes e nas narrativas construídas em torno de seu programa de colonização. Para o autor, estas narrativas estariam fortemente sedimentadas na memória histórica dos cidadãos oestinos que retratam a colonização da região no pós anos 1930 como apropriada pelo “melhor tipo

⁶ SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Tese de Doutorado. Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rio Claro, 1991.

⁷ SERRA, Elpídio. **Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná**. Universidade Estadual de Maringá – UEM, Boletim de Geografia, Ano 10, n. 01, 1992.

⁸ SCHNEIDER, Claércio Ivan. **Os senhores da terra: produção de consensos na fronteira Oeste do Paraná**. Curitiba: Ed. Aos quatro ventos, 2002.

⁹ SCHNEIDER, Claércio Ivan. **Os senhores da terra: produção de consensos na fronteira (oeste do Paraná, 1946 – 1960)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

de colono” (descendentes de alemães e italianos), inseridos em um programa exemplar de estrutura fundiária (pequena propriedade).

Assim, em sua análise o autor comprova que tal imagem foi construída a partir de uma série de referências: as ideias inscritas no contexto ideológico do movimento migratório, os discursos e objetivos governamentais para com programas de colonização e a identidade cultural dos colonos, assumindo que é na inter-relação destas questões que se encontram os sentidos e a trajetória histórica de grande parte destes discursos e práticas administrativas que singularizaram este empreendimento colonizador. No campo teórico o autor ressaltou as especificidades dos discursos e revelou os traços representativos de sua historicidade através da inserção da companhia MARIPÁ na conjuntura do processo de colonização regional e nacional. Como resultado, desenvolveu um estudo conceitual sobre os dirigentes da companhia e suas ações no oeste paranaense, verificando como este espaço regional absorveu determinadas questões políticas, econômicas e culturais, que contribuíram para delinear a estrutura destas cidades e dar-lhes características próprias.

Em 2004, Piaia defendia sua tese: *A ocupação do oeste paranaense e a formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum*¹⁰, na qual buscou compreender e explicar a ocupação relativamente tardia do oeste do estado do Paraná e a formação do espaço social cascavelense. Em mais de 300 páginas de análise historiográfica, Piaia trata da relação entre história, violência e memória, tendo como fonte, fundamentalmente, as obras de Alceu Sperança e fontes orais (entrevistas que realizou e entrevistas do Projeto Memória Viva¹¹). Num sentido mais amplo, o autor confrontou a forma com que ocorreu a posse de terra e, demonstrou que não houve um modelo padrão de ocupação, tendo havido diferenciações profundas no modo de ocupação do espaço cascavelense, incentivado por diferentes fatores em diferentes momentos. O autor destacou a abertura de fronteiras, a criação de estradas, o papel das colonizadoras e a ação do poder público, sempre focalizando as especificidades da formação e crescimento da cidade de Cascavel. Importante notar que o autor conseguiu identificar o oeste paranaense como sendo uma região antiga no processo histórico de ocupação do Brasil, mas, com inserção muito recente no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro e, portanto, no próprio cenário nacional. Superando a mera narrativa regionalista, avançando no que diz respeito à incorporação do espaço cascavelense na história da ocupação da região oeste paranaense, inserindo sua história junto à experiência nacional.

Na mesma época, 2005, Ricardo Rippel defendia sua tese de doutorado na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, sob o título de: *“Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000”*¹². Nela o autor confrontou os

¹⁰ PIAIA, Vander. **A ocupação do oeste paranaense e a formação de Cascavel: As singularidades de uma Cidade Comum**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

¹¹ Projeto desenvolvido pela Assoeste/AMOP, em 1982. Trata-se de entrevistas realizadas com pessoas consideradas “pioneiras”, disponível hoje, no Museu da Imagem e do Som – MIS, do Município de Cascavel.

¹² RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. Tese de doutorado. Programa de Doutor Demografia do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

níveis de interferência das migrações no desenvolvimento da região oeste do Paraná e vice-versa, dedicando um capítulo à ocupação do oeste paranaense, num retrospecto econômico e demográfico que buscou vincular um movimento nunca antes aferido, o de migração, ao campo dos estudos sobre o desenvolvimento regional. Assim, sua contribuição reside, justamente, na vinculação, derivada de sua abordagem, entre a dinâmica populacional e a organização do capital na transformação das condições ambientais locais.

Maicon Mariano (2012), em sua dissertação: *“A capital do oeste”: um estudo das transformações e (re)significações da ocupação urbana em Cascavel – PR (1976-2010)*¹³, lança seu olhar sobre os processos de produção da cidade buscando, através das experiências socioculturais, a partir da visão dos sujeitos históricos, compreender a cidade de Cascavel e o movimento acerca das suas transformações, ressaltando sua atenção à materialização das transformações do uso do solo urbano na cidade de Cascavel. O autor buscou compreender este processo a partir dos sujeitos que vêm sendo renegados pela historiografia oficial. Assim, neste trabalho a história é narrada a partir de uma série de sujeitos que a constitui e que são esquecidos pela história tradicional, apresentando novas perspectivas, dando voz às minorias, e atribuindo novos significados à história.

Por último, no trabalho de Caio Smolarek, Fúlvio Natércio Feiber, Hitomi Mukai e Solange Smolarek, *Cascavel: um espaço no tempo, a história do Planejamento Urbano*¹⁴ (2011), os autores apresentam a trajetória do planejamento e desenvolvimento da cidade de Cascavel. Partindo da história da ocupação do território e da colonização da região oeste do Paraná, os autores avaliaram as transformações ocorridas na cidade de Cascavel durante o processo de formação do planejamento urbano em Cascavel enquanto campo disciplinar, de seu início, até o ano de 2004. Nesta análise, com base na revisão historiográfica sobre o planejamento urbano cascavelense, e partindo do primeiro plano diretor de desenvolvimento, formulado em 1975, os autores relatam os caminhos percorridos no processo de expansão da cidade e as transformações ocorridas em seu traçado urbano. Através do levantamento de fontes documentais, em geral imagens dos planos diretores, o trabalho torna-se pioneiro ao analisar, separadamente, as propostas, planos e projetos realizados nesse intervalo de 30 anos, concluindo, através desta dupla análise – colonização e planejamento – a importância e consequência de tais forças, passado e presente, no atual desenho urbano de Cascavel.

Posto isto, percebe-se que a história da região oeste paranaense, assim como a de Cascavel, vem sendo contada por diversos pesquisadores. Desta forma, a presente dissertação se insere neste trabalho coletivo de produção de conhecimento acerca do objeto em tela. Partindo dos discursos convencionais apresentados por Wachowicz (1987) e Sperança (1980, 1992) sobre os “antecedentes” de colonização e as primeiras tentativas de ocupação do território pelos tropeiros e *obrageros*, passamos pelos trabalhos contemporâneos de Serra (1992), Schneider (2002) e Piaia (2004) que tratam, de modo geral, da terra e suas diferentes

¹³ MARIANO, Maicon. *“A capital do Oeste”*: Um estudo das transformações e (re) significações da ocupação urbana em Cascavel – PR (1976-2010). Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

¹⁴ DIAS, Caio Smolarek.; FEIBER, Fúlvio Natércio.; MUKAI, Hitomi.; DIAS, Solange Smolarek. *Cascavel: um espaço no tempo*. A História do Planejamento Urbano. 2º Edição. Cascavel: Sintagma Editores, 2011.

formas de uso e de apropriação, chegando às análises sobre a migração realizadas por Rippel (2005) e aos discursos de Mariano (2012), que recupera através da história, o papel das minorias que também interagem neste processo, bem como às interpretações sobre a questão urbana realizadas por Dias *et al* (2011).

É a partir desta bibliografia que se buscou aferir os reais conteúdos que condicionaram o processo de ocupação das terras situadas no oeste do estado do Paraná, na qual Cascavel se insere. Para tal, analisamos os principais episódios da história dessa ocupação, destacando os principais personagens que marcaram esse processo e que atuam como agentes produtores do espaço. Deste modo, se em alguns momentos nossa pesquisa parece distanciar-se destas abordagens acima citadas, em outros, partimos delas para então criar nosso próprio discurso. Isso, no que se refere aos caminhos deste processo que teve como resultado o desmembramento das terras da região de Cascavel, até chegar às iniciativas de organização do território e urbanização promovidas pelos governos municipal e estadual e seu papel na produção do espaço e do “não espaço” urbano, ou seja, dos “cheios” e dos “vazios” urbanos.

Modernização conservadora, desenvolvimento desigual e combinado e urbanização brasileira

Como veremos no Capítulo 1, a ocupação da região oeste do Paraná está atrelada historicamente ao movimento político-militar conhecido como tenentismo¹⁵ e se encontra inserida no cenário nacional de ocupação das áreas de fronteiras nas décadas de 1920 e 1930. Este período, de grande importância no cenário nacional, marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia nacional: “o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” (OLIVEIRA, 1972: 9).

Revela-se, assim, pertinente a discussão em torno dos reais conteúdos e sentidos do processo de modernização brasileira, as relações de convergência e descompasso entre o avanço material da economia e o desenvolvimento social nacional, que reprimiu e aprofundou desigualdades originadas no período do Brasil Colônia¹⁶.

Existe no Brasil uma ampla literatura sobre o tema, uma vez que ele tem sido crucial para a determinação de sua própria identidade. A história parece ser indispensável para que se possa dar conta do presente do país e, a explicação e correção de seus caminhos eram – e são – percebidas como radicadas em uma precisa identificação de seus processos formativos. Assim, inúmeros autores debruçam-se sobre o nosso passado colonial e pós-

¹⁵ Tenentismo foi o nome dado ao movimento político-militar e à série de rebeliões do início da década de 1920, abrangendo a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, a Revolução de 1924, a Comuna de Manaus e a Coluna Prestes.

¹⁶ Os conflitos sociais marcaram todo o século XIX e revelam a forte e evidente relação que articula o acesso à terra, mão-de-obra e colonização. “O latifúndio resiste, mais de quatro séculos, a todos os debates e propostas de mudança”. Desta forma, nosso processo de urbanização será marcado fortemente por essa herança e, embora a urbanização brasileira só se deu no século XX, sob o regime republicano, as raízes coloniais calcadas no patrimonialismo e nas relações de favor estão presentes nesse processo (MARICATO, 2000: 150).

independência, buscando identificar aqueles elementos que acabariam por moldar nossa passagem para a modernidade.

No cenário internacional, Barrington Moore Jr. (1966) traz uma das teorias mais bem sucedidas para analisar essa transição para a modernidade, tanto nos países em que esta se originou quanto nos países periféricos. Em *Social Origins of Dictatorship and Democracy; Lord and Peasant in the Making of the Modern*, de 1966, Moore apresentava três possíveis caminhos para se chegar a modernidade: as vias socialistas revolucionárias, democrática e autoritária, demonstrando como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionaria o desenvolvimento capitalista dos países de origem, Alemanha e Japão, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e autoritários, sendo este último, o que caracterizaria a trajetória brasileira.

A transposição para a realidade nacional do termo cunhado por Moore, exige as devidas mediações históricas, necessárias à compreensão das especificidades do caso brasileiro. Aqui, o que se deu foi um pacto político conservador entre a burguesia nacional e os proprietários de terra que determinou os rumos e o ritmo do desenvolvimento capitalista da sociedade, desenvolvimento em que, diferente da reforma agrária, teve por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que se alterasse a estrutura agrária. Neste sentido, o pacto tecido pela elite dominante criou fortes obstáculos para o acesso democrático das demais classes sociais aos mercados de terras, de capital e de trabalho.

Para Azevêdo (1982: 24), a burguesia nacional pôde desempenhar um papel revolucionário e, ao mesmo tempo, aliar-se às velhas classes dominantes, promovendo a modernização conservadora “através da revolução passiva, de caráter elitista e autoritário, promovendo transformações pelo alto”. Ou seja, a relação política e econômica entre os proprietários de terra e a burguesia nacional não determinou uma metamorfose profunda nas relações de poder político no âmago do Estado, pois não implicou em um antagonismo entre a nova e a velha classe social dominante, até mesmo porque esta última, mantendo o monopólio da terra, cobrou parte da mais valia apropriada pelo capital investido no campo, a título de renda fundiária.

Esta é a natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola: se é verdade que a criação do “novo mercado” urbano-industrial exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão “primitivo”, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 1972: 19).

É neste momento que as iniciativas de industrialização se intensificaram no Brasil, combinando crescimento urbano industrial com regimes arcaicos de produção agrícola: “um pacto estrutural entre antigos proprietários rurais e a burguesia urbana garantiu mudanças sem rupturas e a convivência de políticas contraditórias” (MARICATO, 1995: 39), isso porque, como vimos, ao contrário da revolução burguesa clássica, no caso brasileiro, a mudança da hegemonia das classes proprietárias rurais para as novas classes burguesas industriais, por razões estruturais, não exige uma total ruptura do sistema. “Aqui, passa-se uma crise nas relações externas com o resto do sistema, enquanto no modelo “clássico” a crise é na

totalidade da economia e da sociedade” (OLIVEIRA, 1972: 43). Assim, a “tragédia urbana brasileira”, conforme definida pela autora não é produto de décadas perdidas, mas teria origens muito mais firmes, nos cinco séculos de formação da sociedade brasileira, “em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre” (MARICATO, 2001). Mesmo assim, não há como não reconhecer que a industrialização que se afirma a partir de 1930 e vai até o fim da Segunda Guerra Mundial constituiu um caminho de avanço relativo de iniciativas endógenas e de fortalecimento do mercado interno, com grande desenvolvimento das forças produtivas, diversificação, assalariamento crescente e modernização da sociedade (MARICATO, 2001: 28).

Assim, no Brasil, a solução para o chamado “problema agrário nos anos de “passagem” da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial é um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista” (OLIVEIRA, 1972: 16). Esta foi, uma série de soluções, apoiadas na grande oferta de mão-de-obra, na oferta de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado. Neste processo, tanto na abertura de fronteiras externas quanto internas, o processo foi o mesmo; o trabalhador rural ocupou a terra, preparou o solo, cultivou as lavouras de subsistência e, neste meio, preparou a terra para as lavouras permanentes do proprietário de terra. Oliveira (1972: 17), coloca:

Esse mecanismo é o responsável tanto pelo fato de que a maioria dos gêneros alimentícios vegetais (tais como arroz, feijão, milho) que abastecem os grandes mercados urbanos provenham de zonas de ocupação recente, como pelo fato de que a permanente baixa cotação deles tenha contribuído para o processo da acumulação nas cidades; os dois fenômenos são no fundo, uma unidade. No caso das fronteiras “externas” o processo se dá mediante o avanço da fronteira agrícola que se expande com a rodovia: Norte do Paraná, com o surto do café nas décadas de quarenta e cinquenta; Goiás e Mato Grosso, na década de sessenta, com a penetração da pecuária; Maranhão, na década de cinquenta, com a penetração do arroz e da pecuária; Belém-Brasília, na década de sessenta; Oeste do Paraná e Sul do Mato Grosso nos últimos quinze anos, com a produção de milho, feijão, suínos.

Esse modelo tem importantes repercussões, tanto nas relações agricultura-indústria, como no âmbito das atividades agrícolas em si mesmas. Para Oliveira (1972), do ponto de vista das relações internas à agricultura, o modelo permite variação produtiva, viabilizado pelos baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e portanto, do nível de vida da população trabalhadora rural, “essa é a natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola”.

Assim, a manutenção do padrão “primitivo” com novas relações de produção no setor agropecuário, permitiu um enorme crescimento industrial e dos serviços, fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo da reprodução da força de trabalho rural e, depois, fornecendo maciços contingentes populacionais para a formação do exército de reserva das cidades, combinando esse elemento com a própria oferta de trabalho urbano, para rebaixar o preço deste (OLIVEIRA, 1972).

Percebe-se então que a orientação da indústria foi sempre voltada para os mercados urbanos. Assim, não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores estejam distanciando-se que autoriza a construção do modelo dual; para Oliveira (1972), por detrás dessa aparente dualidade existe uma integração dialética. “Nessa

combinação é que está a raiz da tendência à concentração da renda da economia brasileira” (OLIVEIRA, 1972: 20).

Esse processo descrito por Oliveira (1972), constitui o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil no pós-1930, em que a sua originalidade, citando Oliveira, consistia que essa expansão se deu introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, de modo que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação urbano-industrial e a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins da expansão do próprio novo.

Para Mantega (1984), as classes sociais oriundas desse novo perfil econômico aglutinavam-se em torno de um projeto de constituição da nação brasileira, num esforço de enterrar o passado colonial e de conseguir um novo *status* para o país no concerto capitalista mundial. “Esboçava-se, assim, um projeto de desenvolvimento, empunhado pelos segmentos mais dispares e até antagônicos da população”, abrangendo parte considerável dos militares, da classe média, do novo empresariado industrial, das massas urbanas, do crescente proletariado e dos intelectuais de esquerda em geral (MANTEGA, 1984: 26).

Essa transformação da base produtiva provocou, sobretudo, a partir dos anos 1940, intensas modificações econômicas, demográficas, sociais e políticas e geraram novos padrões de comportamento e grupos de interesse no país. Neste período, seguindo as dinâmicas anteriormente descritas, expandiu-se e fechou-se a fronteira agrícola, criaram-se novos e poderosos complexos agroexportadores e agroindustriais e, paralelamente, dilacerou-se a pequena propriedade tradicional, liberando e expulsando populações, forçadas a uma migração interna descontrolada, a qual mudou o panorama sócio-econômico e cultural da nossa mão-de-obra (FIORI, 1994). Para Oliveira (1972), essa população que se dirigia às cidades e, era transformada em “exército de reserva”, era necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava por duas razões principais: “de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita”; de outro lado, “a legislação trabalhista igualava reduzindo – antes de incrementando – o preço da força de trabalho” (OLIVEIRA, 1972: 12).

Na ponta urbano-industrial tais mudanças marcaram o rompimento com o padrão urbano até então vigente, marcado por amplos planos de reformulação urbana e embelezamento das cidades brasileiras, atrelados à expansão comercial e orientados por interesses políticos e econômicos direcionados à produção agrário-exportadora, voltada principalmente para o mercado externo (SIQUEIRA, 2010). Porém, se o rompimento com este padrão urbano sugeria o espaço da cidade como lócus de realização da promessa de superação do Brasil arcaico rumo à modernização, o desenrolar do processo de desenvolvimento desigual e combinado se encarregou de contradizer a utopia da emancipação e da modernização para todos (MARICATO, 2001). Neste quadro, o cenário da modernização urbana e arquitetônica constituía-se alinhado a um pensamento supostamente progressista, mas na verdade ordenado por um modelo econômico que não se pautava pela inserção das massas no processo produtivo e na distribuição dos frutos do desenvolvimento, que desdobrava-se na

noção de que reordenar a cidade passava também por uma política de estetização do espaço, apoiada por uma legislação segregativa (SIQUEIRA, 2010).

Assim, Maricato (1995: 55) afirma que, apesar de “o processo de industrialização/urbanização, sob o lema positivista da ordem e do progresso, parecia apresentar um caminho para a independência de séculos de dominação da produção agrária”, os acontecimentos que se seguiram mostraram que junto ao intenso crescimento econômico, o processo de urbanização e o crescimento da desigualdade promoveu uma gigantesca concentração espacial da pobreza. Assim, para ela, as cidades refletem o “processo industrial baseado na intensa exploração da força de trabalho e na exclusão social” (MARICATO, 1995: 43). O urbano se institui então como pólo moderno, ao mesmo tempo em que é objeto da reprodução de novas formas arcaicas no seu interior. Ou seja, o desenvolvimento urbano desigual, em vez de eliminar a herança do atraso, tratou de reproduzir-lhe e, lhe dar nova feição.

Como dissemos, estas transformações provocaram extremas modificações econômicas, sociais e políticas. Ao mesmo tempo, tais dinâmicas não se limitaram às transformações ocorridas naquelas que se tornam as maiores metrópoles industriais do país, materializando-se igualmente no processo de ocupação do território brasileiro no período, das quais constituem contraparte. Na ponta agrário-exportadora, é dentro de tais dinâmicas que se dá a ocupação do oeste do Paraná e o surgimento e expansão de Cascavel, através de iniciativas de colonização e de criação e promoção de cidades por parte do Estado e da iniciativa privada. Tais iniciativas, ao lado dos movimentos migratórios e econômicos, corroboram a relevância de se entender o comportamento da região frente à dinâmica econômica, política e espacial do país, bem como o papel por ela desempenhado nesta dinâmica.

Tal recorte nos garante um variado leque de questões que extrapolam os limites meramente regionalistas visualizados em muitos dos trabalhos que tratam sobre Cascavel. Afinal, o estado do Paraná, por fazer parte da federação brasileira, forma, indiscutivelmente, uma região histórico-social da comunidade nacional e faz parte dos grupos sociais componentes desta sociedade. Assim, possui sua própria história, embora envolvida por todos os lados pela “história nacional”, da qual igualmente faz parte. Desta forma, acreditamos ser possível, através deste processo, analisar, frente à história da modernização e urbanização nacional, questões regionais e locais.

Expansão capitalista, propriedade e renda fundiária: bases da construção do “cheio” (e do “vazio”)

A institucionalização do trabalho livre na sociedade brasileira é um fenômeno bastante recente, estamos a pouco mais de um século da abolição da escravidão e, conseqüentemente, da chegada da principal corrente de imigração, responsável pela formação de grande contingente de trabalhadores livres, a imigração italiana. Este curto período de tempo é de grande importância na história da determinação da consciência do trabalhador, das relações de classes e da capitalização da renda. Este último surge como

ponto fundamental para compreendermos as mudanças nas relações de produção do capital, da renda e da terra.

José de Sousa Martins em sua obra *O cativo da Terra* (1979), aponta que, a separação entre o trabalhador livre e a força de trabalho só se concretizou à medida em que o objeto da renda capitalizada passou do escravo para a terra. No período colonial, na vigência da escravatura, a terra era destituída de qualquer valor e o principal capital do fazendeiro estava investido no escravo. Logo, o escravo era uma forma de renda capitalizada, pois o proprietário investia capital em sua compra e, esperava extrair de seu trabalho um rendimento econômico equivalente ao rendimento que seu capital lhe daria se fosse aplicado em outro empreendimento.

Desta forma, as relações de produção entre senhor e escravo estavam baseadas no monopólio do próprio trabalho e este era regulado pelo lucro do fazendeiro. Basicamente, o fazendeiro comprava a capacidade do escravo de criar riqueza. Assim, a terra sem trabalhadores nada representava em termos econômicos, enquanto os escravos, independentes da terra, eram valiosos, inclusive como objeto de penhores e hipotecas (MARTINS, 1979).

Com a crise do escravismo no século XIX, o objeto da renda capitalizada passou do escravo para a terra, resultando em uma mudança nas relações de produção. De acordo com Martins (1979), estas novas relações, baseadas no trabalho livre, precisariam ser legitimadas pelo trabalhador que a ela se submetia e, não apenas pelos fazendeiros, sendo necessárias novas formas de coerção a estes trabalhadores. No entanto, em uma sociedade onde a base das relações sociais era fundamentada na relação entre senhor e escravo, não haveria meios de promover o aparecimento deste tipo de trabalhador, “seria necessário buscá-lo em outro lugar, onde a condição de homem livre tivesse outro sentido”¹⁷ (MARTINS, 1979: 18).

É nestas condições que se dá a transformação das relações de trabalho na cafeicultura e a imigração de trabalhadores estrangeiros que ocorreu entre 1880 e 1930. Afinal, o estabelecimento de novas relações de produção no Brasil combinou-se com a imigração de trabalhadores europeus como recurso não só para construir a força de trabalho necessária à cultura do café, mas também como recurso para pôr no lugar do trabalhador cativo um trabalhador livre, cuja herança não fosse a escravidão¹⁸ (MARTINS, 1979).

Sendo assim, a renda territorial capitalizada no Brasil, não é somente, ou essencialmente, uma herança feudal. Para Martins (1979: 32), “ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo”, como forma de garantir a sujeição do trabalho ao capital, substituindo a expropriação territorial do trabalhador e a acumulação primitiva na produção da força de

¹⁷ Não é simples submeter pessoas para que vendam sua força de trabalho, ao contrário, a formação de um mercado de mão-de-obra livre foi um longo percurso, marcado por grande violência. Foi necessário efetuar maciça expropriação, destruindo as formas autônomas de subsistência, impedindo o acesso à terra e aos instrumentos produtivos, a fim de retirar do trabalhador o controle sobre o processo produtivo (KOWARICK, 1994).

¹⁸ Para Rolnik (1988), as razões eram antes de tudo econômicas. O fazendeiro não precisava pagar a passagem do imigrantes pois esta, era paga pelo Governo da província. Ao mesmo tempo, a opção pelo trabalhador livre europeu significava usar mão-de-obra “civilizada”, já que não era possível romper facilmente com todo o arcabouço ético-político da escravidão no Brasil.

trabalho. A renda territorial surge então, da metamorfose da renda capitalizada na pessoa do escravo como forma de capital tributária de comércio, como aquisição do direito de exploração da força de trabalho. Ou seja, a propriedade do escravo se transforma em propriedade de terra como meio para extorquir trabalho e não para extorquir renda. A renda capitalizada no escravo transforma-se em renda capitalizada na terra: “num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa”(MARTINS, 1979: 32).

Claro está que esse processo não representou uma simples inversão, mera substituição da renda capitalizada no escravo pela renda capitalizada na terra. Ao contrário, ocorre aí uma transformação historicamente decisiva. O trabalho liberado da condição de renda capitalizada, deixa de ser componente do capital para contrapor-se objetivamente ao capital. Nesse processo, ao libertar o trabalhador, o capital se liberta a si mesmo (MARTINS, 1979: 33).

Ou seja, em sua expansão, o capitalismo não apenas redefiniu antigas relações, submetendo-as à reprodução do capital como, reproduziu relações não-capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a esta reprodução. Afinal, o capital preserva, redefinindo e subordinando, relações pré-capitalistas onde, provavelmente, o caso mais significativo seja o da renda capitalista da terra, afinal, sendo ela um fator natural – pois não é resultado do trabalho humano – não deveria ter preço¹⁹ (MARTINS, 1979). Tratava-se então, de mudar para manter, afinal, este processo que caminhou em paralelo ao processo de emergência do trabalhador livre não fez com que, quando a imigração em massa finalmente chegou, viesse a criar um novo Brasil, mas sim serviu para escorar a enfraquecida estrutura do velho (MARTINS, 1979).

Propriedade, mercado imobiliário e espaço urbano

A forma com que se dá a passagem do Brasil Colônia para o país independente, a substituição dos escravos pela mão-de-obra imigrante europeia e a emergência do trabalho livre são de fundamental importância para que se possa entender o processo de urbanização e formação do proletariado urbano. Com o fim do tráfico negreiro e, mais tarde, com a abolição da escravidão, grande impasse se colocava aos proprietários de terra: a grande quantidade de terras disponíveis no país constituía um entrave à libertação dos escravos e dificultava a permanência dos imigrantes como mão-de-obra nas fazendas. Até a independência, o regime de sesmarias – um regime de concessão de terras devolutas a

¹⁹De acordo com Martins (1979), antes do “surgimento” do capitalismo, na Europa, o uso da terra estava sujeito a um tributo, pago em trabalho, espécie ou dinheiro. Essa era uma forma pré-capitalista de renda decorrente do fato de que algumas poucas pessoas detinham o monopólio da terra. Com o advento do capitalismo, não se fez cessar essa irracionalidade, ao contrário, a propriedade de terra foi incorporada por esse sistema, contradição esta que se expressa na renda capitalizada da terra. No entanto a renda não mais tem a ver com o passado pré-capitalista, sendo um pagamento que toda a sociedade faz por que uma classe preserva o monopólio da terra. Para o autor, a nova forma que ele assume é claramente capitalista e oposta ao tributo anterior pois nem os burgueses nem os proletários transferem parte de seus lucros ou de seus salários aos proprietários. No entanto, a composição orgânica diferencial do capital entre agricultura e indústria faz aparecer nas mãos do proprietário a renda absoluta que, aparentemente, não é extraída de ninguém.

particulares baseado em requisitos que dificultavam a legalização da ocupação indiscriminada dos terrenos - opunham um obstáculo à mera ocupação²⁰.

Este mecanismo, combinado às “datas” – espécie de sesmaria urbana – configurava uma das formas de organização fundiária nos núcleos urbanos. Silva (1997) aponta que este sistema de concessão de terras estava ligado aos interesses da política de ocupação do território, de produção agrícola e de consolidação dos núcleos urbanos, pois constituía-se num estímulo à fixação destas populações. Ou seja, a legislação que regulava a distribuição da terra estava voltada para esta enquanto bem de uso e era baseada no pressuposto de controle municipal do crescimento populacional e econômico, portanto da expansão urbana. Essa expansão ocorria em resposta às necessidades de localização de moradias e atividades e estava sob o comando das Câmaras, estas tinham o poder de doar e retirar as terras. Quem era atendido antes, e com que parcelas seria contemplado, certamente tinha a ver com seu prestígio junto à Câmara.

No início do século XIX este sistema entra em crise e, embora este regime tenha cessado em 1822, durante o intervalo de quase trinta anos (entre 1822 e 1850) ocorreu uma apropriação ampla e indiscriminada da terra, vigorando o que Rolnik (1997) chama de regime de terras devolutas. Este período é responsável pela estruturação de parte dos grandes latifúndios, com a expulsão de pequenos posseiros por poderosos proprietários rurais, processo no qual o Estado permaneceu praticamente ausente, pois não havia legislação específica que regulamentasse a aquisição da terra²¹. Este impasse foi solucionado com a chamada Lei de Terras – Lei n. 601 de 1850, que definiu todas as terras devolutas como propriedade do Estado, as quais só poderiam ser ocupadas mediante título de compra.

Assim, se a terra não exigia cautelas jurídicas nem da Coroa Portuguesa e nem do Império brasileiro, sendo a ocupação ou posse práticas legítimas para adquirir a propriedade, após setembro de 1850, os que estivessem na posse de terras não legitimadas antes da lei, ou que não viessem a ser compradas ao governo corriam risco de expulsão mediante ação dos “verdadeiros” proprietários, isto é, os possuidores do título de compra (MARTINS, 1979; MARICATO, 1995). O cativo da terra foi, portanto, a fórmula encontrada para se manter a

²⁰ O regime das sesmarias fez com que os agricultores fossem, antes de tudo, proprietários de escravos, afinal, a não exploração da terra resultaria na revogação da concessão da sesmaria. Assim, a exploração da terra, baseada no trabalho escravo, fez com que a expansão da produção fosse regulada pela dinâmica da acumulação escravista. Desta maneira, enquanto perdurou a propriedade de escravos, a terra viu-se impedida de tornar-se mercadoria. Não havia portanto a formação de um mercado de terras, pois as terras eram uma concessão, não sendo negociadas, possuindo um caráter de reversibilidade que era, por si, uma restrição à propriedade (COSTA, 2002).

²¹ Para Rolnik (1997), enquanto sob um aspecto essa ocupação livre representava uma forma radicalmente diferente de ocupação da terra, em outro, mais importante, esta se baseava na mesma lógica sesmarial: seu fundamento de domínio era sua ocupação efetiva e, este domínio se estabelecia através do uso e da ocupação em ambos os sistemas, a diferença estava na formalização - em um caso a relação de apropriação era medida pela Coroa, através da Câmara e, em outro, é legítima mas não legal. Para ela, a coexistência de uma legalidade inscrita na lei e uma na legitimidade inscrita na prática social, estabelecida desde o período colonial e a natureza complementar da livre ocupação e do sistema sesmarial, constituem aspectos fundamentais da lei de propriedade urbana no Brasil hoje.

mão-de-obra cativa. A partir de então, o único caminho para que alguém se tornasse proprietário territorial seria a compra ao Estado²² (MARICATO, 1995; COSTA, 2002).

“A promulgação da Lei de Terras marca um corte fundamental na forma de apropriação da terra no Brasil, com grandes consequências para o desenvolvimento das cidades” (ROLNIK, 1997: 23). Para a autora, foram duas as implicações imediatas desta mudança: a absolutização da propriedade, ou seja, o reconhecimento do direito de acesso se desvincula da condição de efetiva ocupação, e sua monetarização, o que significa que a terra passou a adquirir plenamente o *status* de mercadoria.

Com a abertura de novas fazendas, depois da efetiva liberação da mão-de-obra, o deslocamento contínuo de fazendeiros em busca de novas terras e a rápida ocupação de regiões que ainda não haviam sido absorvidas pela economia de exportação produziram muito rapidamente, já no começo do século, uma grande elevação no preço das terras. Além disso, após 1850, é engendrada uma densa malha de leis, regulamentos e formas processuais, com a finalidade de costurar em torno da propriedade “um sistema de proteção”, eficiente e ágil, capaz de assegurar-lhe o caráter preponderante de mercadoria. Assim, apesar de pouca importância no mercado fundiário urbano, surgem a partir de então necessidades antes desprezadas, de dar maior precisão aos loteamentos e separar o público e o privado. O lote comercializado passa a ser o módulo dominante quadrangular ortogonal, que orienta a produção do espaço urbano, ou seja, tudo muda a partir daí. O que em 1880 era apenas especulação teórica, tendo em vista um substituto para hipotecas feitas sobre os escravos, vinte anos depois era realidade: a terra havia alcançado alto preço, assumindo plenamente a equivalência de capital, sob a forma de renda territorial capitalizada (MARICATO, 1995).

Assim, pode-se afirmar que o aparato legal urbano, fundiário e imobiliário produzido a partir da segunda metade do século XIX forneceu a base para o início do mercado imobiliário, fundado em relações capitalistas e também na exclusão territorial. Isto porque as exigências da propriedade legal do terreno, plantas, responsáveis pela obra, tudo obedecendo às normas, afastou a maior parte da massa pobre do mercado formal. Mais do que a cidade colonial ou imperial, a cidade sob a República, expulsa e segrega (MARICATO, 1995).

Embora a abordagem sobre a questão fundiária seja complexa, está diretamente ligada à discussão sobre a produção do espaço urbano de Cascavel. A terra, abordada na perspectiva da questão fundiária vem a ser um dos pontos centrais para análise da formação histórico-social da região oeste paranaense, local no qual se insere nosso objeto de análise. Contudo, não devemos restringir a questão da produção do espaço, e de cidades, aos aspectos de incorporação da terra rural à terra urbana, afinal este processo envolve, fundamentalmente, questões sociais, de posse e de mercado. Estes são representados pelos agentes produtores

²² Vale assinalar que, não por coincidência, as duas leis – abolição do tráfico de escravos e, Lei de Terras -, são promulgadas com uma semana entre uma e outra. As disposições da Lei de Terras não pretendiam democratizar a propriedade, mas concentrá-la em novas mãos, que permitissem sua transformação em capital. De acordo com a lei, as terras devolutas poderiam ser adquiridas apenas mediante compra e venda, o que afastava a possibilidade de trabalhadores sem recursos tornarem-se proprietários. Dessa forma, garantia-se a sujeição do trabalhador “livre” aos postos de trabalho, antes ocupados por escravos (MARTINS, 1979; MARICATO, 1995).

de espaço urbano, que serão tratados mais à frente. Até aqui, buscamos tratar da terra e de seus agentes transformadores, das relações de domínio e hegemonia que se construíram a partir do monopólio, da propriedade da terra e da negação ao acesso desta a muitos. Certamente estes apontamentos requerem aprofundamento mas para o momento, têm a finalidade de indicarem a próxima discussão, a produção do “não espaço” ou do “espaço vazio”, importante do que se refere à nossa pesquisa por tratar-se da formação e mudanças ocorridas no uso e ocupação do espaço urbano analisado.

O vazio urbano enquanto constructo histórico: bases da construção do “vazio” (e do “cheio”)

A julgar pela bibliografia levantada percebe-se um interesse crescente por parte dos pesquisadores a partir dos anos 2000 no que se refere à temática dos vazios urbanos. Alguns destes autores buscam qualificar e definir estes espaços enquanto outros optam por novas formas de abordagem e significações. No entanto, surge antes da virada do século, um dos estudos mais relevantes no que se refere a esta problemática. Realizado por Ignasi de Solà-Morales (1995), arquiteto, historiador e filósofo nascido em Barcelona, o trabalho *Terrain Vague*²³ apresenta os primeiros conceitos atribuídos à expressão vazios urbanos, e os quais continuam a inspirar pesquisas e pesquisadores da atualidade. Brevemente, Solà-Morales (1995), definiu o termo “vazio urbano” por meio da expressão francesa *terrain vague*²⁴, termo este utilizado para designar lugares, territórios e edificações que participam de uma dupla condição, a de vazios potencialmente aproveitáveis (vagos) e de local de possibilidades. Esta análise é realizada pelo autor a partir de um instrumento moderno, a fotografia, e é a partir dela que a relação espaço usuário é percebida, pois para o autor, é neste instrumento de mediação que nos tornamos capazes de perceber a cidade, afinal, é neste momento que os espaços vazios, abandonados e que já sucederam uma série de funções, parecem destacar-se diante de nossos olhos.

Neste mesmo sentido, o de (re)significação, Iná Rosa em sua tese: *A cidade sendo redesenhada pelos vazios: Franco da Rocha nas terras de Juquery*²⁵, apresentada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP em 2006, busca atribuir uma classificação a estes espaços, ou conjunto de espaços, e traz em seu trabalho um levantamento detalhado sob a produção desta temática, utilizando-se do conceito de vazios urbanos sob diferentes óticas e de diferentes autores, tais como: Solà-Morales (1995), Fiavolá (1996), Ebner (1997), entre outros, e valendo-se de novas formas de

²³ SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Terrain Vague*. In: Anyplace, Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.

²⁴ Não é possível traduzir com uma só palavra inglesa a expressão francesa *terrain vague*. Em francês, o termo *terrain* tem um carácter mais urbano que o inglês *land*, de maneira que é preciso advertir que *terrain* é, em primeiro lugar, uma extensão de solo de limites precisos, edificável, na cidade. Se não me engano, ao contrário, a pervivência em inglês da mesma palavra *terrain* tem significados mais agrícolas ou geológicos. Mas a palavra *terrain* francesa se refere também a extensões maiores, talvez menos precisas, está ligada à ideia física de uma porção de terra em sua condição expectante, potencialmente aproveitável, mas já com algum tipo de definição em sua propriedade a qual somos alheios (SOLÀ-MORALES, 1985: 119 - tradução Igor Fracalossi).

²⁵ ROSA, Iná. *A cidade sendo redesenhada pelos vazios: Franco da Rocha nas terras de Juquery*. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, São Paulo, 2006.

linguagem relativas aos vazios urbanos, entre as mais comuns: *terrain vague*, *tierras vacantes*, *vaceios urbanos* e *wastlands*, evidenciando a multiplicidade e a diversidade desse fenômeno urbano. Em seu estudo de caso Rosa (2008), analisa a morfologia urbana da cidade de Franco da Rocha, enfatizando os vazios urbanos, para ela, elementos morfológicos estruturantes da cidade e que apresentam potencialidades voltadas à preservação do meio ambiente logo, vazios vistos como vazios de preservação.

Já Borde apresenta no mesmo ano, em sua tese intitulada *Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas*²⁶, significações funcionais, formais e simbólicas destes espaços de acordo com cada um dos três momentos identificados por ela neste processo de produção destes espaços vazios: o “vazio”, o “esvaziamento” e o “preenchimento”. A partir disso, a autora fornece subsídios para elaboração de propostas que contribuam para reverter este quadro de desigualdade constituído por sua existência e, permanência. A autora busca reforçar e alimentar o quadro conceitual dessa expressão onde, para ela, embora o termo “vazio urbano” venha sendo utilizado, na maioria das vezes, para designar áreas livres em meio à cidade, as áreas verdes, praças e, em alguns casos, os espaços entre os edifícios não poderiam ser identificados como situações de vazios. Diferente dos espaços encontrados nas periferias, dos territórios em situação de esvaziamento e dos lotes e glebas encontrados nas periferias, estes sim, verdadeiros vazios. Para a autora teria surgido nestas situações a primeira ambiguidade em relação à expressão, onde a condição de uso (ou não), estaria mais ligada à expressão do que sua real ocupação, e cita exemplos como a conversão de prédios vazios na Europa em *squats*, a recente ocupação de galpões industriais abandonados na Europa, a utilização provisória de estacionamentos de mercados em horários ociosos para feiras e eventos de música no Brasil e os jardins comunitários cultivados em terrenos abandonados nos Estados Unidos.

Ou seja, foi a partir do agravamento das questões urbanas advindas das transformações produtivas ocorridas a partir da década de 1970, que os conceitos de vazios urbanos se distanciaram do sentido de áreas livres ou verdes para caracterizarem a complexidade e contemporaneidade das cidades, “adquirindo no seu entendimento dimensões econômicas e sociais, agregadas ao *sentimento* de espaço desocupado” (grifo nosso) (TEIXEIRA E FURTADO, 2010:2).

Sousa (2010), em sua dissertação de mestrado intitulada: *Do cheio para o vazio: Metodologia e estratégia de avaliação de espaços urbanos obsoletos*²⁷ não só levanta esta questão da ambiguidade como também a necessidade de compreensão deste conceito. Em suas palavras, buscou “aclarar um problema epistemológico que deriva de mutações emergentes da cidade assim como do espaço público” o que lhe garante oportunidade para reflexão. Neste sentido, a autora apresenta uma série de conceitos que vão desde o que é cidade, passando por espaços públicos, paisagem e percepção para então, apresentar novos

²⁶ BORDE, Andrea de Lacerda Pessoa. **Vazios Urbanos: perspectivas contemporâneas**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

²⁷ SOUSA, Claudia Azevedo de. **Do cheio para o vazio: Metodologia e estratégia na avaliação de espaços urbanos obsoletos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

conceitos relacionados a estes espaços ou, não espaços, tais como: vazios urbanos, *terrain vague* e não lugares.

Contudo, embora obedecendo esta temática, Portas (2008) afirma em seu trabalho: *Do vazios ao cheio*²⁸ ser este um termo que carrega em si certa ambiguidade, uma vez que a terra pode não estar literalmente vazia, mas, apenas desvalorizada, com potencialidades de reutilização para outros usos. Assim, o termo original teria perdido a capacidade de definir o espaço, por tratar-se de um constructo de ideias justapostas. O *Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais* (2008), confirma esta inquietação e apresenta o seguinte conceito de vazios urbanos:

Os vazios urbanos consistem em espaços abandonados ou subutilizados localizados dentro da malha urbana consolidada em uma área caracterizada por grande diversidade de espaços edificados, que podem ser zonas industriais subutilizadas, armazéns e depósitos industriais desocupados, edifícios centrais abandonados ou corredores e pátios ferroviários desativados (BRASIL, 2008: 142).

Cabe dizer, no entanto, que nosso foco não se encontra na busca pela terminologia ou possíveis significações para tal expressão, assim, interessam os primeiros estudos apresentados no Brasil, tal como Murilo Marx (1980), em *Cidade brasileira*²⁹, que dá início ao discurso dos vazios urbanos como elemento estruturante do espaço urbano e, Flávio Villaça (2000) em: *Perspectivas do planejamento urbano no Brasil de hoje*³⁰ que passa a utilizar a definição de vazio urbano para designar grandes áreas urbanas, providas de infraestrutura, compreendendo glebas ou lotes vagos.

Nesta mesma época (2000), Nora Clichevsky apresentava: *Tierra vacante em ciudades latino-americanas*³¹ de que trata pela primeira vez na América Latina de vazios urbanos como produto do mercado de terras, este trabalho faz parte do projeto *Instrumentos y Estrategias de Gestión Urbana para el Desarrollo Sustentable en América Latina y el Caribe*, e que contou com o apoio financeiro do governo italiano e se realizou no Setor de Meio Ambiente e Assentamentos Humanos do país, fazendo parte de um conjunto de atividades voltadas para a gestão urbana e cujo objetivo foi melhorar a capacidade institucional dos governos nacionais e locais para enfrentar os problemas de desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe. No documento, Clichevsky aborda diferentes tópicos relacionados a esta problemática tais como, a relação entre a sociedade e o espaço urbano, políticas do estado e organização do mercado formal e informal como elementos estruturantes da informalidade urbana entre outros.

Como vimos, para alguns autores, definir estes espaços é fundamental para auxiliar no entendimento da força com que estes vêm atingindo nossas cidades nas últimas décadas, pois estariam diretamente relacionados com a vida social contemporânea. No entanto, os conceitos até aqui esboçados, embora válidos para o momento a que se referem e no qual foram elaborados, possuem como objetivo principal ilustrar e apresentar o cenário mais

²⁸ PORTAS, Nuno. Do vazio ao cheio. *Caderno de Urbanismo*. Rio de Janeiro, n. 2., 2000.

²⁹ MARX, Murilo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1980.

³⁰ VILLAÇA, Flávio. *Perspectivas do planejamento urbano no Brasil de hoje*. In: II Seminário Cidades Brasileiras – Desejos e Possibilidades, Campo Grande, 2000.

³¹ CLICHEVSKY, Nora (org.). *Tierra vacante em ciudades latino-americanas*. Canadá: Lincoln Institute, 2002.

atual no que se refere à produção acadêmica voltada para os vazios e os caminhos que esta vem seguindo. E, embora acreditemos que as tratativas acerca dos vazios urbanos percorram discursos muitas vezes fragmentados e representados, como vimos, por diferentes vertentes analíticas, pode-se atribuir à complexidade deste fenômeno esta diversidade teórica exposta.

Assim, serão os textos apresentados anteriormente por Maricato (1997), Clichevsky (2000) e Villaça (2000) que farão uma melhor aproximação ao nosso objeto de estudo, no sentido de desvendar suas origens, que têm como base, o início da estruturação fundiária em Cascavel. Entretanto, é possível notar, a partir dos autores já comentados, que os vazios urbanos são elementos intrigantes do quadro urbanístico contemporâneo brasileiro e vêm sofrendo alterações em seus significados no decorrer do processo de crescimento e expansão das cidades.

Entre as diferentes definições apresentadas por estes autores, que percorrem diferentes significados e características, que vão de vagos a obsoletos e de subutilizados a disponíveis, optou-se aqui por entender o vazio urbano como resultado de um processo que é muito mais amplo, cuja base reside na cidade como mercadoria, em que diferentes agentes atuam em sua formação e o qual é palco de relações sociais, políticas, econômicas e ideológicas. Afinal, no contexto da produção do espaço urbano capitalista, a produção do espaço vazio é também produção do espaço cheio, e vice-versa, visto que, se articulam, por um lado, às implicações econômico-sociais desta mercadoria que é a terra e, por outro, a configuração espacial das cidades e potencialidades que representam para os diversos agentes sociais envolvidos.

Desta forma, percorremos o caminho inverso, onde a chave não está em perceber estes vazios como meros espaços de reserva, causas da inacessibilidade à terra, e sim, como produto do cativo de que é vítima, também, a terra urbana, fruto de um ordenamento que, em vez de institucionalizar o acesso à terra, tratou de eliminar toda e qualquer forma de acesso por parte da maioria da população. Ou seja, estes espaços são fruto do modelo de desenvolvimento brasileiro, que obstaculizou o acesso à cidade, tratando como mercadoria, considerando-a do ponto de vista de seu valor de troca, seja no que se refere aos vazios, seja no que se refere aos cheios – no caso, loteamentos clandestinos e irregulares desprovidos de infraestrutura, ou mesmo áreas de preservação ambiental e outras áreas às quais foi relegada parcela significativa da população, carente de recursos para participar da cidade formal (MARICATO, 1997).

Assim, o tratamento da cidade como mercadoria, vendável e exposta no mercado de compra e venda, favorecerá, como veremos, o controle sobre o espaço urbano. Os vazios urbanos são considerados, assim, como manifestações concretas das dinâmicas históricas da terra e da cidade, produto da instituição do mercado de terras, das políticas dos agentes públicos e das formas de ação dos agentes privados.

Vazios urbanos, cidade e mercadoria

Como vimos, a formação das cidades brasileiras é reflexo de um processo industrial baseado na intensa exploração da força de trabalho e na exclusão social. Ou seja, a cidade é produto de transformações, de práticas sociais e de ações do capital acumuladas historicamente e concretizadas na qualidade das relações espaciais. Pode-se dizer também, que por detrás do surgimento dos espaços de uma cidade existe um sistema de agentes, sociais e econômicos, voltados à produção do ambiente construído que procura influir no funcionamento do mercado, no valor dos imóveis e nas decisões sobre os investimentos públicos privados. Fato é que, na produção dos vários espaços urbanos, diversos autores contracenam, contudo, na construção dos vazios urbanos, alguns deles se destacam (BELTRAME, 2013) . No que tange nosso objeto, aparentemente, o Estado, o capital e os proprietários fundiários – certamente, não aqueles que veem a cidade como valor de uso – parecem atuar de forma articulada na produção e manutenção destes espaços.

Assim, não é que a reserva especulativa, o vazio urbano apareçam como óbice à acessibilidade territorial; ao contrário, ele é a expressão mais direta da cidade capitalista, que segrega e condiciona parcela representativa de pessoas a viverem às margens do direito à cidade, enquanto, como indica Maricato (1995), um patrimônio concentrado nas áreas mais servidas de infraestrutura e serviços permanece ocioso. Neste sentido, segundo a autora, não foram apenas os setores elitistas ou conservadores da academia que ignoraram a produção gigantesca e ilegal da periferia urbana, sendo que esta fuga em relação à realidade urbana é visível também em certa produção intelectual abstrata e alienada, por muitos dos que fizeram uma leitura crítica do capital e da renda imobiliária (MARICATO, 1995).

Assim, pode-se dizer que a ocupação irregular de terras é informalmente consentida – ou mesmo incentivada – pelo Estado que, entretanto, promove o direito formal de acesso à cidade. Para Maricato (1995), isso se dá em função da articulação entre legislação, mercado e renda imobiliária. Muitas vezes a ocupação é consentida mesmo em áreas de proteção ambiental, mas raramente em áreas valorizadas pelo mercado imobiliário calçado em relações capitalistas. No entanto, esta subordinação à lógica do mercado tem efeitos diferenciados no Brasil já que aqui, ele encontra um cenário de exclusão que é histórico.

No Brasil, a nova ordem internacional chega antes que o prometido bolo fosse dividido. A exclusão social acompanha então o processo de industrialização brasileiro desde seu início, a exclusão é estrutural no modelo caracterizado pelo “desenvolvimento moderno do atraso” e este – a exclusão –, é produto e subproduto dele (MARICATO, 1995). Como se viu, a modernização conservadora traz para o Brasil, que apresentava um dos maiores índices de concentração de renda do mundo, o aumento da miséria, do desemprego e da exclusão.

Maricato (1995), afirma que, se de um lado o crescimento urbano foi intenso e o Estado teve dificuldades de responder às demandas, de outro, a tolerância para com essa ocupação “anárquica” do solo está coerente com a lógica do mercado fundiário capitalista, restrito, especulativo, discriminatório e de investimento público concentrado.

Do ponto de vista do planejamento urbano e seu papel neste cenário, Villaça (2000) coloca que expressões como “crescimento desordenado”, “crescimento caótico” e “crescimento anárquico”, vêm sendo amplamente utilizadas nas últimas décadas pelo meio acadêmico, pela imprensa e pelo meio político. Além disso, a maior parte da nossa sociedade têm se contentado com os rótulos acima descritos como explicação para os problemas urbanos das nossas cidades. Essa versão da realidade tenta esconder, através do chamado “crescimento desordenado” ou “ausência de planejamento” a pobreza urbana, os baixos investimentos em infraestrutura urbana e a má distribuição desses recursos. Essa crença de que com ordem consegue-se resolver os problemas urbanos oculta a verdade: são necessários investimentos, decisões políticas, e não apenas “planos”. Entretanto, a ideologia do “crescimento ordenado” e do planejamento confere a eles um poder que, eles por si só, não têm de esconder nossa realidade urbana (VILLAÇA, 2000). Vejamos:

A revista Veja de 7 de junho deste ano (pgs. 137/138) apresenta como verdadeira a crença de que “o crescimento (urbano) desordenado contribui para o aumento da criminalidade. Cita então como “caso clássico” de “crescimento desordenado” a periferia de Brasília localizada fora do Distrito Federal. Afirma a revista: “Completamente abandonada pelo governo de Goiás, onde está localizada, sofre com as maiores taxas de criminalidade do Brasil. Nessa área formam-se – prossegue a revista – grandes aglomerações sem escolas, sem água, sem luz e sem rede de proteção social organizada por associação de moradores, igrejas e clubes...” Ah! É isso que quer dizer crescimento urbano “desordenado”? Então não é bem uma questão de “plano”? Pelo menos de plano urbanístico, como parecem dar a entender e talvez a maioria imagine. Então – pergunto eu – se Brasília apresenta um crescimento desordenado, que cidade brasileira apresentaria um crescimento “ordenado”? Qual a realidade? O crescimento urbano de má qualidade. Qual a versão ou a interpretação que o pensamento dominante procura veicular dessa realidade? Que a má qualidade está associada a um “crescimento caótico” ou “desordenado” que por sua vez seria causado pela falta de um plano... E o que seria esse tal “plano” com esse miraculoso poder de impedir a urbanização de má qualidade abrigando populações de baixa renda? (VILLAÇA, 2000: 3).

Sobre esta questão Maricato (2006), coloca que, o planejamento urbano tem sido invocado, em especial pela grande mídia, como a ferramenta capaz de dar novos rumos para as cidades, visando uma construção mais equilibrada. Esse prestígio que o planejamento urbano tem nos meios de comunicação, revela, segundo Villaça (2000), o desconhecimento dos conflitos e interesses que cercam a produção e o consumo das cidades – ou, pior ainda, obscurece estes mesmos conflitos e interesses.

O fato é que a maior parte da população contenta-se em atribuir as falhas ao tal “crescimento caótico” e pouco avança nessa discussão. Afinal, se parássemos para pensar, como e porquê esse “plano” traria para essas áreas pavimentação, água, esgoto, iluminação e casas de boa qualidade? Ou seja, não é por falta de leis e de planos urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam a atual situação (VILLAÇA, 2000). Maricato, em diversos trabalhos vem destacando a notável distância entre o discurso e a prática do planejamento em nosso país. Pode-se dizer que a regulação urbanística é abundante e detalhista quando observamos as leis de regulação do uso do solo, no entanto, essa regulação exagerada – aplicada à cidade formal – convive com imensa ilegalidade e precariedade fiscal ou controle do uso e da ocupação do solo, na cidade informal. “Ambiguidade e contradição é a marca da realidade territorial urbana” (MARICATO, 2005: 5).

Assim, a formação destes espaços é resultado de um quadro muito mais amplo, que em nada tem a ver com a forma de crescimento “desordenada” ou “planejada” das cidades e sim, com sua concepção enquanto mercadoria. Da mesma forma, ainda que efetivos, outros fatores como a especulação imobiliária, fatores culturais, razões doutrinárias e aspectos burocráticos ligados à titulação que, recorrentemente são citados como causadores de ociosidade da terra urbana são fundamentalmente decorrência deste processo de mercantilização do espaço, que move os interesses de diversos agentes que atuam na sua produção, em oposição àqueles cujo interesse reside na apropriação do espaço urbano enquanto valor de uso. Isso mostra que o cenário é muito mais complexo e contraditório: na realidade, os mesmos que constroem o lugar, constroem o “não lugar”.

Para Clichevsky (2000), este “não lugar” é resultado da cidade como mercadoria que se manifesta do planejamento, no funcionamento e forma de atuação do mercado imobiliário, das políticas dos agentes públicos, pressão dos movimentos sociais, entre outros. A atuação destes agentes, segmentados porém, conectados, constituem uma questão importante para compreender o significado destes vazios em nossas cidades. Assim, para a autora e, para nós, estes vazios encontram-se nas mãos de agentes cujo sentido de atuação deve ser aprofundado, variando em um leque que inclui os pequenos proprietários que puderam comprar, mas não ocupar; os que puderam comprar visando a valorização; os proprietários agrícolas e o Estado e outras instituições com políticas próprias.

Como veremos, cada agente que atua neste processo o faz de acordo com um sentido, podendo haver mudanças do mesmo através do tempo, geralmente relacionadas às novas demandas urbanas. Por exemplo, se o capital intervém transformando os usos de ocupação do solo com o objetivo de apropriar-se dos lucros, o Estado também modifica seu papel, em especial como detentor de terra, a partir da implementação de políticas de reforma (CLICHEVSKY 2000, MARICATO, 2005).

Agentes da produção do espaço: a construção do “cheio” e do “vazio”

O chamado “ambiente natural” é objeto de transformação da atividade humana. Os campos são preparados para a agricultura; os pântanos, drenados; as cidades, estradas e pontes, construídas; as plantas e os animais são domesticados e criados; os habitats, transformados; as florestas, cortadas; as terras, irrigadas; os rios, represados; as paisagens devastadas; os climas, alterados (HARVEY, 2005: 151).

Para Harvey (2005), embora muitos agentes atuem na transformação do ambiente natural, os principais agentes produtores e, consumidores de espaço (urbano e rural) do nosso tempo são: o Estado e o capital. A criação de novas relações espaciais para as interações humanas é uma das obras mais marcantes do capitalismo. No entanto, a reorganização drástica da paisagem geográfica, da distribuição e consumo do espaço, ilustra a dramática tendência do capitalismo de aniquilação do espaço no decorrer do tempo.

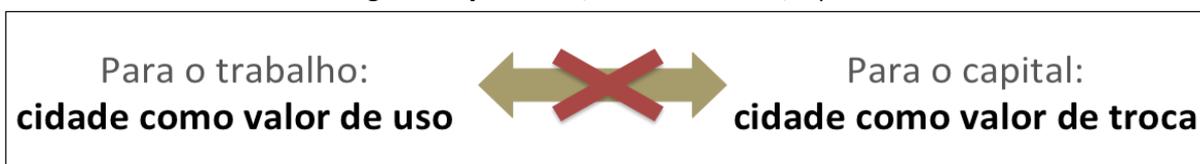
Sobre o espaço urbano, Corrêa (1995: 7), afirma que o mesmo é articulado e fragmentado, reflexo e condicionante social; a cidade é o local onde diversas classes sociais vivem e se reproduzem: “cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais”, mesmo que de modo e intensidade variáveis. No capitalismo, essa articulação se manifesta de modo

menos visível, através da circulação de decisões e investimentos de capital, da prática do poder e ideologia. Ou seja, o espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos que atuam de forma complexa, derivados da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classes que dela emergem (CORRÊA, 1995).

Corrêa (1995) define os agentes produtores do espaço urbano como sendo os proprietários fundiários, os proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários, os grupos sociais excluídos e o Estado. Para o autor, a ação destes agentes se dá dentro de um marco jurídico que regula a ação de cada um deles. No entanto, este marco não é neutro e reflete o interesse dominante de alguns dos agentes, constituindo-se em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante.

Maricato analisa, em *Habitação e Cidade* (1997), estes diversos agentes que atuam na produção e apropriação do espaço urbano; para ela de um lado estariam os usuários da cidade: os trabalhadores que buscam na cidade condições para viver – moradia, transporte, lazer, etc., e do outro, estariam aqueles para quem a cidade é fonte de lucro, mercadoria, objeto de extração de renda. Os primeiros encaram a cidade como valor de uso, os segundos, como valor de troca.

Fig. 1: Relação cidade/trabalho e cidade/capital



Fonte: Maricato (1997) (adaptado)

Assim, os proprietários fundiários citados por Corrêa estariam entre aqueles interessados, sobretudo, no valor de troca da terra, pois atuam de modo a obter a maior renda fundiária de suas propriedades, não estando interessado em seu valor de uso. Estão interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, na expansão do espaço da cidade, na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural.

No entanto, como vimos, a passagem da terra agrícola para terra urbana é bastante complexa, envolvendo diferenciais de demanda de terras e de habitações. Ou seja, a demanda de terras depende do aparecimento de novas camadas sociais, oriundas em grande parte de fluxos migratórios que detenham renda para que possam se tornar participantes deste mercado. Nas cidades brasileiras, a ampliação do fluxo migratório de ex-escravos e, imigratório europeu, trouxe outras consequências que não a constituição de demanda. A partir daí, o adensamento populacional das edificações existentes e o surgimento de construções provisórias erguidas pelos próprios migrantes em áreas ainda não ocupadas, de propriedade pública ou privada, passaram a ser notadas nos centros regionais (PEREIRA, 1988).

É neste momento que os proprietários dos meios de produção, neste caso, investidores privados, enfrentam a premente demanda habitacional por meio da produção de

alojamentos baratos para aluguel “fora da cidade” em “áreas rurais” “arrabaldes”. A constante valorização dos terrenos e a crescente angústia proveniente da falta de casa fez com que os capitalistas voltassem suas vistas para esse gênero de negócio. Essa ação conferiu rentabilidade à atividade da construção já que, em razão da demanda, a localização habitacional não representava riscos financeiros e o emprego do capital nessa atividade tornava-se vantajoso (PEREIRA, 1988).

Neste sentido, os proprietários do meio de produção são grandes consumidores de espaço urbano, assim, a especulação fundiária não é de seu proveito. Interessa sim aos proprietários fundiários, afinal, a retenção de terras cria uma escassez de oferta e o aumento de seu preço, possibilitando a ampliação da renda da terra (CAPEL, 1972). Sobre isso, Maricato (1997), coloca que, a retenção especulativa da terra urbana pode ferir os interesses do capital produtivo (proprietários do meio de produção), que necessitam de terra a cada novo empreendimento. A retenção de terra para fins especulativos pode impor limites ao capital não só porque ela constitui um insumo necessário para a produção, mas também porque seu encarecimento pode reduzir a margem de lucros, favorecendo os proprietários. No entanto, esse conflito não se verifica quando são os próprios proprietários dos meios de produção que se apropriam de uma parcela da renda fundiária, afinal, é comum no Brasil a terra ser guardada como patrimônio ou reserva de valor por industriais, banqueiros e construtores.

Contudo, Corrêa (1995), ressalta que, os conflitos entre proprietários fundiários e proprietários do meio de produção não constituem algo absoluto como no passado, isto se deve, em parte, ao desenvolvimento das contradições entre capital e trabalho, que torna perigosa a abolição de qualquer forma de propriedade, entre elas a da terra. Além de que, a própria burguesia adquiriu terras, de modo que a propriedade fundiária passou a ter significativo papel no processo de acumulação. Mais ainda, a propriedade fundiária e seu controle pela classe dominante tem a função de permitir o controle do espaço através da segregação, cumprindo, portanto, um significativo papel na ordenação e controle do espaço social.

Desse modo, pode-se afirmar que esse processo de transformação da propriedade antecedeu as transformações urbanas que ocorreram no trabalho de construir e no morar a cidade, tendo sido, posteriormente, impulsionado por elas. Sendo assim, pode-se afirmar que o final do século preparou à emergência de novas relações de produção da construção do espaço das cidades e o surgimento e consolidação do novo agente de produção: os promotores imobiliários (CORRÊA, 1995).

Para Harvey (2005), o capital imobiliário pode ser dividido entre aqueles que exploram a cidade para se apropriar da renda (proprietários de terra, de imóveis e incorporadores) e aqueles que obtêm lucro com a produção do espaço (construtoras e financeiras). Há uma profunda oposição de interesses entre os usuários que desejam, de modo geral, uma moradia de melhor qualidade ao preço mais baixo possível e o capital imobiliário, para o qual a diferença de qualidade provinda das diversas localizações ou própria escassez de habitação constituem fatores de aumento do lucro.

Para Pereira (1988), a consolidação do mercado imobiliário articula e resulta das formas de produção da cidade. O autor afirma que, na virada do século, a consolidação deste mercado se deu pela passagem do predomínio da forma de produção por encomenda para a forma de produção da construção para mercado. No entanto, essa consolidação do mercado imobiliário trouxe consigo sua contraface, a produção da casa pelo próprio trabalhador, desprovido de recursos para acessá-la por meio deste mesmo mercado.

Neste momento, podemos afirmar que à medida que a produção voltada para o mercado dominou as demais formas de produção, ocorreu uma fusão entre os mercados de terra, de locação e de compra e venda de edifício, o qual alterou o processo de determinação dos preços de mercado e de construção. Desta forma, a produção da cidade articulou mecanismos de formação de preços da terra com o de preços do edifício, ora determinados pela capitalização da renda fundiária, ora pela capitalização da renda imobiliária. Para Pereira (1988), é a partir desta distinção que se torna possível entender o significado da propriedade imobiliária no desenvolvimento da construção, pois indica como esta propriedade diferenciou o relacionamento do trabalhador com o capital de construção, provocando, também, sua transformação.

Por outro lado, como vimos, a apropriação de terras no Brasil é um assunto bastante complexo. Se, de um lado existe uma estrutura fundiária altamente concentrada devido a, num primeiro momento, utilização do solo para fins especulativos, de outro, existe uma demanda “legítima” por terra, surgindo daí mais um agente envolvido nesta produção, conduzida por movimentos sociais, de terra para trabalho e, de terra para moradia (GONÇALVES, 2002). Esses movimentos compõem um dos principais agentes de produção do espaço. São aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e, muito menos para comprar um imóvel, sobrando como alternativa apenas os cortiços, os conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal, a autoconstrução³² e as favelas. Estas três primeiras pressupõem uma vinculação a um agente social, como o proprietário de imóveis sem, no entanto, ocasionar transformação da camada populacional excluída em agente modelador do espaço urbano. Nem mesmo aqueles que produzem imóveis no sistema de autoconstrução, visto que estão submetidos à lógica dos proprietários fundiários, tornando-se à custa de muito sobretrabalho, proprietários de um terreno e de um imóvel, de mercadorias com valor de uso e de troca, como veremos adiante (CORRÊA, 1995).

Para Corrêa (1995), é na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se verdadeiramente agentes produtores do espaço, produzindo seu próprio lugar, na maioria dos casos, independentemente e a despeito dos demais agentes. A produção deste espaço se torna uma forma de resistência e de sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de remoção, que lutam pelo direito à cidade.

³² A autoconstrução, o mutirão, a autoajuda, a ajuda mútua são termos usados para designar um processo de trabalho calcado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se portanto das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho (MARICATO, 1982: 11).

O Estado também atua na organização da cidade. Para Corrêa (1995), sua atuação tem sido complexa e variável ao longo do tempo; como o espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte. O autor ainda afirma que, o Estado atua diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações, como proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos. Ora, as terras públicas são uma reserva fundiária que o Estado dispõe para usos diversos futuros, inclusive para negociações com outros agentes sociais. No entanto, através de órgãos como o Banco Nacional de Habitação – BNH e o Sistema Financeiro de Habitação – SFH, por outro lado, o Estado torna-se promotor imobiliário (CORRÊA, 1995).

Assim, é através da implantação de infraestrutura urbana que a atuação do Estado se faz de modo mais corrente e esperado. Mas, é na elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo e da decorrência de seu desempenho espacialmente desigual enquanto promotor de serviços públicos que o Estado se torna alvo de reivindicação dos segmentos da população urbana (CORRÊA, 1995).

Sobre isto, Maricato (1995), afirma que as obras de infraestrutura alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso a terra. Os proprietários de terra e capitalistas da área de promoção imobiliária são um grupo real de poder e de definição das relações orçamentárias municipais. Em decorrência disso, a valorização das propriedades fundiárias ou imobiliárias é o motor que move e orienta a localização dos investimentos públicos, especialmente na área dos transportes, ou seja, há uma simbiose entre a abertura de grandes vias e a criação de oportunidades para o investimento imobiliário, em que, muitas vezes a lógica de seu traçado não é apenas, e às vezes, nem principalmente, a necessidade de melhorar os transportes, mas a dinâmica do mercado imobiliário de alta renda. Assim, não se trata, apenas, de perseguir a melhoria dos bairros de melhor renda mas, principalmente, de investir segundo a lógica da geração e captação das rendas fundiária e imobiliária que têm como uma de suas consequências o aumento dos preços de terrenos e imóveis (MARICATO, 1995).

Ou seja, por não se processarem de maneira neutra, sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes agentes sociais, bem como das alianças entre eles. Contudo, a atuação do Estado se faz, essencialmente e, em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações, afinal, como vimos, o espaço tem sido um campo fundamental para a sobrevivência do capitalismo (MARICATO, 1995). Sendo assim, não é surpresa que o espaço urbano seja lócus privilegiado de criação de novas ideologias, o que vem ocorrendo no Brasil há muitas décadas, durante as quais o planejamento urbano tem sido usado ideologicamente, inclusive por meio de contínuas transformações de sua aparência (nomes, formas, conteúdos). É o que acaba por ocorrer com o “plano diretor”, que surge no Brasil a partir da década de 1940 em substituição às velhas formas de se organizar a cidade, e que foi sendo substituído por outros nomes a partir da década de 1960 (VILLAÇA, 2000). Assim, os “planos” desenvolvidos pelo Estado –

assim como os próprios planejadores – constituem o último ingrediente da produção do espaço urbano.

Análises e hipóteses vigentes

No capitalismo avançado, a responsabilidade pelo financiamento e gestão dos bens de consumo coletivo recai, em geral, sobre o Estado. No Brasil, o Estado procurou desvencilhar-se ao máximo daqueles encargos relativos ao espaço urbano e à habitação, voltando-se essencialmente para a saúde, segurança e educação, ou seja, aqueles mais indispensáveis e típicos da atuação do Estado. Desta forma, os loteamentos periféricos, empreendimentos privados que obtinham lucro em função da especulação imobiliária e das péssimas condições oferecidas, “resolviam”, em combinação com a autoconstrução da habitação, o problema sem interferência do poder público (BONDUKI; ROLNIK, 1982).

Maricato (1982), afirma que a autoconstrução atende aos anseios e à necessidade que o trabalhador tem da casa própria, do pedaço de terra, “mesmo que situado distante das áreas urbanizadas, mesmo que situado em área de topografia bastante acidentada, mesmo que a dívida do terreno se arraste por muitos anos até mesmo em condições ilegais de posse e ocupação da terra” (MARICATO, 1982: 90). Essa “solução” para o problema habitacional contribui para deprimir os salários pagos pelas empresas aos trabalhadores, pois, “eliminando dos custos de sobrevivência da força de trabalho, um item importante como a moradia, os salários limitam-se a cobrir demais gastos essenciais, como transporte e a alimentação” (KOWARICK, 1979: 41). Maricato afirma que, no Brasil, mesmo no período desenvolvimentista, o salário jamais foi regulado pelos preços vigentes no mercado formal de moradia, de modo que a favela ou o lote ilegal combinado à autoconstrução foram partes integrantes do crescimento urbano sob a égide da industrialização.

Alguns autores como Francisco de Oliveira (1972), consideram a autoconstrução como “supertrabalho”, ou “trabalho não pago”, outros, como Bonduki e Rolnik (1982), afirmam que, quando o morador produz a sua própria casa, cria uma mercadoria com valor de uso e que pode ser vendida a qualquer momento por ele. Desta forma, não se trataria de “supertrabalho”, mas sim, de um trabalho realizado pelo trabalhador como forma de “produtor individual de mercadorias” e não vendedor de força de trabalho para o sistema capitalista (BONDUKI; ROLNIK, 1982: 10). Convergindo com estes autores, Pereira (1988: 83) considera que “neste caso, tanto quanto as outras propriedades imobiliárias da cidade, a propriedade se torna virtualmente capital fictício, ou seja, funciona como capital, mas não é”.

Encontra-se aí uma questão controversa, pois se pode considerar que o salário obtido pelo trabalhador pela sua jornada semanal de trabalho não visa possibilitar a reprodução de sua força de trabalho apenas nos dias “de semana”, mas também nos fins de semana; por outro lado, é presumível que o pagamento das parcelas dos terrenos e a compra dos materiais de construção implicavam em privações aos trabalhadores e suas famílias, em termos de alimentação, transporte e lazer, por exemplo, caso em que efetivamente os salários não estariam sendo suficientes para cobrir os custos da reprodução da força de trabalho. De

qualquer forma, apesar da polêmica suscitada, o horizonte não se releva mais promissor, pois, para Bonduki e Rolnik (1982), a casa própria encaixa-se perfeitamente nessa conjuntura de superexploração, “e com ela, todas as suas consequências na (des)organização do espaço urbano, por uma cidade “produzida” por agentes individuais capitalistas não pode apresentar nenhuma racionalidade, senão a de cada um deles, isto é, o lucro” (BONDUKI; ROLNIK, 1982: 153).

Como vimos, após a década de 1930, a expansão e a diversificação da produção industrial refletiu, sobretudo, na organização da indústria da construção civil. Para Mautner (2004), com o fim da Segunda Guerra Mundial, a extensão do assalariamento, o acesso por ônibus à terra distante e barata da periferia, a industrialização de materiais básicos de construção, somados à crise do aluguel e às frágeis políticas habitacionais do Estado³³, tornaram o trinômio: loteamento popular/casa própria/autoconstrução a forma predominante de assentamento residencial da classe trabalhadora. Esta trilogia constitui uma política–inconfessa por se apoiar em ocupação irregular – de incentivo ao processo de periferização, sendo planejada econômica e ideologicamente.

Interessante notar que, neste quadro, o habitante das favelas não é apenas o trabalhador do setor terciário, que ocupa ilegalmente a terra e lança mão do expediente arcaico da autoconstrução para poder morar em algum lugar. Maricato (1995), mostra que até o trabalhador fordista é forçado a morar nas favelas, já que nem o salário pago pela indústria e nem as políticas públicas de habitação são suficientes para atender as necessidades de moradias regulares legais. Foi combinando investimentos públicos com ações reguladoras que o Estado garantiu então, a estruturação do mercado imobiliário capitalista para uma seleta parcela da população, sobrando para os demais a ilegalidade das favelas e outras formas de assentamento (MARICATO, 1995).

De novo, essa produção ilegal de moradias e o urbanismo segregador decorrem diretamente das características do processo de desenvolvimento industrial, das características do mercado imobiliário capitalista e também das características dos investimentos públicos (MARICATO, 1995: 43). Para o mercado imobiliário, esta forma de crescimento da cidade é extremamente lucrativa, uma vez que ocorre um aumento da demanda de terrenos vazios e uma imensa transformação de loteamentos periféricos, o que eleva extraordinariamente os preços das glebas (BONDUKI; ROLNIK, 1982).

³³ Criados pelo regime militar, em 1964, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação³³ (BNH) foram estratégicos para a estruturação e consolidação do mercado imobiliário urbano capitalista. Estes investimentos no financiamento à habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana, transformou as cidades brasileiras, estimulando mais uma vez a verticalização nas áreas centrais e contribuindo para o aumento especulativo do preço do solo, subsidiando apartamentos para a classe média urbana, dinamizando a promoção e construção de imóveis (MARICATO, 1995). Embora o SFH tenha financiado 4,8 milhões de moradias entre 1964 e 1986, o número de moradores nas favelas cresceu acentuadamente neste período. Destas 4,8 milhões, um terço foi objeto da promoção pública, supostamente destinados a moradores com renda menor que cinco salários mínimos. Essa política “combinou o atendimento dos interesses dos empresários privados com interesses políticos clientelistas” (MARICATO,1995:45) e foi fundamental para a estruturação do mercado imobiliário de corte capitalista.

Bonduki e Rolnik (1982), em seu estudo, *Periferia da Grande São Paulo*³⁴, apontam que os loteamentos direcionados à população de baixa renda eram empreendimentos capitalistas privados, em cujo processo de abertura participam cinco agentes: o proprietário fundiário, o empreendedor do loteamento, o corretor, os compradores e o Estado. Segundo estes autores, esse sistema passou a ser adotado a partir da década de 1960 por loteadores, no intuito de vender esses lotes para uma população que se sujeitasse a morar em um bairro carente de serviços. Importante no que se refere à evolução da estrutura fundiária é a leitura, por parte de alguns autores, de que a comercialização dos lotes era efetuada por partes, em que inicialmente vendiam-se os lotes mais mal situados, para em seguida, colocar à venda os demais lotes, num esquema em que a simples ocupação destes lotes inicialmente comercializados já valorizava os demais.

De fato, esta forma especulativa de retenção de lotes no interior da área loteada em nada tem a ver com a maneira – do ponto de vista dos autores citados, incorreta – através da qual frequentemente tem sido explicada a especulação imobiliária, como se vê no seguinte trecho:

O sistema de transporte não agia sozinho: ao contrário, era acionado pela especulação imobiliária, que adotou um método próprio para parcelar a terra da cidade. Tal método constitui no seguinte: nunca se fazia um novo loteamento na vizinhança imediata do anterior, já provido de serviços públicos. Pelo contrário, se deixava uma área de terra desocupada, sem lotear. Completando este novo loteamento, a linha de ônibus que o atenderia seria necessariamente um prolongamento do último centro equipado. Uma vez estendida a linha de ônibus, sua passagem por áreas não loteadas traria sua imediata valorização. O mesmo ocorria com os demais serviços públicos: para atender os pontos extremos loteados, passariam por áreas vazias beneficiárias imediatas do melhoramento público. Desta forma, transferia-se para o valor da terra, de modo direto e geralmente antecipado, a benfeitoria pública (CARDOSO; CAMARGO; KOWARICK: 1973: 8-9).

Deve-se ressaltar que em sua descrição, os autores não explicitam tratar-se ou não a propriedade das duas áreas – a loteada e a “em espera” – de um mesmo titular, caso em que a hipótese de especulação configurar-se-ia de forma mais consistente, ao contrário da leitura comumente feita, baseada na mera existência de “vazios” entre loteamentos não contíguos. De qualquer modo, este “método”, aceito por inúmeros estudiosos do urbano como a forma mais comum de se praticar a especulação, é lembrado e, reanalisado, poucos anos depois por Kowarick em, *A espoliação urbana* (1979). O autor afirma que “no processo desordenado da expansão urbana, o setor imobiliário levava adiante a ocupação espacial, guardando imensas áreas mais próximas aos núcleos centrais à espera de valorização” (KOWARICK, 1979: 32) e, enquanto isso, as áreas mais distantes, carentes de infraestrutura, eram abertas para a aquisição das classes mais pobres. Entretanto, para o autor, a ocupação destas novas áreas estava longe de seguir critérios programados e basear-se apenas na retenção especulativa de terrenos, não havendo, em outras palavras, coordenação entre os diferentes detentores da propriedade fundiária. Além disso, ainda que o “crescimento caótico” de São Paulo, cidade do estudo, indicasse a incapacidade do poder público de programar formas racionais de ocupação do solo, como vimos, o planejamento

³⁴ BONDUKI, Nabil. ROLNIK, Raquel. *Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho*. In: MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

acaba por servir de instrumento de ocultamento dos reais conflitos, como aqueles entorno dos investimentos e políticas pública. Em oposição ao discurso que considerava os problemas urbanos como o “o preço do progresso”, estes, na verdade, possuíam sentido muito diverso:

A periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho é **consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas**. Possibilitou, de um lado, altas taxas de exploração de trabalho, e de outro, forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora (KOWARICK, 1979: 41, grifo da autora).

Sobre o processo descrito por Cardoso *et al*, Bonduki e Rolnik (1982), afirmam que, a especulação deve ser pensada de outra forma; enquanto no interior do loteamento há uma especulação programada, na cidade como um todo esse processo é “anárquico”, uma vez que o loteador provoca “involuntariamente” a valorização das glebas vizinhas ainda não loteadas, pertencentes na maioria das vezes, a outros proprietários. A especulação programada só aconteceria na cidade se o solo fosse apropriado por monopólios em regiões bem demarcadas. Nesse sentido, segundo Singer (1982: 24-25):

As transformações no preço do solo acarretadas pela ação do Estado são aproveitadas pelos especuladores, quando estes têm possibilidade de antecipar os lugares em que as diversas redes de serviços urbanos serão expandidas. No entanto, esta antecipação nem sempre é factível e quando o é a concorrência entre os especuladores pode forçar a elevação do preço antes que o melhoramento previsto se realize, reduzindo sobremaneira os ganhos futuros da operação. Para evitar que isso se dê, a especulação imobiliária procura influir sobre as decisões do poder público quanto às áreas a serem beneficiadas com a expansão de serviços. Uma das maneiras de fazer isso é adquirir, a preço baixo, glebas adjacentes ao perímetro urbano, desprovidas de qualquer serviço e promover seu loteamento, mas de modo que a parte mais distante da área já urbanizada seja ocupada.

Para explicar a formação dos loteamentos de periferia nas grandes metrópoles, Bonduki e Rolnik (1982), partem da década de 1970, no período conhecido por “milagre brasileiro”, que combinou altas taxas de crescimento econômico e de acumulação de capital com a superexploração da força de trabalho. Segundo os autores trata-se dos efeitos do “Modelo Econômico Brasileiro”, que revela a funcionalidade que os loteamentos periféricos apresentam tanto para o crescimento urbano calcado na especulação imobiliária, como para um “desenvolvimento” econômico arrimado na superexploração da força de trabalho (BONDUKI; ROLNIK, 1982). O espaço urbano vai então se reproduzindo através da repetição de um mesmo padrão ou ritual de precariedade, caminhando lado a lado com a espoliação urbana e com a luta que tem como base de organização o local de moradia e como o principal interlocutor, o Estado.

Sobre isso, Mautner (2004), em seu ensaio: *A periferia como fronteira de expansão do capital*, coloca que, embora seguindo um padrão fragmentado, a forma dominante de produção do espaço urbano nas principais e maiores cidades brasileiras poderia ser apresentada como uma consequência de três camadas, as duas primeiras consistidas em “trabalho”, cobrindo e preparando a terra para a terceira, o “capital”. Nesse sistema, para ser coberta pela primeira camada – trabalho individual que produz moradias – a terra precisa ser revertida em propriedade onde lotes são colocados a venda. Prestações são calculadas de acordo com salários baixos e lucros são auferidos por meio da especulação.

Para possibilitar a construção, imobiliárias fazem a subdivisão e abertura de vias. Algumas casas são construídas pelos moradores em uma escala que vai da autoconstrução à construção por encomenda. Logo após, inicia-se o processo de demanda por infraestrutura, expressa por pressão sobre os governos locais ou por movimentos sociais (segunda camada, trabalho coletivo). A extensão desta infraestrutura abre caminho para a entrada do capital, a terceira camada, transformando essas áreas em espaço urbano. Assim, os lotes retidos anteriormente estão prontos para serem postos à venda por preços mais altos em um processo gradual de mimetização do espaço urbano oficialmente estruturado, que ao longo do tempo acaba por encobrir a maneira pela qual foi produzido.

A partir daí, o Estado acaba por permitir a entrada de serviços coletivos e equipamentos públicos e obriga, por meio desse mesmo processo, vários de seus moradores originais a irem para áreas mais distantes para iniciar a “primeira camada” de trabalho em novas periferias. Assim, o capital tem requisitos para se estabelecer no espaço e a periferia tem condições de oferecer a primeira camada de trabalho, desse modo o resultado da produção de valores de uso transforma-se em valor de troca, constituindo-se em porções definitivas de espaço urbano consolidado, controlado diretamente pelo capital (MAUTNER, 2004).

Para Maricato (1995), essa relação entre exclusão e capital, embora se mostre mais forte nas áreas centrais, é também encontrada nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas desvalorizadas em que a população trabalhadora é permitida se instalar, de forma que “a ilegalidade em relação à posse de terra parece fornecer frequentemente uma base para que a exclusão se realize em sua globalidade” (MARICATO, 1995: 60). Afinal, a maior tolerância em relação a produção ilegal do espaço urbano vem, principalmente, dos governos municipais, aos quais cabem a maior parte da competência constitucional de controlar a ocupação do solo:

Se o Estado faz “vistas grossas” a este universo de clandestinidade, é porque é a forma que encontra de oferecer uma válvula de escape para as necessidades objetivas e concretas que a massa de trabalhadores urbanos e a massa pobre, desempregada, recém-chegada do campo, tem de habitação. É uma forma ainda de viabilizar o corte entre a provisão capitalista de habitações e a não capitalista, assegurando para a primeira os recursos financeiros disponíveis. É uma forma ainda, também, de viabilizar a reprodução barata, da força de trabalho (MARICATO, 1987: 31).

Para a autora, as cidades refletem o processo industrial baseado na intensa exploração da força de trabalho e na exclusão social, onde o urbano se institui como pólo moderno, ao mesmo tempo em que é objeto da reprodução de novas formas arcaicas no seu interior; neste modelo “a exclusão social tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental, configurando pontos de concentração da pobreza” ou, imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada (MARICATO, 1995: 55).

Como resultado deste processo, a exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da “cidade oficial”. Para Maricato (2000), ela não cabe nas categorias do planejamento modernista/funcionalista pois apresenta semelhanças muito próximas às das cidades pré-modernas. Ela também não cabe no contexto do mercado imobiliário formal/legal e, não cabe ainda, nos procedimentos dos levantamentos elaborados pela maior agência de pesquisa de dados, o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística – IBGE. Por incrível que pareça, até mesmo os órgãos municipais de aprovação e controle urbanístico, frequentemente, afirmam desconhecer esse universo. Ou seja, ela não cabe, nem mesmo, nas representações cartográficas.

Deste modo fica fácil compreender porque o mesmo acontece nas universidades que, segundo Maricato (2000), estão presas a uma conceituação reificada de arquitetura e representação ideológica da cidade. Assim, concordamos com a autora de que é a disseminação do conhecimento sobre a “cidade real” que afastará a bruma que encobre a realidade e desvendará o significado desses espaços (cheios e vazios), enquanto resultados destes processos até aqui suscitados, de modo que, para reverter essa tendência que obstrui a visibilidade às realidades urbanas na cidade do capital fundiário/imobiliário, é preciso, antes de tudo, destruir esta representação ideológica hegemônica que se tem sobre a cidade.

Problematização

Nas últimas décadas vários estudos foram dedicados à ocupação e desenvolvimento da região oeste do Paraná. Tais trabalhos vêm sendo escritos de modo a ligar este processo à trajetória do desenvolvimento do Estado, que advém dos vários ciclos de ocupação ligados à sua economia.

Estes ciclos teriam marcado a ocupação da região onde hoje se encontra a cidade de Cascavel. De acordo com Sperança (1992), tais desenvolvimentos se deram primeiramente a partir dos estrangeiros interessados na exploração da erva-mate e da madeira; posteriormente com a expansão dos descendentes de tropeiros com a criação de suínos, fixando polos de colonização; mais tarde com o poder público que impôs a sua própria linha de ocupação dentro da “Marcha para o Oeste” deflagrada pelo governo de Getúlio Vargas e, por fim, a derradeira linha de ocupação organizada por grupos colonizadores. “Essas quatro linhas principais determinam o quadro histórico regional, somadas aos antecedentes que se vinculam à própria origem da nacionalidade brasileira” (SPERANÇA, 1992:7).

Estes grupos que chegam a região à partir de 1940 e que advém, principalmente, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, fazem com que Cascavel chegue a 1950 com uma população de 4.411 habitantes, saltando para 39.598 em 1960 e, 89.921 em 1970 (IBGE, 2010). No entanto, para entendimento do crescimento destas populações, há de se considerar as dinâmicas referentes à população urbana e rural, sobretudo o êxodo rural ocorrido a partir de 1980. Na tabela abaixo podemos observar este amplo movimento populacional entre campo e cidade que, em duas décadas, modificou consideravelmente suas dinâmicas.

Tabela 1: Evolução Populacional do Município de Cascavel

Ano	Urbano	Rural	Total
1950	-	-	4.411
1960	5.274	34.324	39.598
1970	34.961	54.960	89.921
1980	123.698	39.761	163.459

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Perfil Municipal de Cascavel

Assim, uma vez que o desenvolvimento regional está vinculado ao processo de ocupação do território mediado pelo Estado e à sua atuação direta na criação de núcleos urbanos e seu traçado, bem como ao seu papel na promoção e transformação de sua dinâmica econômica, acreditamos que entender tal desenvolvimento é útil para compreender o processo de urbanização cascavelense. Afinal, é neste quadro apresentado até então que se dá a abertura dos primeiros e novos loteamentos no início da década de 1960, os quais apresentaremos nos capítulos seguintes da pesquisa. Inquietações quanto aos caminhos tomados na abertura destes loteamentos nos instigam a trabalhar na busca por respostas, afinal, quais seriam os principais agentes – locais e externos – que regem as dinâmicas do processo de urbanização da cidade de Cascavel?

Certamente, uma análise mais profunda destes loteamentos seria necessária para que pudéssemos responder a esta questão, no entanto, buscamos aqui abrir caminhos nesta direção, a começar pela elucidação do processo de colonização deste espaço regional anterior a Cascavel. Assim, a partir da aferição do estado da arte apresentado na introdução, buscamos, no Capítulo 1, aproximarmo-nos de nosso objeto – a cidade de Cascavel – a partir de suas “preexistências”, ou seja, levantar a partir da bibliografia existente os reais conteúdos que condicionaram o processo de ocupação das terras situadas no oeste do estado do Paraná. Para tal, iremos analisar os principais episódios da história de ocupação regional, destacando os principais personagens deste processo. Também destacamos as iniciativas de colonização por parte do estado e a atuação das companhias colonizadoras, que transformaram, a seu modo, o espaço regional de Cascavel. Para isso, fizemos uso do levantamento e sistematização de dados realizado na Atividade Programada³⁵, discutindo e complementando os discursos apresentados por diversos autores dedicados à ocupação deste espaço regional, partindo do trabalho de Wachowicz (1982) sobre a história do oeste paranaense, a partir da relação territorial das empresas de exploração que dominavam a região no período de 1900 a 1930 e dos trabalhos de Alceu Sperança dedicados à história da ocupação de Cascavel, a partir dos ciclos econômicos e do papel do pioneiro; chegando às discussões ligadas à titulação e disputa de terras trazidas por Piaia (2004) e Serra (1997).

No capítulo 2, tratamos das questões ligadas ao processo de urbanização da cidade de Cascavel. Partindo dos primeiros momentos de ocupação estabelecido pelo pouso ervateiro, caracterizado pelo entroncamento de estradas conhecido como “Cascavel Velho”, habitado por Antônio José Elias e, posteriormente pela região habitada por “Nhô Jeca” – localmente conhecida como “Encruzilhada” –, passando pelas sentenças de aprovação do Distrito de Cascavel e da criação do Patrimônio Municipal e, sua complementação pelo estado do Paraná com a criação “Patrimônio Novo” em 1952, chegamos ao final do capítulo, onde nos

³⁵ Consiste na atividade intitulada Levantamento e Sistematização de dados e fontes documentais: documentos iconográficos, cartográficos e protocolos, proposta pelo orientador, a qual teve por objetivo organizar e apresentar as atividades realizadas no programa de mestrado, em especial no que diz respeito a identificação, coleta e sistematização de dados e fontes documentais. Resultou de levantamento efetuado na Biblioteca Pública Municipal – BPM, no Museu da Imagem e do Som – MIS, Prefeitura Municipal de Cascavel - PMC e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como no acervo do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, digitalizado e disponibilizado pela Central de Documentação do Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa – CDO/COMCAP, tendo sido realizado no segundo semestre de 2013 e primeiro semestre de 2014.

debruçamos sobre o processo de criação e subdivisão da Gleba Cascavel a partir de mapas técnicos disponibilizados pelo INCRA e pela Prefeitura Municipal de Cascavel.

O capítulo 3 apresenta a produção do espaço urbano de Cascavel sendo construído pelo “cheio” e pelo “vazio”, com destaque para as dinâmicas de suas trajetórias. Assim, neste capítulo buscamos, justamente, levantar o conteúdo destas dinâmicas que condicionaram o processo de urbanização de Cascavel – notadamente conteúdos referente aos agentes sociais – em especial identificando os agentes (proprietário fundiário, mercado e Estado), iniciando a qualificação das relações estabelecidas entre eles.

Contudo é importante destacar que, as referências ao espaço regional de Cascavel são bastante restritas no que se refere ao período que antecede a sua colonização sistemática, a simples análise bibliográfica de sua historiografia não nos permitiria avançar na elucidação deste processo; ao somarmos as narrações e impressões dos pioneiros à fotos e publicações de jornais³⁶, aumentamos nossas possibilidades de análise e com isso criamos novas interpretações deste mesmo espaço socialmente produzido. No entanto, o que apresentamos aqui é a narração de tais eventos afinal, respostas para este comportamento requerem uma análise mais detalhada, em especial no que se trata da relação entre os agentes e o espaço urbano.

Desta forma, este trabalho traz as inquietações teóricas e as perspectivas metodológicas apontadas pela pesquisa sobre o espaço urbano, onde entender esta dinâmica nos permite compreender o processo de ocupação e urbanização de Cascavel e sua região e, nesse sentido, como se deu a produção de seu espaço urbano, o real significado de seus “cheios” e “vazios”. Abrindo assim, espaço para futuras discussões no que se refere à incorporação nas análises do papel dos agentes na produção do espaço urbano de Cascavel.

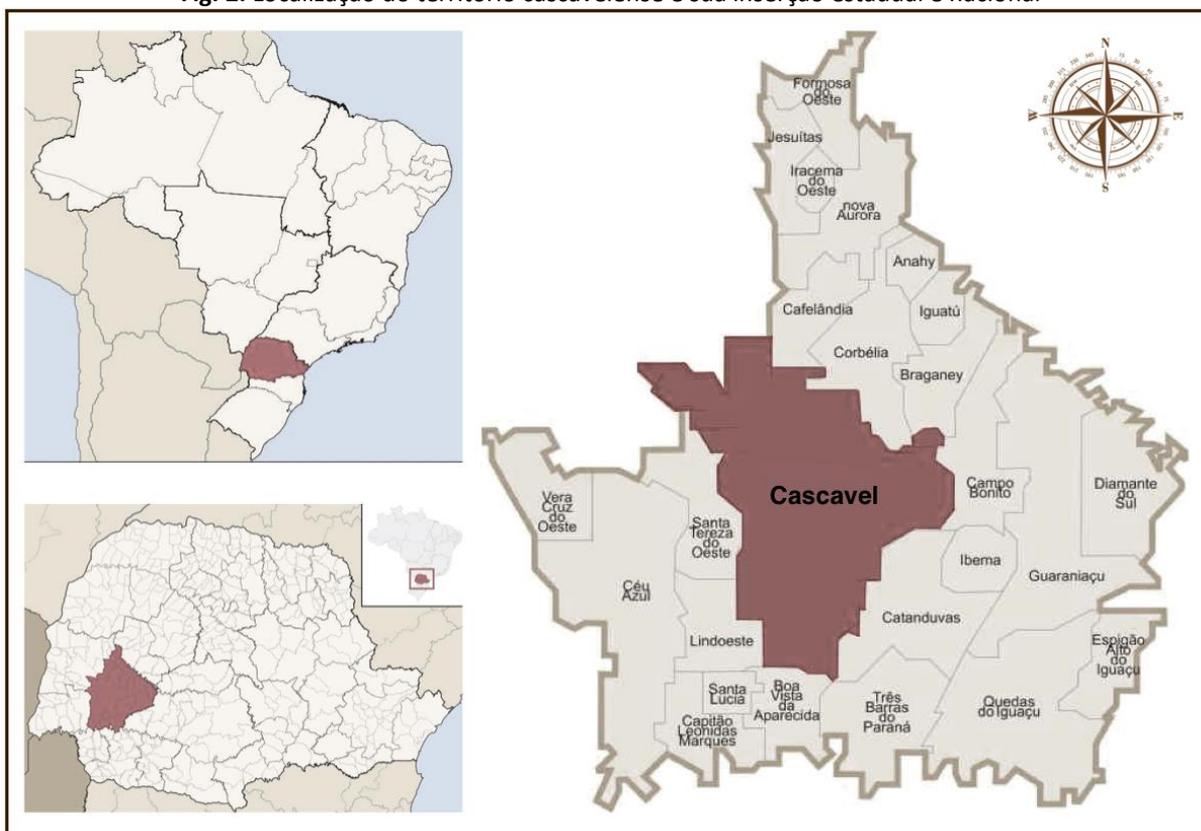
A presente dissertação tem por objetivo, enfim, efetuar contribuição para a história da urbanização de Cascavel a partir do horizonte da modernização brasileira posterior a 1930 focada na análise do papel da estrutura fundiária na definição do espaço urbano, em seus rebatimentos no processo de constituição de cheios e vazios urbanos.

³⁶ As publicações de jornais levantadas nesta pesquisa, referem-se ao jornal local: O Diário D'Oeste, que teve sua primeira edição publicação em 1962, tendo suas atividades encerradas no final da década. Esta “década” de notícias e editais está disponível para consulta no acervo da Biblioteca Pública Municipal de Cascavel.

Capítulo 1. O processo de interiorização: ocupação e inserção da região de Cascavel no cenário nacional

Cascavel, localizada na região oeste, próxima à tríplice fronteira (fig. 2), sugere a pertinência dessa análise em função de sua recente ocupação e inserção no território nacional. Assim, não em busca de uma contextualização do objeto em questão, mas sim da identificação de elementos estruturantes que marcaram essa experiência urbanizadora e seus desdobramentos, entendeu-se – a partir da sistematização das tendências interpretativas dos primeiros estudos que tematizaram a região oeste do Paraná – que, compreender historicamente o processo de ocupação do território cascavelense, dado a partir de diversas ações públicas e privadas, é essencial à análise que se busca realizar.

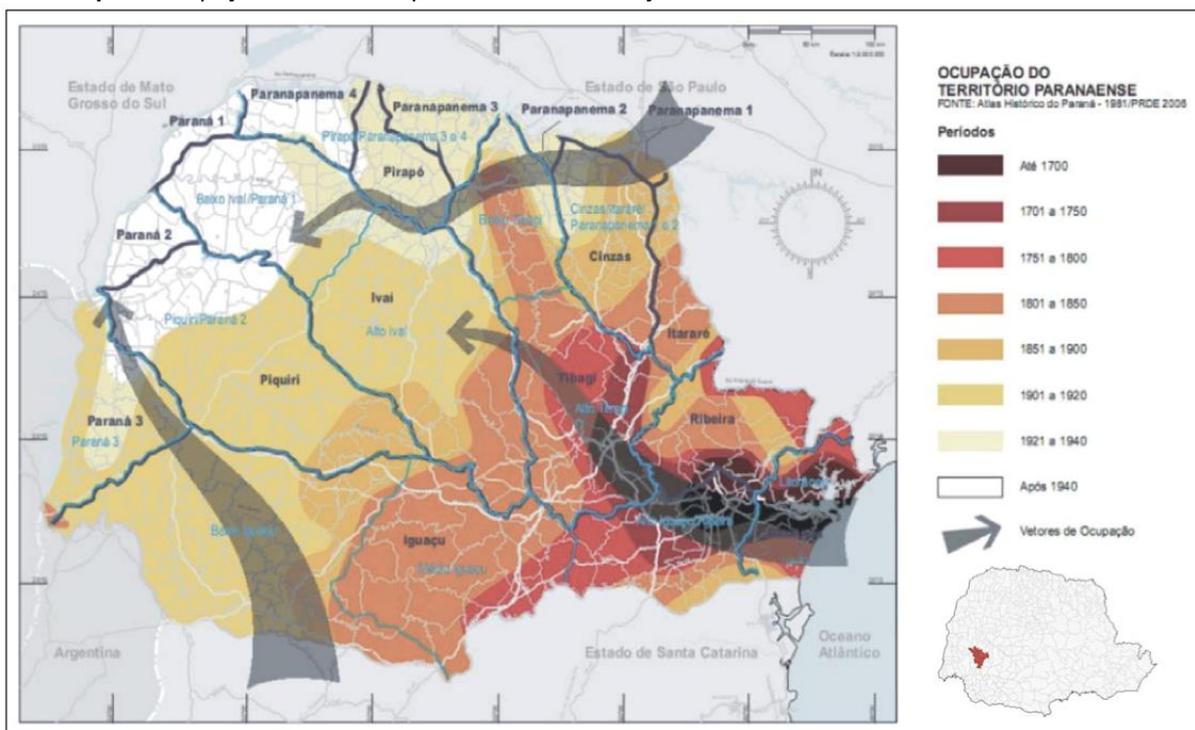
Fig. 2: Localização do território cascavelense e sua inserção estadual e nacional



Fonte: Autora (mapa base Secretaria da Educação do Paraná)

Como veremos, esta região passou a ser intensamente ocupada em meados do século XX, sendo o último dos espaços do estado a ser efetivamente colonizado (mapa 1). A formação desse espaço regional foi caracterizado pela existência de diversos ciclos econômicos que se confundem com a história econômica e política do estado e com as diferentes fases de ocupação do território nacional e do próprio desenvolvimento nacional, sendo marcada por três períodos multiétnicos de ocupação principais: a descoberta do Caminho do Peabiru pelos desbravadores europeus no século XVI, a presença dos *obrageros* no oeste paranaense no fim do século XIX e, a migração vinda do Rio Grande do Sul e Santa Catarina no Início do século XX.

Mapa 1: Ocupação do território paranaense e localização da cidade de Cascavel no Estado do Paraná



Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA (adaptado)

Adiantamos que é o final do século XIX que marcará um importante momento para a região frente ao cenário nacional, com a chegada de imigrantes italianos no Brasil. Estes chegavam ao país a partir de 1890, ocupando não só as matas de araucárias, mas as terras já povoadas, que se achavam em visível fase de regressão econômica e demográfica em função do encerramento do ciclo tropeiro³¹. Além disso, a história de Cascavel detém relações próximas com o histórico do tenentismo no Brasil, sendo inserida, como veremos, no cenário nacional de ocupação de fronteiras das décadas de 1920 e 1930, esta última coincidindo com o movimento conhecido como “A Marcha para o oeste”. Assim, junto à abertura da “estrada estratégica”, o movimento tenentista, a política nacionalista de Getúlio Vargas e a criação do município de Toledo em 1946, terão substantiva contribuição para a inserção da região no espaço nacional e, posteriormente, para o surgimento da cidade de Cascavel.

³¹ Tropeiro é a designação dada aos condutores de tropas ou comitivas de muares e cavalos entre as regiões de produção e os centros consumidores no Brasil a partir do século XVII. A importância do tropeirismo para a marcha de ocupação do oeste do estado do Paraná se dava em função de que, ao chegar em Curitiba, as tropas invernavam os animais por alguns meses nos Campos Gerais, onde se recuperavam de longa jornada, para mais tarde serem vendidos na grande feira anual de Sorocaba (SP). O tropeirismo não se limitava, porém, apenas ao deslocamento das tropas de São Paulo às pastagens do sul em busca de gado, adquirindo com o tempo, significados mais amplos. Assim, todo deslocamento de animais, grupos de colonos ou de ervateiros passou também a receber a denominação “tropa”. Foi assim que o tropeiro se tornou uma importante figura para a colonização do oeste, quando, toda a operação da primeira frente colonizadora oestina, reunindo os “caboclos” de Guarapuava aos poloneses, nas primeiras décadas do século XX, foi desenvolvida por herdeiros do ciclo tropeiro. “Além disso, o deslocamento dos tropeiros criava novos pousos e acampamentos, muitos dos quais tornados os germes de futuras cidades do Paraná de hoje” (SPERANÇA, 1992:23).

1.1 As primeiras presenças no território cascavelense

A região onde hoje é a cidade de Cascavel, historicamente foi cenário da ação jesuítica e das bandeiras brasileiras, no início da colonização do Brasil. Nela ocorreu, no século XIX, o processo extrativista da erva-mate. No século XX, Cascavel e cidades vizinhas foram culminantes para o término da revolução tenentista, uma das maiores revoltas contra a República. O movimento migratório para a cidade de Cascavel, na década de 1930, é consequência deste movimento político [...]. Após este primeiro surto migratório, outros se sucederam, pelas oportunidades geradas na cidade: antes do início da década de 1950, pioneiros estabeleceram-se pela riqueza das matas e; na década de 1970, pela riqueza gerada pelo “ouro verde” (soja) (DIAS; DIAS, 2006: 2).

Como vimos, diferentes autores têm se debruçado sobre este objeto, adotando diferentes abordagens para explicar este processo. Mariano (2012), em seu estudo sobre a “Capital do Oeste”³², considera a população da cidade de Cascavel, constituída por fluxos migratórios que se intensificaram a partir da década de 1950, como reocupação do território, se considerado que populações indígenas como Caingangues e Guaranis – e poderíamos acrescentar, militares, populações resultantes das *obrages*, caboclos, entre outros –, a tempos remotos haviam se estabelecido na região. Caberia então, se debruçar sobre estes antecedentes, pelo fato de exercerem uma influência estruturante sobre a região.

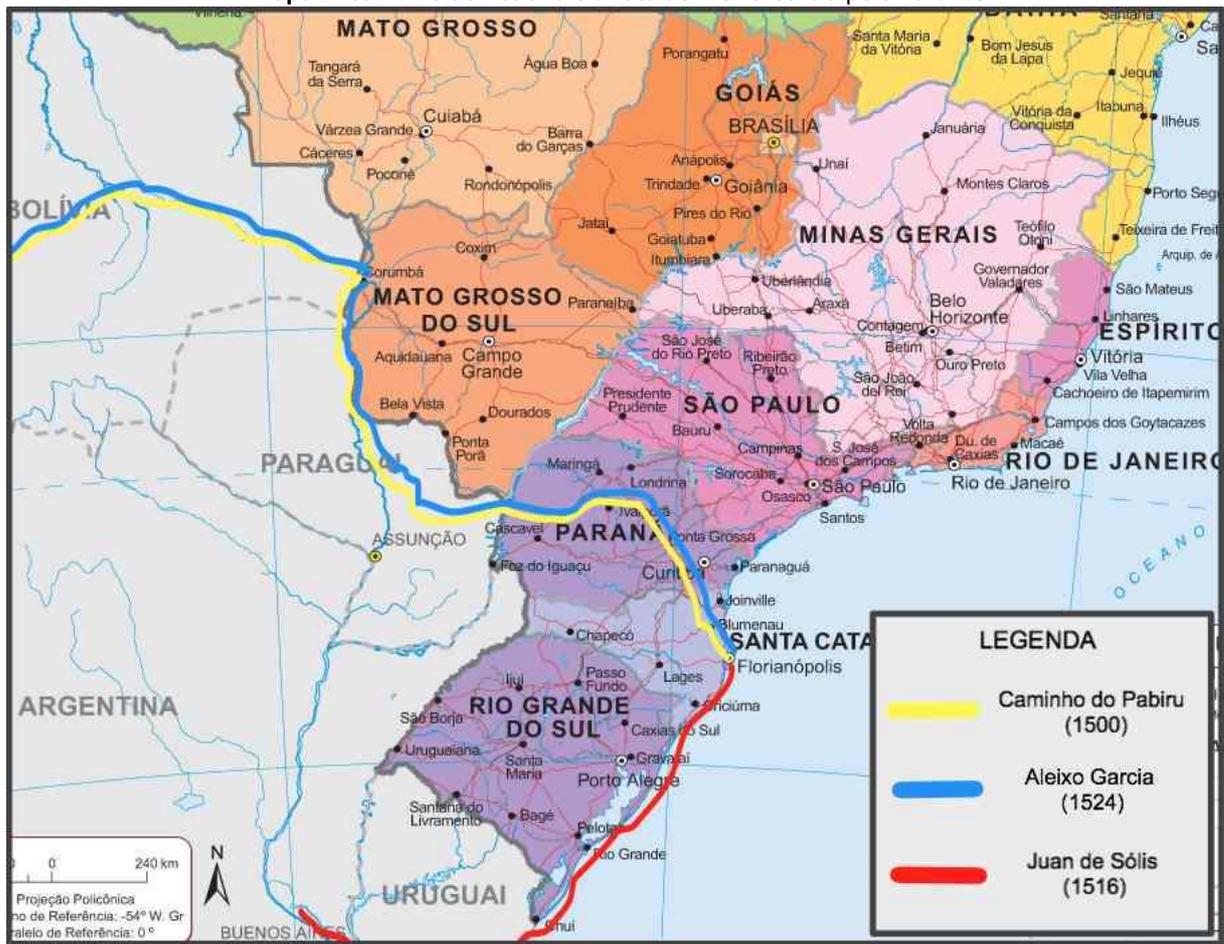
Os registros de tais antecedentes na historiografia remontam a momentos os mais remotos da história nacional. Para Sperança (1992), as origens mais antigas da história de Cascavel estão ligadas ao Tratado de Tordesilhas, derivadas da suposta imprecisão dos limites traçados na divisão do mundo entre Portugal e Espanha. Esta última buscava estender seus domínios até o litoral do estado do Paraná, enquanto Portugal avançava em suas agressivas jornadas “predadoras” contra os índios nos arredores do Rio Paraná. Para o autor, as origens de Cascavel se encontram, portanto, nos movimentos humanos a partir do Rio Paraná.

Outros registros apontam igualmente que seu processo de colonização ocorreu paralelamente ao processo de colonização brasileira, no período das grandes navegações, quando países europeus exploravam o oceano em busca de novas terras. Nesse sentido, de acordo com Dias *et al* (2011), um dos primeiros exploradores a chegar nesta região foi o navegador Aleixo Garcia, em 1516, representando a Armada Espanhola de Solis, com a missão de descobrir uma passagem entre o Atlântico e o Pacífico para que pudessem chegar às índias. Como resultado, chegou até a região onde hoje se encontra a cidade de Guaíra (mapa 2).

Piaia (2004), em sua tese, apresenta a teoria da fronteira como um forte componente da ocupação oestina; nesta teoria, cronologicamente, o processo de interiorização do estado do Paraná teria ocorrido em meados de 1500, quando a comitiva de Álvaro Nunes Cabeça de Vaca, no intuito de atingir Assunção – às margens do Rio Paraguai – evoluiu em sua trajetória através do que seria um ponto equidistante entre o Rio Paraná e os campos de Guarapuava, regiões estas habitadas por diferentes tribos Guaranis, justamente no local do atual município de Cascavel.

³² Não se tem conhecimento, a princípio, de um evento ou, se há propriamente algum autor para tal terminologia. Para Mariano (2012), o que se sabe é que, na década de 1960, a cidade já era uma das maiores da região, creditando, assim, a causa e autoria da terminologia “Capital do Oeste” e seu uso trivial pela imprensa local.

Mapa 2: Caminho do Peabiru e a rota de Aleixo Garcia pelo Paraná.



Fonte: Autora (adaptado Mapa Político do Brasil)

Como vimos, nas últimas décadas vários estudos foram dedicados à ocupação e desenvolvimento da região oeste do Paraná. Tais trabalhos vêm sendo escritos de modo a ligar este processo à trajetória do desenvolvimento do Estado, que advém dos vários ciclos de ocupação ligados à sua economia. Este, foi o último dos espaços entre os estados do sul do Brasil a ser colonizado e, embora sua ocupação efetiva tenha ocorrido apenas na segunda metade do século XX, tentativas de colonização por parte do Estado e da iniciativa privada são observadas ainda no século XIX.

Wachowicz (1987), e alguns outros autores como Sperança (1980), costumam ver no século XIX, uma situação de abandono da região por parte do Estado. Piaia (2004), registra a ideia, supostamente vigente naquele século, de que, de uma região de população escassa, de difícil acesso e viabilização econômica e que de imediato nada tinha a oferecer, pouco se poderia esperar.

Se, no entanto, esta região havia sido colocada em segundo plano pelos estrategistas imperiais, isto não significava que a mesma tivesse sido esquecida. O acordo de navegação feito com a Argentina³³ e a definição da fronteira política teriam grandes impactos na

³³ Como a presença argentina e paraguaia era muito forte na região, o Brasil forçou a assinatura de um acordo de navegabilidade. Uma espécie de tolerância, sobretudo, por parte da Argentina. Em contrapartida, a Argentina exigiu e obteve do Brasil, a concessão de navegar livremente desde a foz do Iguaçu até as Sete Quedas (WACHOWICZ, 1987). Por este acordo, a região das barrancas do Rio Paraná foi, praticamente, aberta à navegação e ao comércio argentino.

redefinição da dinâmica oeste ainda na segunda metade do século XIX. O primeiro, por abrir portas à exploração do território por parte dos argentinos e, o segundo, por incorporar de forma efetiva a região no território nacional. Como resultado destas ações, a percepção da importância estratégica do espaço oeste induziu aos primeiros planos de povoamento: a construção de uma Colônia Militar – que futuramente daria origem à cidade de Foz do Iguaçu – e, a aceleração da construção de uma estrada que pudesse ligar o leste do estado ao interior do Paraná (PIAIA, 2004).

Assim, nas proximidades onde o Rio Iguaçu desemboca no Rio Paraná, a Comissão Estratégica deu início à limpeza do território e à construção de algumas casas que marcariam o início da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em 1888. Esta forma de ocupação, preconizada pelo Governo Imperial e que consistia em doar lotes de terras aos militares que ali se estabelecessem, demonstrava a preocupação por parte do Estado em garantir a posse do território. Contudo, a colônia não prosperava, devido, principalmente, ao seu isolamento.

Neste tempo não havia nenhum caminho que ligasse a região ao leste do estado. De acordo com Mariano (2012), até fins da referida década, para deixar a capital Curitiba em direção ao interior do Paraná, as estradas em melhores condições alcançavam, apenas, a região de Guarapuava. Daí em diante, para se chegar a Foz, era preciso utilizar as “picadas” – caminhos abertos na mata. Além disso, o caminho aberto pela referida comissão, chamada de “Estrada Estratégica”, estava à mercê da natureza que a deixava em grande parte do tempo, intransitável (PIAIA, 2004; MARIANO, 2012).

No entanto, embora não estivesse em excelentes condições, sua utilização foi franqueada aos viajantes no final de 1919. Assim, se a lenta, porém constante utilização da estrada não definia os rumos da integração do oeste paranaense com o restante do estado, servia, ao menos, ao usufruto dos caboclos e de alguns grupos isolados de imigrantes europeus que dela se aproveitavam para avançar ao interior (PIAIA, 2004).

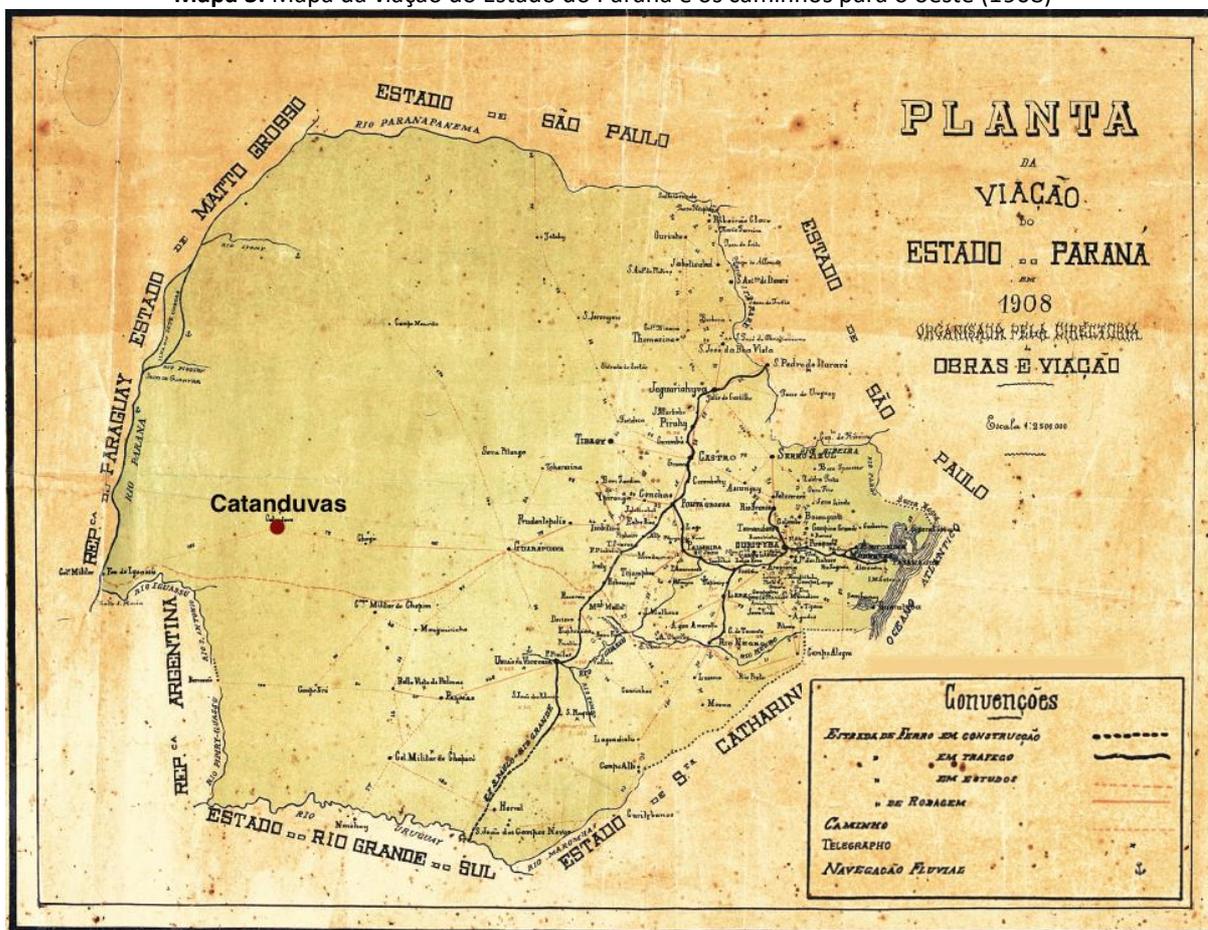
É inegável, no entanto, que a abertura da Estrada Estratégica e a implantação da Colônia Militar eram elementos imprescindíveis à formalização da ocupação do espaço oeste. Por outro lado, para Piaia (2004), o resultado ficou aquém do esperado. Muito porque tanto o governo imperial quanto, posteriormente, o regime republicano, apostaram na abertura de um caminho imaginando que sua existência criaria um fluxo automático de colonos. No fundo, “seria necessário toda uma sucessão de eventos que culminaria com a Segunda Grande Guerra para que finalmente, sobre o leito principal da estratégica, o desejado fluxo de colonos se tornasse realidade” (PIAIA, 2004: 60).

Logo, ao longo da estratégica, afora as vilas de apoio pré-concebidas pelos seus planejadores, como era o caso de Catanduvas³⁴ – anotada do mapa 3 –, surgiram pequenos núcleos espontâneos de população, situando-se mais ou menos equidistantes e que obedecia uma lógica tanto de não saturação do espaço, como de apoio aos viajantes a

³⁴ Foram criados ao longo da “estrada estratégica” postos de suprimento para, no futuro, aparar os viajantes que fizessem o percurso e para apoio logístico dos militares, um deles, foi o posto de Catanduvas no oeste do Paraná.

qualquer altura a estrada³⁵. Alguns destes pontos se sobressaíram, ganhando condição de vila, que representava, na época, o mais importante *status* no interior do sertão (PIAIA, 2004).

Mapa 3: Mapa da viação do Estado do Paraná e os caminhos para o oeste (1908)



Fonte: Instituto de Terras Cartografia e Geociências – ITCG (adaptado)

Esta condição, que era feita constar em documentos públicos e decretos oficiais, aparece também, segundo Piaia (2004), no mapeamento realizado pela horda cabocla. Muitos destes lugares são batizados com o nome ou sobrenome do morador mais próximo, tal qual acontece na atual cidade de Cascavel, situada onde existia na época, a “Encruzilhada do Gomes”, típica denominação que funde o sobrenome de um habitante com o lugar onde há uma interseção de duas rotas ou picadas. Assim, pode-se dizer que, anteriormente a sua colonização, a “Encruzilhada”³⁶ era utilizada somente como área de pouso entre as cidades do Rio Paraná e as cidades do leste.

Sobre isso, Sperança (1992), afirma que foi a construção, pelo ervateiro Augusto Gomes de Oliveira (o mesmo que daria nome à Encruzilhada), de uma estrada rústica, nos fins do

³⁵ Estes pousos, muito utilizado por viajantes estavam, em sua maioria, próximo aos rios. Em um destes locais, havia um rio conhecido pela quantidade de cobras do gênero *Crotalus*, também conhecida como cascavel (SPERANÇA, 1992). Assim, é de se pensar que, o imaginário de quem passava pelo local fez difundir pelos viajantes e, mais tarde pelas tropas que acampavam às margens do pequeno riacho, o nome de Cascavel.

³⁶ De acordo com Piaia (2004), “Encruzilhada” é uma denominação que se refere antes à posição geográfica, não necessariamente precisa, de caminhos criados pelo uso mais ou menos constante e que em determinado local se cruzam. Cascavel é anterior à encruzilhada, e não se situa, exatamente, mesmo mesmo local, mas a ele próximos.

século XIX que, constituiria o verdadeiro ponto de partida para o futuro aparecimento do município de Cascavel. A trilha, suficientemente larga para a passagem de carroças, ligava-se um pouso para viajantes às margens de um ribeirão, conhecido pelos herdeiros do tropeirismo como Rio Cascavel. Este pouso, aliás, tinha sua origem na internada de animais da empresa argentina de Domingos Barthe³⁷, que já existia às margens do rio muitos anos antes da construção da estrada. De acordo com narrativas locais, foi neste ponto de origem da trilha de Gomes de Oliveira, às margens do rio, que Antônio José Elias, um agricultor catarinense, decide, em 1920, se estabelecer.

Fig. 3: “Encruzilhada do Gomes” na década de 1920



Fonte: Perfil do Município (2009)

Assim, de acordo com a história local, reserva-se para Antônio José Elias, o título de pioneiro colonizador, datando, de 1922 a aquisição, por meio de concessão pública, das terras situadas às margens do Rio Cascavel junto à Companhia Brasileira de Aviação e Comércio – BREVIACO, pelo pioneiro. Este veio então com diversos familiares, instalar-se com suas moradas no alto do atual bairro “Cascavel Velho” (SPERANÇA, 1992; MARIANO, 2012).

O advento da trilha aberta por Augusto Gomes de Oliveira ligando o Rio Cascavel à Lopeí – sede administrativa da empresa argentina *Nuñes y Gibaja* –, propiciou o aparecimento de várias outras trilhas, todas elas estrategicamente cruzando o lugar em que a estrada do pioneiro cortava o caminho aberto pelos militares. Para Sperança (1992), não fosse isso, o início de Cascavel como cidade e sede municipal talvez se tornasse o próprio pouso à beira do rio, futuramente habitado por José Elias em 1922 e não, como veremos, a área da Encruzilhada do Gomes ou a área que passou a ser conhecida na historiografia de Cascavel

³⁷ A empresa da família Barthe era uma das que predominava no comércio da madeira e da mate na região no século XIX e início do século XX.

como “Encruzilhada” – habitada por José Silvério de Oliveira, o “Nhô Jeca” –, a partir da década de 1930.

Em todo caso, é preciso estar atento, principalmente no que se refere ao papel das estradas neste processo. “As rotas preferenciais e os caminhos estratégicos têm sido evocados no decorrer dos séculos para explicar o sucesso das cidades, regiões e até países” (PIAIA, 2004: 49). Alguns historiadores tem se contentado com a explicação de que grandes cidades surgem no eixo das rodovias, enquanto outras, afastadas do eixo principal, tem um desenvolvimento inferior. No entanto, não há nenhuma regra que assegure que as cidades sobre o eixo da estrada principal apresentem maior crescimento em detrimento a outras mais secundárias. Mais que isso, para Piaia (2004), tal empirismo não consegue, sequer identificar como cidades sobre este mesmo eixo principal têm crescimentos diferenciados.

No tocante ao crescimento dos indicadores populacionais de Cascavel, ocorre uma unanimidade perigosa, que passa pelo “caminho” mais simples, de subordinar não apenas o crescimento do número de habitantes, mas também seu dinamismo econômico a partir dos anos de 1950 a uma mesma e recorrente resposta. Trata-se da subordinação da dinâmica subsequente aos estágios iniciais da colonização a um aspecto de ordem geográfica ou, mais explicitamente, a sua localização. Esta conexão automática induz a uma passividade do pensamento, que é perigosa porque, ao mascarar ou mistificar outros aspectos essenciais da consolidação da cidade, induz igualmente a erros recorrentes de interpretação e compreensão, ocultando a identidade real do processo que fez com que Cascavel passasse a liderar as estatísticas de produção, geração de renda e população (PIAIA, 2004: 71).

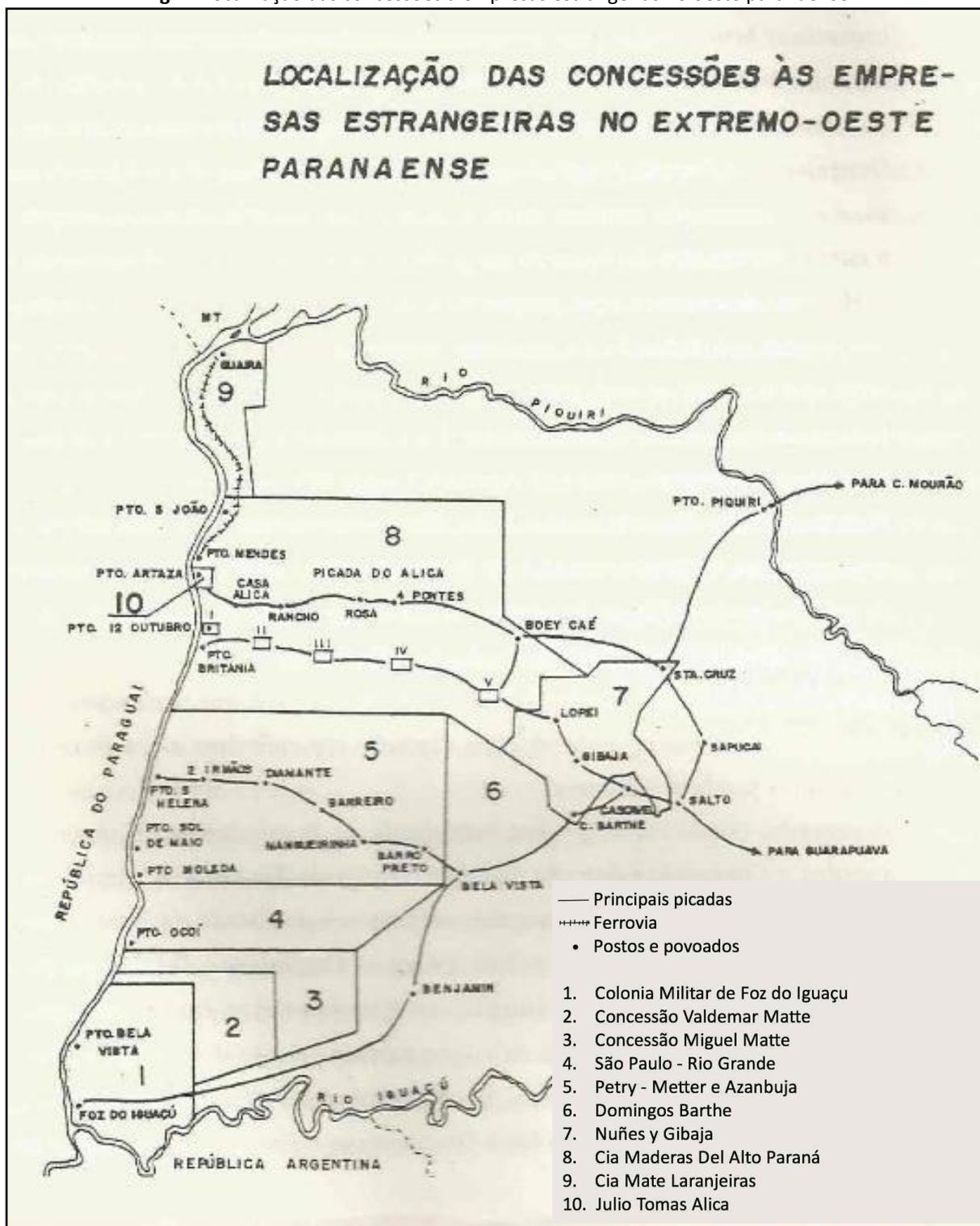
Assim, muito embora este episódio, e outros similares, não tenham alterado o panorama de ocupação rarefeita dentro da região oeste, que até o início da década de 1920 vivenciava uma situação de total inexistência de meios de comunicação que pudessem promover uma maior integração desta área com o restante do estado e do país, – tornando a região desconhecida para os demais brasileiros – este panorama se alteraria com os eventos que se sucedem ainda no início do século. Ademais, certamente, estes locais anteriormente citados, embora não fossem constituir cidades aos moldes dos anunciados pela modernidade, certamente criaram pontos referenciais, às vezes chamados de pouso, nos que tinham por finalidade acolher os viajantes. Outras vezes, estes locais seriam chamados de central, denominação comum, utilizada especialmente na zona de abrangência das *obrages*, onde era realizado o depósito da erva-mate e onde os casebres dos trabalhadores estavam localizados (PIAIA, 2004).

Ressaltamos que por desconhecida, não queremos dizer desabitada. Enquanto o Brasil institucionalizava a República e, um pequeno parque industrial começava a se formar em São Paulo e no Rio de Janeiro, aqui, uma indústria extrativista estava se formando. Muito antes que os “nacionais” tivessem feito a descoberta econômica do território, as *obrages* – sistema de exploração típico da Argentina e Paraguai – adentrava o estado pelo Rio Paraná (WACHOWICZ, 1987; PIAIA 2004). Essa exploração, comum desde o início do século passado, penetrou de forma natural e espontânea pelos vales navegáveis do Paraná e, a partir de 1881, seriam detectadas as primeiras formações dessa frente extrativista no extremo oeste do estado, ou seja, na margem esquerda do Rio Paraná, nas chamadas barrancas.

Para Piaia (2004), este tipo de exploração não era surpresa, visto a forma tão comum de capitalização que decorre da produção primário-exportadora no Brasil. No entanto, estas

obrages não estavam interligadas a um mercado brasileiro nem no que tangia à produção e, tampouco aos resultados obtidos na exportação. Nem mesmo seus nomes eram dados em português: *Nuñes y Gibaja*, *Miguel Matte*, *Julio Alica* e *Central Barthe*, denotam a penetração da atividade proveniente da região do Prata.

Fig. 4: Localização das concessões às empresas estrangeiras no oeste paranaense



Fonte: Grondin (2007) (adaptado)

Para Piaia (2004), o primeiro *obragero* a se instalar, talvez tenha sido Domingos Barthe, em 1858. Toda a região oeste pertencia, antes da fundação de Foz do Iguaçu, a Guarapuava. A área sob controle de Barthe iniciava-se nas margens do Rio Paraná, próximo ao Rio Iguazú,

penetrando pelo interior, até passar por onde hoje se encontra a cidade de Cascavel, seguindo muitas léguas ao sul e ao norte desta (fig. 4).

Para os paranaenses, aquela parte do território era desabitada, nenhum movimento de penetração para o ocidente havia deixado sequer vestígio de ocupação na região. O oeste paranaense se apresentava então, como uma gigantesca mina de erva-mate e madeira e o Rio Paraná permitia colocar os produtos ali coletados no grande centro consumidor da época, a cidade de Buenos Aires. Além disso, a ausência do Estado brasileiro no local abria margem e dava ampla liberdade às *obrages* que, obtinham a baixo custo, concessões de terras por parte do governo paranaense, além das vantagens de fornecimento de um produto de maior qualidade e minimização dos custos pela exploração servil de mão-de-obra (PIAIA, 2004).

A permanência deste sistema foi longa no Brasil, algumas *obrages* persistiram por quase um século, graças ao isolamento quase completo do oeste do Paraná no período. Além disso, salvo a região norte cafeeira, não havia nenhuma outra atividade de produção primária que afrontasse o lucro obtido pelas *obrages*. Logo, a erva-mate foi, por muitos anos, o principal item da pauta de exportação do Paraná. No entanto, o interesse dos *obrageros* nunca foi o de colonização, nem o de povoamento. Embora houvesse nos contratos de concessão de terras obrigações de incentivo à colonização, seu objetivo era a extração da erva-mate nativa da região, bem como da madeira. Assim, infelizmente, a tipicidade da indústria *obragera* não contribuiu no deslocamento populacional para a região. Embora esta necessitasse de número elevado de trabalhadores, como estes basicamente não detinham renda³⁸ e o sistema de colheita da erva exigia um constante deslocamento entre os ervais, não houve fixação significativa de população nos locais de extração (WACHOWICZ, 1987; PIAIA, 2004).

Segundo Piaia (2004), estava claro que as *obrages* não poderiam contribuir para a criação de uma dinâmica econômica interna que atendesse aos interesses da colonização. Num momento posterior, para o Estado, o elo entre o leste e o oeste seria obtido, principalmente, através da garantia da ocupação do oeste através da concessão de terras em troca da construção da estrada de ferro, que resultou em extensas áreas tituladas sem que os trilhos saíssem do papel. Os desdobramentos futuros dos acordos e concessões irão levar a graves problemas, com múltiplas titulações sobre uma mesma terra, resultando, como veremos, na maior causa da violência de que Cascavel e oeste do Paraná serão palco.

Desta forma, o império das *obrages* seguia perdurando até que diferentes eventos ocorridos na segunda década do século XX começaram a corroer as margens de lucro e o poderio econômico de tais empresas (PIAIA, 2004). Internamente, o crescimento da consciência nacionalista levava ao entendimento de que as riquezas ali geradas deveriam pertencer aos brasileiros, além disso, a reiteração da ideia da garantia das fronteiras geográficas também

³⁸ Os proprietários das *obrages* recrutavam trabalhadores do território argentino até a região de Guaíra, através do “antecipo” – modalidade de contratação com antecipação de dinheiro ou crédito ao trabalhador, que se tornava isca de mão-de-obra barata e que, tornavam-se irremediavelmente presos aos *obrageros*. Alguns autores consideram esta forma de remuneração de trabalho como um expediente que confirmaria uma relação de produção escravista.

ressurgia. No mais, a informação de que o oeste paranaense era ocupado e explorado por estrangeiros, o emparelhamento da alfândega de Foz do Iguaçu e o aumento dos impostos sobre a erva-mate forçavam a diminuição das taxas de lucro das empresas *obrageras*.

Numa tentativa de não quebrar, os *obrageros* investiram então, na ampliação da exploração da madeira de lei na região. No entanto, ela estava cada vez mais escassa e, era preciso avançar cada vez mais a leste para ser obtida. Assim, a exploração da madeira não se mostrou capaz de substituir a queda do preço do mate, sendo apenas um substituto paliativo, capaz de prolongar em alguns anos o sistema de exploração implantado na região. Em consequência disso, para sobreviver, os *obrageros* apelaram para empréstimos, hipotecando suas propriedades como garantia, ato contínuo que, na impossibilidade de saldarem seus compromissos assumidos, perderam o controle de suas *obrages* para os credores (WACHOWCZ, 1987).

Se, com a instalação do posto aduaneiro em Foz do Iguaçu, no início do século XX, a exploração desabrida das *obrages* foi levemente freada, as destruições causadas na passagem dos revoltosos em 1924, que denunciaram o sistema com que tais empresas operavam, explorando a mão-de-obra e contrabandeando riquezas ante as vistas grossas do Estado, dar-lhe-iam o golpe de misericórdia e marcaria o início do declínio do sistema. Em consequência, a partir de 1930, as *obrages* não conseguiriam mais encontrar sustentação econômica, iniciando-se, assim, o processo de recuperação por parte do Governo do estado do Paraná e de capitalistas brasileiros, do controle de terra na região (PIAIA, 2004).

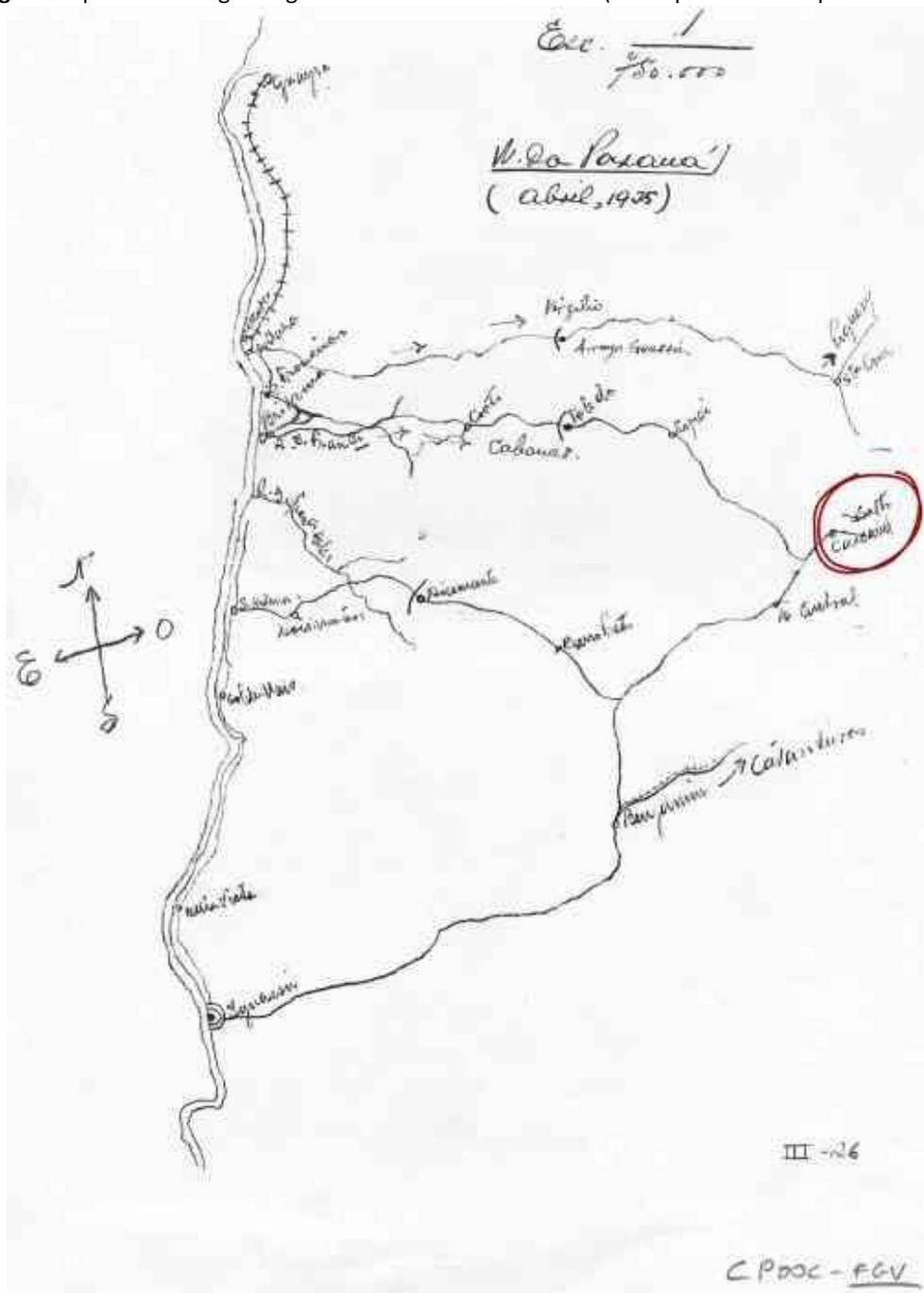
De acordo com Wachowicz (1987), as evidências da ausência de brasileiros e sua cultura na região são frequentes a partir da década de 1920. O Brasil sofria do “mal territorial”, que isolava a região das barrancas do restante do país. Este isolamento da fronteira e a ineficiência do poder público em sanar estas deficiências, provocaram o início de manifestações no sentido de se enfrentar o problema. Assim, generalizou-se entre os políticos e as forças armadas, a convicção de que era preciso uma séria mudança nos métodos administrativos da República. Difundiu-se entre os “tenentes” o inconformismo, face à persistência de desmandos, fraude e dos métodos políticos empregados. Estes, não estavam protestando contra o sistema coronelesco da República e sim, contra detalhes deste mesmo sistema. Era mais um movimento contra os políticos e seus métodos do que ao sistema propriamente dito (WACHOWICZ, 1987).

Desta forma, em julho de 1924, teve início na capital paulista, um movimento revolucionário de cunho militar que acabaria por gerar importantíssimas repercussões no oeste do Paraná. Este levante iniciado em São Paulo foi deslocado para as matas oeste-paranaenses. A tática dos revoltosos comprovava mais uma vez a importância estratégica do local. A região, embora não tenha dado guarida aos inimigos estrangeiros como temia o Governo, deu guarda aos opositores internos. Os rebeldes perceberam no sertão oestino um lugar seguro para fugir de São Paulo e, concomitantemente, planejar a estratégia de fazer chegar a outros centros a revolução (PIAIA, 2004). Este fato iria marcar profundamente a região, pois embora vencidas nos limites de Catanduvas, as tropas iriam atrair a atenção para um território dominado por interesses estrangeiros:

(...) após severos bombardeios, tanto aéreos quanto terrestres, os revoltos, que haviam dominado a capital paulista por 23 dias, bateram em retirada. Os “tenentes”, contavam com seis mil soldados civis. Conhecidos como a Coluna Populista, passaram pela cidade de Bauru (SP), chegando nas margens do Rio Paraná. Em Três Lagoas (MT) foram derrotados, refluindo em direção ao sul. Dominaram Guáira, Foz do Iguaçu e Catanduvas durante o período de outubro de 1924 a março de 1925. A ação de pilhagem da parte dos revolucionários fomentou extrema indignação e revolta na população territorial da época. A partir daí, a Coluna Paulista rumou para Foz do Iguaçu, onde se uniu com outros revoltos, formando a então chamada Coluna Prestes, encerrada em 3 de fevereiro de 1927, com o exílio de seu líder na Bolívia (DIAS *et al*, 2011: 58).

Assim, de acordo com Piaia (2004), nomes como Cascavel e Toledo surgem pela primeira vez em relatórios de guerra, chegando ao conhecimento público brasileiro que acompanhava pelos jornais os embates travados nos sertões.

Fig. 5: Mapa de estratégia de guerra dos revoltosos de 1924 (destaque da autora para Cascavel)



Fonte: Piaia (2004)

Para Wachowicz (1987), a presença de revolucionários paulistas e gaúchos na região das barrancas do Rio Paraná, prestou, sobretudo, um grande serviço à região. Afinal, revelou ao país a situação social e econômica em que se encontravam as populações oestinas. O Brasil pôde enfim, tomar conhecimento da dura realidade existente no oeste paranaense. Além disso, a chegada dos rebeldes à região deu novo uso e, sentido militar à estrada estratégica.

O caminho utilizado para chegar de Guaíra às imediações de Catanduvas era o mesmo criado pelos *obrageros*, no leito de um caminho, talvez ainda mais antigo, deixado pela passagem de Aleixo Garcia em 1500, que seguiu pelo igualmente lendário caminho de Peabiru³⁹, até chegar ao Peru. Assim, a partir deste ponto, a denominada Estrada Estratégica era a rota a ser dominada pelos revoltosos para que estes, pudessem chegar às cidades maiores (fig. 6). O movimento das tropas, a partir de 1924, deu ares contemporâneos à estrada encravada no sertão paranaense que, após a última batalha, voltou rapidamente a sua condição anterior (PIAIA, 2004).

No entanto, para Sperança (1992), a passagem dos revoltosos pela região deixou outras marcas, muito mais violentas. Na época, havia apenas cinco casas às margens do Rio Cascavel, entre elas a do pioneiro Antônio José Elias, que prestava serviços, como tantos outros, à Companhia Barthe. O autor afirma que, em meio à revolta, José Elias perdeu tudo. Os soldados paulistas não apenas ocuparam sua propriedade como tomaram-lhe a criação de suínos, destruíram sua lavoura e queimaram sua casa. Mesmo assim, José Elias permaneceu no local e, teria sido com ele que, no final da década, José Silvério de Oliveira, o “Nhô Jeca”, arrendaria suas terras.

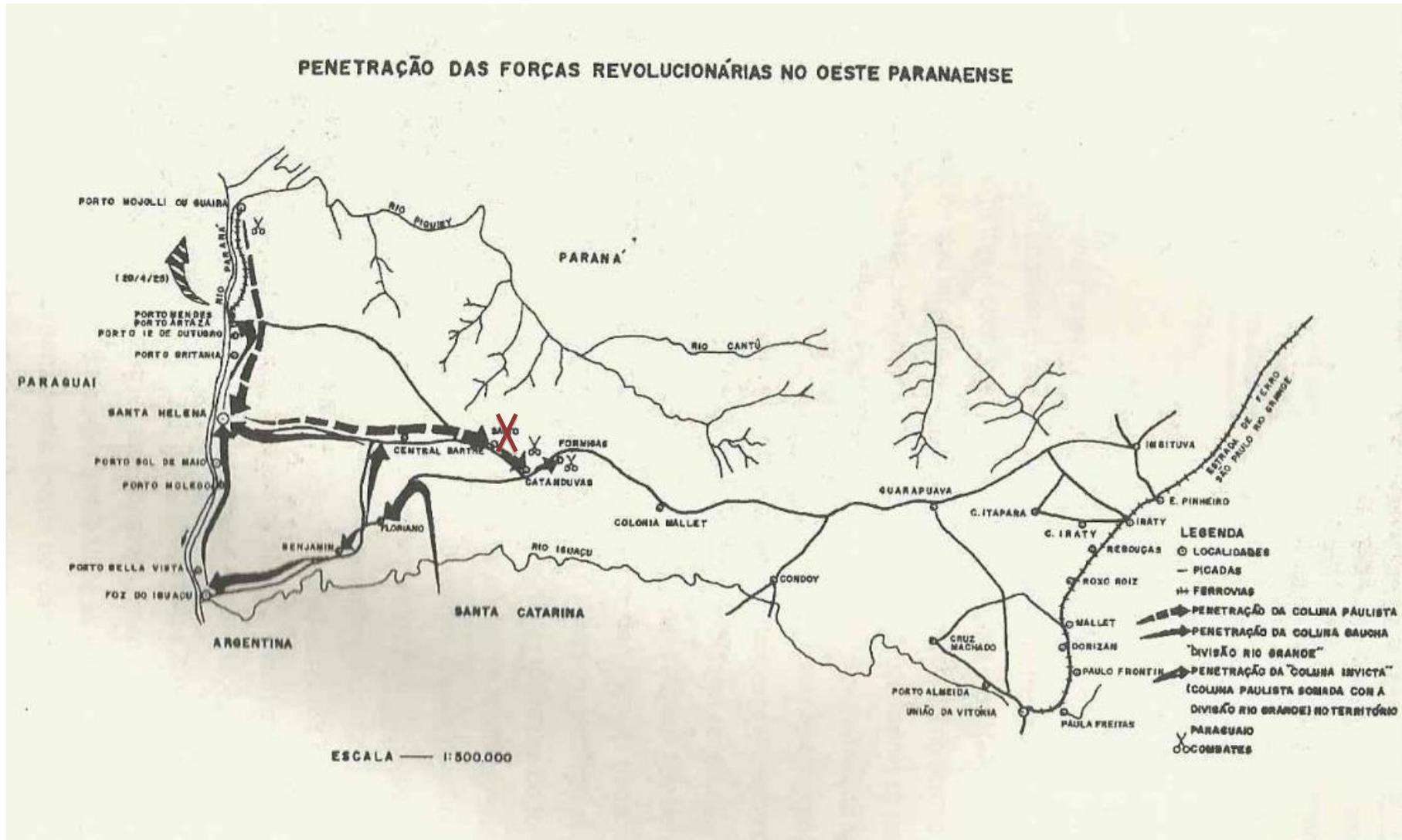
Assim, o final dos anos 1920 marcaria uma nova e promissora etapa de colonização na região oestina. De acordo com Sperança (1992), os primeiros colonos chegavam à região da “Encruzilhada do Gomes” e, junto aos ervateiros, já habitavam a área correspondente a Cascavel, em pontos mais ou menos distantes do referido entroncamento, próximos, em geral, de acampamentos de coleta de erva-mate. Entre eles estavam: Ernesto Schiels, cunhado de José Elias, João Machado de Mello, Julio Twardoski, imigrante polonês chegado em 1924 e, Joaquim Guilhermino de Carvalho, um paulista que residiu por muitos anos nos redores da “Encruzilhada”⁴⁰ (SPERANÇA, 1992).

No âmbito nacional, o final da referida década seria marcada pela campanha cívico-política da Aliança Liberal, da qual José Silvério era entusiasta. Ele era proprietário de um armazém na cidade de Pouso Alegre – próximo a Catanduvas – e apoiava a campanha de Getúlio Vargas. Com a derrota de Vargas para Júlio Prestes e, temendo uma perseguição política, José Silvério decidiu se mudar, arrendando as terras, como dito, de Antônio José Elias (SPERANÇA, 1992).

³⁹ Esta picada aberta pelos nativos era muito referenciada pelos silvícolas pois, ao que tudo indica, atravessava o continente sul-americano, interligando a costa do Pacífico ao Oceano Atlântico, passando pelo oeste do Paraná, chegando a capitania de São Vicente, onde se estabeleceram os primeiros núcleos de colonização portuguesa (PIAIA, 2004).

⁴⁰ Teriam sido estes, talvez, os outros “Nhô Jecas”, que figuravam no mapa da atual Cascavel, ocupando outros pontos da vasta região que não pontualmente a “Encruzilhada”, arrendada por José Silvério.

Fig. 6: Penetração das forças revolucionárias no oeste paranaense



Fonte: Fonte: Grondin (2007)

De fato Júlio Prestes venceu as eleições presidenciais em 1930, no entanto, não chegou a assumir o governo. Em 28 de março de 1930, José Silvério chega a “Encruzilhada” e, tempos depois, recebe a notícia de que a Aliança Liberal havia constituído um golpe de Estado, destituindo o futuro presidente para empossar o gaúcho Getúlio Vargas (SPERANÇA, 1992). No entanto, apesar dos destinos que a revolução tomou, José Silvério já havia se instalado e deu início à “colonização” do território.

Assim, sobre este período que antecede o processo emancipatório, as narrativas históricas formularam representações e imaginários para identificação da população migrante de Cascavel. Mariano (2012), apresenta a figura de “Nhô Jeca”, como resultado deste imaginário. Como veremos, o próprio Sperança tem por ele, uma espécie de culto mitológico, tamanha a importância dada a ele para a transformação da “Encruzilhada” em cidade.

Sobre este discurso pioneiro, o mesmo mantêm-se em posição hegemônica sob a ótica local, na qual o comerciante “Nhô Jeca” é amplamente reconhecido por sua estratégia de ocupação pioneira e, o entroncamento das estradas que ligavam o litoral paranaense à Foz do Iguaçu e, a Estrada da Roça até Guarapuava, é tido como marco da ocupação cascavelense pela população local. Estes discursos resultam das primeiras sintaxes narrativas formuladas em torno deste espaço, que relevam traços tradicionalistas conferidos à região pela literatura formulada no final do século passado.

No entanto, há de se reconhecer o clima de melhorias para a vida da “Encruzilhada” com que se encerrava a segunda década do século XX, seja em função da chegada de José Silvério, ou em resposta da atenção gerada para a região em função da Revolução. Assim, submetidos ao ritmo de penetração crescente, os anos 1930 marcariam a disputa das estradas entre caminhões das *obrages* e carroças dos caboclos imigrantes. Ao mesmo tempo em que a tração animal era substituída por veículos automotores, as gigantes balsas de toras que desciam o Rio Paraná até chegar aos portos argentinos, cediam espaço para os cargueiros a vapor (PIAIA, 2004). A modernização parecia indicar os rumos da economia oestina, ou seja, o enfraquecimento do processo extrativo da erva-mate e a chegada de colonos sulistas e a consolidação da ocupação do território.

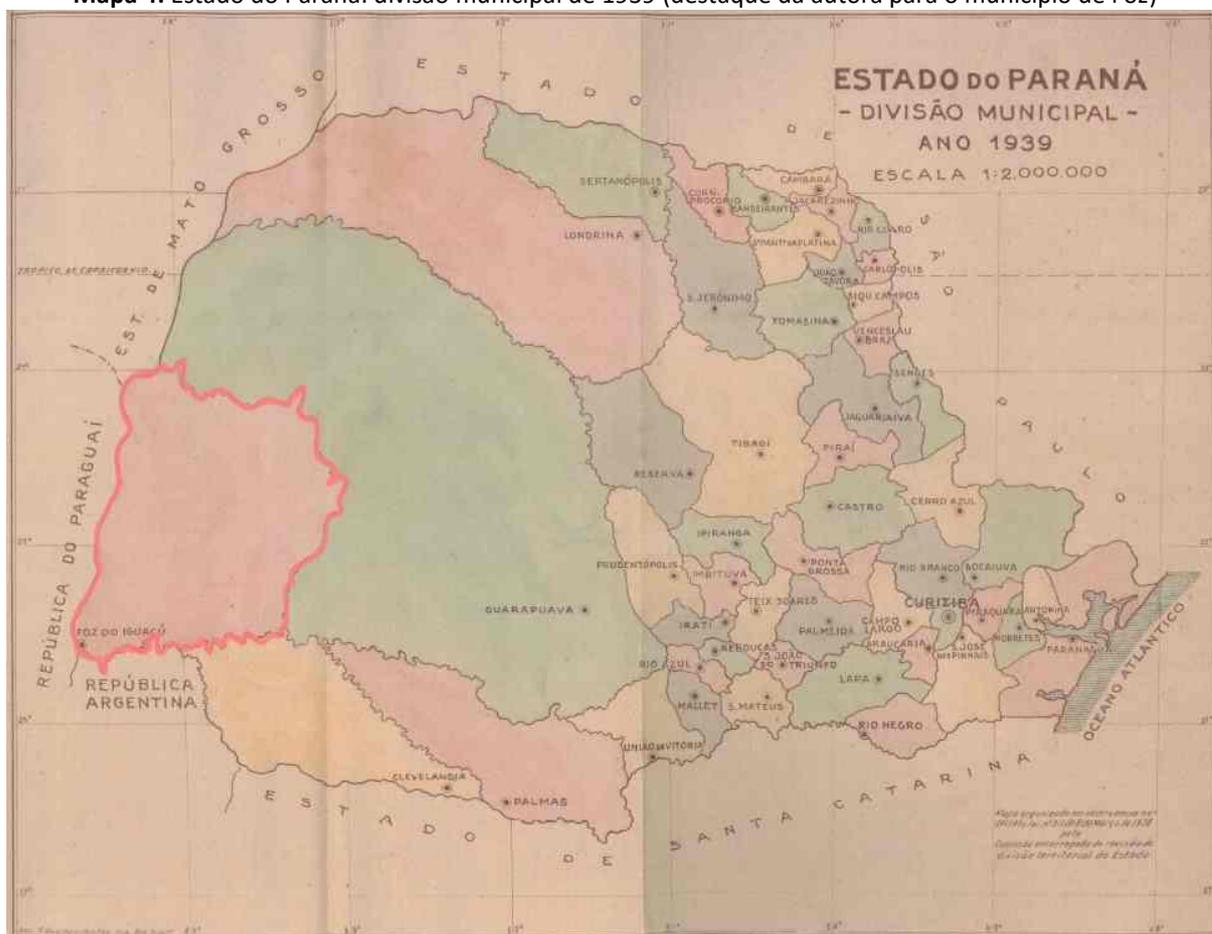
1.2 A consolidação da ocupação: iniciativas de colonização após 1930

O termo colonização – constantemente utilizado por estudiosos para retratar o povoamento do Brasil, aparece no cenário de ocupação do oeste paranaense carregado de conotações regionalistas e nacionalistas. No entanto, ao longo da história, este conceito vem sendo articulado a diferentes significados que variam de acordo com seus emissores, os quais vêm utilizando-o em função de seus interesses. Assim, se antes, colonizar significava introduzir novos contingentes, num segundo momento tal conceito assume novas significações. Para Schneider (2002), a preocupação em ocupar os vazios demográficos, a exploração econômica do solo, a racionalização do povoamento e a implantação de determinada estrutura fundiária, permeiam estas novas significações.

Nas décadas de 1940 a 1960, políticos, pesquisadores e empresários, ligados ou não à administração pública, utilizaram este conceito em larga escala, como referência principal à ocupação de áreas consideradas desabitadas, a fim de torná-las economicamente aproveitáveis a partir da promoção de sua ocupação (SCHNEIDER, 2002). No âmbito nacional e estadual, tal conceito ultrapassou essa questão simplista, de mera ocupação dos vazios demográficos. Nestes setores, o interesse está voltado para, além da ocupação, a nacionalização e dinamização das áreas de fronteiras, no aumento da demanda de bens produzidos para o mercado nacional e no crescimento populacional.

Para Schneider (2002), no processo de colonização da região oeste paranaense, este novo momento surge a partir da década de 1930, visto que se observou a partir de então, a preocupação por parte dos governantes em povoar o território com um elemento nacional que o inserisse em um contexto político mais envolvente. Assim, os anos 1930 se configurariam como uma década de interiorização, impulsionada pela “Marcha para o oeste”, no intuito de descolar-se da herança de quatro séculos de ocupação litorânea.

Mapa 4: Estado do Paraná: divisão municipal de 1939 (destaque da autora para o município de Foz)



Fonte: Instituto de Terras Cartografia e Geociências – ITCG

No mapa 4, observamos que, neste período, a região oeste paranaense era formada quase que exclusivamente por um único município – Foz do Iguaçu – na área denominada “extremo sertão do oeste do Paraná”, dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, atestando que a área era pouco habitada no período. Nesta época a imigração para o Brasil diminuía gradativamente, a ponto de representar apenas 1% do incremento populacional na década de 1940 (REOLON, 2007). Assim, a redução da dinâmica

do movimento migratório estrangeiro foi contrabalanceado pelo processo migratório interno que ia em direção às áreas interioranas do país. No bojo deste processo é que, de maneira acentuada, ocorre a ocupação da região oeste paranaense, fomentada, sobretudo, por este movimento: a “Marcha para o oeste”.

Este movimento contribuiu para a ocupação do espaço oeste, que até então era conhecido como “sertão paranaense” e, cujo domínio era estabelecido, como vimos, pelos *obrageros*. Entre os principais objetivos do programa estavam a extração da madeira e a produção agrícola. Assim, pode-se dizer que a fronteira oeste paranaense constituía um local apropriado para o desenvolvimento de tais atividades. Além disso, havia a necessidade de ampliação da fronteira agrícola no país já que, com a dificuldade de importação de muitos produtos em face da Segunda Guerra Mundial, o Brasil passou a desenvolver sua indústria de base, incentivando a urbanização do país e, com isso, ampliando sua demanda por alimentos (REOLON, 2007).

Entre as medidas adotadas pelo programa, foi decretado, em 1930, que o quadro funcional das empresas extrativistas instaladas na região deveria ser composto por, ao menos, dois terços de brasileiros, dificultando a soberania e, permanência de estrangeiros na faixa da fronteira. Outra medida adotada foi o desenvolvimento do “Programa Rodoviário Marcha para o oeste”, que resultou na construção da BR-035 (futura BR-277), inaugurada em 1944, e na criação do Território Federal do Iguaçu, em 1943 (SPERANÇA, 1992).

Mapa 5: Mapa do Estado do Paraná, demarcação do Território Federal do Iguaçu (1944)



Fonte: Instituto de Terras Cartografia e Geociências – ITCG

O Território Federal do Iguaçu abrangia o oeste paranaense e catarinense e, embora não fosse bem visto pelos governos destes estados, em vista das consequências que este poderia trazer, acabou por ser implantado. De acordo com o Estado, a federalização da região obedecia aos interesses de colonizar as áreas devolutas, ocupar e tornar produtiva a imensa região então restrita a maioria dos brasileiros. No entanto, para Wachowicz (1987), estes interesses estariam muito mais ligados aos interesses de expansão do capital e da colonização gaúcha do que à satisfação da nação.

Reolon (2007), afirma que, mesmo que a verdadeira intenção da criação do Território não tenha sido, de fato, motivada por interesses escusos, a promoção da ocupação da região oeste paranaense agradou a pelo menos, três esferas da população gaúcha: os capitalistas, os pequenos proprietários de terra e os latifundiários. Aos primeiros porque este processo planejado de ocupação do território oestino paranaense seria promovido com o apoio das companhias colonizadoras gaúchas; aos camponeses gaúchos porque seriam igualmente beneficiados caso as companhias colonizadoras fossem, de fato, gaúchas e, tendo em vista que estes vinham sofrendo com o esgotamento do solo e com a insuficiência de terra desde o final do século passado, isto representava uma nova possibilidade de reproduzirem-se socialmente; finalmente aos latifundiários pois reduzia a pressão sobre a estrutura agrária do Rio Grande do Sul (WACHOWCZ, 1987; REOLON, 2007).

Desta forma, embora tenha sido efêmera a tentativa de implantar o Território Federal do Iguaçu – com a constituição de 1946 selando o seu fim e com as áreas retornando aos seus respectivos estados – instalaram-se, de fato, inúmeras companhias imobiliárias, cujo capital era, na maior parte das vezes, gaúcho. Assim, nesse ano histórico para o oeste do Paraná e para o Brasil, uma grande colônia de terras pertencentes aos interesses ingleses representados pela Fazenda Britânia⁴¹, localizada a oeste de Cascavel, era vendida a um grupo de empresários gaúchos que apontavam na direção da colonização da região. Este grupo fundaria Toledo, marcando assim, o início de um fluxo intensivo de migrantes sulistas para a região (PIAIA, 2004).

Este momento marca, então, a chegada dos colonos sulistas e, o início da colonização de Cascavel. A partir daqui o que se segue é um processo acelerado de organização e incentivo à ocupação e urbanização por parte do Estado e da iniciativa privada. Obviamente, este processo não esteve desvinculado do cenário político-econômico nacional e internacional. Ao contrário, este empreendimento esteve intimamente ligado ao plano nacional, sofrendo assim, os efeitos de suas articulações, tanto no que se refere às políticas públicas voltadas para os territórios de fronteira, quando ao quadro de debates que se tratavam nos círculos intelectuais e políticos, principalmente no que diz respeito aos programas estatais e privados de colonização (SCHNEIDER, 2002).

É preciso abrir um parêntese para as atividades deste último, representado aqui, pelas companhias colonizadoras. Tal nota se explica pela necessidade em evidenciar sua

⁴¹ A Fazenda Britânia era uma *obrage* que teve origem no início do século XIX, quando o coronel do Exército brasileiro, Jorge Schimmelpfeg adquiriu 250 mil hectares de terras devolutas, na qualidade de “testa de ferro” da companhia inglês *The Alto Paraná Development Company Ltda*, com sede em Buenos Aires, como indica a lei estadual nº 610, de abril de 1905 (GRONDIN, 2007).

importância no mercado de terras que ocorre na região a partir da década de 1940, ponto importante para a discussão e que será retomado no item 1.3 deste capítulo, o qual tratará da situação jurídica da terra. Entre estas empresas estão a Industrial Madeireira Rio Paraná – MARIPÁ, a Companhia Rio Paraná, a Pinho e Terras e a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná; as quais obtiveram dos governos federal e estadual autorização para aquisição de glebas de terras, ocupação e dimensionamento e, posteriormente, venda de lotes para colonizadores migrantes oriundos principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com exceção desta última, que teve sua migração redirecionada de outros estados como São Paulo e Minas Gerais. Destacamos, devido à bibliografia disponível e a amplitude de atuação na região, a MARIPÁ.

De acordo com Schneider (2002), com sede administrativa em Porto Alegre, a MARIPÁ, que estava focada na extração, exportação e industrialização de madeiras e comercialização de terras, instalou no oeste do Paraná, uma filial de sua empresa em 1946. Esta área que passou a ser colonizada pela companhia e que não se estendia sob os domínios da “Encruzilhada”, foi adquirida neste mesmo ano, através da compra da Fazenda Britânica, pertencente até então à *Compania de Maderas del Alto Paraná*, empresa de capital inglês com sede em Buenos Aires⁴². Sua estruturação ocorreu a partir da ação de vários acionistas, a maioria deles provindos do Rio Grande do Sul. Entre estes, destacamos Willy Barth, um dos principais dirigentes da companhia, que vinha exercendo atividades ligadas ao comércio e colonização em áreas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Sem nos deter ao perfil deste personagem, podemos dizer que sua ampla experiência foi decisiva no contexto do povoamento da antiga Fazenda Britânia. Alguns destes empresários participaram de outros projetos de colonização vinculados a diversas outras empresas. Destaca-se a Colonizadora Pinho e Terras sob controle de Alfredo Paschoal Ruaro, primeiro dirigente da MARIPÁ no oeste do Paraná. Além dele, outro dirigente da MARIPÁ e um dos principais da Pinho e Terras, Alberto Dalcanelle, foi presidente de uma outra companhia já citada, a BREVIACO, que esteve envolvida, como veremos, na disputa por terras na região oeste do Paraná. Assim, uma questão importante a ser considerada é o envolvimento destas empresas com problemas de titulação de terras, que acarretaram uma série de conflitos no sudoeste e oeste do estado (SCHNEIDER, 2002).

Alguns autores atribuem a caracterização do espaço oestino à tentativa dos dirigentes da empresa MARIPÁ em construir uma identidade para o território regional. Schneider (2002), encontra nas narrativas desenvolvidas pela companhia uma linearidade, de forma que o discurso e prática revelam os fundamentos linguísticos e administrativos utilizados pelos dirigentes da empresa em favor da construção desta identidade regional. Além disso, este discurso entorno do progresso se tornaria categoria central neste processo, em contraparte ao dos “vazios demográficos” e, articulado ao de reforma agrária, dando a impressão de que

⁴² A aquisição das terras por parte da empresa ocorreu ainda quando estas estavam sob propriedade de um único agente, a Companhia de Maderas del Alto Paraná, assim, a companhia tornou-se a plena proprietária da área, conseguindo eliminar as disputas legais e os conflitos sociais, muito frequentes na região sudeste do estado. Assim, seu sucesso se deu por apresentar um título de propriedade definitivo e incontestado das terras (SCHNEIDER, 2002).

serviu como mola propulsora para a fundação de um espaço social e para criação de seus agentes colonizadores.

Para isso, a companhia MARIPÁ formulou e executou um “Plano de Ação”, no qual apresentava suas preocupações e interesses diversos. Entre eles, destacam-se o elemento humano a ser atraído, a instalação da pequena propriedade, o cultivo da policultura e a industrialização, itens considerados primordiais à colonização. Além disso, o plano enfocava a relevância social para com a administração pública, posto que a pequena propriedade, a policultura e a industrialização eram objetivos que compunham o ideário moderno dos governadores estaduais do período. No entanto, para Schneider (2002), o plano que foi tão decisivo, não passou de uma série de regras, estudos e combinações entre os dirigentes e sua aplicação favorecia, principalmente, aos interesses da companhia colonizadora em retribuição aos seus trabalhos e ao seu capital empregado, além dos interesses do país, dentro da faixa de fronteira.

Esta corroboração para a construção e preservação do discurso hegemônico encontra-se vinculado ao ideal de “comunidade fechada”. Este se deu através do recrutamento de colonos da mesma origem étnica e social (alemães e italianos) e, portanto, portadores dos mesmos interesses (propriedade do lote colonial) e, dos mesmos códigos culturais (principalmente religioso). É importante destacar que tais aspectos não corroboram apenas o discurso hegemônico mas, sobretudo, mostram-se como uma importante estratégia empresarial se fazerem representantes legítimos destes colonos (SCHNEIDER, 2002).

Contudo, o espaço físico da cidade de Cascavel, por não se encontrar dentro da área de atuação da colonizadora, não ocorreu por meio de seletividade étnica. Esse modelo de ocupação através da migração de grupos étnicos visto como forma de organização social marcará, como veremos, fronteiras dentro da própria região (MARIANO, 2012). Assim, percebe-se construções discursivas discriminatórias entre as cidades. Mas, sem dúvida, a fronteira é permeável e não implica no isolamento ou na restrição de fluxo de pessoas que se deslocam de uma cidade para outra.

No entanto, não podendo ser diferente, a ocupação de grande parte da região oeste do estado ocorreu com traços similares aos existentes nos principais locais de origens destes migrantes (Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Estimulados, como vimos, pela “Marcha para o oeste” e, pelas companhias colonizadoras, em especial pela MARIPÁ, esse contingente populacional possuía, devido aos interesses das companhias, características comuns que contribuíram para a conformação econômica e para a identidade cultural da região.

Estes eram, em geral, pequenos produtores rurais, que possuíam algum capital e vinham atraídos pela possibilidade de construir um futuro, ou ainda, expulsos pelo processo concentracionista em curso nos seus locais de origem. Estes trabalhadores tinham conhecimento relativo à agropecuária e desenvolveram uma atividade voltada para o mercado, ampliando suas condições de inserção na divisão social do trabalho, pautada na produção primária destinada ao comércio (IPARDES, 2008). Esses produtores já não eram mais produtores de subsistência, detinham o conhecimento e estavam inseridos na lógica do mercado.

Novamente destacamos que, embora esta e outras empresas tenham influenciado no fluxo de migrantes, as terras situadas no local onde hoje encontra-se estabelecida a cidade de Cascavel não eram contempladas por nenhuma das companhias acima citadas, visto que suas terras encontravam-se em situação de litígio. No entanto, certamente a onda colonizatória para o oeste fez notar, também, a pequena “Encruzilhada”. Desta forma, ao chegarem ao local, estes colonos tinham duas alternativas para se fixarem na terra: a primeira era adquirir posses abertas pelos caboclos, a segunda, era fazer sua própria posse. Não importando a alternativa escolhida, o colono recém chegado acabaria tendo que se relacionar com os caboclos, antigos moradores das redondezas, por uma questão de vizinhança e por uma questão de atividade econômica, em vista de que os dois lados passariam a se reproduzir em função da criação de suínos⁴³.

De acordo com Serra (1992), este processo era, no início, amigável, com o caboclo muitas vezes cedendo a terra de graça em troca de um vizinho amigo:

O caboclo posseiro andava doido para arrumar um vizinho para o qual pudesse vender uma parte de sua posse (...) o caboclo que tivesse uma posse maior abria uma picada e vendia 20 ou 30 alqueires. Ele sabia que quando o colono comprador fosse medir, encontraria 40, 50 ou até 60 alqueires. Os caboclos sempre calculavam maiorzinho um pouco, pra depois se acomodar melhor (WACHOWICZ, 1983: 86).

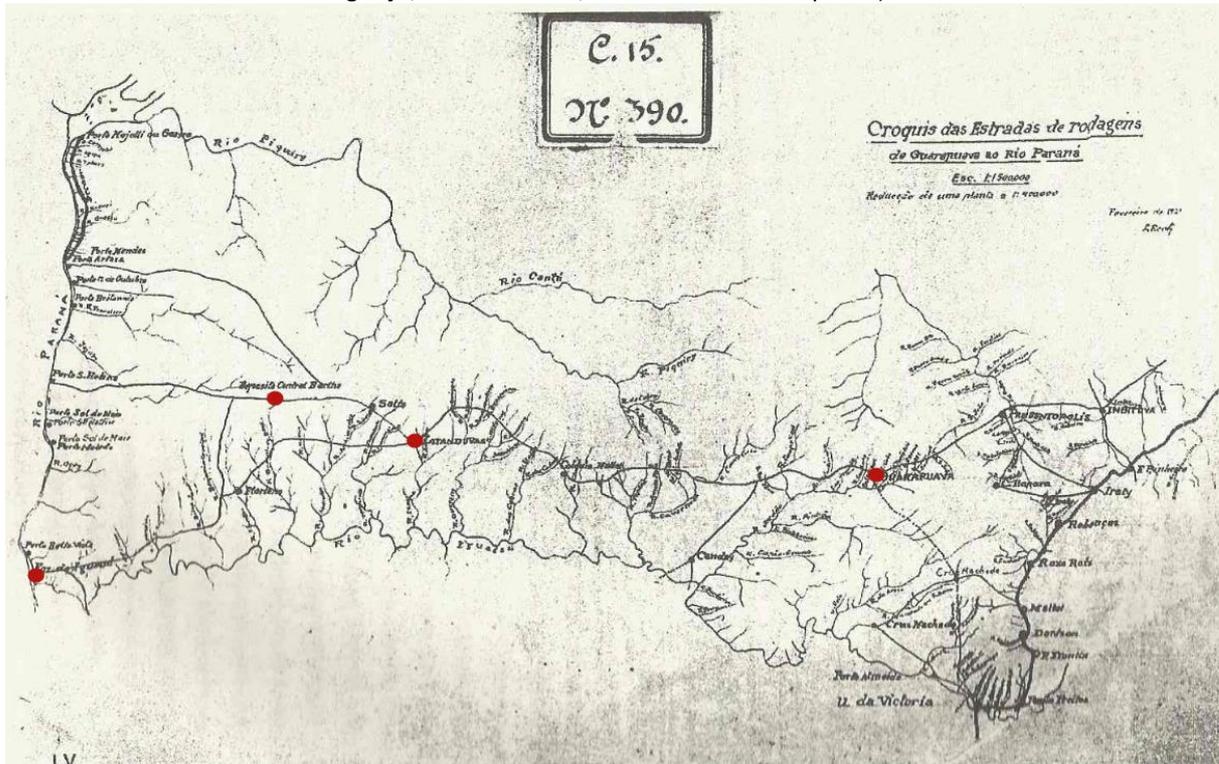
Contudo, os problemas de relacionamento não demoraram a acontecer e foram, via de regra, resultado dos contrastes culturais manifestados na maneira de viver e produzir dos caboclos e de seus vizinhos gaúchos. Enquanto o colono procurava desenvolver uma intensiva exploração da terra, mantendo suas criações de porco e de outros pequenos animais presos em cercados e utilizando-se de técnicas de cultivo adiantadas para a época, o caboclo, bem ao contrário, se contentava com a exploração extensiva e reproduzia-se, enquanto produtor rural, quase que exclusivamente em função de alguns rebanhos de suínos criados à solta. Para a alimentação dos suínos, o caboclo formava roçados de milho e quando se aproximava da época da safra, simplesmente conduzia seu rebanho para lá que, após destruir a plantação, seguia para as roças vizinhas (SERRA, 1992). Com isso, certas desavenças tornaram-se inevitáveis.

Assim, não demorou, após a chegada dos sulistas, para o caboclo se sentir deslocado em seu próprio ambiente. Para se sentir melhor, o que equivalia a não ser ridicularizado nem marginalizado no contexto social, chegou à conclusão de que deveria ou assimilar a cultura sulista, ou procurar outro lugar para viver, preferindo a segunda alternativa.

É interessante notar que muitos dos migrantes atraídos pelas companhias colonizadoras, mas que não detinham meios de adquirir aquelas terras, acabaram por se dirigir às terras devolutas da “Encruzilhada”, estabelecendo-se mediante invasão, acreditando que no futuro o Estado lhes concederia aquelas terras. Esta ocupação se deu ao longo da antiga estrada de ligação do litoral ao extremo oeste paranaense, a Estrada Estratégica (fig. 7).

⁴³ É preciso assinalar que, o caboclo não comprava a terra, apenas, tomava posse. Ele não estava sujeito aos processos mercantis de compra e venda da terra como vimos. No entanto, este não era um privilégio, a mesma forma de propriedade poderia ser garantida a qualquer tipo de cidadão. O que diferenciava o caboclo do colono não era a forma de acesso a terra, mas a forma como cada um dos grupos efetiva a ocupação.

Fig. 7: Croqui das estradas de rodagem de Guarapuava ao Rio Paraná (1921) (destaque da autora para Foz do Iguaçu, *Central Barthe*, Catanduvas e Guarapuava)



Fonte: Grondin (2007)

Mais tarde, esta indeterminação e insegurança da posse legal da terra fez aflorar uma violência sem precedentes. Milícias e jagunços passaram a aterrorizar famílias que se instalaram ainda em chão inculto. Esta violência era reflexo da própria dinâmica da expansão da fronteira, onde o poder público ainda não estava aparelhado e os capitais buscavam apropriar-se de um excedente resultante de estágios de acumulação anterior (PIAIA, 2004). Assim, reinava na região da “Encruzilhada” uma colonização não planejada, espontânea e manchada de violência.

Para Rippel (2005), embora na terceira década do século XX já existissem movimentos de ocupação mais consistentes na área, seria somente entre as décadas de 1940 e 1950 que passaram a ser encontrados ali uma significativa ocupação, e que, especialmente depois de 1956, esse movimento se intensificaria, de modo que a região experimentou um novo surto de ocupação e transformação que determinou, em menos de duas décadas, o surgimento de 49 outros municípios. Dentre eles, o município de Cascavel. Assim, os anos que se seguem de 1930 a 1950 serão, na verdade, o período de construção efetiva da cidade, já que a “Encruzilhada” no período entre a ocupação de José Elias (1922) e “Nhô Jeca” (1930), às margens do Rio Cascavel, não passava de um estabelecimento rural.

É inegável o marco deixado pelas companhias colonizadoras e seu grande contingente de migrantes atraído para a região: a transformação do território em município. Toledo e Cascavel tornaram-se jurisdições municipais independentes em 1951, desmembrados de Foz do Iguaçu, coroando os esforços das companhias e da comunidade local rumo ao progresso (PIAIA, 2004).

Pode-se dizer que, a partir de meados do século XX, a região apresentou uma dinâmica econômica e, populacional, regulada por movimentos migratórios. Isso se deu em consequências das “diversas fases de transformação da estrutura produtiva nacional e regional, no contexto de sua integração econômica” (RIPPEL, 2005: 5). Entre 1930 e 1960 observou-se uma acelerada expansão da fronteira agrícola da região sul, no entanto, com maior consolidação e perpetuação no oeste do estado do Paraná. Em resposta à abertura de novas áreas para a atividade agrícola houve um aumento dos fluxos migratórios provenientes de diversas regiões do país. Para Rippel (2005: 7) “o processo de formação, organização e estruturação do capitalismo têm se caracterizado pela presença de uma redistribuição espacial das atividades econômicas”. Isso influencia diretamente nos movimentos migratórios de “pessoas e de capitais, inserindo novos territórios, novas fronteiras ao processo dinâmico da produção capitalista nacional”.

Assim, verifica-se que, em termos de ocupação, o oeste do Paraná distinguiu-se por dois movimentos, distintos, mas não contraditórios. O primeiro é o movimento de ocupação que vai até fins da década de 1930, de caráter precário e de densidade demográfica reduzida, cujo objetivo era explorar como vimos, a madeira e a erva-mate. Nele a estrutura fundiária caracterizou-se por propriedades de grandes dimensões, dada a necessidade de grandes reservas de madeira. No entanto, como vimos, esta atividade não proporcionou ocupação efetiva da terra pois não resultou na fixação desta população bem como não gerou condições para o surgimento de atividades econômicas complementares capazes de atrair migrantes para a região (RIPPEL, 2005).

O segundo movimento surge quando a região oeste do Paraná passou a viabilizar como área de colonização capaz de absorver grandes contingentes populacionais, para Rippel (2005), por causa destas características, durante muito tempo, até meados da década de 1970, a região manteve-se como uma área de forte atração de migrantes no país, pois permitia a inserção econômica destes.

Estes fatos resultaram na proliferação de núcleos urbanos na área, que chega à década de 1950 com uma ocupação muito maior que a década anterior, passando de um, para quatro municípios (Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo e Guaíra), havendo grande crescimento populacional. Estes acontecimentos ocorreram concomitantemente à definição do modelo de desenvolvimento econômico nacional, que foi resultante, em grande parte, da associação do capital industrial nacional ao capital estrangeiro – o nacional-desenvolvimentismo. Para Rippel (2005), estes fatores desencadearam numa intensa urbanização, especialmente no sul e sudoeste, fazendo crescer a demanda por madeira, estimulando o crescimento da demanda por gêneros alimentícios e repercutindo de modo impressionante no comportamento econômico e demográfico da região.

Nota-se que em 1950, a região ainda possuía apenas um município: Foz do Iguaçu (4), porém, contava com outros três núcleos urbanos na categoria de distritos: Cascavel (1), Toledo (2) e Guaíra (3). Contudo, este panorama se alteraria já no ano seguinte, em 1951, com a emancipação destes municípios (mapa 6).

Mapa 6: Estado do Paraná: divisão política de 1950 (destaque da autora para a região oeste do Paraná)



Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (adaptado)

Este processo foi alavancado em função da industrialização em duas fases distintas: na década de 1930, que marca o início do processo; e na de 1950, quando se inicia a entrada de capitais externos no País. Como dito por Maricato (1995), os anos 1950 constituem o simulacro da modernidade. Há uma ampliação da integração território-mercado interno. Surge nos anos 1960 uma nova divisão social do trabalho, trazendo mudanças no padrão de urbanização e nas dinâmicas regionais, como a modernização agrícola no sul, sudeste e centro-oeste, a agroindústria e a expansão industrial. Os símbolos do consumo pós-moderno extravasaram as regiões metropolitanas e podem ser encontrados, por exemplo, na cidade Cascavel.

Percebe-se então, que o comportamento da região implica no conhecimento da dinâmica espacial do país e da forma como essa dinâmica afeta determinada região e, por último, da capacidade da região de expandir seu mercado. Ou seja, o crescimento de determinada região é proporcional ao crescimento da demanda sobre seus produtos, que depende do mercado consumidor. Desta forma, a integração Cascavel e sua região no cenário nacional só poderá ser compreendida desta forma: a partir de sua inserção ao sistema político e econômico do país.

1.3 Concessões de terras até 1930: origens dos conflitos fundiários

Para o trabalho que se pretende realizar, evidenciar a forma como se deu o acesso à propriedade de terra no oeste paranaense na fase de ocupação pioneira é de significativa importância. Em linhas gerais, procura-se resgatar a história dos processos ocorridos até finais da década de 1950, momento da criação do Município de Cascavel (1951). Estes irão servir como pano de fundo para a consolidação da estrutura fundiária cascavelense que se dá, no fundo, a partir das concessões de terras aprovadas nos séculos XIX e XX. Paralelamente, procura-se destacar como se deu a organização fundiária do espaço cascavelense, a partir do deslocamento de cada uma das fases de ocupação anteriormente descritas, que marcaram a ocupação pioneira e influenciaram no desdobramento do uso da terra. Tendo a sesmaria como início da apropriação particular da terra agrícola, partimos deste regime jurídico para estabelecer uma retrospectiva histórica envolvendo os mecanismos que levaram à ocupação do território de Cascavel.

De acordo com Serra (1992), até 1614, data da primeira carta de concessão de sesmaria no estado do Paraná, o território estadual se constituía em propriedade pública e estava sob o domínio da Coroa Portuguesa. No Brasil e, conseqüentemente, no Paraná, a sesmaria irá marcar a evolução da propriedade da forma pública para a forma privada, ao mesmo tempo em que vai se constituir no primeiro regime jurídico regulamentado de acesso e repartição da terra agrícola.

No caso do Paraná, a doação de sesmaria foi altamente facilitada pela Coroa Portuguesa, bastando, para sua aquisição, que o beneficiário desfrutasse de boa situação econômica, pagasse regularmente o dízimo à Ordem de Cristo e, se estabelecesse com morada efetiva na área conquistada no prazo de cinco anos (SERRA, 1992).

Infelizmente, nesta região, quem pleiteava uma concessão via no acesso à terra apenas uma forma de ascensão política, desvinculado de qualquer interesse voltado à ocupação ou exploração econômica da terra conquistada (SERRA, 1992). Esta ausência de vínculo com a atividade produtiva faz com que a sesmaria apareça, já de início, ligada à propriedade improdutiva no território do estado. Além disso, este sistema beneficiava determinada categoria social, gerando, desde o início do processo, toda uma gama de dificuldades de acesso à terra por parte das camadas menos favorecidas economicamente. Para Serra (1992), não houve qualquer preocupação por parte da Coroa em proteger os direitos dos trabalhadores rurais vinculados a estas categorias menos expressivas, no máximo, permitiu-se que estes se estabelecessem nas áreas ainda não requeridas, sob a pena de serem expulsos quando as terras fossem solicitadas pelos “verdadeiros donos”.

Assim, se esta situação era comum na região oeste do estado, na “Encruzilhada” não foi diferente. Aqui, se permitiu o apossamento irregular seguido de expulsão dos “invasores”, constituindo uma das primeiras formas de conflito pela posse de terra na região, ao mesmo tempo em que, à força, abriu caminho para a efetiva afirmação da pequena propriedade no cenário pioneiro (SERRA, 1992). Assim, a sesmaria deixou de ser o único meio de acesso à terra no período. Como nem todos possuíam recursos para cultivar as grandes extensões de terra, a posse surgiu naturalmente. “Ao lado da sesmaria, que passara a representar um

meio privilegiado de acesso à terra – assentado na monocultura, no latifúndio e na escravidão – a posse passou a ser a legitimação da pequena propriedade” (SILVA, 1981: 5).

Este caminho de mão única de acesso a terra por parte das camadas mais pobres durante o período da sesmaria, passou a ser caminho também, para as camadas mais elitizadas, na época em que tal regime já estava extinto, no século XIX (SERRA, 1992). Este foi findado, como vimos, em 1822, por ato do Governo Imperial, pouco antes de ser declarada a Independência. Como não surgiu de imediato uma nova legislação que definisse a destinação das terras devolutas de maneira específica, a apropriação irregular é intensificada por uma nova categoria de posseiros: os “papa-terras”; estes não se contentavam em apropriar-se de pequenas porções de terra, pelo contrário, seus interesses eram muito maiores.

Tais elementos atuavam em conivência com pessoas diretamente vinculadas às esferas de poder dominante e, a pretexto de terem, um dia, prestado algum serviço de utilidade pública, acabavam se apropriando de extensas propriedades de terra. Assim, desde os tempos coloniais, a administração pública valia-se de indivíduos prestigiosos locais para auxiliar na administração do vasto território (SERRA, 1992). As decisões tomadas por estas pessoas eram depois referenciadas pelas autoridades e esta, contava com a colaboração destas pessoas pagando-as com favores especiais como, a doação de terras e a nomeação para cargos governamentais (WACHOWCZ, 1987).

Repito que, apenas em 1850, com o advento da Lei de Terras, é que seria redefinida a política de terras no Brasil. A propósito, esta lei teve particular importância para o Paraná, pois foi editada apenas três anos antes da emancipação desta província de São Paulo. Desta forma, a nova Província pôde contar com facilidades de um instrumento legal recente para organizar o que havia restado das terras devolutas (SERRA, 1992). Paralelamente, pôde aproveitar em melhores condições a abertura prevista na lei para atingir o que poderia ser sua maior meta: o estabelecimento da efetiva ocupação humana e exploração econômica deste espaço regional.

No entanto, de acordo com Serra (1992) para que tal política desse certo era preciso que, os governos que se sucederam, a partir da instalação da Província do Paraná, em 1852, assumissem o efetivo controle sobre a malha fundiária que, em proporções cada vez maiores vinha caindo na mãos de “invasores”, principalmente “grileiros”.

Desta forma, a apropriação irregular da terra tornou-se fator limitante para a política de ocupação do espaço desenvolvida pelo governo com base no colono estrangeiro, o que significava que, para este ser bem sucedido, o governo não poderia perder de vistas a questão da regularização fundiária (SERRA, 1992). Esta esbarrava, no entanto, em um problema ainda maior, que extrapolava os limites do poder estadual: ocorre que a Lei de Terras estabelecia as terras devolutas como propriedade da União que, em vista disso, competia ao Governo Imperial e não aos governos provinciais, criar qualquer tipo de legislação envolvendo estas terras. Na região oeste, como vimos, poucas medidas vinham sendo tomadas pelo Governo Imperial visando disciplinar a questão das terras tomadas irregularmente.

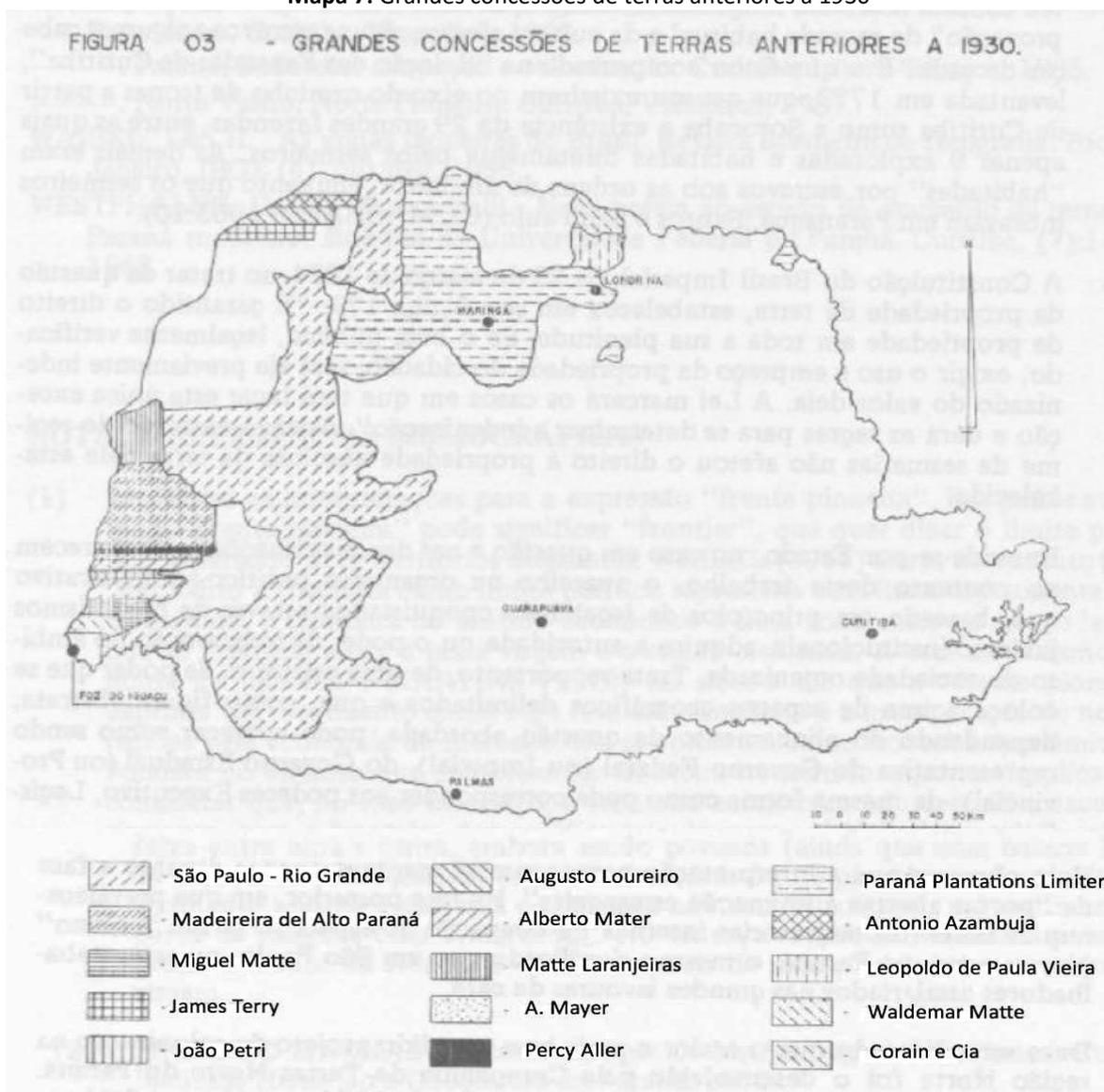
A lei previa, no entanto, que poderiam ser regularizadas, pelas províncias, as posses pacíficas, devidamente habitadas e economicamente exploradas por seus posseiros, bastando que a terra, objeto de posse, fosse legalmente registrada junto às repartições competentes. Em contrapartida, a mesma lei ameaçava com multa os posseiros que apresentassem informações falsas para conseguir a regulamentação. Contudo, nessa região e, no restante do estado, não havia nenhuma repartição pública em condições de efetivar a regularização das posses e a solução encontrada pelo Governo Imperial foi credenciar os vigários para cumprirem o disposto legal (SERRA, 1992). Desta forma, o “Registro do Vigário” estabelecia que, eles próprios, deveriam escriturar os livros de registro. No entanto, começaram a surgir casos de dupla titulação envolvendo as mesmas terras, visto que esse registro era feito mediante a simples declaração dos próprios posseiros aos vigários das paróquias, não podendo estes, recusar-se a fazê-lo.

Situações como estas perduraram no período de vigência da Lei de Terras, até que, em 1891, a primeira Constituição Republicana, em seu artigo 64, atribuiu ao governo dos estados a competência de legislar sobre as terras devolutas existentes em seus respectivos territórios. A partir daí, o Paraná passa a controlar sua malha fundiária (SERRA, 1992). Como primeiro mecanismo jurídico, o Paraná editou a Lei n. 68 de 20 de novembro de 1892, que, revalidou os direitos adquiridos através de cartas de sesmarias e de outras concessões outorgadas pelo Governo Imperial. No caso de invasão de terras possuídas por terceiros ou, ainda, na condição de devolutas, a lei foi dura, indo de despejo a dois meses de prisão e multa de 100\$000 aos invasores. Em 1893, num ato contínuo do Governo, este institucionalizaria a mercantilização das terras devolutas e estabeleceria os preços em que estas deveriam ser comercializadas (SERRA, 1992).

Nesta região, as concessões outorgadas pelo Estado eram para projetos de colonização empresarial, execução de obras públicas (ferrovias) e, extrativismo vegetal. Dos três tipos de contrato, se algum foi bem sucedido, foi o destinado ao extrativismo, tanto que, em alguns anos de atividade dos concessionários foram suficientes para uma devastação quase completa de tudo que pudesse representar algum valor econômico nas matas regionais. Como já citadas, as principais concessionárias que atuaram na região foram: a *Compania Matte Laranjeira*, a *Compania Maderas del Alto Paraná*, a *Nuñes y Gibaja* e a de Julio Allica, todas com sede em Buenos Aires ou Londres (mapa 7). Para projetos de colonização, o que consegue terras na região foi Henrique Schuller, mais especificamente, uma área de 50 mil e outra de 150 mil hectares entre os Rios Piquiri e Paranapanema.

Tanto os contratos para colonização quanto para a construção de obras públicas constituíam alto negócio para o Estado e para a iniciativa privada. Ao estado por que poderia pagar com terras devolutas, utilizada como se fosse moeda circulante e, as empresas porque recebiam terras e, em alguns casos, concessões para a exploração de recursos naturais, qual é o caso da região oeste de Cascavel com a exploração da erva-mate e madeira, em condições, como vimos, facilitadas.

Mapa 7: Grandes concessões de terras anteriores a 1930



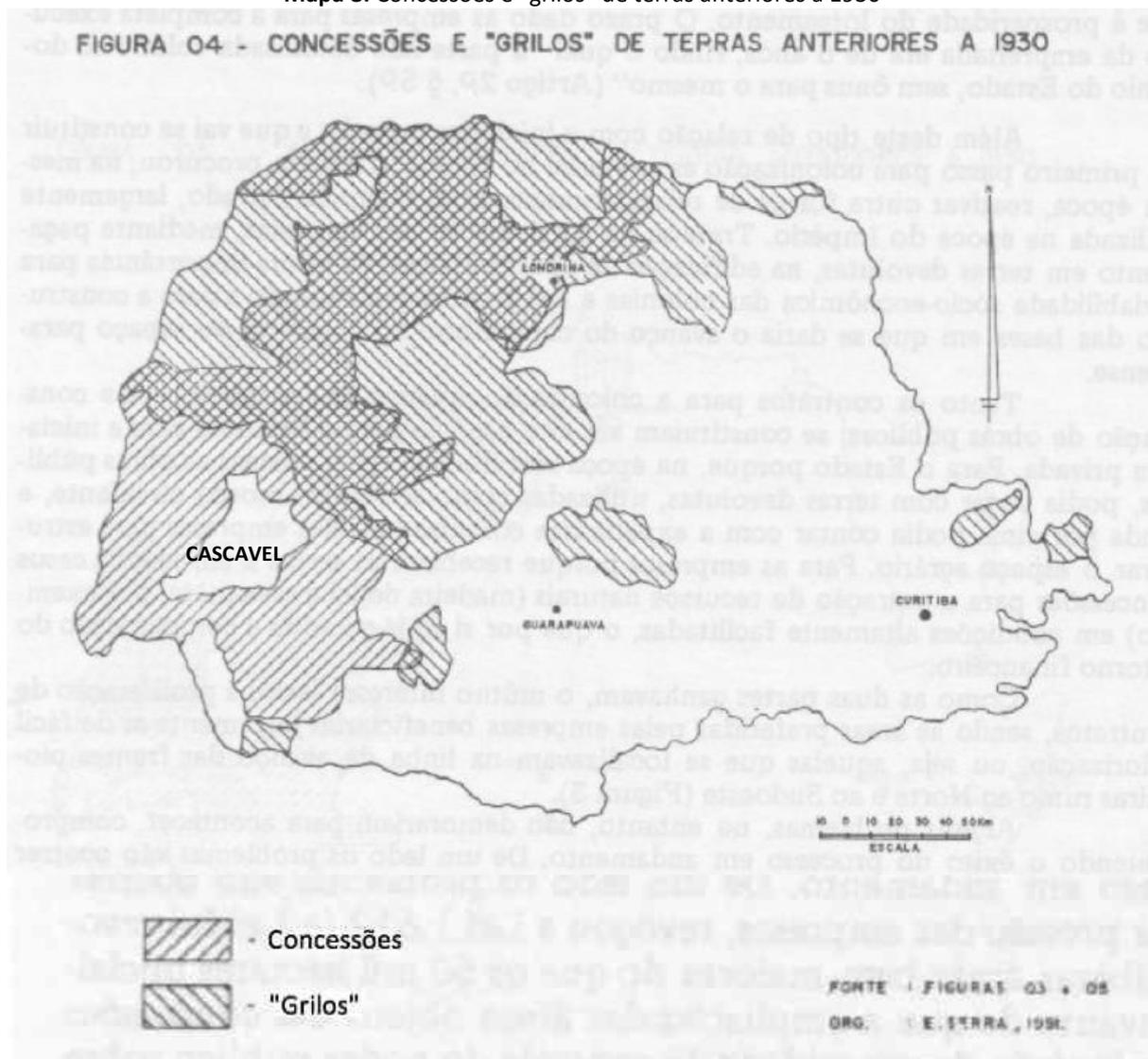
Fonte: Serra (1992) (adaptado)

Os problemas, no entanto, não demoraram a aparecer. O estrangulamento do processo ocorre porque na sua quase totalidade as áreas liberadas para as empresas estavam em sua maior parte infestadas por “grileiros”, conforme observamos no mapa 8. Nesta época se ensaiava a construção de uma ferrovia para o oeste, afinal, “a modernidade andava sobre os trilhos das estradas de ferro” (PIAIA, 2004: 20). Enquanto a Estrada Estratégica era aberta de tempos em tempos, o Governo Imperial, em seu último suspiro, concedia ao engenheiro João Teixeira Soares, em 1889, a concessão de grandes áreas de terras para que este construísse uma ferrovia que ligasse o estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul, passando por Guarapuava, atingindo as barrancas do Rio Paraná.

Para que o projeto fosse viabilizado, João Teixeira Soares montou uma sociedade denominada *Chemim de Fer Sud Oest Brésilien*, cujos direitos foram logo após, repassados à Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (PIAIA, 2004). No mapa acima, referente às concessões de terras realizadas anteriormente à década de 1930, nota-se que as terras doadas ao engenheiro, já tituladas sob o nome da Companhia Estrada de São Paulo – Rio Grande, encontram-se situadas dentro dos limites do Município de Cascavel. Logo, se

realizada, tal ferrovia, além de encurtar o caminho de ligação do leste do país à Assunção, levaria para o interior do Paraná o tão esperado progresso. O sentido norte-sul da ferrovia evidenciava a posição de ponto de passagem na qual o Paraná se encontrava, unindo os interesses de São Paulo, em franca expansão econômica aos do Rio Grande do Sul. Estes estados enriqueciam, enquanto o Paraná empobrecia, e ficava com a conta, paga em milhares de alqueires de terra, entregues aos interesses dos estrangeiros de forma societária pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.

Mapa 8: Concessões e “grilos” de terras anteriores a 1930



Fonte: Serra (1992) (adaptado)

Quanto aos ramais da estrada de ferro, estes nunca saíram do papel. Para Piaia (2004), as razões vão desde a falta de um mecanismo eficiente de cobrança e controle por parte do Estado, assim como sua própria omissão, visto que foi constatado uma série de erros no decorrer dos anos de vigência do contrato de concessão; além disso, não havia qualquer forma de pressão organizada que permitisse a concretização dos planos ferroviários e, certamente, a baixa densidade populacional e insignificância política da região foram igualmente fatores agravantes (PIAIA, 2004).

No entanto, os direitos da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande foram consolidados pelo Decreto n. 11.905, de 1916, o qual reconhecia tanto o Decreto Imperial de 1889, quando o Decreto Federal n. 305, de 1890. A consolidação de 1916 atribuía à Companhia a concessão gratuita de áreas de terras devolutas, assim como sesmarias e posses num raio de 9 quilômetros de cada lado da extensão da estrada de ferro. A cláusula terceira do decreto assinalava o prazo de dois anos para demarcação das terras e, caberia à Companhia preservar as terras em poder de nacionais que não tivessem outro título de posse senão sua ocupação, com efetiva cultura e morada habitual, aos quais assiste o direito de solicitarem ao Estado a sua legitimação ou compra (PIAIA, 2004).

Fig. 8: Caminhos da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande



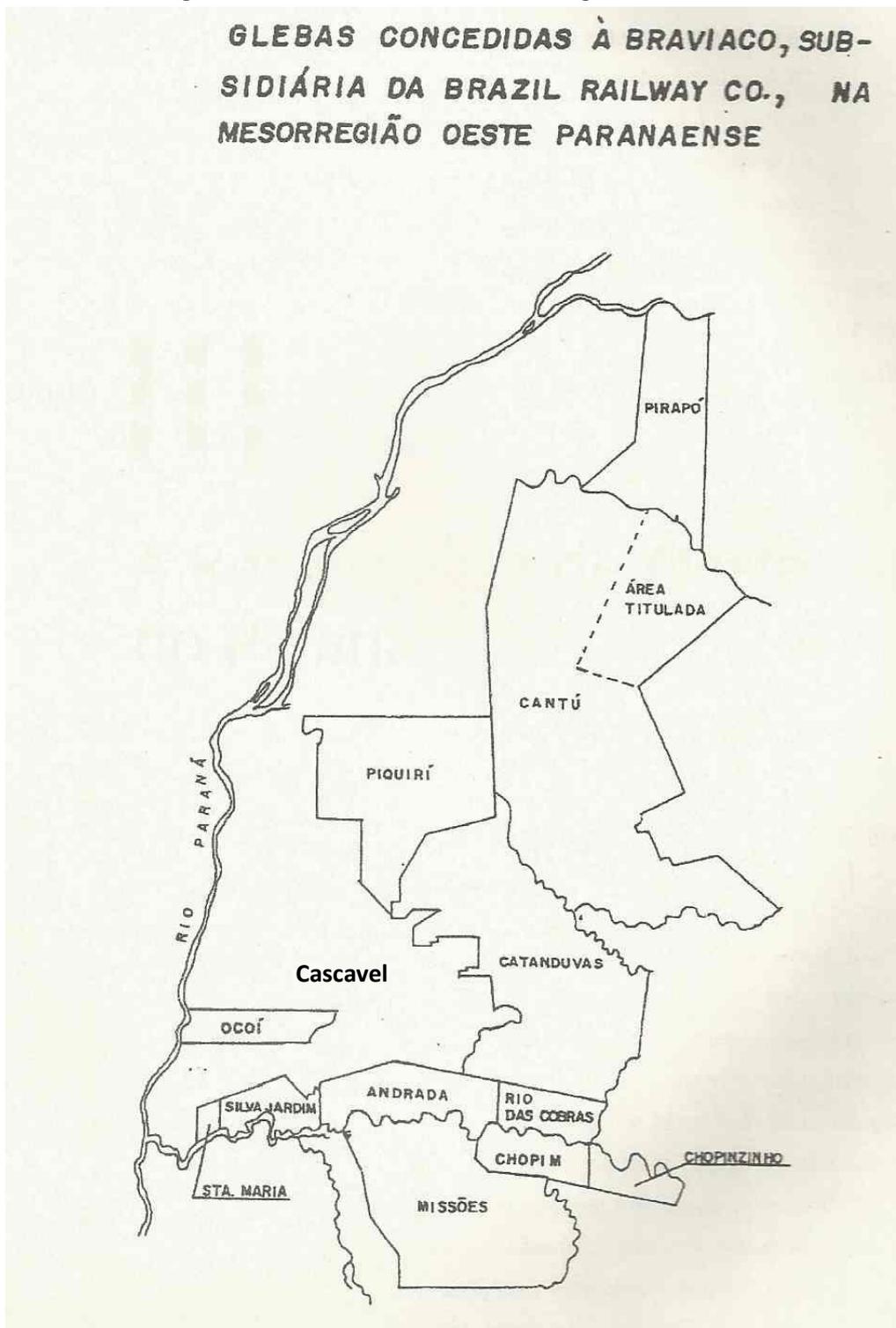
Fonte: Brasil. Programa de Investimento em Logística

A presença dos posseiros ou proprietários ilegais deveria ser conhecida, pois a própria contratual, embora ambígua, inviabilizaria o interesse econômico pela construção da ferrovia caso a região estivesse ocupada a ponto de colocar em risco os títulos de domínio da empresa. A cláusula quinta, previa domínio pleno das terras que fossem entregue para uso, preservando seu direito de impedir por meios legais qualquer tentativa de invasão. Por fim, a cláusula sétima previa que, caso a ferrovia não fosse concluída até o mês de abril de 1940, o domínio das terras reverteria a favor do Estado, salvo o interesse da Companhia em adquirir as terras (PIAIA, 2004).

Assim, em 1920, utilizando-se de dispositivo contratual, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, repassou seus direitos e deveres à BREVIACO. Ao mesmo tempo, além de endossar a transferência de obrigações à BREVIACO, o Estado garantiu títulos de domínio junto à empresa num montante de quase 1.200.000 hectares, terras estas que foram fatiadas em glebas no oeste do Paraná, ressaltando-se as áreas de contrato das obras ou em situação de litígio, qual era o caso do espaço referente à Cascavel, como podemos ver no mapa 8. A formação de glebas atendia aos interesses cartográficos e de mensuração, mas seu objetivo final era a promoção da ocupação do oeste através da colonização (PIAIA, 2004).

Assim, utilizando-se do critério de transferência de terras para o pagamento de serviços, o Estado criou outro grande latifúndio, concedendo enormes áreas ao Engenheiro Natel de Camargo. Assim, ficou sob sua responsabilidade a execução da Estrada Estratégica entre Catanduvas e Foz do Iguaçu, concluída em 1919, a qual, como pagamento, o engenheiro recebeu em torno de 720.000 hectares de terras situadas entre Catanduvas e Cascavel. Tempo depois, receberia nova quantia de terras como pagamento das mediações, desta vez na região que faz parte do perímetro urbano do atual Município de Cascavel (PIAIA, 2004).

Fig. 9: Glebas concedidas à BREVIACO na região oeste do Paraná



Fonte: Grondin (2007) (adaptado)

Antes mesmo que a responsabilidade recaísse sobre a BREVIACO, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, junto ao Estado, se debatia em torno do melhor trajeto rumo ao oeste. O próprio governo interferiu várias vezes em seu traçado, na busca por uma solução mais adequada à ocasião política. Por fim, a Lei n. 1.847 de 1919, definia em seu artigo primeiro, um caminho mais visível, que esta deveria chegar até Foz do Iguaçu (PIAIA, 2004). Certamente este não foi o último, novos roteiros seriam criados já no ano seguinte e, a cada alteração, como pagamento, o Estado ampliava as concessões para 15 quilômetros de terras em cada margem da ferrovia.

Assim, a consagração da transferência dos direitos da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, em 1920, para a BREVIACO, não alterou o panorama que se estendia por mais de três décadas, ou seja, os planos permaneciam no papel. Paralelamente o Estado passou, como vimos, a titular terras para a empresa sem que houvesse uma contrapartida em obras executadas. A BREVIACO jamais cumpriu o contrato da construção da ferrovia rumo ao oeste.

1.4 Disputas de terra na região de Cascavel após 1930

Os acontecimentos políticos de 1930 que conduziram Getúlio Vargas ao poder, resultaram em profundas mudanças na condução do processo de concessões no estado do Paraná. Visando realinhar sua base de apoio nos Estados, o então presidente nomeou interventores para ocupar a posição de governadores. Para o Paraná foi nomeado o general Mário Tourinho, que, de acordo com Piaia (2004), tão breve foi conduzido ao poder, assinou o Decreto n. 200, de 1930, que botava por terra a tentativa frustrada de se construir a ferrovia para o oeste do estado. Contudo, frustrava também a série de privilégios que vinha sendo obtida no decorrer dos anos. Assim, nem a ferrovia, nem tampouco a colonização se efetivaram. Os desdobramentos de ordem política e jurídica destas décadas deixariam claro que “a semente da discórdia brotou nestas concessões e se refletiram na instabilidade documental das posses futuras, onde os latifúndios, o Estado Federal e Estadual, o posseiros e os colonos, iriam digladiar, estendendo o duelo até a coerção física violenta, manchando com sangue a terra disputada” (PIAIA, 2004: 83).

A Revolução de 1930, ao fazer retomar ao Estado a enorme quantidade de terras, aproximou, como nunca, os governos estadual e federal. No entanto, esta parceria não duraria até o final da década. Através da nova constituição promulgada dentro dos princípios do Estado Novo e, diante do otimismo nacionalista e acentuando processo de nacionalização e de controle, o governo federal nacionalizou as Companhias Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e BREVIACO, incluindo no decreto as terras destas empresas sob disputa no Paraná e Santa Catarina (PIAIA, 2004). Essa disputa jurídica impediria, por anos, uma decisão definitiva sobre o direito da propriedade.

Esta cumulatividade de leis e decretos serviu, apenas, para embaralhar ainda mais o entendimento de a quem pertencia as terras. Para piorar, as leis imperiais eram invocadas, pois fora sob seu regime que a concessão original havia sido feita ao engenheiro João

Teixeira Soares. Contudo, em 1889 vigorava a Lei de Terra, cujo artigo primeiro proibia a titulação de terras devolutas que não fosse através da compra. No entanto, para Piaia (2004), a invocação desta antigas leis era apenas uma das peças do quebra cabeça jurídico que cada uma das partes procurava impor para formar seu próprio direito e descaracterizar os demais.

Neste entremeio, o oeste paranaense era invadido por levas de imigrantes buscando melhores terras e condições de vida. Enquanto uma batalha se desenvolvia no terreno jurídico, outra de maiores proporções se avizinhava, como um reflexo do enredo sem fim das disputas jurídicas. Para Piaia (2004: 85), “a terra era o campo de batalha real onde posses se sobrepunham, onde o mais forte e ardiloso vencia, contradizendo os ditames da ordem capitalista, onde a propriedade deveria refletir o trabalho e a condição econômica”.

É certo que grande parte do oeste paranaense não sofreu conflito de titulação, como é o caso das terras administradas pelas companhias colonizadoras, tal como a MARIPÁ⁴⁴ e, mesmo áreas no atual município de Cascavel. Contudo, as áreas pacíficas, embora numerosas, não eram totalidade. As maiores lutas ocorreram justamente nas áreas onde o Estado considerava as terras devolutas e cujo epicentro era a cidade de Cascavel.

Infelizmente, a forma como se processou a posse da terra na região de Cascavel é uma das questões pouco tratadas pela historiografia. Neste sentido, Myskiw (2002), relembra a obra de Anselmo Cordeiro⁴⁵, a qual contém informações sobre a história da cidade de Cascavel e sobre o passado de algumas personalidades políticas da região, tanto que, assim que chegou às bancas e livrarias foi arrematado por aquelas pessoas, as quais podiam ter seus interesses feridos. O próprio autor relata algumas ameaças sofridas antes da publicação, no sentido de fazê-lo recuar.

Para Piaia (2004), a escassez de estudos sobre os primórdios de Cascavel pode ser atribuído, além do comodismo, a imposições de ordem social. Afinal, o problema de terras tem sido cercado por tabus e objeções, visto que muitas pessoas se beneficiaram da desordem legal que se estabeleceu, principalmente, nos anos 1950 e 1960, se aproveitando da situação para se apropriar de terras. Estas pessoas, colonos sem capital, cresceram com a cidade, vindo a adquirir grandes fortunas em função da valorização da própria terra e da renda agrícola. “A apropriação ilegal de terras foi encoberta pelo mito fundador, pela visão estereotipada do colono herói, que desbravava as matas, enfrentava as feras, e disso derivou o seu quinhão de recompensas sob a forma material e de *status* social” (PIAIA, 2004: 24).

Assim, sem afirmar que por isso, nos estudos recentes, a ênfase vem sendo àqueles colonos que adquiriram terras, ou seja, pessoas com recursos, que se estabeleceram e buscaram reproduzir o antigo espaço colonial. Contudo, os colonos com tal perfil não eram maioria

⁴⁴ A aquisição das terras por parte da empresa ocorreu ainda quando estas estavam sob propriedade de um único agente, a *Compania de Maderas del Alto Paraná*, assim, a companhia tornou-se a plena proprietária da área, conseguindo eliminar as disputas legais e os conflitos sociais, muito frequentes na região sudoeste do estado. Assim, seu sucesso se deu por apresentar um título de propriedade definitivo e incontestado das terras (SCHNEIDER, 2002).

⁴⁵ CORDEIRO, Anselmo. **Ninho de Cobras**. Cascavel: Editora Independente, 198-.

diante da massa populacional que se deslocava, impulsionada pelas promessas de fronteiras, reforçadas pelo esgotamento das perspectivas no espaço colonial de origem.

A maior parte destas pessoas não tinha qualquer recurso para compra, buscando assim, as terras devolutas. Seu itinerário era traçado pelas oportunidades oferecidas pelas novas regiões, o que justifica que o recurso da posse tenha sido amplamente utilizado. Neste sistema, o posseiro precisava da terra assim como o Estado pleiteava a colonização. Em resposta à crescente demanda por terras, as terras devolutas acabaram sendo disputada por vários interessados. Como não havia qualquer mecanismo de controle, o poder público se via cercado por pedidos de titularidade da mesma área. Ademais, as terras tituladas também estavam sujeitas à ocupação pela posse em vista de que, quanto maior a área, menores eram as chances de resguardo, de forma que após certo tempo vivendo no local, o posseiro estava apto a requisitar a propriedade. Estes casos costumavam evoluir para uma situação de conflito violento.

Em Cascavel e adjacências não era diferente, a intimidação, a coação e a violência exacerbada eram instrumentos usuais de trabalhos dos usurpadores, assim como a enxada e o machado era para os colonos. Assim, a luta colocou frente a frente classes distintas; o poder econômico, que possibilitava o pagamento de jagunços e corrompia os agentes judiciários e o poder público, tornava claro que se tratava de uma luta entre o colono sem posses e o sujeito com capital suficiente para “investir” na propriedade da terra, não através do próprio trabalho, mas de sua capacidade financeira (PIAIA, 2004)

Pego emprestado um trecho da entrevista com o Sr. Alcindo Carneiro, de 62 anos, realizada por Mariano no ano de 2011 (2012: 29):

Naquele tempo, eu não sei que ano a Vila Dione inteira era chácara do meu pai, junto com aquela parte de baixo da Tancredo Neves ali onde está o Jardim Cristina hoje, foi ali que eu nasci, era a chácara do meu pai. Ali o pessoal veio, porque meu pai era posseiro, vieram para tomar a chácara. Ali eles deram três dias para meu pai apresentar o documento. Naquele tempo o meu pai chamou o compadre José o João já estava para São Paulo, compadre José, compadre Dico que, é o falecido Antônio nome dele e o compadre Pedro que eram os três irmão mais velhos e que estavam trabalhando na região de Toledo. Naquele mesmo dia os jagunços vieram lá. Posso te falar o nome porque eu sei, hoje é o falecido coronel [omitido], o [omitido] e mais uns pistoleiros deles. Deram três dias para meu pai mostrar o documento da terra. Sabe como eles agiam? Eles vinham você não tem documento? Tocam fogo na casa, expulsam as pessoas e quem reagiam eles matava. E eles faziam o documento da terra e vinham. Porque o [omitido] trabalhava na inspetoria de terra aqui, ele sabia quem era posseiro e quem não era. Quantas terras eles tomaram na região.

Para Mariano (2012), o prazo impraticável dado aos posseiros para apresentarem os documentos exigidos foi a estratégia opressiva para retirá-los de suas respectivas terras. Contudo, as autoridades tinham conhecimento de que muitas vezes as terras eram vendidas ou doadas a contento das relações familiares, pelo contrato verbal, sem que houvesse transferência de escritura e, nessas circunstâncias, a comprovação ficava difícil. Aos posseiros, restava abandonar suas terras, ou a luta armada para defendê-las. O próprio jornal que circulava na região na referida década, o Diário D'Oeste, dava destaques a estes conflitos:

Fig. 10: Capa do Jornal Diário D'Oeste de 20 de outubro de 1968 relata violência em Cascavel



Fonte: Diário D'Oeste⁴⁶ (1968)

Na manchete acima, o jornal Diário D'Oeste destacava a presença de jagunços na região e suas ameaças aos moradores dos municípios vizinhos e da área rural de Cascavel. Estes, abordaram e ameaçaram os posseiros, forçando-os a abandonarem suas propriedades, incendiando plantações e a casa do lavrador Lino Webler. Segundo o jornal, “matando gente como se mata mosca”.

Logo, esse tipo de luta, apoiada nas premissas de ocupação determinadas pelo Estado para garantir o título por doação, permitia, em consequência, o surgimento do indivíduo que, sem posses, se dispunha a organizar a luta familiar, enfrentando os jagunços e, embora vivendo com medo das fatídicas emboscadas, espera pelo dia em que, após os trâmites burocráticos, fosse declarado proprietário de sua terra. Assim, embora não fosse maioria, estes casos alimentavam esperanças daqueles que mesmo sem posses, ou outra forma de capital, dirigiam-se à região de Cascavel, na esperança de obter um pedaço de terra, pelo qual valeria a pena lutar (PIAIA, 2004). Acompanhemos o desfecho da história do Sr. Alcindo Carneiro (MARIANO, 2012: 29):

Aí meu pai se apavorou e foi falar com o Francisco Bartinik (...) E ele trabalhava em um negócio de terras aqui em Cascavel. Ai meu pai foi falar, meu pai até chamava de Chico, disse: Chico eu estou desesperado os cara vieram pra tomar a minha terra, aonde eu vou colocar a minha família, família é grande, o que eu vou fazer? Eu não tenho dinheiro, mas eu te dou toda terra do lado de cima. Que hoje é a Tancredo Neves, aonde está subindo na prefeitura até perto da BR 277 lá, e subindo a rua da laminadora, a vila Dione inteira [...] O Bartinik vazou para Curitiba, ele tinha carro, naquele tempo a estrada era de chão, mas ele vazou. Chegou no outro dia cedo em Curitiba fez o documento. Porque meu pai pagava todos os impostos como posseiro, fez o documento, trouxe para o meu pai e nós temos esse documento aqui em casa, nós temos está aí.

Mariano (2012), faz uma importante consideração: Francisco Bartinik era comerciante e também havia migrado no período anterior a emancipação. Todavia, a partir do relato, o modo como se deram as relações entre José Carneiro, pai de Alcindo, e seu distinto amigo não procedeu a ilegalmente, pois o posseiro, sem recursos para custear o processo de

⁴⁶ Jagunços Atacam. *Diário D'Oeste*, Cascavel, p. 1, 20 out. 1968.

legalização da terra propôs abrir mão de uma parte de seu terreno para permanecer com outra. Teria sido o recurso encontrado pelo posseiro na dificuldade, no fim, salvaguardando um meio para subsistência de sua família.

Assim, é certo que a prática da apropriação ilegal, embora comum, não foi exercida pela grande maioria dos colonos, muitos deles, ao contrário, foram vítimas, tendo de abandonar áreas que haviam adquirido dentro dos preceitos legais.

Em meio a esta violência, as relações fundiárias passavam a ser intermediadas pelo capital. No fim, todo o imbróglio que afinal envolvia diretamente o poder público estadual e federal não afugentou os interesses particulares, tampouco debelou a grande massa migratória que apontava seus passos para a região (PIAIA, 2004).

A “Encruzilhada” estava no caminho dos compradores sulistas de terras, que se dirigiam a Toledo. Contudo, ao invés da garantia da escrituração pública, grande parte das terras onde nasceria em 1951 o município de Cascavel, estava, como vimos, desse o século passado, em processo litigioso (PIAIA, 2004). Contudo, foi fundamental a existência destas terras em torno da cidade de Cascavel, pois sendo a terra o principal insumo de interesse dos colonizadores, devido a razões já apontadas, ela se apresentava à disposição de uma forma mais democrática.

Assim para Piaia (2004), a violência que consagrou o período áureo da fronteira não expulsou a população, pois esta era um componente endógeno do processo. Além disso, se de um lado a posse da terra se efetivava num tom aparentemente anárquico perante os ditames da ordem capitalista, por outro, ela se impregnava das virtudes mais caras a suas premissas, tais como a competição e a oportunidade. Assim, nestes locais onde a terra estava mais disponível, a atração populacional estendeu-se também à ocupação urbana. Contudo, esta facilidade de obtenção de um pedaço de terra resultava nos mais variados conflitos, cujo resultado, normalmente, extrapolava os limites legais.

Neste avanço de ocupação, Cascavel e Toledo se faziam notar. O primeiro cumpriu o papel de atrair uma população mais heterogênea enquanto Toledo vinha sendo “louvada” pela ocupação planejada e ordenada das companhias. Deste modo, foi em Cascavel que o crescimento e as influências da competição e do individualismo se fizeram mais fortes, onde as características de uma cidade mais democrática sob o ponto de vista mercantil resultou num poderoso meio de atração populacional (PIAIA, 2004). Assim foi que Cascavel se tornou, em 1960, umas das cidades mais violentas do Brasil, por outro lado, apontada com um dos maiores índices de crescimento no país (PIAIA, 2004).

Capítulo 2. Iniciativas estatais de construção do espaço cascavelense

Recorrentemente a imigração sulista do pós-guerra é apontada como o marco efetivo da colonização da região oeste paranaense. De fato, como vimos, as tentativas de ocupação remontam ainda ao século XIX, no entanto, elas ocorreram de forma muito esporádica e pouco organizada. Não havia ainda, condições objetivas por parte do Estado ou, das iniciativas privadas, para que a ocupação regional se concretizasse. Nas duas décadas que antecedem a Segunda Grande Guerra este fluxo irregular de colonos serviu para demarcar o espaço com vilas e povoados, mas não havia, no entanto, formação de excedentes, caminhos – com exceção das picadas –, nem tampouco um mercado de adsorção que pudesse incentivar um processo de acumulação de mercado (PIAIA, 2004).

Contudo, nos anos de 1930, os acontecimentos políticos resultantes da chegada de Getúlio Vargas ao poder trouxeram novas mudanças para a região da “Encruzilhada”. Esta década marcará, também, a ocupação do terreno regular do Patrimônio Municipal de Aparecida dos Portos de Cascavel (1933) e, as primeiras tentativas de transformar o cruzamento de duas picadas em cidade.

Fig. 11: Primeiras famílias de Cascavel andando na “Encruzilhada” (Patrimônio Municipal) (1930)



Fonte: Museu da Imagem e do Som - MIS

Nesta época, quando Cascavel não passava de um conjunto de aglomerado de casas, esparsos entre si, surgia um sentimento por parte dos moradores que acreditavam, já viver em uma cidade de fato, revelando uma agitação incomum em prol da emancipação do recém criado Distrito de Cascavel (SPERANÇA, 1992). As respostas à estas pressões serão observadas no decorrer da década de 1940 e culminará, como veremos, com a emancipação municipal em 1952 e com todas as transformações na organização do espaço urbano que este trará.

2.1 Iniciativas de implantação do município: do Patrimônio Velho ao Patrimônio Novo

Como vimos, a ocupação e colonização das terras onde hoje se encontra a cidade de Cascavel foi marcada por grandes conflitos. Estes tiveram início em 1889, quando o Governo Imperial, através do Decreto n. 10.432, concedeu ao engenheiro João Teixeira Soares o privilégio da construção de uma estrada de ferro que ligasse Itararé no estado de São Paulo à Santa Maria no Rio Grande do Sul. Como parte do pagamento pela obra a ser executada, o mesmo decreto estipulava que passava a pertencer ao concessionário as terras situadas ao lado dos eixos da estrada. Na época, Teixeira Soares representava os interesses da *Chemim de Fer Sud Oest Brésilien*, com sede em Paris e, verdadeira detentora das concessões. Daí então, teria sido criada a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, bem como a subsidiária BREVIACO, já em 1920.

Com as medições e demarcações realizadas pela BREVIACO, evidenciou-se, como vimos, a existência de uma grande área de terras devolutas encravada entre as propriedades da *Companhia Barthe e Nuñes y Gibaja*. Essas terras foram requeridas ao governador estadual pela família Camargo e pelo sertanejo já conhecido, Antônio José Elias. Estes, com diversos familiares, vieram então localizar-se com suas moradas no alto do atual bairro “Cascavel Velho” (SPERANÇA, 1992).

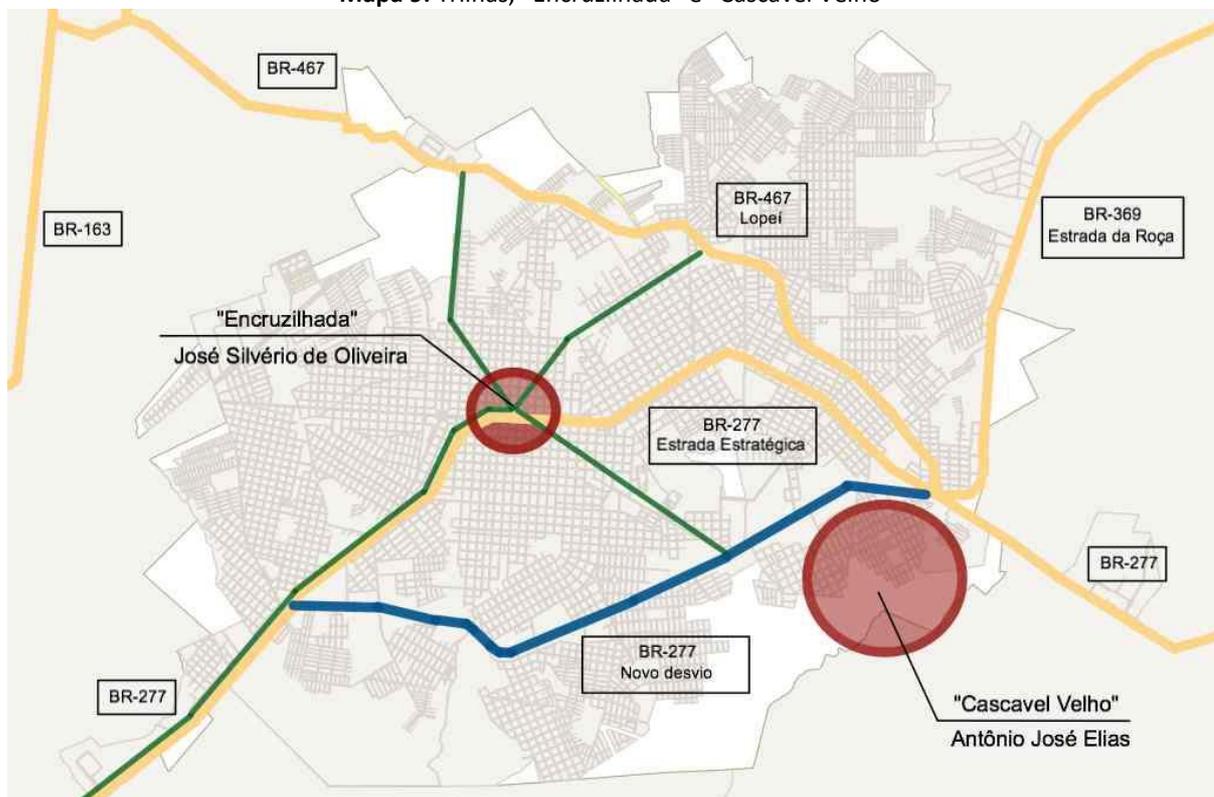
A “Encruzilhada” situava-se mais adiante da antiga propriedade da *Companhia Barthe* – onde surgiria alguns anos depois, o município de Toledo –, tomando a estrada aberta por Augusto Gomes de Oliveira em direção a Lopeí, ao atravessar a trilha pioneira aberta pelos militares. A “Encruzilhada” situava-se portanto, nas terras requeridas por Antônio José Elias. Para Sperança (1992), foi com ele que “Nhô Jeca” teria entrado em entendimento, para, alguns anos depois, arrendar as áreas próximas à Encruzilhada e iniciar seu empreendimento (mapa 9).

Como vimos, estas áreas estiveram, desde as últimas décadas do século XIX, sob o domínio de companhias estrangeiras. Com a instituição do Governo Republicano, em 1889, foram autorizadas novas concessões de terras, bem como, a revogação de outras. Em Cascavel, um dos casos que se destaca são as terras ligadas à Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, repassadas à BREVIACO.

De acordo com Mariano (2012), com a proclamação do Governo Provisório, em 1930, sob a presidência de Getúlio Vargas, o governo paranaense anulava, no mesmo ano, várias concessões de terras distribuídas pelo Governo Imperial e aceitas pelo governo Republicano até então, entre as quais, aquelas sob domínio de Antônio José Elias. Estas teriam sido então

repassadas ao comerciante José Silvério de Oliveira, o “Nhô Jeca”. Nas palavras de Sperança (1992: 103), “uma rápida sucessão de atos destinados a apurar a situação do domínio legal sobre as terras da Encruzilhada, teria transformado, *repentinamente* Nhô Jeca de arrendatário que era, em proprietário das terras da Encruzilhada” (grifo da autora). A justificativa seria que a concessão original que determinou a aquisição por parte de Antônio José Elias, derivava de uma das antigas concessões feitas pelo Governo Imperial.

Mapa 9: Trilhas, “Encruzilhada” e “Cascavel Velho”



Fonte: Autora (mapa base GeoPortal de Cascavel)

O documento que facilitava a transferência de propriedade de terras da Encruzilhada para o nome de José Silvério foi o Decreto n. 20, de 5 de janeiro de 1931. Nele, o interventor Mário Tourinho tornava “nulos todos os títulos de domínio sobre quaisquer áreas de terras pelo governo do Estado expedido em favor da Companhia Brasileira de Viação e Comércio”, a BREVIACO (SEPRANÇA, 1992: 107). Assim, foi o interventor que assinou, em 1931, apenas um ano após a chegada de José Silvério à Encruzilhada, a transferência das terras para o comerciante, que logo se tornou uma liderança política local.

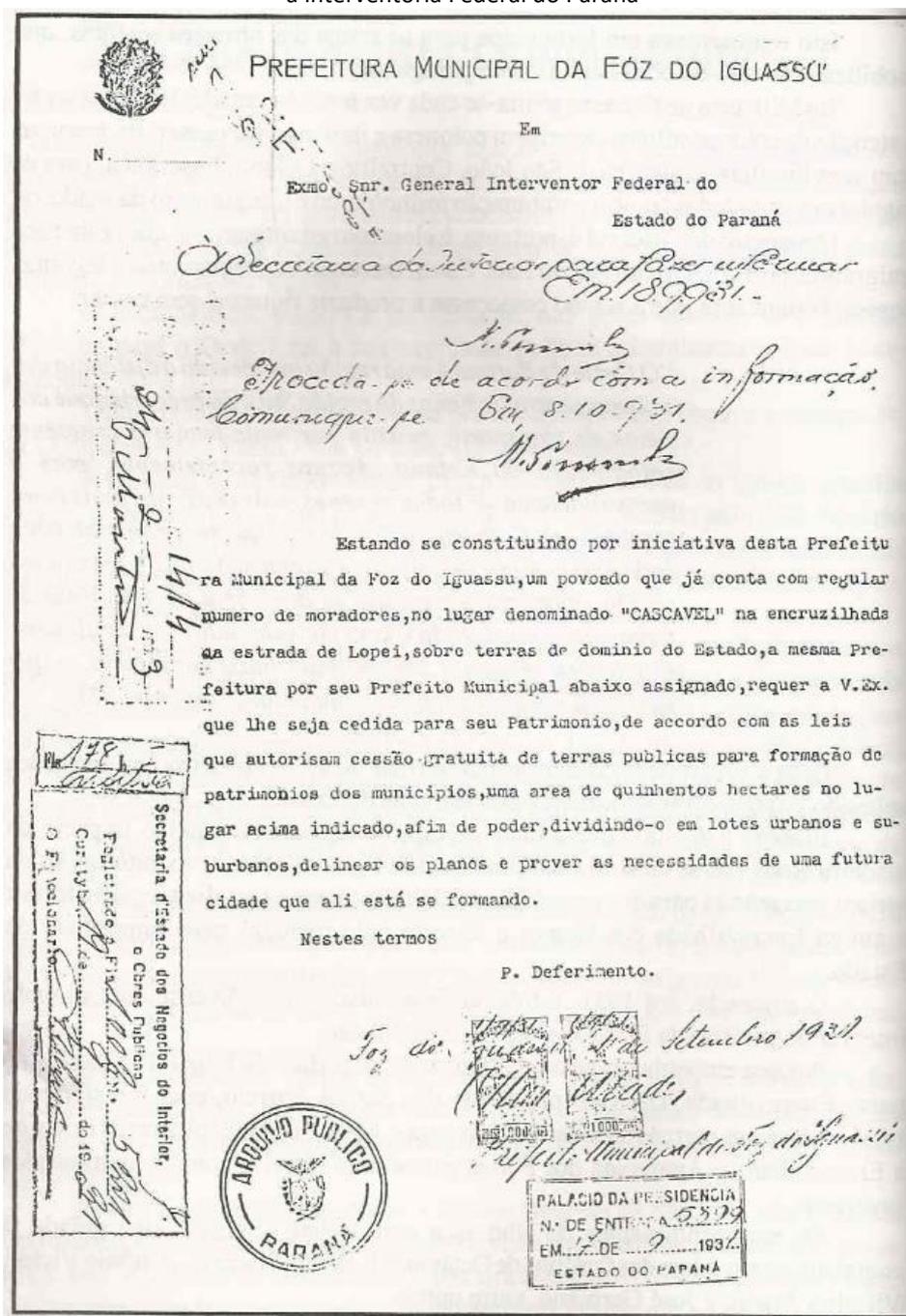
O fato é que, independente da forma com que se deu, José Silvério obteve o arrendamento de uma pequena lavoura junto a um entroncamento de trilhas⁴⁷, onde fez abrir uma clareira e determinou a construção de algumas casas de pinheiro lascado. A principal construção, porém, era o armazém, destinado a servir às negociações com viajantes, aos quais, em reconhecimento da amplitude de sua propriedade, passou a oferecer terras. Para Sperança (1992), seria entorno destas primeiras casas que nasceria a futura vila de “Encruzilhada”, mais tarde Aparecida dos Portos e, por último, Cascavel. Foi assim que o ajuntamento de

⁴⁷ A Encruzilhada resultou da junção destas trilhas, a estrada da erva-mate (a estrada de Catanduvas que seguia pela estrada da Lopei) com uma ligação para a estrada da Roça e a BR-277 iniciada pela trilha militar em 1889 – atual avenida Brasil – e, antes disso, pela estrada do Peabiru.

casas pioneiras de Antônio José Elias, parentes e vizinhos passou a ser chamado de “Cascavel Velho”, em antítese às novas construções e rumos da futura cidade, criado por Nhô Jeca.

Assim, José Silvério sentia-se cada vez mais a vontade e, em 1931, o comando era todo do pioneiro, que tinha como apoiador o prefeito de Foz do Iguaçu, Othon Mader. Foi ele quem, sob a chefia da prefeitura de Foz do Iguaçu, referiu-se pela primeira vez à Encruzilhada como povoado de Cascavel, em documento onde solicitava ao interventor do Estado as terras situadas na “Encruzilhada” para criação do Patrimônio Municipal de Cascavel (SPERANÇA, 1992). Este talvez tenha sido, o primeiro grande documento da história do futuro do município (fig. 12).

Fig. 12: Ofício encaminhado pelo prefeito de Foz do Iguaçu, Othon Mader à interventoria Federal do Paraná

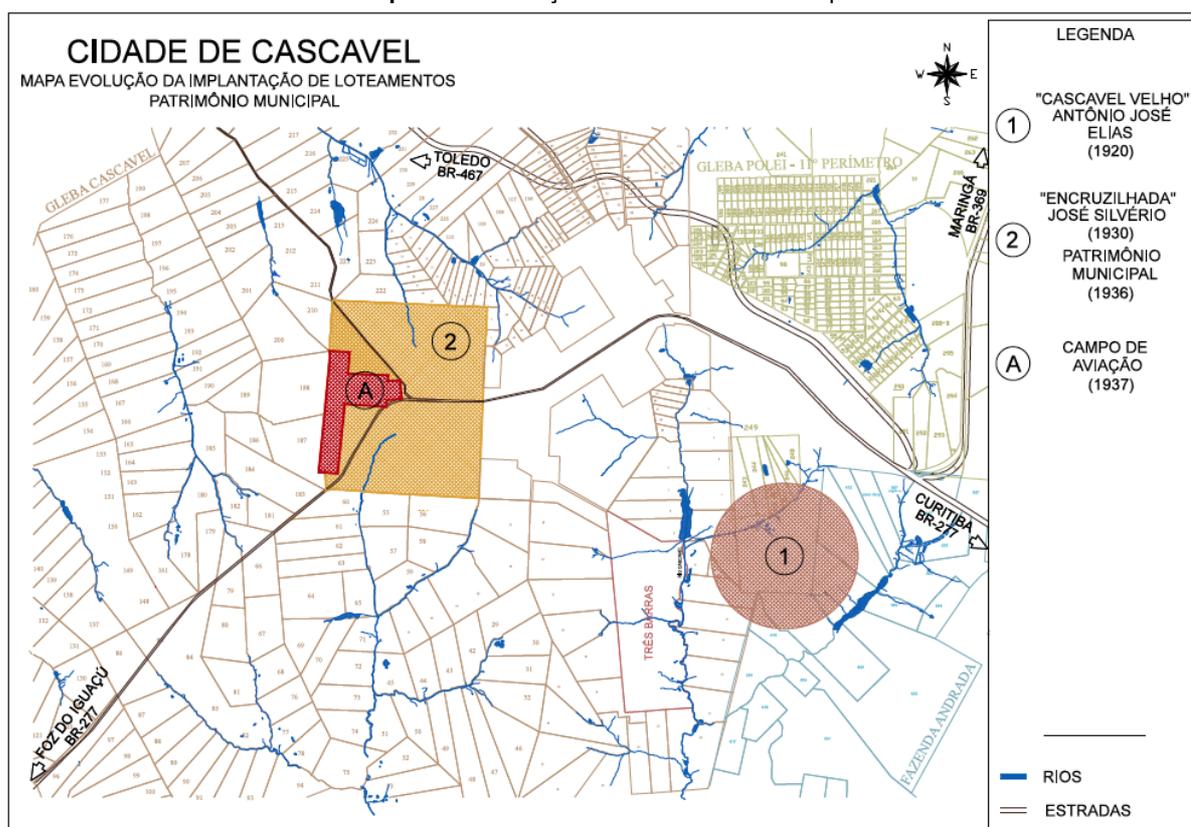


Fonte: Sperança (1992)

Estava firmado então, o pedido de doação de uma área de 500 hectares para a criação do Patrimônio Municipal de Aparecida dos Portos de Cascavel (fig. 12). O passo a seguir, autorizada em princípio a doação, foi o trabalho de medição e demarcação do terreno denominado Cascavel, requerido a título de Concessão pela Prefeitura Foz do Iguaçu (SPERANÇA, 1992). Assim, como dito por Sperança (1992), se “Nhô Jeca” foi o pai de Cascavel, Othon Mader foi o avô.

De acordo com Sperança (1992), A renúncia do general Mário Tourinho, ainda em 1931, trouxe uma difícil situação para o projeto de doação das terras do Patrimônio Municipal de Foz do Iguaçu para Cascavel. No entanto, havia fundadas esperanças por parte da população local na administração do novo interventor, Manuel Ribas. Assim, em 1933, a notícia de que o interventor aprovara o trabalho de medição e demarcação das terras situadas no local denominado Cascavel para a formação de seu Patrimônio, trazia as boas novas aos moradores. Nesta data, quando, segundo Sperança (1992), Cascavel contava com apenas cinco casas na “Encruzilhada”, Manuel Ribas autoriza a criação do Patrimônio Municipal. Para isso, a Prefeitura de Foz do Iguaçu recebia, como doação do governo do Paraná, a posse de 76 lotes (quadras), com pouco mais de um milhão de metros quadrados, compreendendo o setor urbano entre o campo de aviação militar – criado para receber os pousos do Correio Aéreo Nacional –, e a Rua Moysés Lupion, atual Rua Sete de Setembro.

Mapa 10: Localização do Patrimônio Municipal



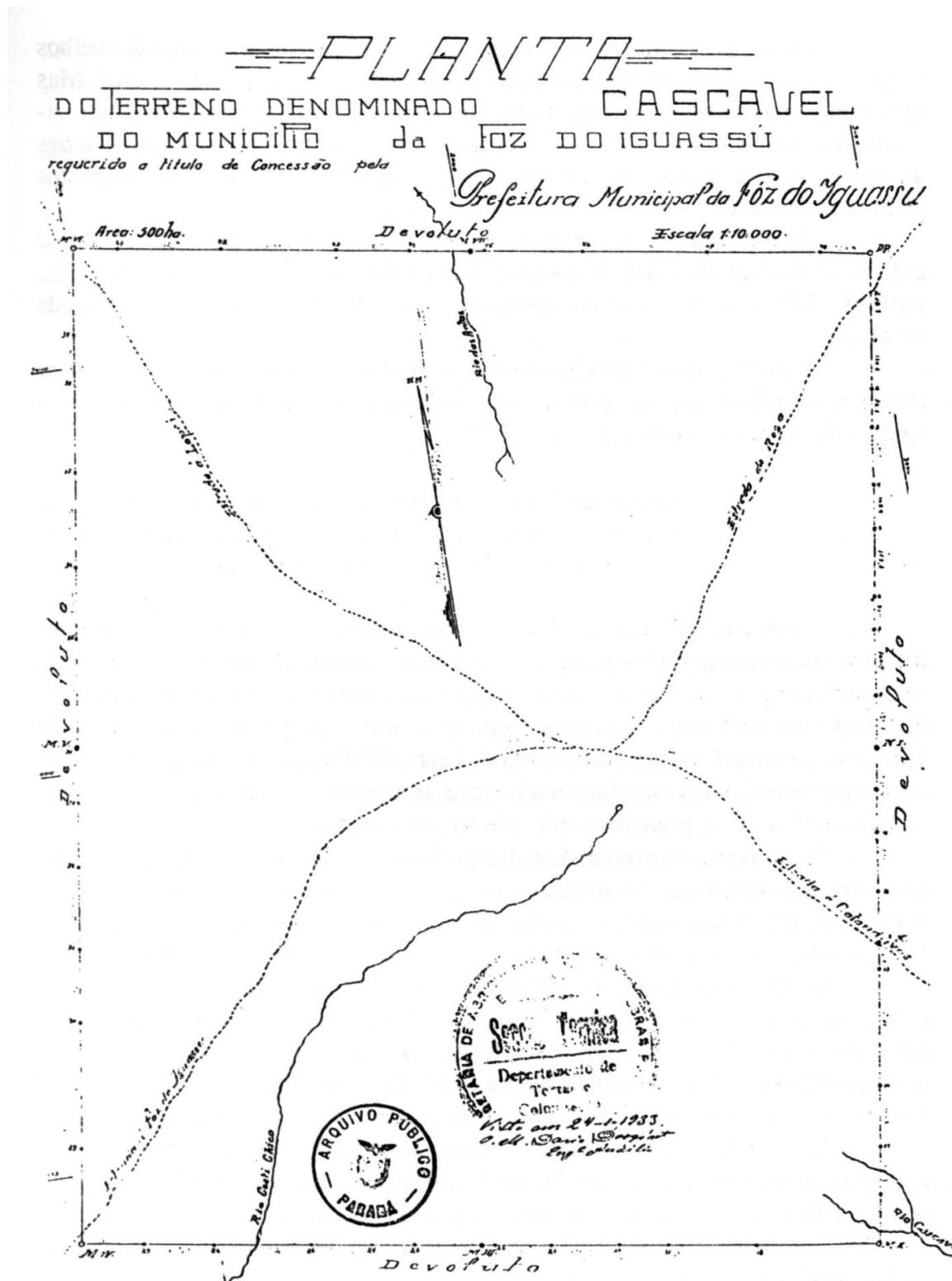
Fonte: Autora (mapa base Prefeitura Municipal de Cascavel)

O arruamento de todo o chamado Patrimônio Velho foi organizado pelo engenheiro Hans Marth, sendo de sua responsabilidade o traçado de praticamente todas as ruas entre a Igreja Santo Antônio e a antiga Rua Moysés Lupion. Com sua instalação foi possível a realizar a

construção da primeira Capela de Nossa Senhora Aparecida, que também servia de escola, o primeiro Distrito Policial e, o Cartório Civil, este já em 1937 (SPERANÇA, 1992).

Contudo, a autorização para a criação do Patrimônio Municipal viria apenas em 1936 e, dez anos depois de sua aprovação, seria transferido a título de domínio pleno para a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu as terras da “Encruzilhada” (fig. 13).

Fig. 13: Planta do terreno denominado Cascavel



Fonte: Perfil do Município (2009)

Assim, no intuito de colonizar o Patrimônio Municipal, a Prefeitura de Foz do Iguaçu passou a alienar lotes a terceiros, mediante títulos ou cartas de aforamento. Contudo, até a década de 1940, os governos estaduais muito pouco faziam para alavancar o desenvolvimento desta região. Mesmo assim, na pequena Cascavel, já se observava a intenção de ocupação da área conhecida como “Encruzilhada” para a instalação do núcleo urbano, em antítese à antiga ocupação de José Elias e de Gomes de Oliveira, que ocupavam, desde o início do século, o bairro hoje conhecido como “Cascavel Velho” e que vinha sendo ignorado pelos novos moradores. Apesar disso, as terras não loteadas ficaram por anos sem significativa ocupação.

O final do ano que se segue seria particularmente difícil para a cena nacional. A farsa do Plano Cohen, segundo o qual os comunistas preparavam um golpe militar para tomar o poder do país favoreceu a Getúlio Vargas a implantação da ditadura e, a partir de novembro do mesmo ano tinha início o período que ficaria conhecido como Estado Novo. Nesta época, a população de Cascavel acreditava já viver em uma cidade de fato e, revelava uma agitação política incomum para a região. Contudo, sua preocupação era somente uma: a emancipação político-administrativa e a criação do Município de Cascavel.

Em 1939 eclodia a Segunda Guerra Mundial, que representou, da mesma forma que as revoluções de 1924 e 1930, impulsos à região de Cascavel. Ao que parece, de alguma forma, as revoluções e as guerras preparavam novos saltos de desenvolvimento para a pequena Cascavel. Neste caso específico, o conflito mundial fez valorizar a sua madeira.

No entanto, o que de fato aproximava o já Distrito de Cascavel da emancipação seria a recomendação, pela Comissão de Estradas de Rodagem Paraná – Santa Catarina, em 1942, da construção de uma rodovia que ligasse Ponta Grossa a Foz do Iguaçu, passando por Cascavel. Tratava-se do início da BR-277. Esta rodovia favoreceu os planos de Getúlio Vargas, que tinha interesse em ocupar a região com colonos gaúchos, uma vez que o território do Rio Grande do Sul mostrava-se ocupado com o estreitamento de sua fronteira agrícola. Assim, o ano de 1943 começou com a primeira migração de colonos italianos provenientes da região sul. Contudo, neste meio tempo o Território Federal do Iguaçu era criado, freando o processo de emancipação pelo qual Cascavel vinha lutando (SPERANÇA, 1992; PIAIA, 2004).

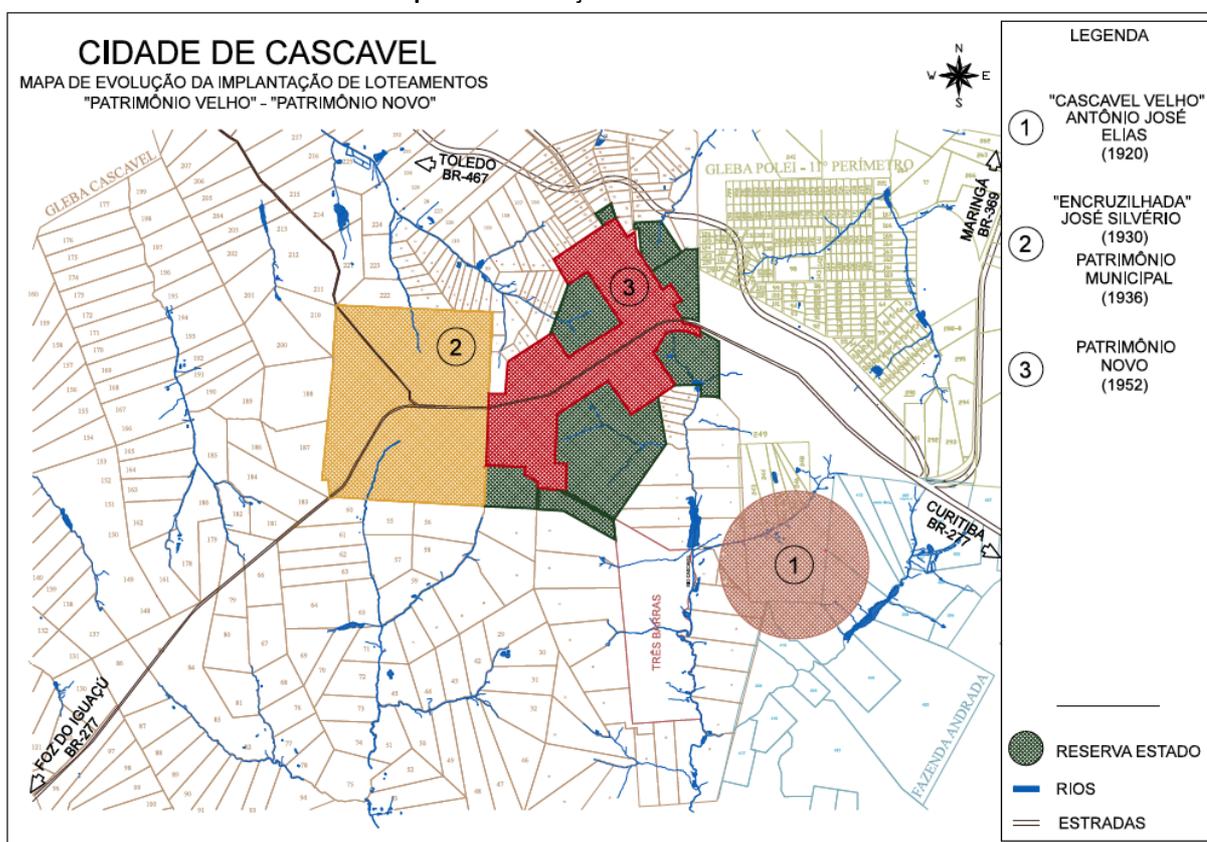
Com a extinção do Território, em março de 1946, Cascavel recebia um grupo de colonizadores vindo do Rio Grande do Sul, os quais haviam adquirido terras a oeste, até então propriedade da antiga Fazenda Britânia. Este empreendimento deu origem à cidade de Toledo, com sua criação estimulando a ocupação do oeste, com forte rebatimento na região de Cascavel (PIAIA, 2004).

Assim, superada a década de 1940, Cascavel apresentava no censo demográfico de 1950 uma população de 4.411 habitantes. Vale destacar que existem certas divergências sobre o número real de habitantes presentes no município de Cascavel na década em questão. Sperança (1992) e Piaia (2004), bem como os dados apresentados no Perfil Municipal de 2009, afirmam que o censo demográfico de 1950 apontava para a presença de 404 habitantes na região de Cascavel. Contudo, Mariano (2012) e dados disponibilizados pelo

IBGE apontam para uma população de 4.411 habitantes, das quais cerca de 90% viviam na zona rural.

Além disso, a colonização de Cascavel, a partir da década de 1940, já não estava mais restrita à atração de amigos e parentes de José Silvério, o “Nhô Jeca”. Bem ou mal, as iniciativas governamentais foram decisivas, tendo sido criado, inicialmente, o Departamento Administrativo do Oeste, que visava a venda de terras a agricultores e madeireiros e sua regularização e, mais tarde, a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, criada pelo governador Moysés Lupion, em 1946. Em seguida, a criação do Departamento de Geografia, Terras e Colonização – DGTC complementariam a ação do Governo Estadual nesse campo, sendo estes órgãos participantes ativos no progresso de Cascavel, com seus dirigentes constituindo-se em molas propulsoras do desenvolvimento da pequena Cascavel, ao lado dos Militares da Aeronáutica e da Comissão de Estradas de Rodagem (SPERANÇA, 1980).

Mapa 11: Localização do Patrimônio Novo



Fonte: Autora (mapa base Prefeitura Municipal de Cascavel)

De qualquer forma, pode-se dizer que a população do pequeno Distrito de Cascavel crescia e, no início da década, em julho de 1951, o governador Bento Munhoz da Rocha passou a visitar estes pequenos núcleos urbanos em ascensão, entre eles, Cascavel e Toledo. Em pouco tempo, suas emancipações foram sancionadas, mais exatamente, pela Lei Estadual n. 790, de 14 de novembro de 1951. Contudo, Cascavel viveria seu primeiro ano de município criado ainda na condição de Distrito de Foz do Iguaçu, até a instalação do município, em 14 de dezembro de 1952, quando efetivamente iniciou sua vida autônoma. Em resposta a essas ações e, para possibilitar a criação do novo Município, o Governo do Estado transfere à nova unidade administrativa estadual, para uso e comercialização da Prefeitura, uma área

loteada, piquetada e com reservas próprias para futuras repartições públicas, jardins e parques, num total de 2.500 lotes (SPERANÇA, 1980). Esses novos terrenos passaram a ser chamados de “Patrimônio Novo”, em oposição ao “Patrimônio Velho”, que datava da ação de Othon Mader, concluída em 1936 (mapa 11).

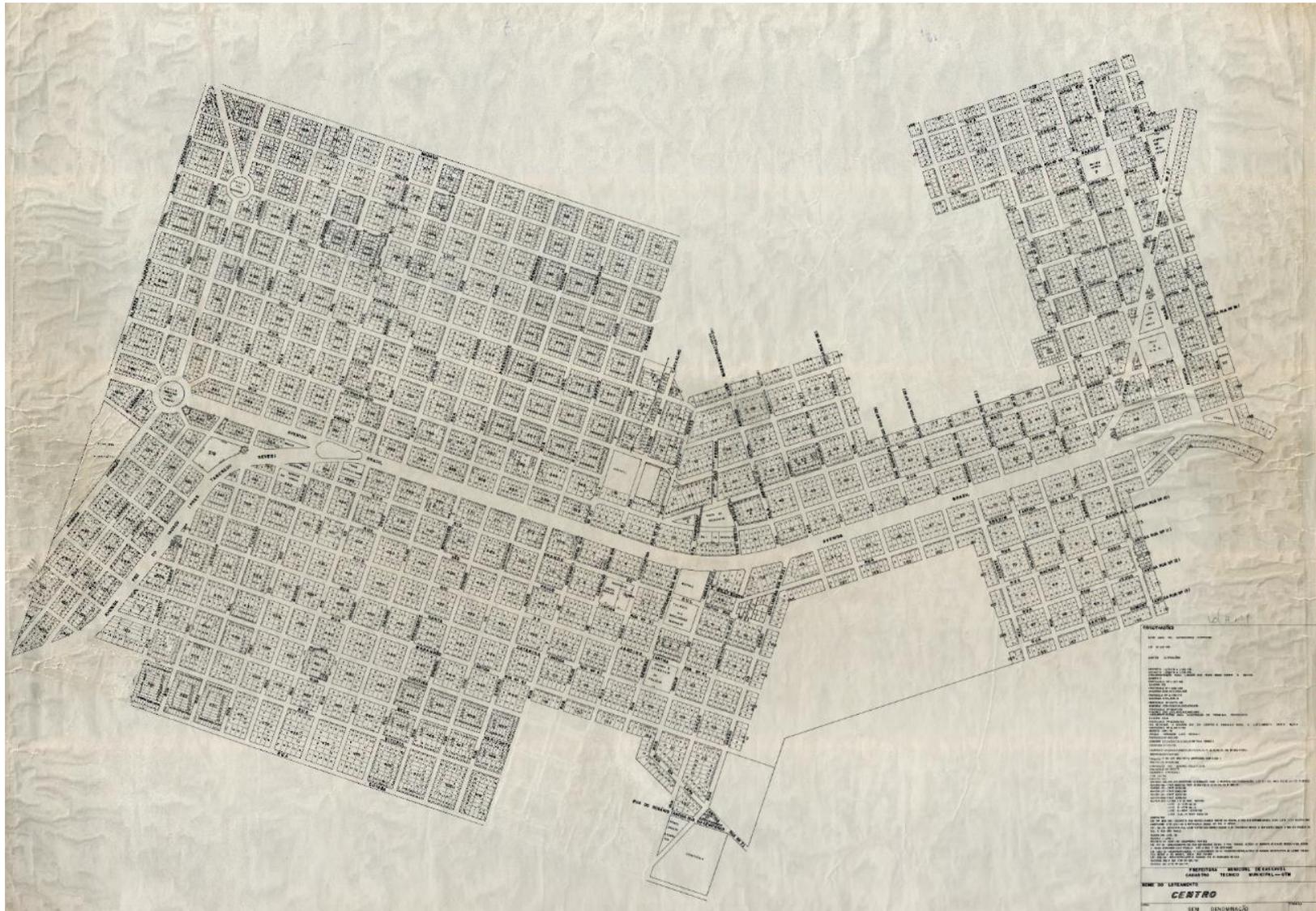
Agregada ao Patrimônio Municipal, aquela área logo passa a ser conhecida como Patrimônio Novo. A transferência da Igreja Matriz para a atual localização da Catedral Nossa Senhora Aparecida, em 1952, facilitará o desenvolvimento do Patrimônio Novo, junto às facilidades asseguradas pela Prefeitura Municipal para a aquisição dos terrenos. Estes, que passaram a constituir o Patrimônio Novo, tiveram seus traçados estabelecido pelo engenheiro Leão Trauczinski.

O episódio da construção da Igreja Matriz suplanta a dimensão religiosa para trazer à tona conteúdos ligados ao imaginário de modernidade, que por sua vez conectam-se às disputas entre diferentes interesses então vigentes. Em 1952 o Padre Luiz Luíse chegava à Cascavel acompanhado de Florêncio Galafassi, com a missão de construir a nova Paróquia (SPERANÇA, 1992). Assim, no dia primeiro de junho, em reunião com a comunidade católica, oficializou-se a criação da igreja, localizada então, ao lado do aeroporto. Na reunião também foi decidida a criação da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Aparecida em área doada pelo Estado. Para Sperança (1992), residia neste ponto a origem da questão política. Não havia unanimidade em respeito da melhor localização para as obras da Igreja Matriz, a corrente mais tradicional defendia a construção do novo templo no local onde residia a antiga igreja, próxima à Praça Getúlio Vargas e ao aeroporto. Era o que também desejava Galafassi, contudo, o padre Luíse almejava “vida nova” e sua construção no “Patrimônio Novo”, cuja ocupação precisava ser estimulada para desenvolver aquele novo setor da cidade.

Como entrave, citou o aeroporto, afirmando que não seria aprovada sua construção naquelas imediações. Foi o argumento que pesou, e determinou a construção da Igreja na quadra reservada para a obra na planta oficial do “Patrimônio Novo”. Sua intenção, segundo Sperança (1992), era deslocar o eixo do poder e do crescimento para fora dos domínios da Industrial Madeireira do Paraná e de Florêncio Galafassi⁴⁸, de cuja empresa era diretor. Este, que deu nome a atual Praça do Migrante, chegou a Cascavel na década de 1940 e, embora nunca tenha concorrido a qualquer cargo público, foi personalidade das mais influentes, acima de qualquer autoridade política de seu tempo. Assim, se como dito, até 1952 não havia nenhuma planta referente ao município, no ano de 1959, o “Patrimônio Velho” seria redividido, tendo sua planta aprovada por sentença administrativa através da Lei Municipal n. 90, de 1959 (fig. 13). É elaborada uma nova planta por meio da Lei Municipal n. 251 de 1963, unificando o “Patrimônio Velho” e o Patrimônio Novo”, surgindo a partir daí, o atual centro da cidade (fig. 14).

⁴⁸ Florêncio Galafassi era diretor da Industrial Madeireira do Paraná e teve grande influência política na região de Cascavel. Nascido no Rio Grande do Sul, mudou-se para Cascavel quando, em 1948, a Industrial Madeireira do Paraná, com sede em Caxias do Sul, adquiriu o controle da Serraria Moysés Lupion, a primeira em importância a se estabelecer em Cascavel (SPERANÇA, 1992). Residiu por dois anos no Hotel Gaúcho, até se estabelecer em sua propriedade no chamado Patrimônio Velho. Participou ativamente da luta emancipacionista do Município, contudo, foi com a conquista da instalação da primeira comunidade católica de Cascavel que seu trabalho se sobressaiu.

Fig. 14: Planta do Loteamento Centro de acordo com a Lei Municipal n. 251/63



Fonte: Secretaria de Planejamento – SEPLAN

Assim, no início da década Cascavel distanciava-se do período pioneiro, que era então, substituído pela hierarquização sócio-política decorrente da integração cada vez mais sólida do município no contexto dos planos políticos estaduais e federais. Com isso, o crescimento de Cascavel passava a exigir alternativas para o assentamento urbano. A informação de que o Patrimônio Municipal seguia sem efetiva ocupação nos faz acreditar que as manifestações político-religiosas realizadas em prol da criação de uma “terceira” Cascavel – posterior à Encruzilhada e ao Patrimônio Velho - seria justificável. O Padre Luiz Luíse, um dos principais envolvidos, dava voz a manifestação reclamando por uma Cascavel não mais rural – nem o “Cascavel Velho”, nem o “Patrimônio Velho” sucessor da Encruzilhada, mas uma nova cidade, a “Nova Cascavel”.

Nesta época, a maior parte dos recursos municipais era obtida através da venda direta destes lotes, pertencentes ao município ou ao estado, qual era o caso do Patrimônio Novo, loteado por este e repassado para a municipalidade. Helberto Edwino Schwarz (1956-1960) em entrevista para Piaia (2004), em 2002, afirma que o primeiro prefeito da cidade – José Neves Formighieri (1952-1956) – vendeu os terrenos correspondentes ao “Patrimônio Velho” na mesma velocidade em que o dinheiro foi gasto; assim, quando este assumiu a administração da cidade, quase não haviam mais lotes a serem vendidos. Não havia, sequer, mapa destas terras. Segundo o ex-prefeito, teria sido ele quem requisitou o primeiro mapa do Município, que diz respeito somente ao Patrimônio Novo.

De acordo com Algacyr Arilton Biazetto, em depoimento a Sperança (1992), o governador Bento Munhoz da Rocha Neto teria doado essa área para a criação do novo Patrimônio com tudo medido e loteado e foi, graças a isso que o Município passou a arrecadar dinheiro, vendendo estes lotes. De acordo com o depoimento, um lote na Avenida Brasil, de esquina, custava seis mil cruzeiros e os outros, cinco mil cada. À medida que se afastavam da Avenida, custavam entre um e cinco mil cruzeiros (ALGACYR ARILTON BIAZETTO, depoimento, em SPERANÇA, 1992: 148).

Sperança (1992), contudo, fornece uma outra versão, segundo a qual no ano de 1952 elegia-se os então prefeito José Neves Formighieri e quatro vereadores: Francisco Stocker, Antônio Massaneiro, Jacob Munhak e, o já conhecido Helberto Schwarz. Segundo o então prefeito, não havia dinheiro para administrar o município. Os recursos previstos na Lei 790 de 1951 jamais foram liberados pelo governador Bento Munhoz. Para obter o primeiro trator, destinado a abrir estradas, o prefeito Formighieri foi obrigado a comprá-lo através de crédito pessoal. Além disso, uma das primeiras providências como prefeito teria sido recorrer ao Estado para a definição da planta da cidade:

O prefeito Neves, para poder bem administrar a sede do seu Município, precisava de uma planta específica. Solicitou então providências ao Estado, através dos órgãos competentes. Já sabendo que CER-1 locara o eixo da Estratégica, atravessando o povoado de Cascavel, munido-se das cadernetas de campo e das normas do DNER, o Estado projetou a primeira planta da cidade de Cascavel, nela obedecendo a faixa de domínio federal de 60 metros (30 metros para cada lado do eixo da BR-277) (OSCAR RAMOS PEREIRA, depoimento, em, SPERANÇA, 1992:154).

Embora não se tenha conhecimento do desfecho desta discussão ora suscitada, de fato, tem-se sobre mãos do pesquisador, uma planta, realizada pelo DGTC e, disponibilizada pelo

INCRA, datando de 1952, que no entanto, refere-se somente ao Patrimônio Novo e que vemos a seguir:

Fig. 15: Planta da Cidade de Cascavel de 1952 referente ao Patrimônio Novo



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Este mapa requerido pelo então prefeito Helberto Edwino Schwarz e, executado pelo Agrimensor Edrino Koterbai (Cat. No 528L – CREA – 8º Reg.) e pela engenheira Leila Maia (Engº Cart. n. 384D) do Departamento de Geografia, Terras e Colonização – DGTC, recém criado por meio do Decreto Estadual n. 8039 de 1952. Este departamento, por sua vez, teria sido criado pelo governo paranaense em função da intensificação da ocupação do território, até a pouco considerado sertão e devido, justamente, ao afloramento de toda a problemática oriunda do crescimento populacional (SPERANÇA, 1992; PIAIA, 2004). Seu objetivo era orientar e fiscalizar o povoamento rural e as colonizações particulares, fazendo cumprir as disposições contratuais e legais vigentes.

O departamento que contava com onze inspetorias no estado, teve seu 9º departamento instalado justamente na nova Cascavel, o que facilitaria, como veremos a seguir, a criação e loteamento da Gleba Cascavel. Contudo, para Piaia (2004), sua criação serviu muito mais aos interesses particulares de especulação das terras do que promoção da colonização propriamente dita. De qualquer forma, o “Patrimônio Novo” estava criado e fora incorporado ao antigo Patrimônio Municipal dando nova conformação ao centro da cidade, como vemos na imagem abaixo:

Fig. 16: Vista do Patrimônio Novo abaixo e Patrimônio Velho aos fundos⁴⁹



Fonte: Museu da Imagem e do Som - MIS

⁴⁹ O Patrimônio velho abrangia da Rua 7 de Setembro até a rua Alferes Tiradentes e, da Rua Manaus à Rua Cuiabá. O estado loteou o Patrimônio novo que abrangia da Rua 7 de Setembro até o limite das Ruas José Bonifácio e Rosa Norma Vessaro, no bairro São Cristóvão, do qual foi elaborada uma segunda planta, aprovada pelo estado.

Pode-se dizer que a inversão da imagem da “nova” Cascavel tem historicidade pois, concomitante ao duplo processo de modernização conservadora e da urbanização/industrialização, consolidou-se a integração da sociedade e da economia de Cascavel e a região oeste no cenário nacional e internacional. Em meio à expansão das relações sociais capitalistas, Cascavel inseria-se no cenário estadual e nacional e a Cascavel Velha precisava ser deixada no passado.

Assim, como vemos na figura 16, a área estava agregada ao velho Patrimônio de Aparecida dos Portos – entre a Praça Getúlio Vargas e a Rua Sete de setembro hoje – mas representava uma verdadeira operação revolucionária em pleno início da vida municipal. A prefeitura, ao mesmo tempo em que oferecia facilidades para aquisição de terrenos no Patrimônio Novo, se preparava para promover sua primeira eleição municipal. Assim, sob novos ventos, Cascavel se firmava como centro urbano no antigo sertão oeste do Paraná.

2.2 A atuação do Estado na colonização: demarcação e titulação de lotes na Gleba Cascavel

Teoricamente, quando a “civilização” foi imposta a partir do Estado, já não haviam mais posseiros nem caboclos no núcleo urbano de Cascavel. O novo estágio da ocupação da terra consistia na garantia da legalidade e, conseqüentemente, na dispensa de expedientes do uso da força para autoconservação. A partir de então, a segurança do domínio da terra passava para um novo estágio de “civilização”.

Como vimos, o mecanismo legal por qual era feito a ocupação dos lotes urbanos em Cascavel até a década de 1950 era denominado aforamento. Nele o ocupante dos lotes tinha o direito de usufruto, cedidos pelo poder público. No entanto, este documento não tinha registro em cartório de imóveis pois não constituía, de fato, o direito definitivo à propriedade (PIAIA, 2004).

Assim, por não propiciar um título definitivo, o aforamento constituía um entrave às relações mercantis de compra e venda de terras. Além disso, não gerava renda para a gestão municipal. Este modelo de concessão não era extensivo às áreas rurais, cujas propriedades de terras podiam ser reconhecidas pela posse ou pelo domínio, por garantia documental (PIAIA, 2004).

Quanto ao Patrimônio Municipal (“velho” e “novo”), haviam sido criados em 1936 e 1952, respectivamente. Nesta época a Prefeitura de Foz do Iguaçu distribuía títulos de aforamento àqueles que quisessem ali se instalar. Este modelo de ocupação permaneceu em vigor até a gestão administrativa de Helberto Edwino Schwarz, segundo prefeito de Cascavel. Nesta época, extingue-se o sistema herdado pela Prefeitura de Foz do Iguaçu. Em consequência, os títulos de aforamento deveriam ser substituídos por títulos de domínio pleno, cabendo aos interessados, através de protocolo pago, passar a escritura de remissão do foro, onde a propriedade urbana passava ao seu domínio efetivo, legalizando os atos mercantis sobre o terreno e, gerando as respectivas receitas tributárias (PIAIA, 2004).

De acordo com Dias *et al* (2011), está registrado no livro de decretos da Prefeitura Municipal de Cascavel, nas folhas de n. 1 a 70, a Lei n. 79 de 1957. Em sua súmula consta a extinção do

aforamento que recai sobre as terras que contavam como Patrimônio Municipal e, em seu artigo segundo determinava:

Os ocupantes de terras na área citada, no artigo anterior portadores de escritura de aforamento, deverão requerer ao chefe do executivo municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação da presente lei, a substituição da mesma, pelo título de domínio pleno, mediante o pagamento da importância de duzentos cruzeiros (C\$ 200,00) referente a emolumentos (DIAS *et al*, 2011: 63).

Tal sistema de aforamento estava ainda, limitado ao Patrimônio Municipal, assim a titulação sobre as chácaras urbanas, aqui chamadas de lotes urbanos e sub-urbanos, eram repassadas através de outro modelo de titulação: o de compra, com exceção feita aos posseiros previamente instalados, aos quais cabia a garantia de titulação das terras. Neste mesmo ano de 1957, outra sentença era aprovada, a de medição e demarcação da Gleba intitulada Cascavel, no Distrito e atual Município de mesmo nome, com uma área de 9.936 hectares (fig. 17). Este foi realizado pelo órgão já conhecido, DGTC, que dividiu a Gleba Cascavel em lotes urbanos e suburbanos, que possuíam de 4 a, quando muito, 50 hectares, onde os terrenos de menor dimensão situavam-se as margens do Patrimônio Novo, constituindo os lotes suburbanos que iam de, 1 à 110 e, os de maiores dimensão de 1 à 266.

Assim, a partir desde momento, a forma anterior de assentamento, onde a imposição de linhas retas que se cruzam formando quadrados ou retângulos era suficiente para estabelecer a empatia do futuro comprador, e que vinha sendo usado com sucesso no Patrimônio Municipal, tornava-se insuficiente para os novos lotes. Nestes, era preciso levar em consideração algumas variáveis, entre as quais estava a localização de minas d'água, riachos, vertentes, brejos e rios. Os lotes que a água alcançava mais facilmente eram também os mais valorizados. Logo, todos os lotes deveriam ter, de alguma forma, acesso a fontes d'água, de modo que a área de uma propriedade poderia ser equivalente a de outras, mas as suas divisas variavam na maioria das propriedades, como mostram o resultado das demarcações realizadas pelo departamento (fig. 18 e 19) da Gleba Cascavel.

Não apenas a água determinava esta não uniformidade dos lotes, mas a própria topografia era fator relevante. Terrenos íngremes e acidentados, pedreiras, áreas de difícil cultivo, distância das estradas principais, todos estes foram elementos que pesavam consideravelmente na decisão de aquisição dos lotes. Além disso, Myskiw (2002), ao analisar a ação deste e de outros departamentos criados pelo governo para controlar a ocupação das terras devolutas e a colonização no estado do Paraná, afirma que funcionários do DGTC, após terem os colonos se rebelado, começaram a fazer novas medições *in loco* das áreas tituladas, passando a respeitar as demarcações até então estabelecidas por estes últimos.

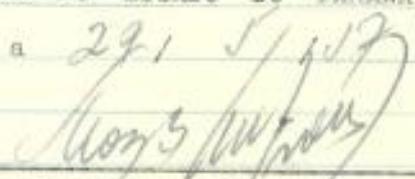
Fig. 17: Sentença de aprovação de medição e demarcação da Gleba Cascavel (1957)

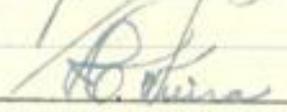
S E N T E N Ç A

VISTOS E EXAMINADOS OS PRESENTES AUTOS de discriminação de terras de domínio público, destinadas a colonização, e CONSIDERANDO que foram satisfeitas tôdas as formalidades de lei e prescrições regulamentares vigentes, APROVO esta processado de medição e demarcação das terras denominadas Gleba Cascavel, no distrito e atual município de Cascavel, com a superfície integral, medida e demarcada de 99.367.500,00 m² (noventa e nove milhões, trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos metros quadrados), ou sejam 9.936 hectares e 75 ares, aprovação extensiva à planta de fls. 198, para que o Estado - aliene os lotes de que se compõe a gleba, aos requerentes respectivos e habilitados, a título de compra, atendidos fiel e plenamente - todos os preceitos legais e regulamentares que à espécie sejam aplicáveis, entre os estipulados na Legislação de Terras em execução e efetuados, paralelamente os pagamentos referentes à medição das terras, ao valor das mesmas, da Taxa de Valorização Agrária, criada pela Lei nº 947, de 11 de Outubro de 1952, sempre que for o caso, e dos demais emolumentos devidos ao Estado.

PUBLIQUE-SE.

PALÁCIO DO GOVÊRNO DO ESTADO DO PARANÁ, em
Curitiba, a 29 de Maio de 1957 :


GOVERNADOR DO ESTADO


DIRETOR DO D.G.T.C.

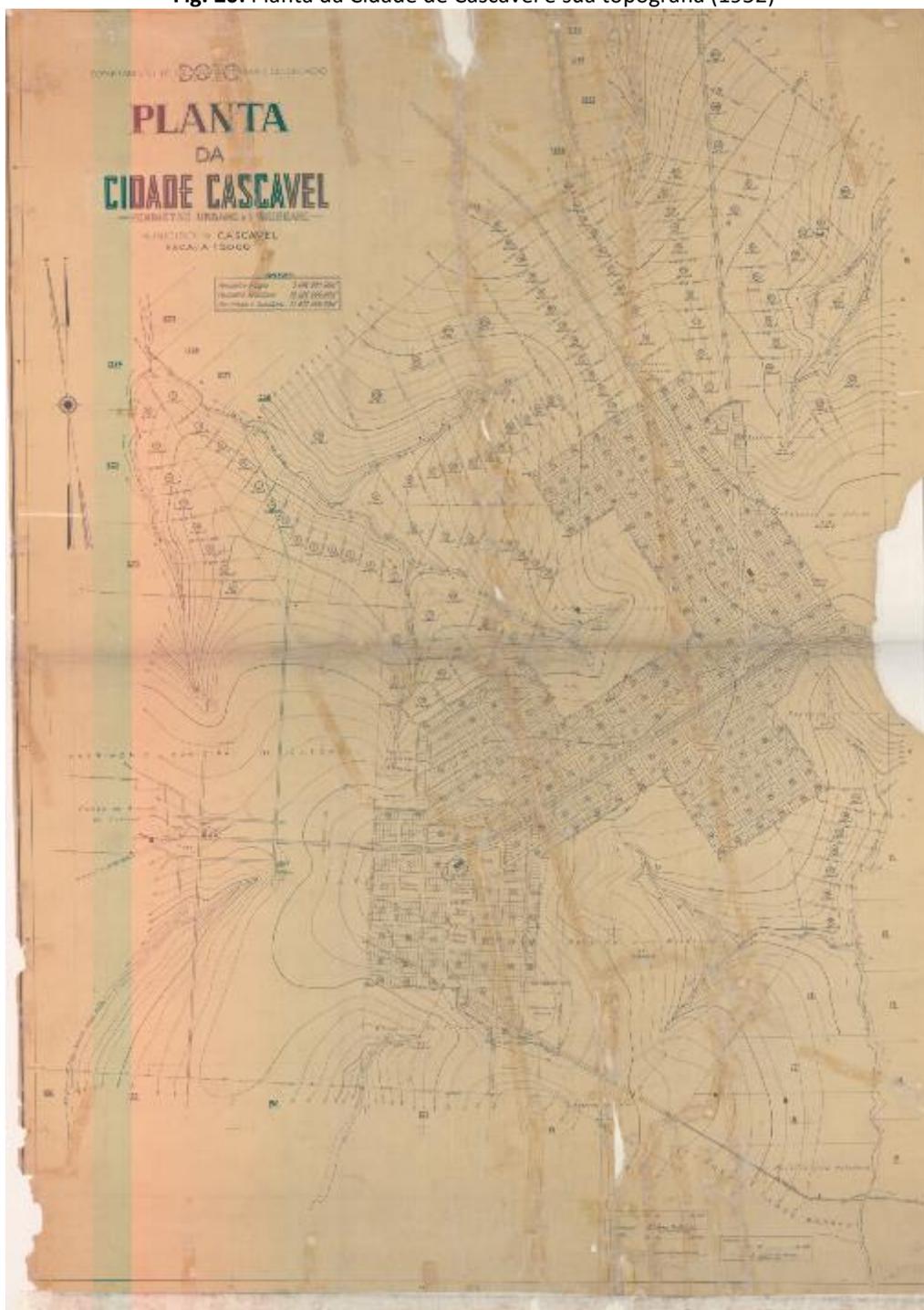
*Publique-se a sentença,
proceda-se a conta, comuniquese,
escriure-se e archive-se.*

D.G.T.C., em 31 de Maio de 1957


Eng.º Diretor

Além disso, outra imposição era respeitada: a topográfica. Conforme vemos na figura 20, as curvas de nível eram respeitadas na implantação do Patrimônio Novo, as áreas de espigão eram condizentes com a área do traçado das quadras e as Reservas do Estado (fig. 21) era deixadas justamente nas áreas de baixada, próximo às nascentes ou córregos. A hidrografia se mostra, novamente – pois já havia direcionado a localização dos pousos e aglomerados urbanos, à exemplo de Augusto Gomes e José Elias –, determinante para a organização urbana, desta vez, trabalhando em sentido oposto, conduzindo às áreas de morar (quadras) para fora dos leitos dos rios.

Fig. 20: Planta da Cidade de Cascavel e sua topografia (1952)



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Tanto as informações repassadas anteriormente como as que se seguem têm como base os dados recolhidos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, uma autarquia federal criada em julho de 1970 através do Decreto n. 1.110, a qual herdou do Departamento de Geografia, Terras e Colonização – DGTC, os mapas, plantas, e documentação referentes ao Município de Cascavel e demais localidades do estado do Paraná. Assim, através da Superintendência Regional do Paraná do INCRA, foi solicitado ao superintendente Nilton Bezerra Guedes, acesso ao acervo municipal de Cascavel. Esta autarquia vem realizando um trabalho de parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, de digitalização de mapas, projetos e documentos. Após inúmeras visitas do pesquisador, foram coletadas plantas do Patrimônio Municipal de Cascavel, plantas da cidade e plantas da Gleba Cascavel, anteriores a década de 1960. Quanto aos documentos, foram cedidos ao pesquisador sentenças de aprovação de demarcação de terras e, uma versão impressa do Relatório de Protocolos de Titulação de Terras, com o qual o pesquisador realizou o trabalho de construção dos mapas e análise que é apresentado a seguir, referente à titulação dos lotes urbanos e suburbanos da Gleba Cascavel.

Este Relatório foi elaborado por funcionários da Superintendência Regional do Paraná do INCRA com sede em Cascavel, que vem realizando um trabalho de investigação de títulos de propriedade e construção de camadas de proprietários referente ao espaço em questão. Nele, é possível aferir a data de solicitação do protocolo, data de emissão, área do lote e nome do titulado, sendo esse, em vias legais, o primeiro proprietário destas terras, sendo o anterior, o Governo do Estado do Paraná – por anterior desconsideramos os processos de concessões, anulações e disputas de terras pelas quais a cidade de Cascavel esteve envolvida.

Tais lotes passaram a ser titulados a partir de 1954 e possuem estreita relação com a evolução dos loteamentos urbanos abertos a partir da década seguinte. Esta dinâmica de titulação e ocupação dos lotes urbanos (40 ha.) e sub-urbanos (4 ha.) na Gleba Cascavel, somado a fatores jurídicos e de mercado, ditará o ritmo de abertura destes loteamentos, como se verá no próximo capítulo.

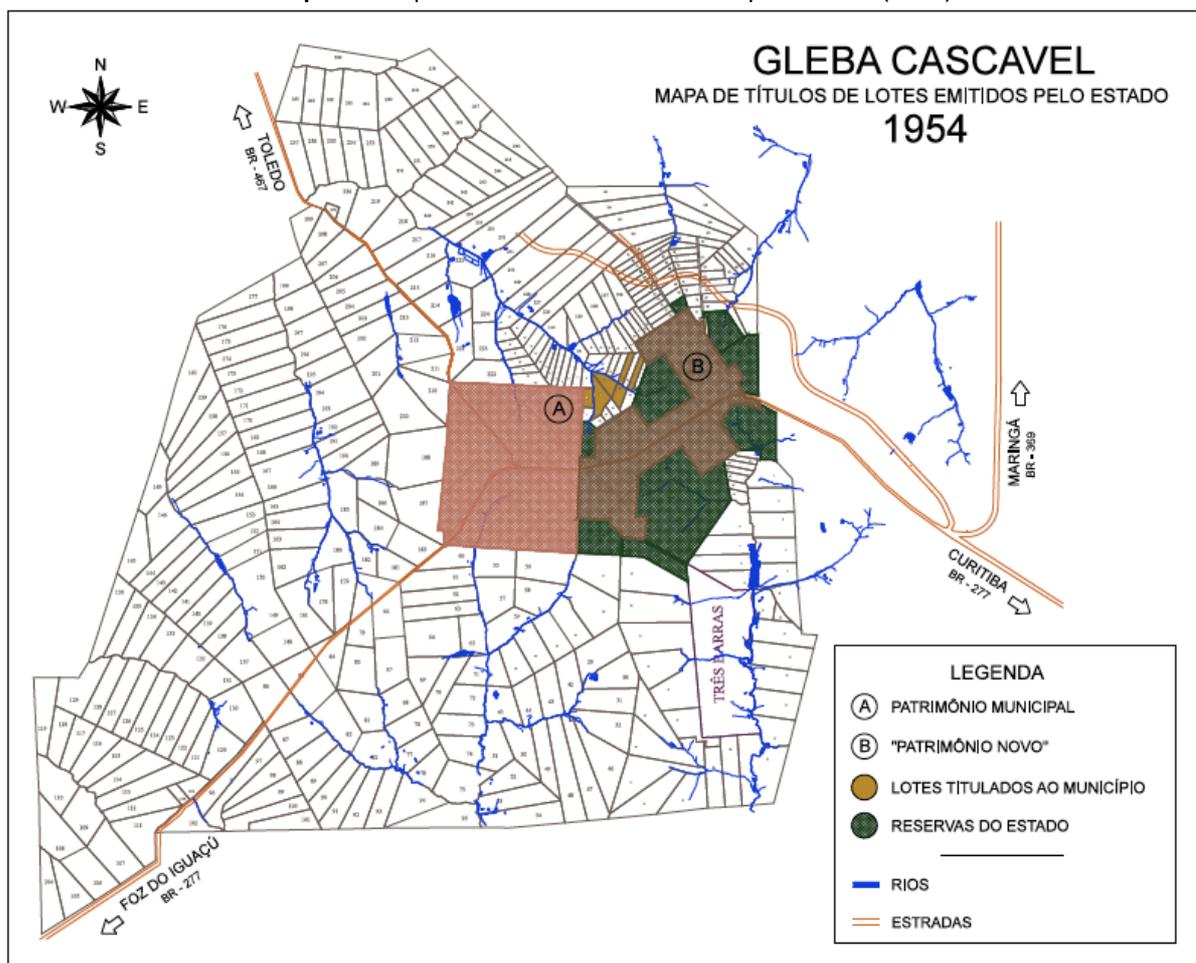
Os primeiros títulos datam de 1954 e dizem respeito aos lotes urbanos doados ao, recém emancipado, Município de Cascavel. Estes são ainda, em número bastante reduzido, próximos à região dos Patrimônios Velho e Novo. Estes haviam sido doados, como vimos, em 1936 pela prefeitura de Foz do Iguaçu, quando Cascavel ainda era Distrito do Município; e o segundo, em 1952 pelo Estado do Paraná. Assim, em 1954 o Patrimônio Velho e Novo já estavam demarcados, porém, a área referente ao primeiro ainda não havia sido loteada, o que ocorreria alguns poucos anos depois, em 1959.

Como podemos observar no mapa 12, estes lotes eram de pequena dimensão, entre quatro e cinco hectares, localizados, justamente, entre o “Patrimônio Velho” e o “Patrimônio Novo”, próximo ao que viria a ser as reservas do estado, no bairro conhecido hoje como Country, um dos mais valorizados do município.

Assim, pode-se dizer que nos primeiros anos ocorrem casos de doações públicas. A Gleba Cascavel havia sido dividida em aproximadamente 300 lotes de pequenas dimensões,

reafirmando um projeto, por parte do Estado, de ocupação e colonização baseado na pequena propriedade.

Mapa 12: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1954)

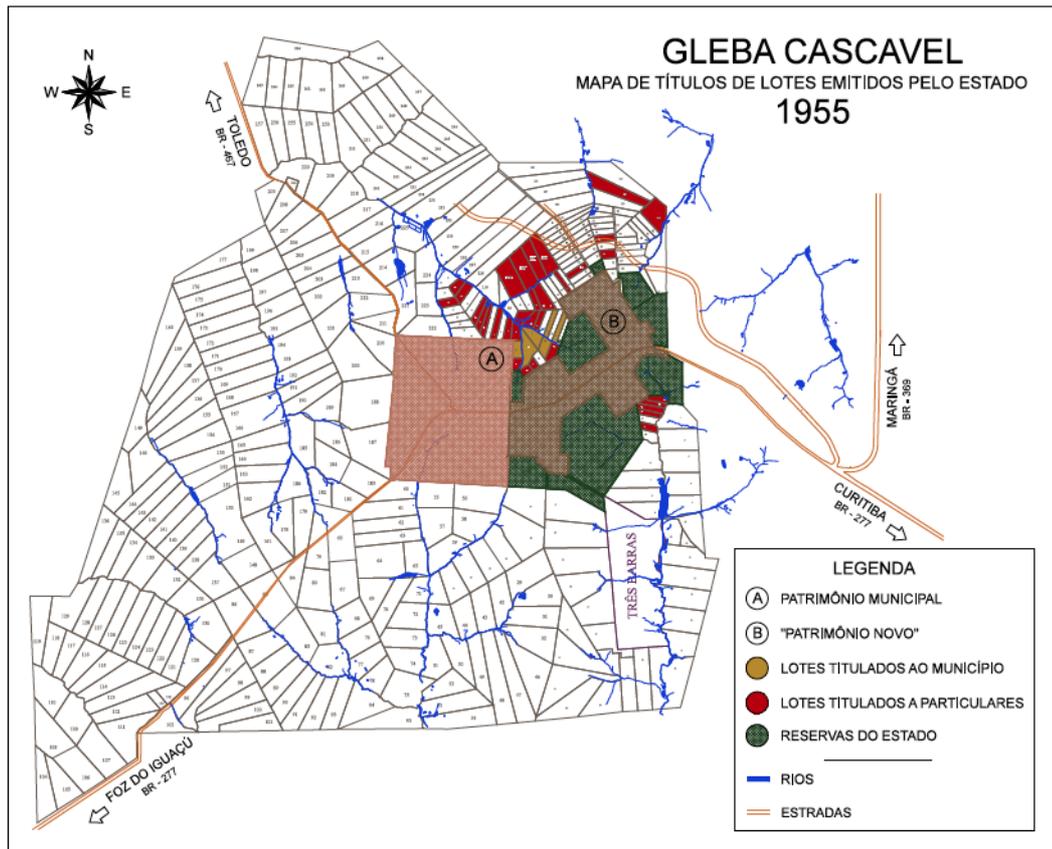


Fonte: Autora (mapa base Prefeitura Municipal de Cascavel)

Neste ano de 1954 foi sancionada a primeira lei de incentivo à industrialização em Cascavel e, no ano seguinte, 43 delas já encontravam-se instaladas no município. A maioria delas estava ligada à atividade madeireira que apresentava uma reação incomum nas vendas, abrindo novas perspectivas à região. A região de Cascavel se tornava um poderoso fator de atração tanto para os colonos, responsáveis por contribuições importantes para a economia regional, como para aventureiros ávidos por obter terras com facilidades e negociá-las com os agricultores expulsos do Rio Grande do Sul.

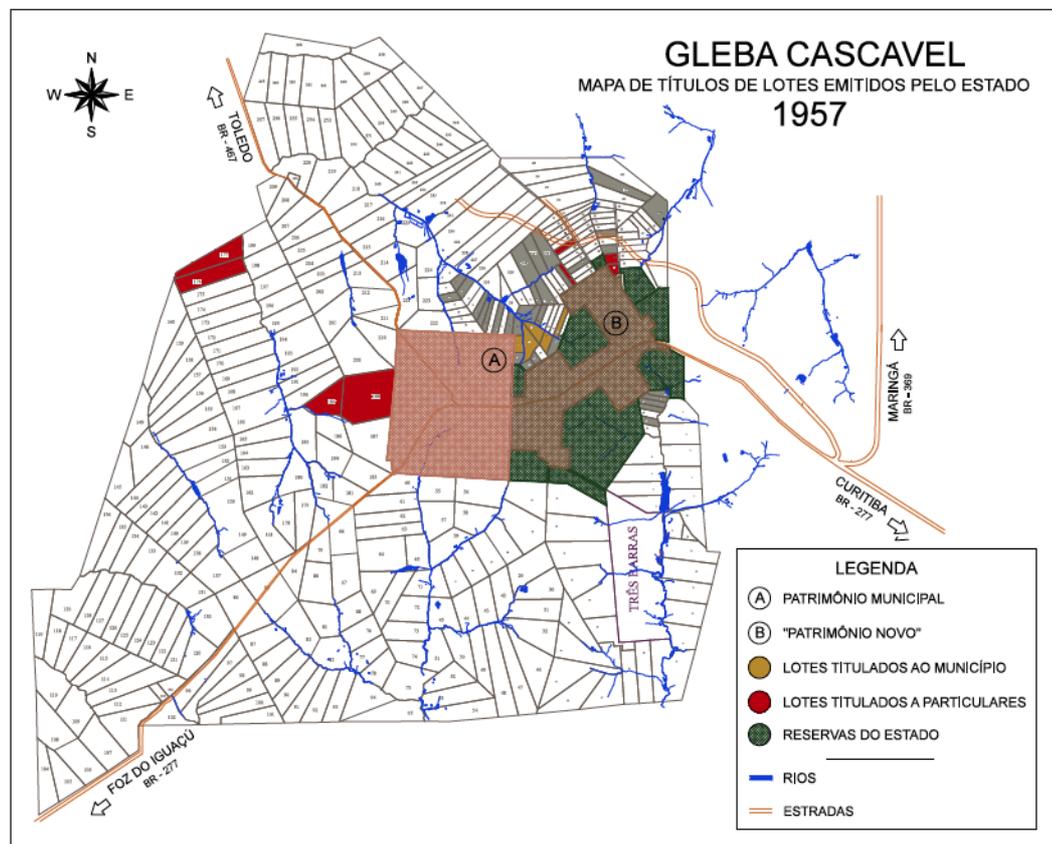
Assim, em 1955 alguns poucos lotes começavam a ser titulados à particulares, medindo ainda de quatro ou cinco hectares, próximos ao Patrimônio Municipal ou à antiga estrada que ligava a "Encruzilhada" a Lopeí, em direção à estrada da roça aberta por José Elias algumas décadas atrás. Ao lado destes, cinco novos lotes são titulados mais ao sul, na direção do pouso ervateiro, onde Gomes de Oliveira e, posteriormente José Elias haviam se estabelecido décadas atrás:

Mapa 13: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1955)



Fonte: Autora (mapa base Prefeitura Municipal de Cascavel)

Mapa 14: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1957)



Fonte: Autora (mapa base Prefeitura Municipal de Cascavel)

Como vimos no mapa anterior, essa situação de significativo marasmo perdura pelo ano de 1957, quando são titulados apenas oito lotes, próximos à estrada da Lopeí, atual BR-467, ou nas adjacências do Patrimônio Municipal. Contudo, aparecem os primeiros lotes a fugir deste padrão, dois deles observados nos limites da Gleba Cascavel com a Fazenda Lopeí, outros dois nos limites do Patrimônio Velho, próximo à estrada que segue à região de Toledo. Neste época, contrariando as expectativas do estado, a luta pela posse da terra se aprofundava e, a nova agricultura, progressivamente mecanizada, se anunciava nos anos finais da década de 1950. Mesmo assim, neste ano (1957), a exemplo de outras frentes colonizadoras particulares, a Prefeitura de Cascavel, por sua própria alternativa, fez publicar país afora, um folheto de divulgação propagandeando as virtudes da terra regional, mudando o panorama de ocupação, já no ano seguinte.

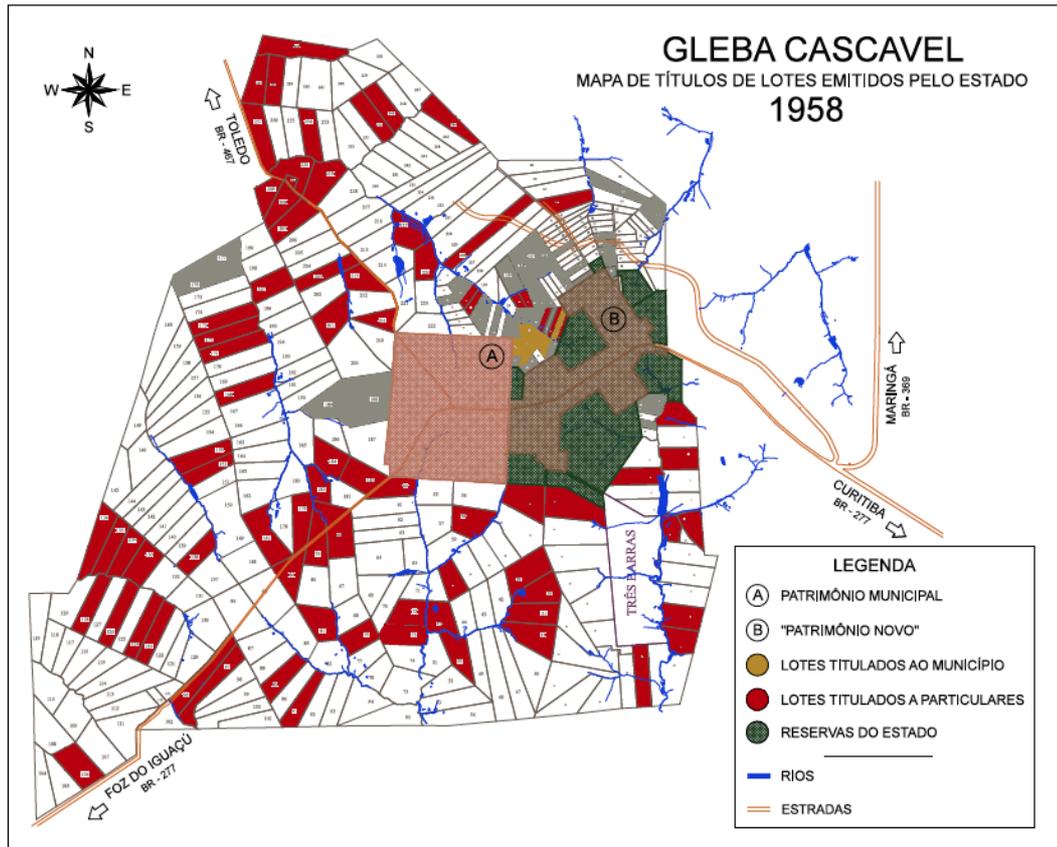
No mapa 15, referente aos lotes urbanos titulados no ano de 1958, podemos observar um grande aumento do número de lotes titulados, em resposta, a iniciativa da Prefeitura Municipal e à sentença de aprovação de medição e demarcação dos lotes realizada pelo DGTC. Esses lotes titulados passaram a ocupar ambos os lados da Estrada Estratégica, na direção de Foz do Iguaçu, enquanto outros localizavam-se junto à estrada que ia em direção a Toledo, ainda que este não revele ser um padrão, sendo a distribuição destes lotes difusa por toda a área, caracterizada, ainda que não de forma exclusiva, pela existência de vias de acesso nos espigões secundários entre os cursos d'água.

Em 1959 as titulações seguem a todo vapor, com a Gleba Cascavel sendo ocupada praticamente em sua totalidade. Interessante notar os poucos casos ao longo da Estrada Estratégica e, uma maior concentração na parte norte e noroeste, que viriam a ser loteada, apenas em fins da década de 1960. Os arredores do Terreno Três Barras era ocupado quase em totalidade, este, sofria vários processos de sobreposição de títulos que impediam sua titulação e legalização, com área em processos judiciais até nos dias de hoje.

Oito anos após a promulgação da Lei Estadual n.790, de 1951, que declarava Cascavel, oficialmente município, a área cedida para a criação do Patrimônio Municipal – Patrimônio Velho – é redividida por meio de planta aprovada por sentença administrativa através da Lei Municipal n. 90, de 1959 e seus lotes começam a ser repassados a particulares. Somado ao incentivo estabelecido pela sentença de 1957, faz-se com que o final da década seja marcada por grande quantidade de pedidos e titulações, similares à 1958, com áreas sendo protocoladas e aprovadas já no mesmo ano. sem que se obedeça a um mesmo padrão de ocupação, em áreas próximas ou não às estradas, ocupando alguns espaços vazios deixados pelos anos anteriores (mapa 16).

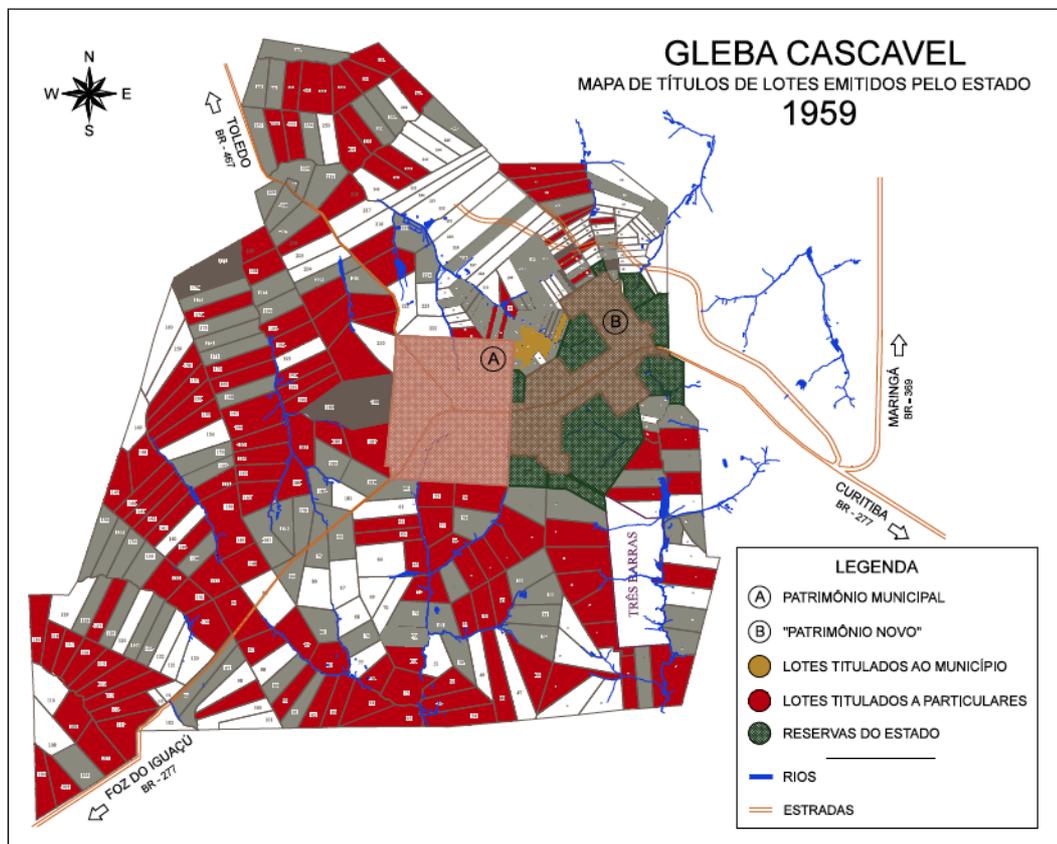
Neste ano, percebe-se uma tendência de ocupação difusa, às vezes às margens da estrada estratégica, atual BR-277, as vezes nas regiões mais afastadas do centro urbano, formado pelos Patrimônio Velho e Novo, inclusive nas regiões sudoeste e sudeste. Assim, no último ano da década de 1950 já é notável a ampliação da ocupação dos lotes urbanos e sub-urbanos para fora dos domínios da “Encruzilhada”, ou, dos Patrimônios.

Mapa 15: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1958)



Fonte: Autora (mapa base Prefeitura Municipal de Cascavel)

Mapa 16: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1959)



Fonte: Autora (mapa base Prefeitura Municipal de Cascavel)

Cascavel entrou na década de 1960 com a promessa de desenvolvimento econômico, com a convivência da nova cultura de extração que amadureceria no curso da década e com as inúmeras obras em andamento pelo Brasil e no mundo, fazendo aquecer a extração da madeira na região⁵⁰. Contudo, este ano seria especialmente traumático para a história de Cascavel, com a Prefeitura Municipal entrando em chamas, eliminando totalmente a documentação dos poderes Executivo e Legislativo, em circunstâncias até hoje não esclarecidas. Se é que se pode chamar a atenção para este fato, Piaia (2004), afirma que, o fogo consumiu rapidamente a construção de madeira, no entanto, a polêmica que fez surgir sobre este acontecimento perdura até os dias de hoje. O autor afirma que, não há na memória local, nenhuma defensor da tese de queima acidental, no entanto, o inquérito sobre o fato nunca chegou a respostas conclusivas.

O fato é que, enquanto o prefeito Helberto Edwino Schwarz era acusado de ter forjado o incêndio para incinerar papéis incriminantes de sua própria gestão, o mesmo, em sua versão, apontava para os especuladores de lotes urbanos como os verdadeiros interessados no crime (PIAIA, 2004). Assim, mais uma vez Cascavel encontra-se envolvida em disputas de terra, uma vez que o caos criado pela queima dos documentos abria caminho para novas manobras ilegais. Situações litigiosas poderiam tomar novo rumo, cópias falsas de documentos poderiam substituir os originais, recibos frios poderiam surgir e, toda sorte de artimanhas documentais poderiam ser utilizadas para validar certos interesses e prejudicar outros, tanto de particulares quanto públicos.

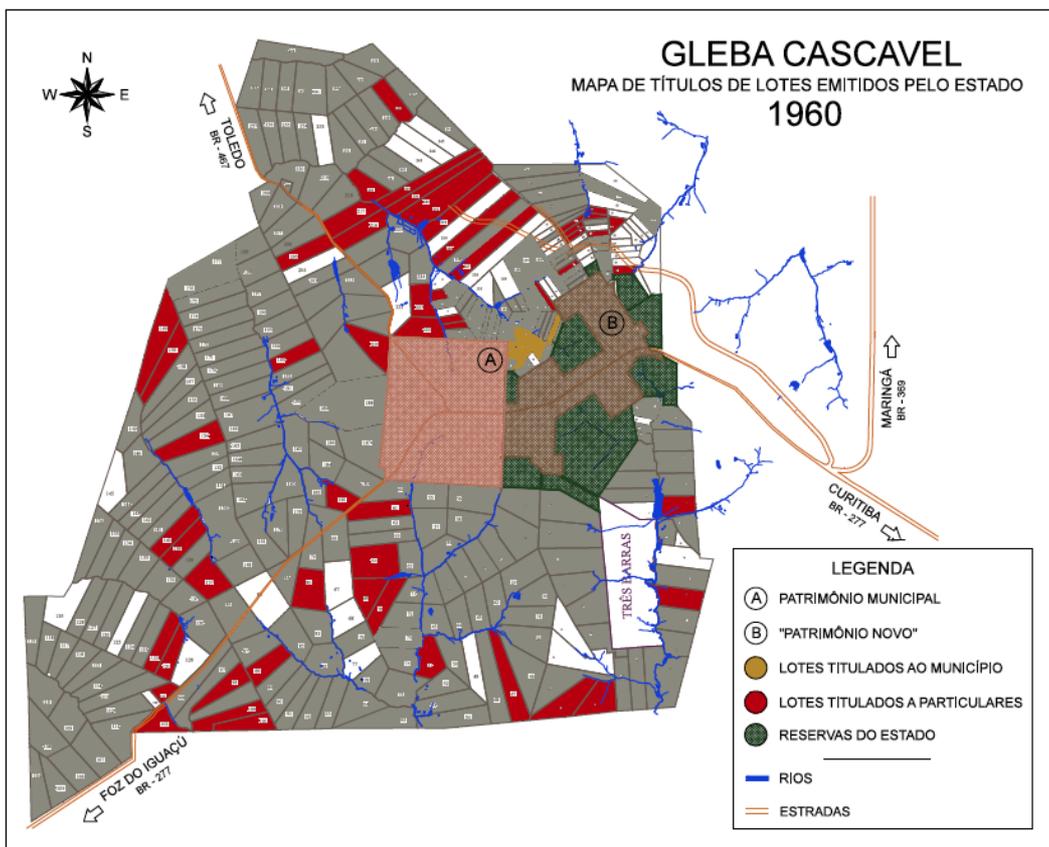
Para complementar, pairava no ar a polêmica da transformação dos títulos foreiros em propriedades de posse plena, com contendores fazendo equivaler seus direitos. De um lado estavam aqueles que perderam o direito foreiro por terem perdido prazos legais de recadastramento e, de outro, havia aqueles que se julgavam proprietários legítimos por terem obtido títulos da prefeitura ou por comprovarem posse.

Para Piaia (2004), o atentado foi contra o poder público municipal, num momento em que este procurava disciplinar a ocupação dos lotes urbanos e adquirir forças também para arbitrar e influenciar as decisões acerca da posse das terras rurais. Representando, assim, ao mesmo tempo, o fim do período pioneiro e o início do apogeu das relações comerciais capitalistas da fronteira oeste.

Vale destacar que neste ano Cascavel contava com 6.055 habitantes, quase o dobro da população de Foz do Iguaçu que alcançou a marca de 3.826 habitantes (SPERANÇA, 1992). Assim, na entrada de 1960, poucos são os lotes disponíveis e estes estão, em geral, mais afastados do núcleo urbano determinado pelo Patrimônio Municipal (mapa 17).

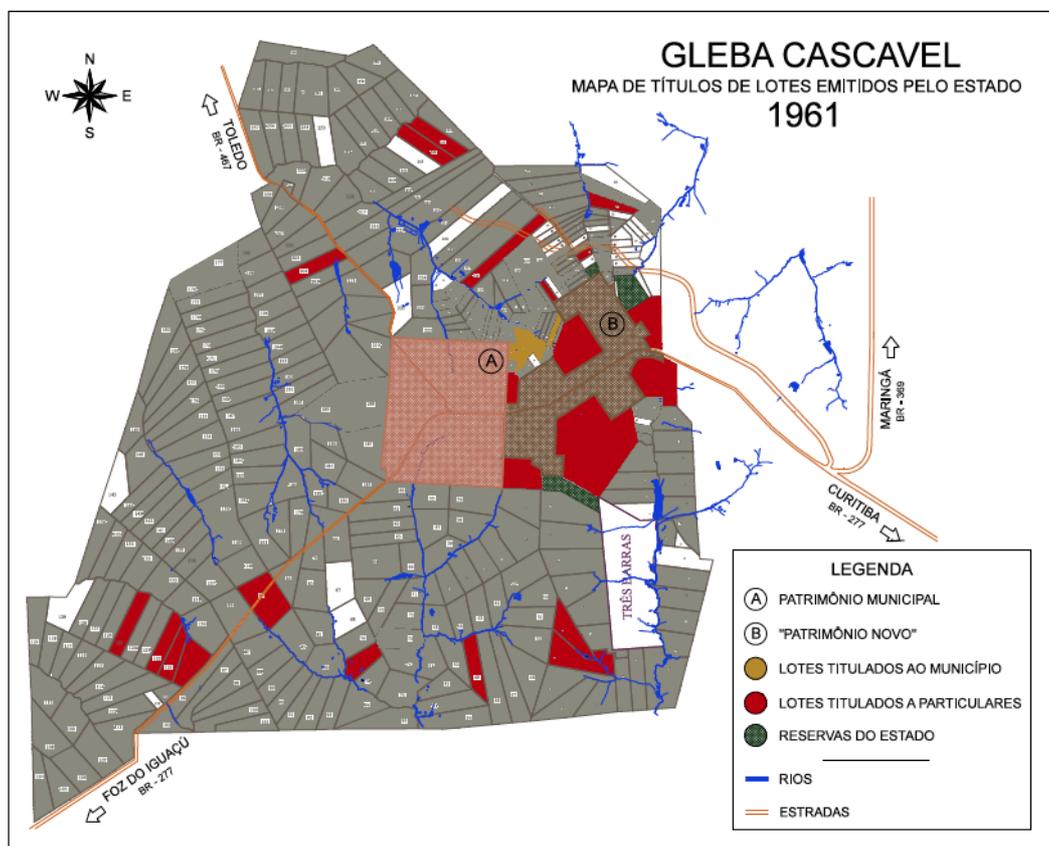
⁵⁰ De acordo com Sperança (1992), na construção de Brasília, toneladas de madeira saíram de Cascavel em direção ao Distrito Federal. Contudo, em pleno período áureo da madeira um novo ciclo da moderna economia capitalista se instalava, a produção da suinocultura. Assim, o início da década é marcado pela convivência da nova cultura de exportação, que amadureceria no curso de uma década e pela ampliação da cultura da soja na região, expulsando outras diversas culturas.

Mapa 17: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1960)



Fonte: Autora (mapa base Prefeitura Municipal de Cascavel)

Mapa 18: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1961)

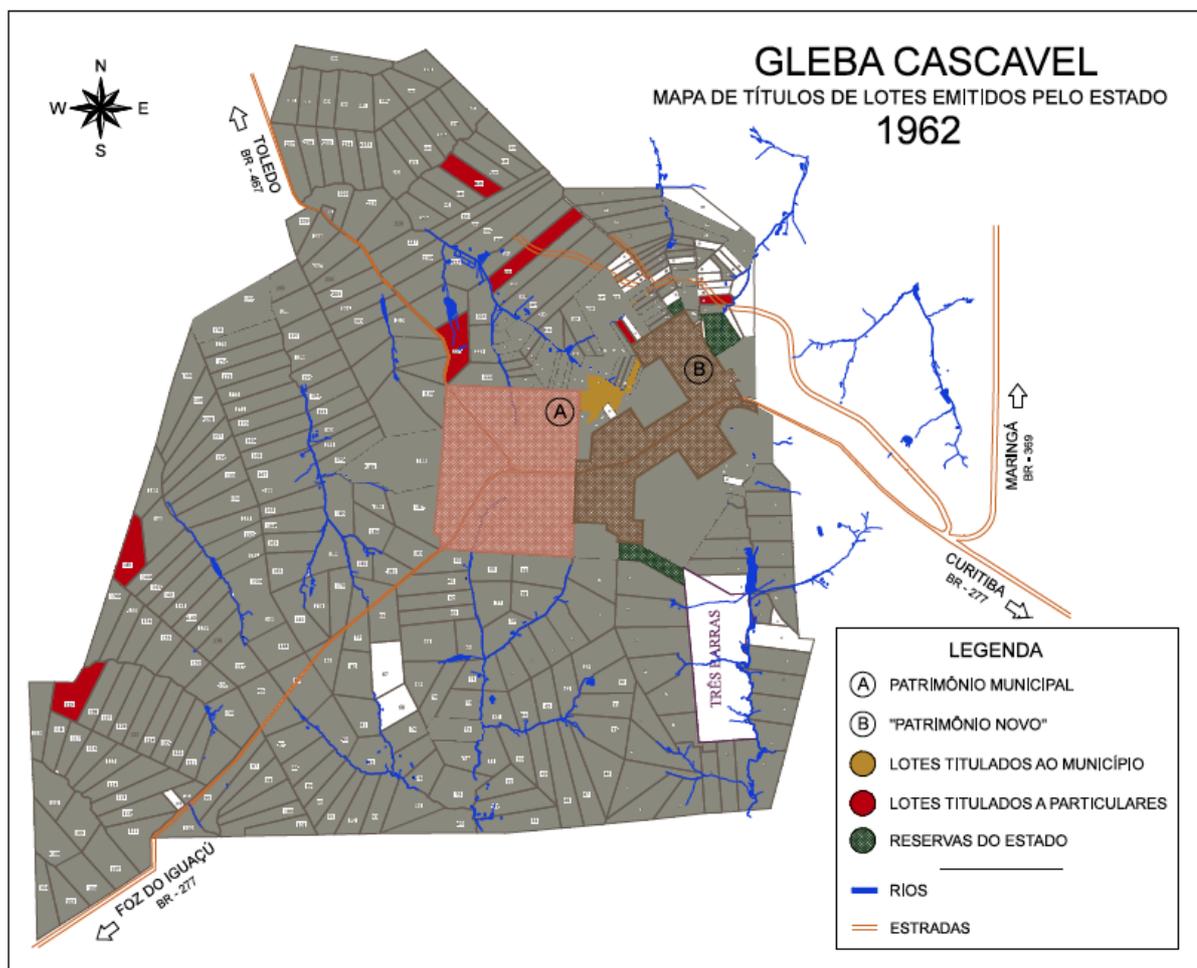


Fonte: Autora (mapa base Prefeitura Municipal de Cascavel)

Em 1961 alguns lotes residuais são titulados e, dizem respeito aos últimos lotes da área sub-urbana da Gleba Cascavel, na parte norte do Patrimônio Novo, com os lotes que restaram sendo requeridos pela prefeitura para instalação de infraestrutura urbana. Os demais, terminam de ocupar as margens da Estrada Estratégica (mapa 18).

No ano seguinte, com a anulação das Reservas do Estado, a Gleba Cascavel é praticamente toda ocupada. Estas reservas haviam sido deixadas para usufruto do Estado, criação de equipamentos públicos, praças e parques. Estas foram tituladas e anuladas por Sentença Governamental em 3 de junho de 1961, publicada no D.O de n. 80.

Mapa 19: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1962)

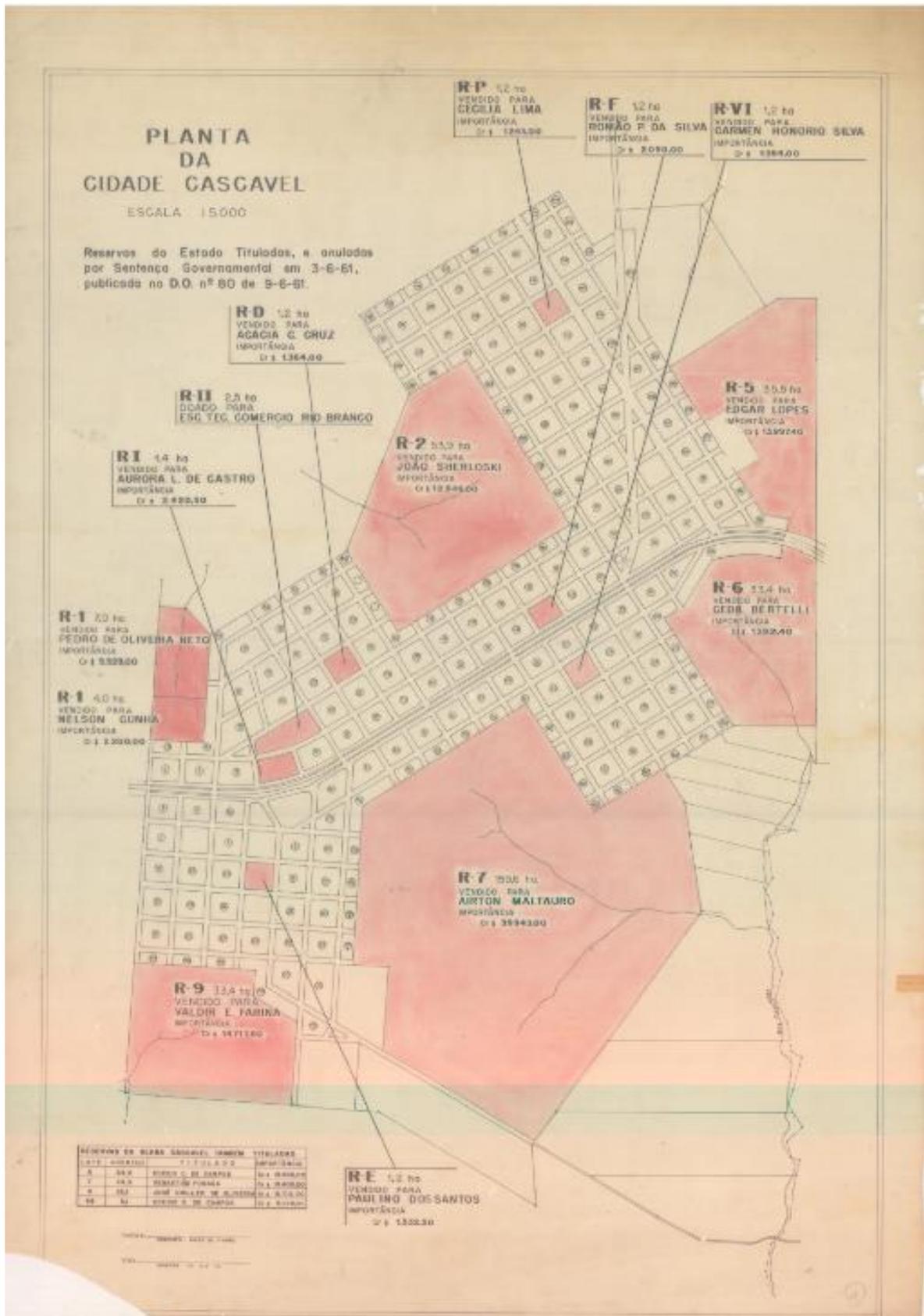


Fonte: Autora (mapa base Prefeitura Municipal de Cascavel)

A Reserva 1 foi titulada a Pedro de Oliveira Neto e Nelson Cunha em áreas de pequena dimensão, cerca de 5 ha cada. A Reserva 2, vendida para João Scherloski seria, futuramente, a primeira a ser loteada, estando localizada na área nobre da cidade de Cascavel, próxima ao centro da cidade, a parques públicos e clubes tradicionais. As Reservas de número 5 e 6 foram vendidas, respectivamente à Edgar Lopes e Cedil Bertelli, com cerca de 30 ha cada e também seriam logo loteadas. A Reserva 7, foi titulada à Airton Maltauro, sendo a maior de todas, com 160 ha. Por último a Reserva 9 é vendida para Valdir Farina, que lotearia a área em 1966.

Com essas anulações estas áreas não só deixaram de ser públicas (fig. 21), como foram, ao longo do tempo ocupadas não apenas a estes usos, mas a clubes e lotes particulares, justamente nas regiões mais valorizadas do Município.

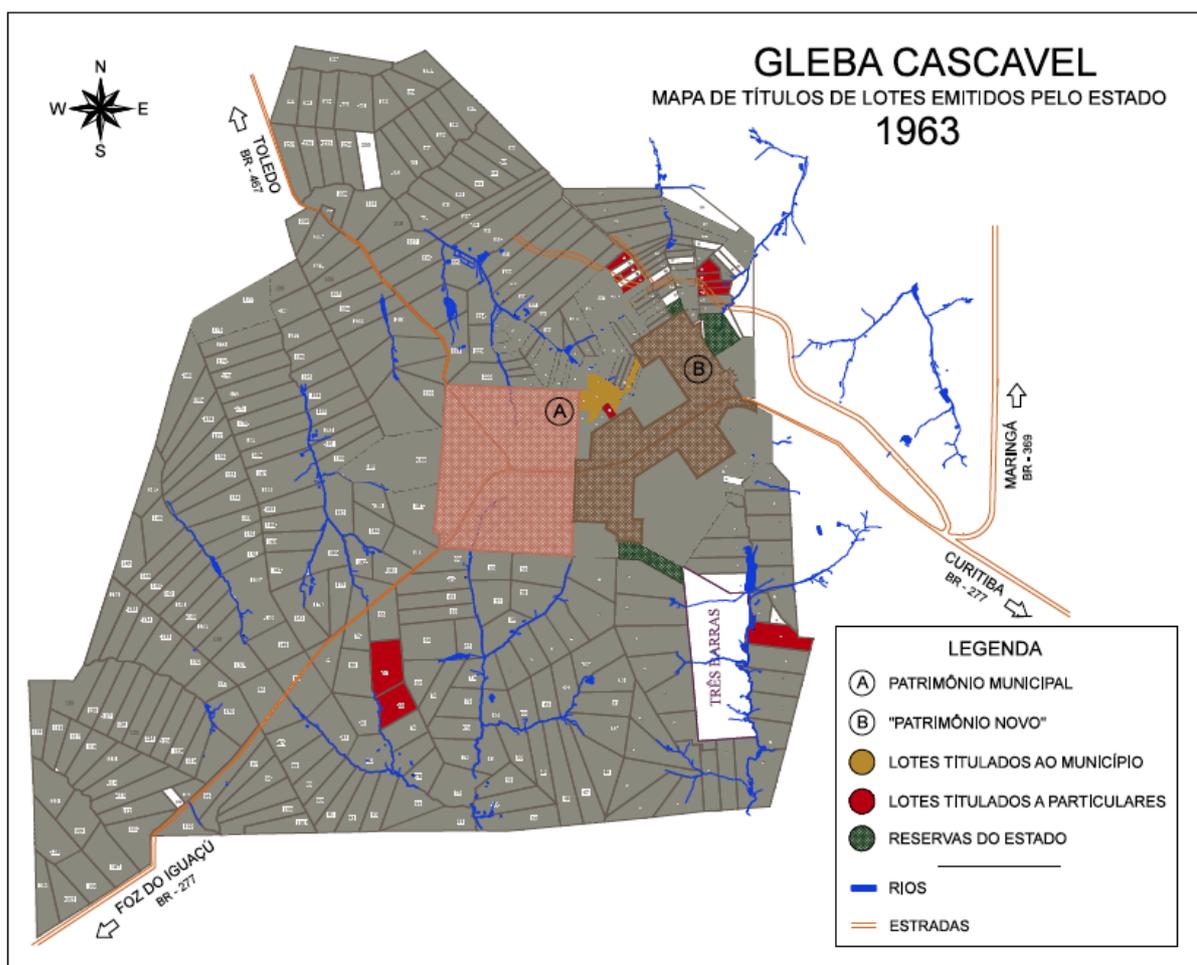
Fig. 21: Planta do Patrimônio Novo (Destaque para as Reservas do Estado)



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Em 1963 vários dos lotes titulados correspondem aos lotes suburbanos, além de três maiores, a oeste, junto ao Rio Cascavel e entre a rodovia e os Rio Quati Chico. Encontra-se praticamente concluído o processo de titulação de lotes emitidos pelo Estado na Gleba Cascavel, restando alguns poucos lotes sem titulação, que correspondem a unidades que não foram localizadas no Relatório cedido pelo INCRA ou, ainda, estavam com problemas de titulação ou; foram requeridos pelo Prefeitura Municipal para a implantação de equipamentos públicos.

Mapa 20: Mapa de títulos de lotes emitidos pelo Estado (1963)



Fonte: Autora (mapa base Prefeitura Municipal de Cascavel)

Assim, em menos de uma década toda a Gleba Cascavel foi efetivamente titulada na área rural, o que ocorre a partir daqui é uma série de ações de incentivo à urbanização pelo governo estadual e municipal. Estas titulações urbanas irão ditar o ritmo da ocupação dos lotes urbanos de Cascavel e da abertura de seus loteamentos, como veremos no capítulo a seguir. Afinal, teriam estas pessoas guardado a terra como reserva para lucros futuros, ou a abertura de loteamentos seguira um ritmo ditado por outros fatores, inerentes à dinâmica do processo de ocupação, titulação e urbanização existente nesta área?

Neste ano debates quanto a ampliação da Avenida Brasil começam a aparecer. A Lei Municipal n. 251 de 2 de agosto de 1963, aprova a nova planta da cidade de Cascavel. A meia lua da estrada estratégica permanecia, assim como alguns traçados simétricos decorrentes das linhas pioneiras. No plano geral, contudo, a cidade passou a estar

definitivamente dotada de planos simétricos desenhados por ruas largas e avenidas, previstas, antecipando o momento em que o espaço urbano central viesse a estar plenamente ocupado.

Deve-se notar também que a economia madeireira teve grande impulso nessa primeira década de emancipação política do Município de Cascavel, com grandes serrarias entrando em funcionamento na região, exigindo mão-de-obra em diversos setores do processo produtivo e atraindo grande número de trabalhadores para a região. Por outro lado, de onde era retirada a madeira, passava a ser implantada a agricultura. Este fator propiciou a vinda de muitos migrantes de diferentes regiões do país, fazendo com que o município tivesse um crescimento populacional significativo, superando Foz do Iguaçu. De acordo com o censo demográfico apresentado pelo IBGE, em 1960, a população de Cascavel era de 39.598 habitantes, seguida de Foz do Iguaçu com uma população de 28.212 habitantes.

Ainda na década de 1950 ocorreram melhorias também na chamada Estrada Estratégica, agora denominada BR-35 que, mais tarde seria chamada BR-277. Em 1965 o Jornal Diário D'Oeste anunciava o primeiro, de uma série de empréstimos que seria realizado para a conclusão desta rodovia.

Fig. 22: 45 Bilhões para a BR-35



Fonte: Jornal Diário D'Oeste⁵¹ (1965).

Este é o quadro da modernização em Cascavel pós-1930, marcado de forma progressiva pela definição da estrutura fundiária da área, com a demarcação e titulação de lotes, diferentes iniciativas de criação e viabilização pelo Estado de um núcleo urbano conectado a estes lotes, entre 1936 e 1959, iniciativas estas que se fazem acompanhar de fluxos econômicos e migratórios, que igualmente contribuem para este quadro e as transformações dela decorrentes, não somente espaciais, mas também sociais e demográficas, às quais se juntarão, ao longo da década de 1960, a modernização da agricultura, a agroindústria e o

⁵¹ 45 Bilhões para a BR-35. *Diário D'Oeste*, Cascavel, p. 1, 16 mai. 1965.

estabelecimento de um anel de interesses multinacionais ao redor da cidade, acompanhados de seus efeitos sobre o espaço.

Capítulo 3. A produção do espaço cascavelense: surgimento e evolução dos “cheios” e dos “vazios”

Como vimos, nos anos 1950 a titulação de lotes urbanos⁵² se intensificou na região de Cascavel. Nesta década as vilas se transformavam em cidades e tão rapidamente como nasciam, obtinham sua maioria política através da emancipação municipal (PIAIA, 2004). A ocupação da região oeste do estado no final da década de 1950 e início de 1960 teve nas terras da “Encruzilhada” um de seus principais focos. Cascavel, não sendo fruto de iniciativa de empresa colonizadora, mas resultado de uma ocupação de mais longo prazo, à qual seguiu-se pela ação do Estado, acabou por caracterizar-se por uma maior diversidade social e mesmo étnica no que concerne à ocupação da terra, tanto rural quanto urbana.

Assim, o processo de ocupação e urbanização do já emancipado município atinge um novo estágio no processo de urbanização já no início de 1960. Cascavel comemorava uma década de emancipação e o pequeno núcleo urbano passava por um processo de crescimento acelerado, a cidade ganhava muitos colonos, provindos, principalmente, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e a região passava a ser reconhecida como pólo regional. Com isso, a luta de terras também atinge um novo patamar, com demonstrações de violência proporcional às vastas áreas cujo controle era almejado pelo capital (PIAIA, 2004). Algumas áreas haviam sido abertas e limpidas por bandeirantes e seus sucessores, afastando os índios e, esperando pela oportunidade de confirmar propriedade. Enquanto isso os grileiros liberavam para latifúndios as terras tomadas de posseiros mais frágeis, empregando sistemas variáveis, entre eles, a violência e a apropriação do poder político do Estado, ao mesmo tempo em que este promovia iniciativas de medição, demarcação e implantação de assentamentos urbanos. Quanto a estes, os lotes urbanos disponíveis para doação eram esgotados e, em contrapartida o processo de compra e venda passou a estabelecer a supremacia sob as outras formas mais rústicas de garantia de terrenos (SPERANÇA, 1992; PIAIA, 2004).

Assim, em apenas vinte anos – entre 1950 e 1970 – a face de Cascavel estaria transformada, com maiores modificações sentidas justamente na passagem da década de 1950 para 1960, com a titulação dos lotes urbanos e suburbanos, a ocupação do Patrimônio Novo, a remarcação do Patrimônio Municipal e os primeiros loteamentos particulares de início da década de 1960. Visões sobre o urbano serão construídas e projetadas de Cascavel para o restante do estado e mesmo do país, integrando assim, o imaginário de uma cidade em marcha para sua modernização.

3.1. Origens dos “cheios” e dos “vazios”

Como vimos, a ocupação da área hoje conhecida como Cascavel remonta às *obrages*, com a criação de pousos de estocagem; à implantação de instalações militares, criando assentamentos ao longo da Estrada Estratégica e, à construção da própria Estrada

⁵² Lotes estes referentes a ação da DGTC que realizou a medição e demarcação dos lotes urbanos e suburbanos da Gleba Cascavel, do Distrito de mesmo nome, em 1957, conforme visto no item 2.2 do capítulo anterior.

Estratégica, criando pousos para viajantes que acabaram por tornar-se vilas. Isso resulta, desde um primeiro momento, em uma série de instalações isoladas que se tornam com o tempo pequenos aglomerados de construções, mais ou menos afastados entre si, condicionados por questões geográficas (topografia, hidrografia, cruzamento de estradas) mas que na verdade, abrigam e expressam espacialmente as relações sociais estabelecidas entre estes agentes povoadores.

Estes pousos espontâneos faziam-se notar a medida que os mesmos cresciam e, alguns, passavam a ser controlados por personalidades locais, qual é o caso, como vimos, da “Encruzilhada” de José Silvério, o “Nhô Jeca”. Este, havia arrendado as terras de um morador próximo, residente em outro destes conhecidos aglomerados, o da “Encruzilhada do Gomes”, hoje “Cascavel Velho”. Este era José Elias e o mesmo havia começado sua aglomeração dez anos antes da chegada de Nhô Jeca, em 1920. Contudo, Silvério vinha chegado das imediações de Guarapuava onde trabalhava para o comércio, assim, tratou de reproduzir em suas terras este mesmo espírito de ocupação, mandando limpar o território e construindo à pinho, algumas casas, uma delas, inclusive, seria usada como armazém (SPERANÇA, 1992).

(...) porque iam abrindo picadas no mato. Naquele tempo era difícil a vida aqui. Me lembro que quando nós chegamos fomos abrindo picadas no mato, com cinco ou seis quilômetros. No fim da picada a gente tacava fogo no mato, deixava o pasto crescer e então botava fogo naquele canto. Era assim as invernadas naquele tempo. A primeira carrocinha que chegou aqui, chegou em 1930. A viagem de Guarapuava até aqui durava de dois a três meses (ZACARIAS SILVÉRIO DE OLIVEIRA, depoimento, em SPERANÇA, 1992: 103).

Como vimos anteriormente, mal chegou e o comando da região foi “tomado” por Silvério. Por seu empenho o posto telefônico e telégrafo da Lopeí foi transferido para a Encruzilhada. Este representará um marco importantíssimo para o futuro do local pois, foi através dele que a Encruzilhada e, Aparecida dos Portos, passaram à história como denominações superadas (SPERANÇA, 1992). Assim, é a partir de sua influência e da movimentação comercial gerada por seu armazém que Silvério passa a tratar suas terras com alguns viajantes interessados em se estabelecer na região, apresentando assim, um primeiro momento de organização da agora denominada Cascavel. Com estas iniciativas, José Silvério superava outras localidades próximas, ganhando a preferência dos migrantes que na região chegavam, o que se confirma com a criação do Distrito de Cascavel pelo então Prefeito de Foz do Iguaçu, em 1936. Este era amigo pessoal de José Silvério e foi exatamente sobre suas terras que o Distrito foi locado. Ainda que não tenha se viabilizado, em função, principalmente, de não ter sido acompanhado pela melhoria das estradas, esta iniciativa consiste na primeira ação por parte do Estado em organizar o espaço cascavelense, à qual se seguirá a criação do Patrimônio Novo e a medição e demarcação dos lotes urbanos e suburbanos em 1957, e a remarcação das áreas do conhecido Patrimônio Velho em 1959 (SPERANÇA, 1992).

Em depoimento ao Projeto Memória Viva I (2009), Dércio Galafassi, filho de Florêncio Galafassi, diretor da Industrial Madeireira do Paraná, afirma que, quando chegou em Cascavel, em 1948, de avião, Cascavel tinha apenas algumas dezenas de casas:

Quando nós chegamos aqui nós ainda pertencíamos a Foz do Iguaçu, Cascavel era distrito de Foz do Iguaçu né, então, cidade né, não era cidade, era um povoado né, as margens da BR-277, hoje 277 mas naquele tempo era a Estrada Estratégica que de Ponta Grossa mandava à Foz do Iguaçu e que é hoje a nossa avenida Brasil. Aí é que era a rua principal. E, aquelas dezenas de casa que eu falava eram encostadas as margens da BR-277 que é a BR-Estratégica que é a nossa avenida Brasil e que, estava ali, vamos dizer assim, sujeita as intempéries né, ao pó, ao vento e, aquelas poucas casa aí, que constavam ali, tinham uma ou duas casas comerciais, tinha o correio já, o telegrafo existia né, precariamente mas existia, havia um campo de pouso aqui entre a Igreja Santo Antônio e a Camagril, na avenida Brasil, campo de pouso da FAB, e era só exclusivamente da FAB esse campo de pouso. E a cidade era isso, era a vila aquela pertencente a Foz do Iguaçu, sem mínimas condições de energia elétrica, sem água, sem nada.

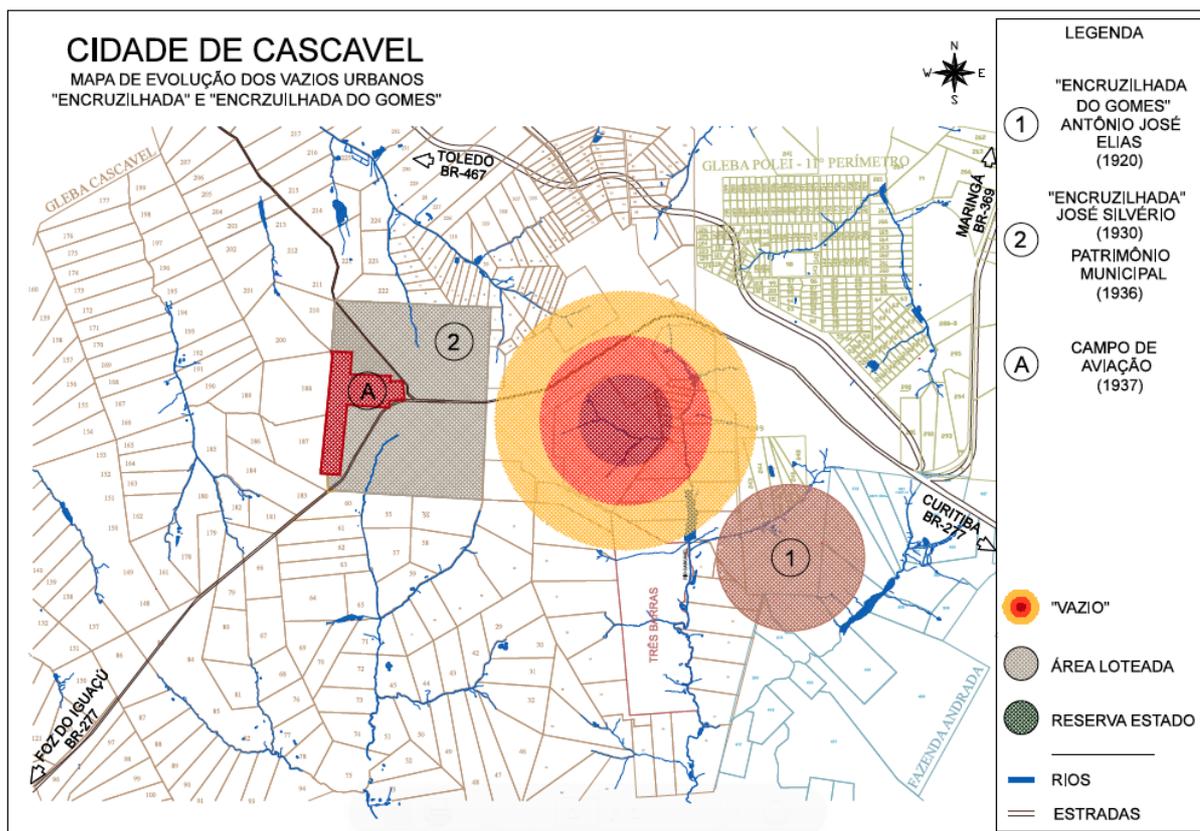
O mesmo discurso é apresentado por Sr. Antonio Cid, de 85 anos que, chegou à Cascavel em 1954. Este veio para fundar uma escola ginásial, a chamado do Juiz Dr. Aurélio Feijó. Segundo ele, o juiz tinha duas filhas em idade escolar e, devido o seu interesse em se estabelecer na então Comarca de Cascavel, contatou Antonio Cid para fundar o ginásio. Mesmo seis anos depois da chegada de Galafassi, o pioneiro demonstra a mesma reação ao chegar à cidade:

Mas Cascavel não era nada rapaz, Cascavel era um ovo. Se imagina, era uma aldeia aqui (...). Mas era uma aldeia né, Cascavel não tinha nada, nada, nadico de nada. Lá em frente à praça Getúlio Vargas que era o campo de futebol da época, tinha lá, um punhadinho de casa vamos dizer assim. Então eu vim pra cá e foi um amor a primeira vista rapaz. Eu cheguei, gostei do lugar, não sei porque (...).

Estes depoentes se referem, em suas memórias das décadas de 1940 e 1950, ao assentamento conhecido como Encruzilhada, de José Silvério. Ainda que se tenha em mente que, igualmente pouco habitado, a região da “Encruzilhada do Gomes” era mais antiga, o fato de equipamentos como casas de comércio, telégrafo e o campo de aviação estarem, na memória dos depoentes, ligados ao assentamento de José Silvério indica que este realmente supera o primeiro. A figura de Nhô Jeca como personalidade de influência da cidade realmente fazia voltar os olhares para às áreas mais a noroeste, de sua propriedade, desde os momentos mais remotos.

Assim, o primeiro “vazio” observado é justamente este, originado entre a Encruzilhada e os diferentes polos de ocupação originadas do pouso ervateiro de Domingos Barth e posteriormente, as imediações, pela ocupação do ervateiro Gomes de Oliveira. Pelas primeiras casas levantadas na “Encruzilhada do Gomes” por José Elias e, posteriormente pela nova “Encruzilhada” aberta por José Silvério. Assim, é justamente a partir da ação do Estado, na identificação e escolha de um destes aglomerados – talvez em função da organização, de pressão populacional ou, como vimos, de relações pessoais, qual era o caso do Prefeito de Foz do Iguaçu e José Silvério – que, identificamos as primeiras situações de segregação na tão recente Cascavel. Ao observarmos o mapa 21, podemos dizer que o primeiro vazio urbano observado no Município de Cascavel foi justamente aquele deixado pela administração pública, no caso o Governo Estadual, em consonância com a população local quando, em 1933, reivindicaram a criação do Distrito de Cascavel na área conhecida como “Encruzilhada”.

Mapa 21: Mapa de evolução de áreas não urbanizadas (Patrimônio Municipal)

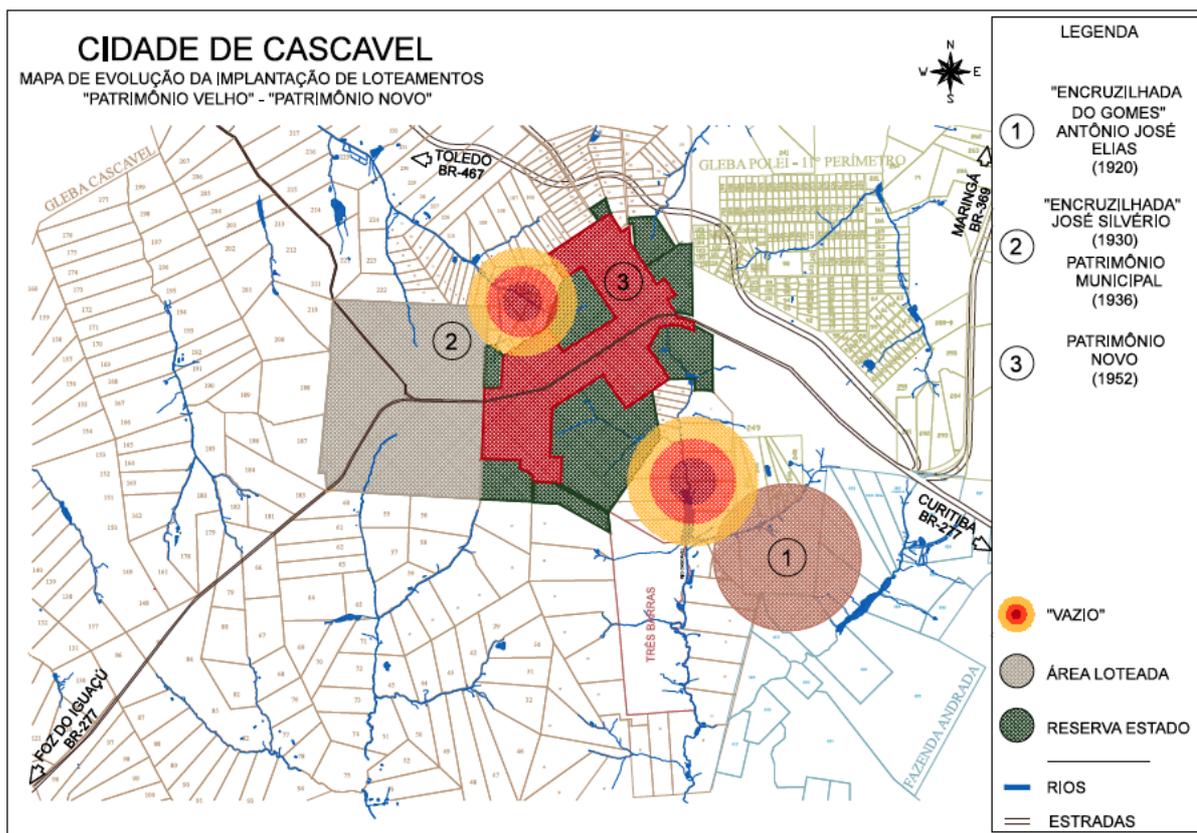


Fonte: Autora (mapa base Prefeitura de Cascavel)

Como vimos, o Patrimônio Novo foi criado em 1952, anexado à área do Patrimônio Municipal, aumentando o perímetro de ocupação da cidade. Contudo, ainda que aparentemente tenha expandido a área urbanizada, isto na verdade não ocorre, pois o Patrimônio Velho não prospera, persistindo lá a paisagem que antes a caracterizava. Assim, o Patrimônio Novo consiste, na verdade, de uma nova área – a “Nova Cascavel” –, conforme definida pelo Padre Luíse, implantada entre duas pequenas aglomerações – Encruzilhada e Cascavel Velho –, conectando-as ao mesmo tempo em que delas busca se isolar, em especial pela implantação das Reservas do Estado ao seu entorno (mapa 22). Estes espaços são portanto, construídos pelo Estado, que na verdade os preenche ao conferir-lhes uma ou mais funções.

Por outro lado, há de se perceber que o Patrimônio Novo não é, em sua totalidade, contíguo ao Patrimônio Municipal, havendo uma Reserva do Estado – R1, que consiste em uma faixa ao norte da Estrada Estratégica (fig. 23) entre este e o Patrimônio Municipal. Esta faixa separa o Patrimônio Novo do “fictício” Patrimônio Municipal – se considerado que sua ocupação efetiva se deu apenas a partir de 1959 – tornando-se, real, exatamente neste momento. Outra hipótese seria a de que a faixa nem chegou a existir, uma vez que este já encontrava-se preenchido por ocasião da planta de 1963, de modo que neste desenho a referida R1 já aparece como área loteada, o que teria acontecido em algum momento entre 1961 e 1963.

Mapa 22: Mapa de evolução de áreas não urbanizadas (Patrimônio Velho e Patrimônio Novo)

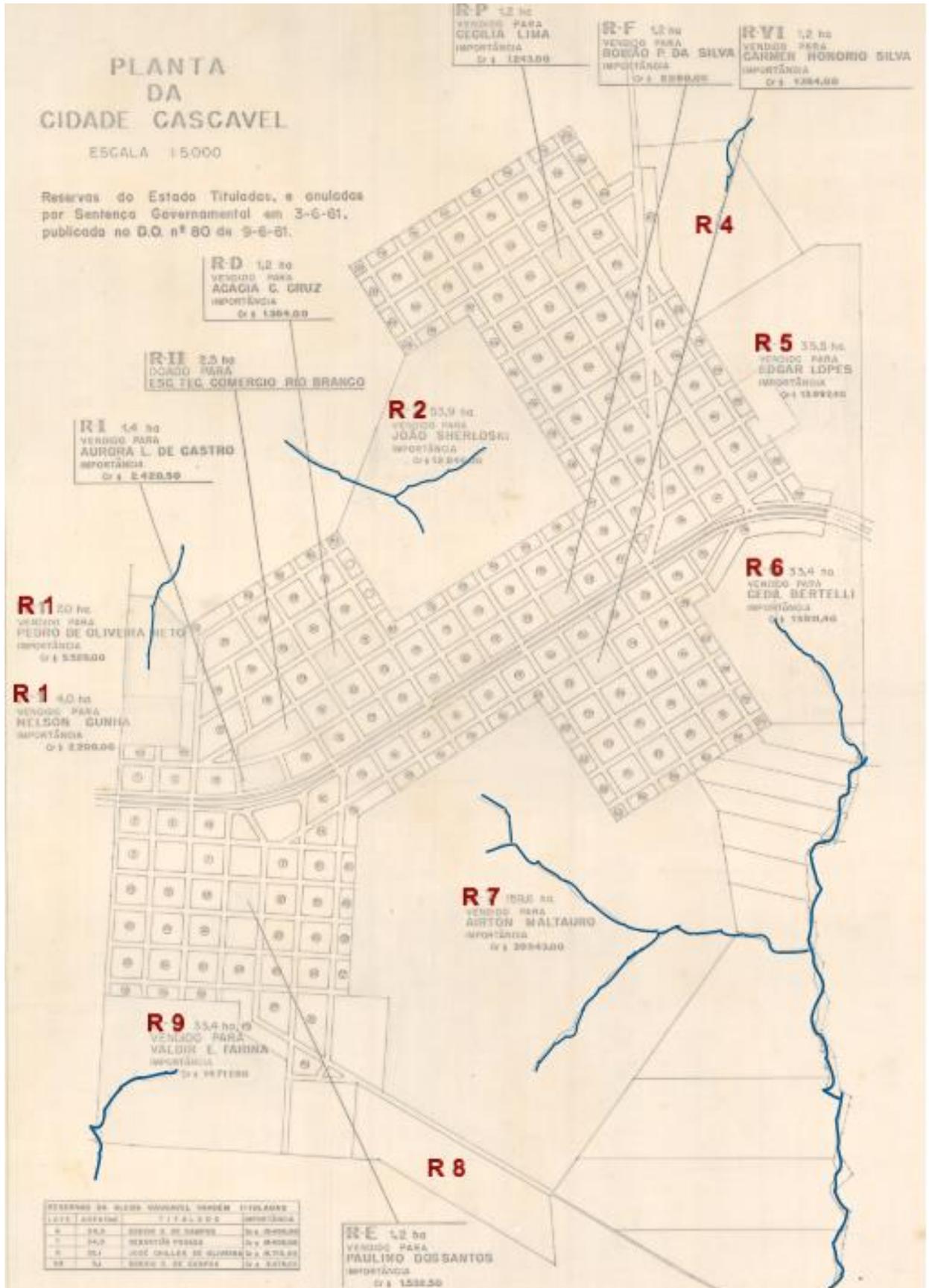


Fonte: Autora (mapa base Prefeitura de Cascavel)

Ao mesmo tempo, a proposta urbanística do Patrimônio Novo prevê grandes reservas, junto a cursos d'água, em áreas de maior declividade e portanto de mais difícil ocupação, especialmente por traçados regulares ortogonais, como os que caracterizam estes assentamentos. Ainda que sejam percebidas como vazios, não devem ser assim consideradas, já que estes espaços são assim previstos ou produzidos pelos autores desta proposta, mesmo que com finalidades a serem aferidas.

Observamos que, a reserva ao norte – R2, encontra-se quase que enclausurada pela cidade, envolvendo o leito do curso d'água e que, não à toa, posteriormente viria a constituir o bosque chamado Parque Vitória. As Reservas 4 e 5, próximas à Estrada Estratégica, entre o Patrimônio Novo e a estrada da Lopeí, formam, indiscutivelmente, uma área de amortecimento entre a parte urbanizada e a estrada e mais, entre a área urbanizada da Gleba Cascavel e os lote suburbanos da Gleba Lopeí. A Reserva 6, ao sudeste, na direção do "Cascavel Velho" encontra-se sobre o leito do Rio Cascavel, como também é o caso da Reserva 7, que, eventualmente, separa – ou conecta – o Patrimônio Novo ao Cascavel Velho, ainda que para isso já existisse o Rio Cascavel e uma área que na mesma época (1952) foi medida e demarcada, os lotes urbanos. As reservas 8 e 9 nitidamente separam, através de uma faixa estreita na parte mais alta do sítio, o Patrimônio Novo dos lotes urbanos da Gleba Cascavel.

Figura 23: Planta da Cidade de Cascavel (Patrimônio Novo e Reservas Estaduais)



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

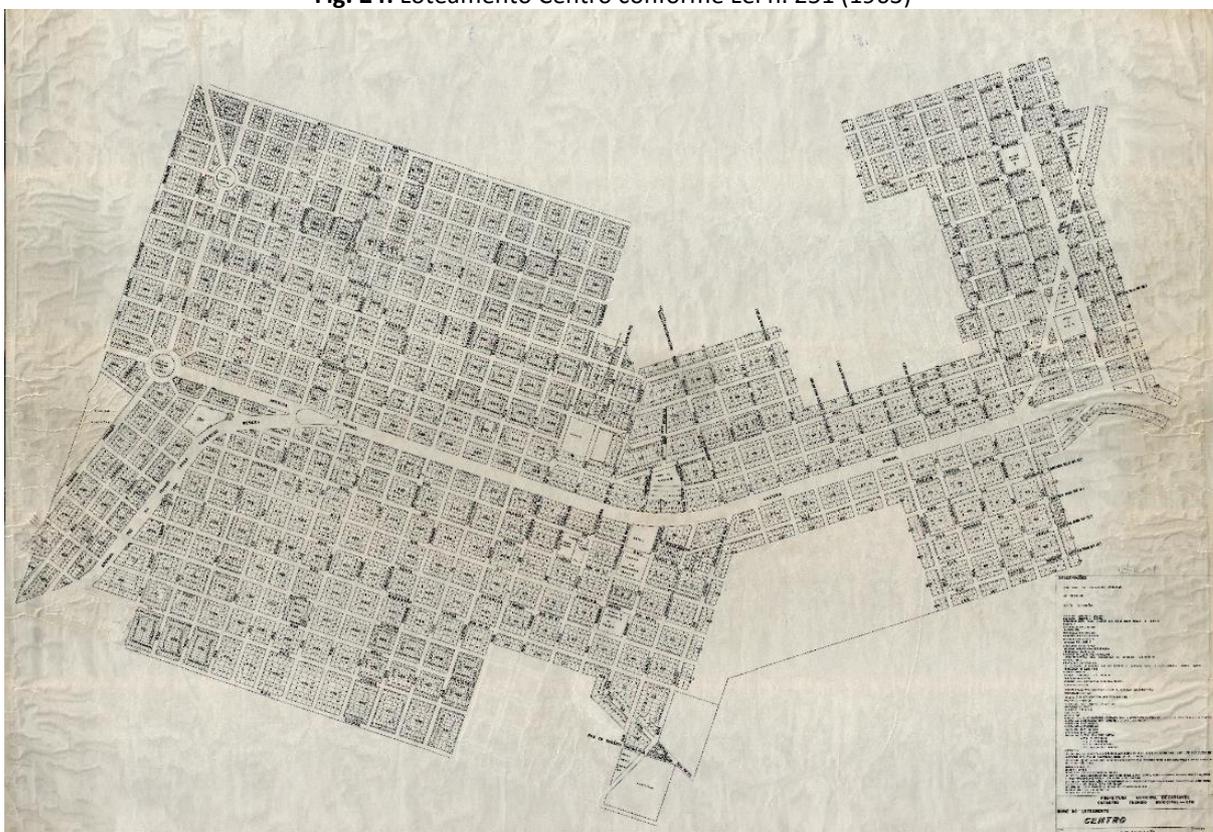
Cascavel tem assim, seus “cheios” e “vazios” construído por iniciativas dos governos municipal e estadual, ambos, plenos de sentidos e significados e os quais constituirão a base sobre a qual o espaço será produzido, em geral, por diferentes iniciativas privadas que irão ao longo da década de 1960 redefinir estes espaços e, por que não, conceitos, (re)significando-os.

3.2. Os loteamentos urbanos da década de 1960 e a afirmação destes espaços (“cheios” e “vazios”)

É neste quadro, exposto anteriormente, que se dá a abertura dos primeiros loteamentos urbanos promovidos por particulares na década de 1960.

Como vimos no tópico anterior, a Reserva R1, justamente a que separava o Patrimônio Novo do Patrimônio Municipal, foi – como todas as demais reservas – anulada e titulada em 1961. Se antes afirmávamos que tais áreas, ao invés de vazios, constituíam áreas “livres” ou “desocupadas”, porém previstas em projeto e portanto funcionalmente definidas, tem-se a partir deste momento uma mudança fundamental em seu caráter, ao tornarem-se propriedade privada. Como já apontado anteriormente, a referida reserva – R1 – é loteada entre 1961 e 1963, esta indeterminação deriva do fato de que esta, que pode ser vista no mapa de evolução de áreas não urbanizadas (mapa 22), aparece como reserva anulada e titulada a Pedro de Oliveira Neto e Nelson Cunha em 1961 (fig. 23), e loteada na planta do Loteamento Centro conforme Lei n.251 (1963) (fig. 24).

Fig. 24: Loteamento Centro conforme Lei n. 251 (1963)



Fonte: Secretaria de Planejamento – SEPLAN

Ao lado deste caso, tem-se já no primeiro ano desta década (1960), o início de um acelerado processo de urbanização, promovido através da abertura de loteamentos por parte da iniciativa privada, constituindo um conjunto de 33 loteamentos aprovados de 1961 a 1969. Este conjunto corresponde aos loteamentos que serão expostos a seguir.

Sua organização é fruto do levantamento de dados efetuado na Prefeitura Municipal de Cascavel – PMC e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Para tal, foi realizado um exame detalhado dos dados a fim de determinar a existência satisfatória de material para que se realizasse a construção dos mapas, sendo que não foi possível reunir logo de início toda a informação necessária, sendo sua seleção resultado da evolução da pesquisa, em termos de avanço e compreensão pelo pesquisador das questões a serem respondidas, instrumentos teóricos disponíveis, entre outros. Desta forma, o pesquisador planejou formas de retornar às fontes a cada momento da análise destas informações.

Assim, de acordo com o material encontrado e disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Cascavel, mais precisamente, a partir do material cedido pela Secretaria de Planejamento – SEPLAN, a qual desempenha, além dos trabalhos de estudo, planos e projetos municipais, as funções de aprovação de projetos e fiscalização de obras, foi possível realizar uma consulta aos protocolos de loteamentos referentes à década da pesquisa, bem como aos registros e memoriais dos loteamentos (pastas), disponibilizados pela prefeitura no Setor de Geoprocessamento.

Além dos protocolos, o pesquisador teve acesso, pelo Setor de Planejamento e Uso do Solo – PARSOL, aos projetos originais destes loteamentos e ao relatório referente aos seus protocolos de aprovação (1961-2004), elaborado no ano de 2013 pelo setor. Assim, a partir dos mapas de glebas, dos memoriais descritivos e dos projetos técnicos dos loteamentos, foi possível sistematizar os dados levantados na forma de tabelas e, posteriormente, na forma de mapas, que são apresentados a seguir.

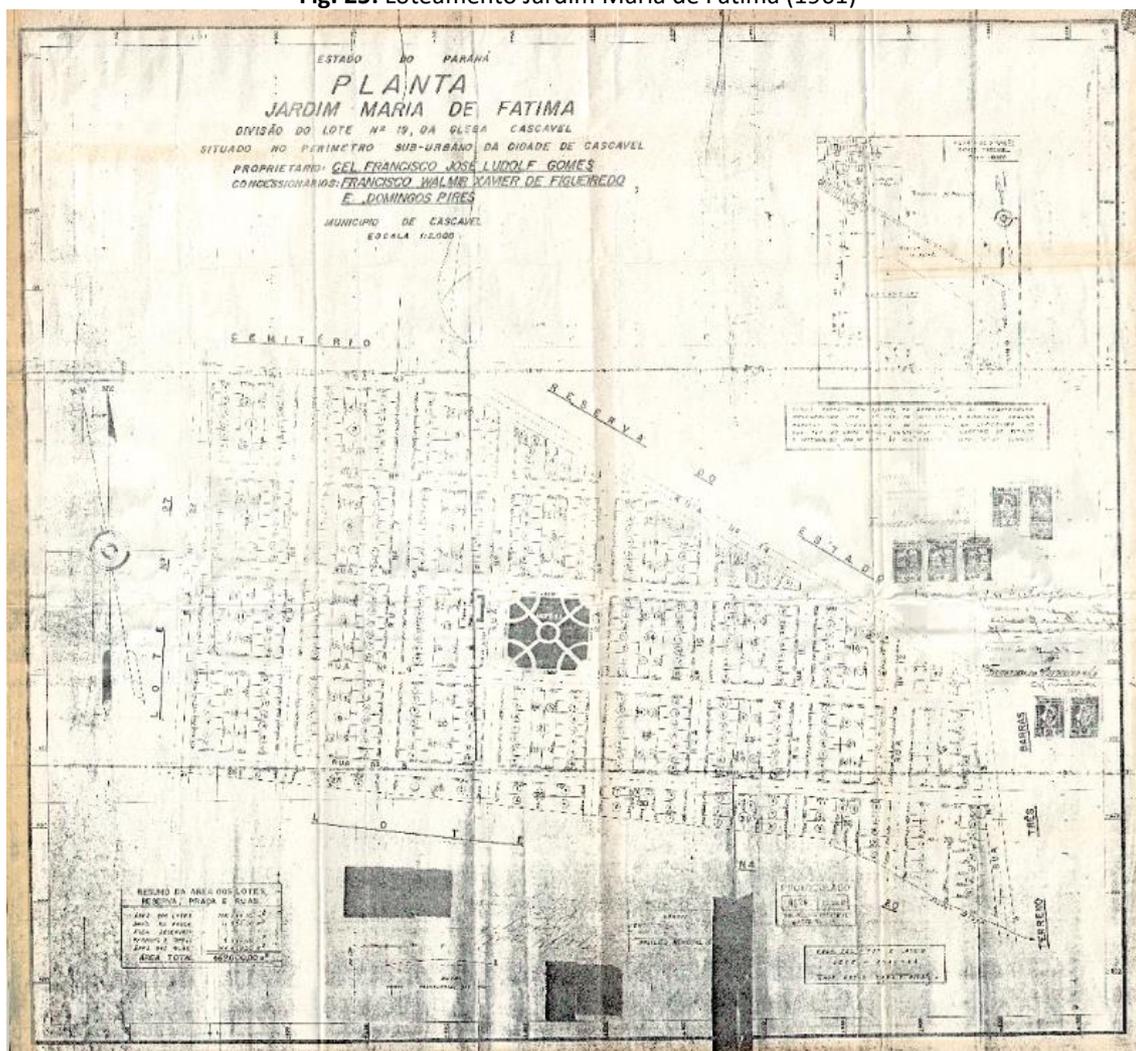
Quanto à identificação dos agentes estruturantes deste processo, algumas fontes documentais, somadas a fontes bibliográficas, foram adotadas pelo pesquisador. Entre elas está o arquivo documental da Biblioteca Pública Municipal de Cascavel, que possui em seu acervo diversas publicações de jornais da região, entre eles, o *Diário D'Oeste*, que funcionou entre os anos de 1960 e 1970 na região. Este jornal apresenta uma série de reportagens sobre as transformações pelas quais a cidade vinha passando, como o desvio da BR-35 (atual BR-277), as desapropriações de terra, a abertura de novas avenidas, instalação do novo aeroporto e construção da nova Igreja Matriz. Assim, a população, sempre tão envolvida nas decisões do município, acompanhava de perto as transformações que marcavam os rumos do novo município.

Neste mesmo sentido, as informações disponibilizadas pelo Museu da Imagem e do Som de Cascavel – MIS, tiveram substantiva contribuição para a análise realizada. Para formação de seu acervo, a instituição museológica contou com a iniciativa de Xico Tebaldi, fotógrafo que trabalhou para a Prefeitura de Cascavel por muitos anos, agregando, desta forma, inúmeros registros iconográficos oficiais do município, os quais, somados a imagens do cotidiano tomadas pela população, formaram o acervo municipal do Museu. Além disso, o MIS possui

um convênio de cooperação técnica e científica celebrado entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e o Município de Cascavel, visando catalogar e classificar o acervo fotográfico do MIS, formado por aproximadamente 40 mil fotografias, as quais serão utilizadas para ilustrar as transformações espaciais por qual Cascavel passava.

De acordo com o material e os procedimentos acima descritos, tem-se que o primeiro protocolo de aprovação de loteamento privado refere-se ao loteamento Jardim Maria de Fátima (mapa 23) e data de 16 de agosto de 1961. Neste ano, praticamente todos os lotes urbanos e suburbanos da Gleba Cascavel estavam titulados e estes começavam a ser loteados por seus adquirentes.

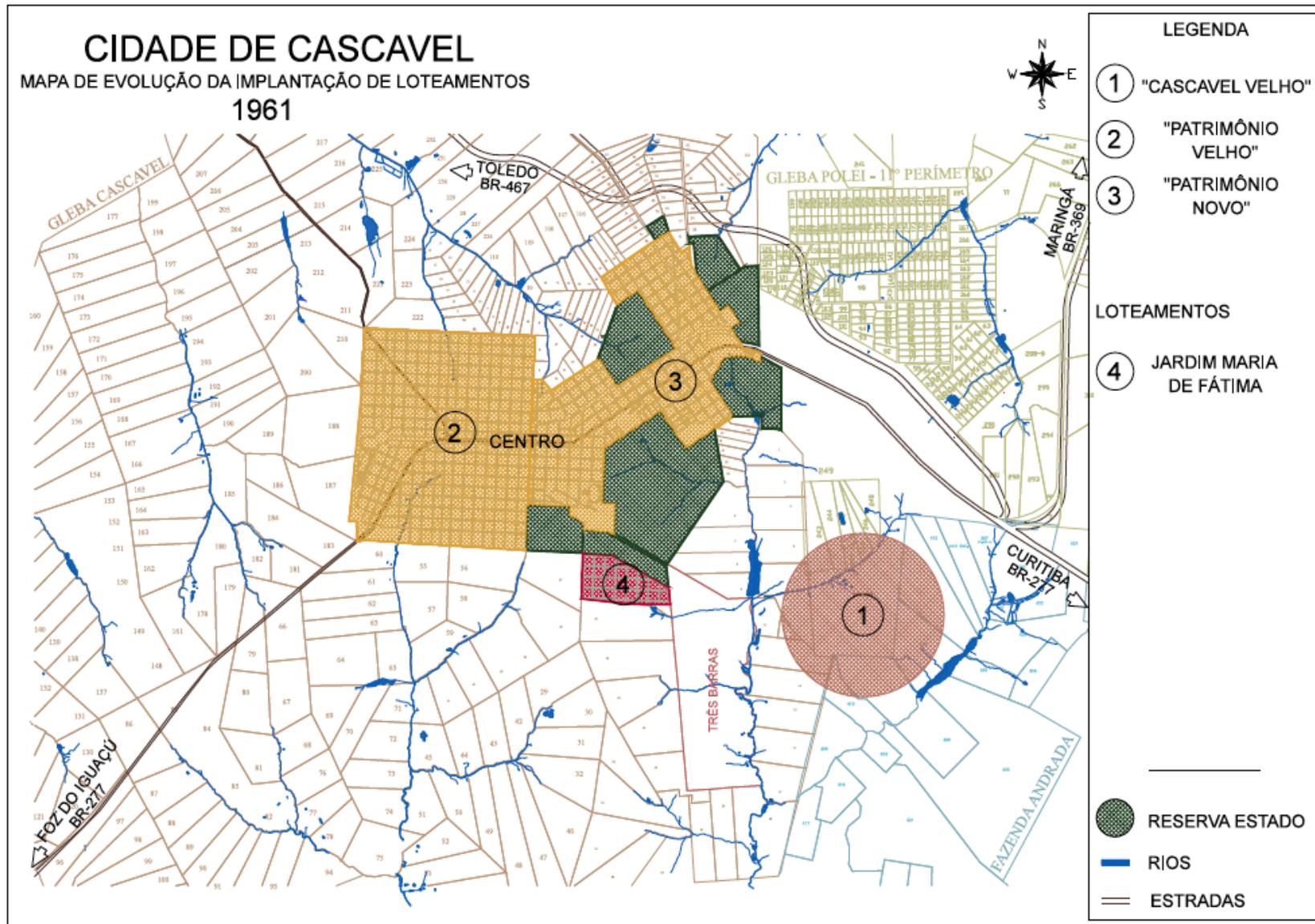
Fig. 25: Loteamento Jardim Maria de Fátima (1961)



Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Francisco José Ludolfo Gomes foi quem requereu sua aprovação; este havia adquirido de Lyrio Bertoli, em 1958, o lote urbano de número 19 da Gleba Cascavel. O loteamento foi projetado pelo Escritório Técnico Top e Agrim, com sede em Joaçaba – SC, e ficou a cargo dos concessionários Francisco Waldir Xavier e Domingos Pires promoverem a venda dos lotes. Quanto à sua localização, situava-se nos limites da Reserva de Estado R8 e do cemitério municipal, tendo o Terreno Três Barras entre o loteamento e a antiga ocupação de Antônio José Elias – futuramente, bairro “Cascavel Velho” (mapa 23).

Mapa 23: Mapa de Evolução dos Loteamentos (1961)



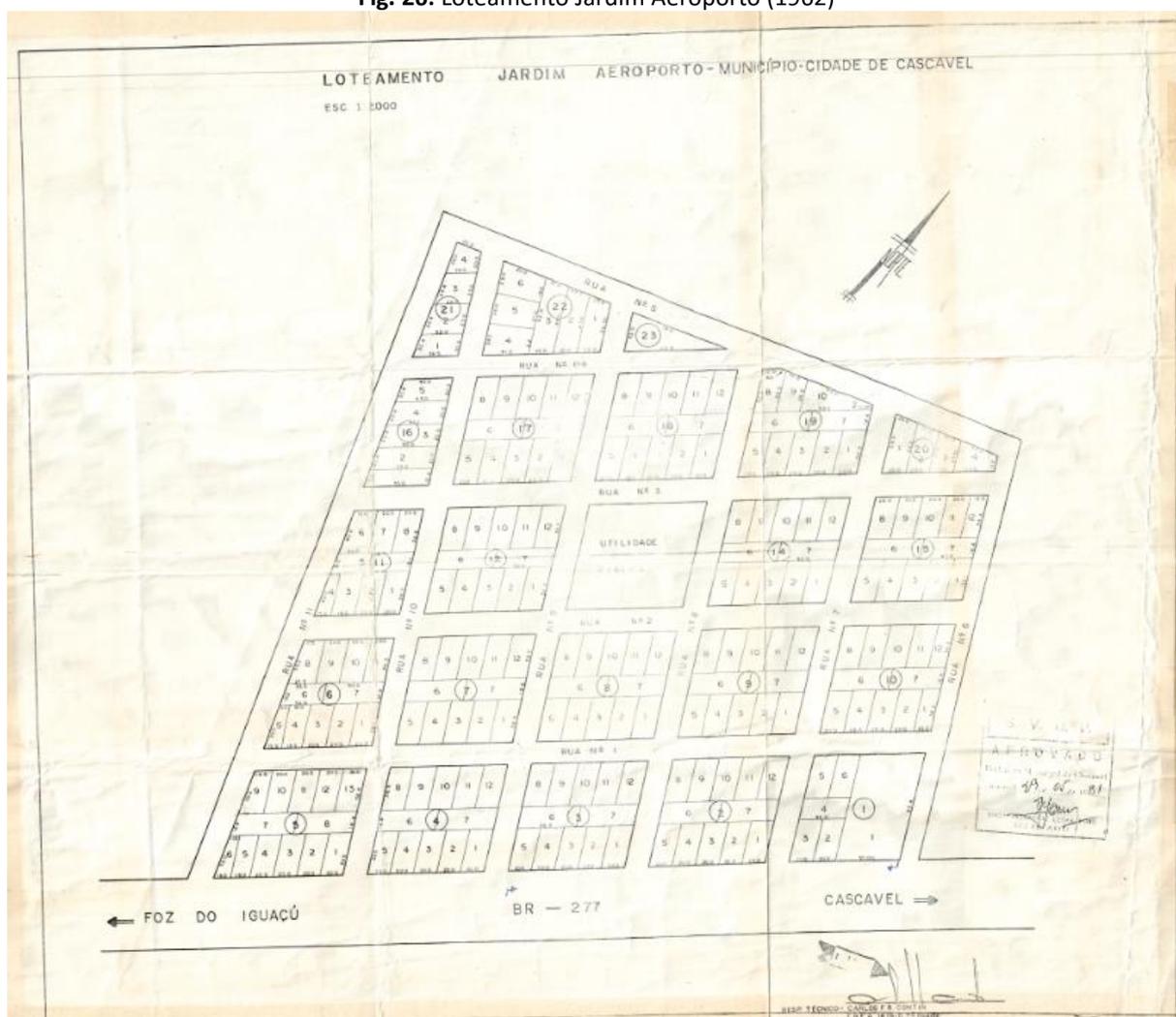
Fonte: Autora (mapa base Prefeitura de Cascavel)

O cemitério, na verdade, é parte integrante da reserva R-8, que, como previsto inicialmente, recebeu uso público. A ligação viária do loteamento com o assentamento urbano passava, certamente, pela reserva. De fato, são poucos os pontos em que os lotes urbanos e suburbanos da Gleba Cascavel tocam o Patrimônio Novo, de modo que não se pressupunha esta continuidade entre este e os novos loteamentos, como de fato ocorre com o primeiro loteamento privado, em tela.

No ano seguinte, 1962, três novos loteamentos foram aprovados: o loteamento Jardim Aeroporto (23/02/1962), o Vila Elizabeth (06/08/1962) e o Jardim Claudete (09/11/1962) (mapa 24).

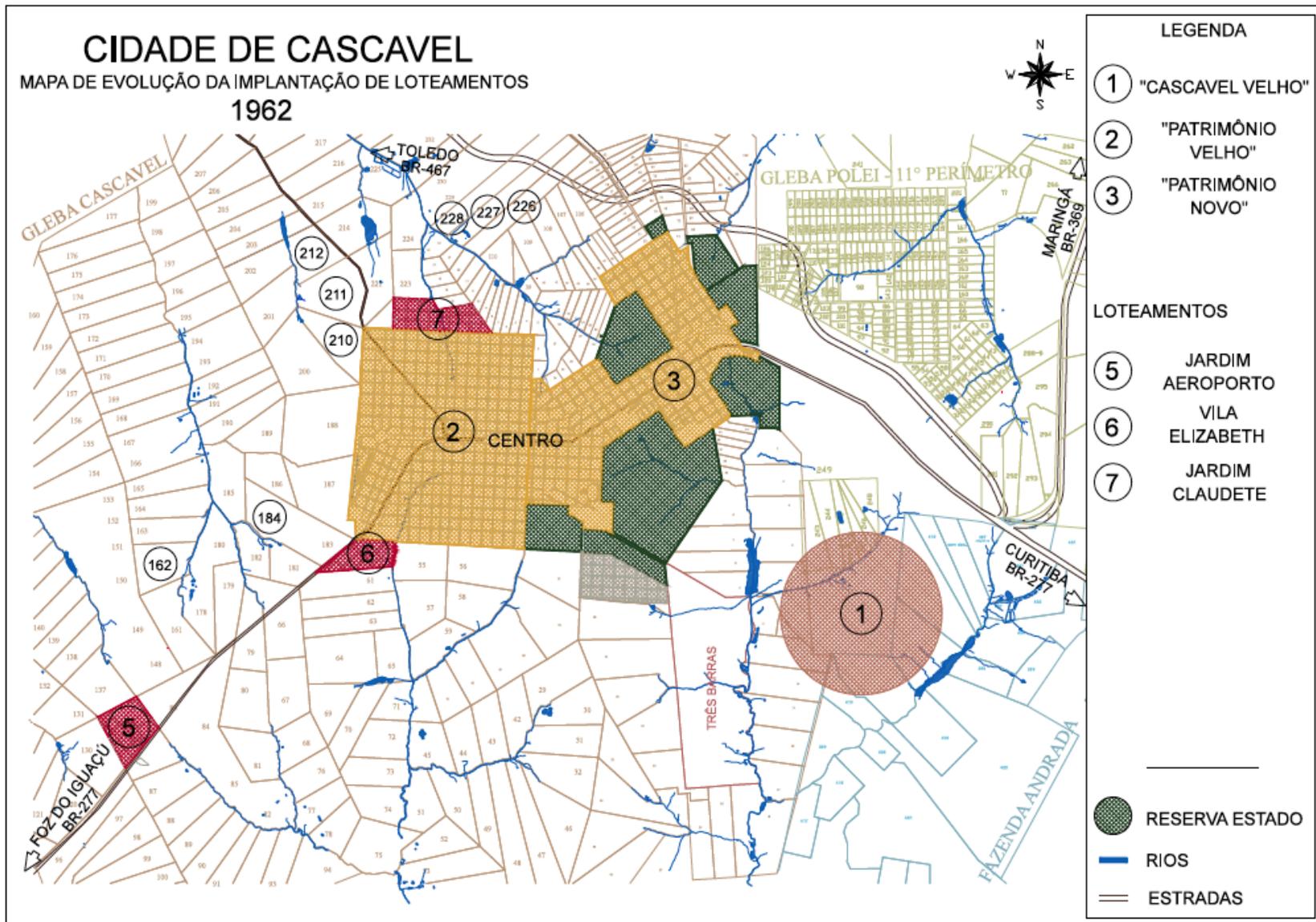
O primeiro, o loteamento Jardim Aeroporto, ocupava o lote urbano 86 da Gleba Cascavel e foi aprovado pelo Secretário Eng. Alexandre Cesar, tendo sido executado sob responsabilidade técnica de Carlos Contin – CREA 1819/D. Este lote havia sido comprado por Pedro Saraiva de Oliveira e sua esposa, de origem paraguaia, do Estado do Paraná, em 1959. O nome do loteamento faria referência ao Campo de Pouso instalado na época nas proximidades da Praça Getúlio Vargas, que era utilizado desde 1937 pelo Correio Aéreo Nacional para pousar na então Aparecida dos Portos de Cascavel, ainda que o atual aeroporto, inaugurado em 1977, situe-se naquela mesma região da cidade.

Fig. 26: Loteamento Jardim Aeroporto (1962)



Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Mapa 24: Mapa de Evolução dos Loteamentos (1962)

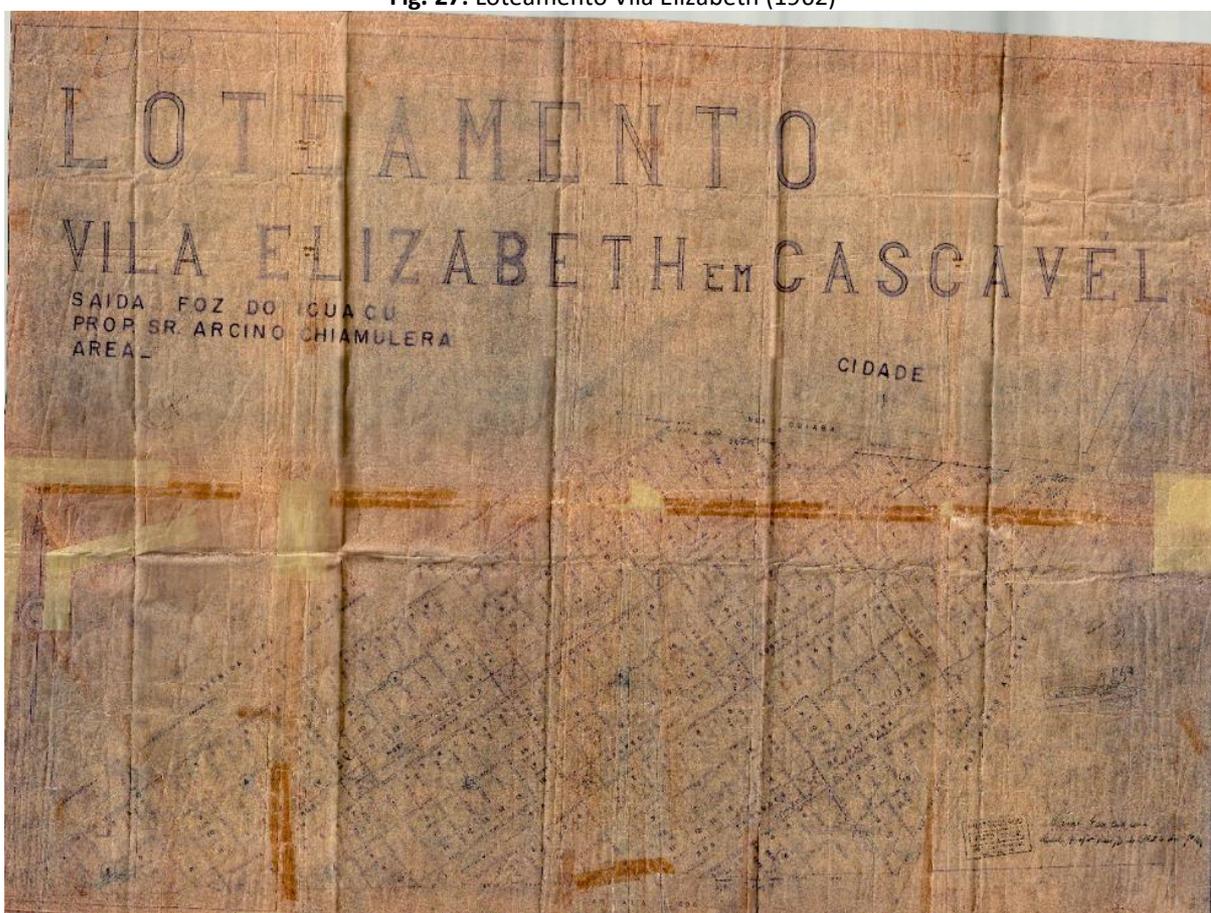


Fonte: Autora (mapa base Prefeitura de Cascavel)

Pedro Saraiva era também, desde 1958, proprietário do lote urbano 184, nas adjacências do Patrimônio Municipal, também as margens da Estrada Estratégica. Contudo, preferiu lotear as áreas mais distantes, também próximas à estrada que ligava Cascavel a Foz do Iguaçu, voltando-se para a ocupação do lote 184 apenas na década de 1970. Como vemos na figura 23, o loteamento situava-se às margens da Estrada Estratégica, então BR-35.

O loteamento Vila Elizabeth foi realizado a pedido de Arcino Chiamulera, e aprovado pelo Eng. Civil Orival Peres – CREA 1267/D. Localizado nas adjacências do “Patrimônio Velho”, o loteamento Vila Elizabeth encontrava-se às margens da estrada que ligava Guarapuava à Foz do Iguaçu, e que cortava o atual centro da cidade, ocupando o lote urbano de n. 60 da Gleba Cascavel (mapa 24). Quanto à propriedade de terra, esta havia sido adquirida por Arcino Chiamulera de Arcangelo Marafon, contudo, por não existir planta técnica ou memorial descritivo do loteamento, não se tem a informação de quando a compra foi efetuada. Nota-se que não há área de uso institucional, como ocorre nos dois casos anteriores, em que tais áreas situam-se em posição centralizada no loteamento, em sua área mais nobre.

Fig. 27: Loteamento Vila Elizabeth (1962)



Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

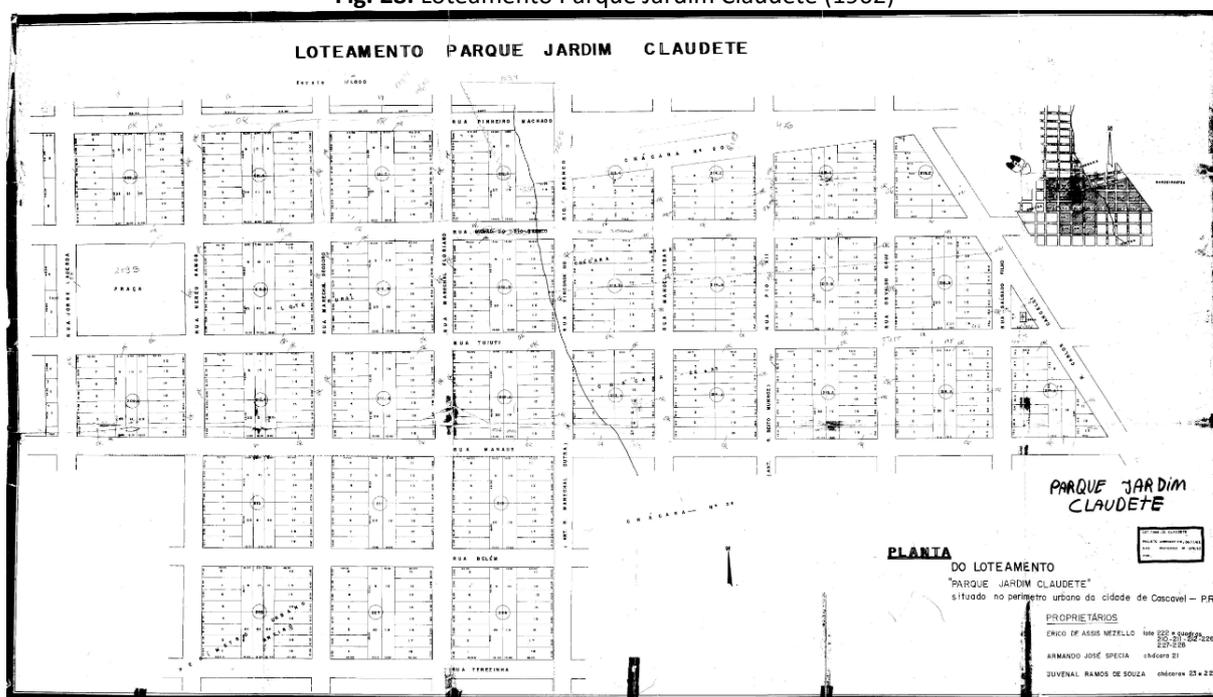
Por último, foi protocolado o loteamento Parque Jardim Claudete, aprovado em novembro do mesmo ano, a pedido de Erico de Assis Nezello. Este era proprietário dos lotes urbanos 210, 211, 212, 226, 227, 228 e 222 da Gleba Cascavel. Este último faria parte do novo loteamento, junto aos lotes suburbanos 21, de José Spécia, e 22 e 23 de Juvenal Ramos de Souza, todos moradores de Cascavel. Como vemos no mapa 24, o loteamento estava localizado na parte norte da cidade e tinha como limites divisores o antigo Patrimônio

Municipal, sendo cortado pelo Rio das Antas. Este fato é especialmente interessante pois as reservas do Estado impõem uma outra relação da cidade com as nascentes e os cursos d'água, se comparado com o Patrimônio Municipal, cujas quadras são cortadas por este rio ao norte e pelo Rio Quati Chico ao sul. Mesmo assim, o novo loteamento é projetado segundo a lógica da década de 1930, e não segundo a prática adotada a partir de 1950.

Outra especificidade refere-se ao conjunto de seis quadras, mais isolado ao sul do loteamento (fig. 28), que corresponderiam ao perímetro do Patrimônio Municipal mas que, no entanto, aparece incorporado na proposta do loteamento Parque Jardim Claudete. Isto se deu, talvez, em função da remarcação do Patrimônio Municipal no ano de 1959 e redefinição de seu traçado pelo Município.

Em todo caso, verifica-se, em 1962, o surgimento de uma tendência de ocupação da Estrada Estratégica, sentido Foz do Iguaçu, que se inicia com o loteamento Aeroporto e se efetiva com o loteamento Elizabeth, porém, neste caso, contiguamente ao assentamento urbano, assim como ocorre com o loteamento Claudete. Se considerar que o primeiro loteamento, de 1961, era contíguo à reserva, tem-se que 3 dos 4 primeiros loteamentos atendem a critério de contiguidade com as áreas previamente urbanizadas pelo Estado. Por outro lado, o loteamento Aeroporto, distante destas, constituindo um loteamento popular, sinaliza para um precoce processo de segregação, ao absorver a população que não tinha dinheiro para se instalar nem no Patrimônio Novo, nem no Patrimônio Municipal.

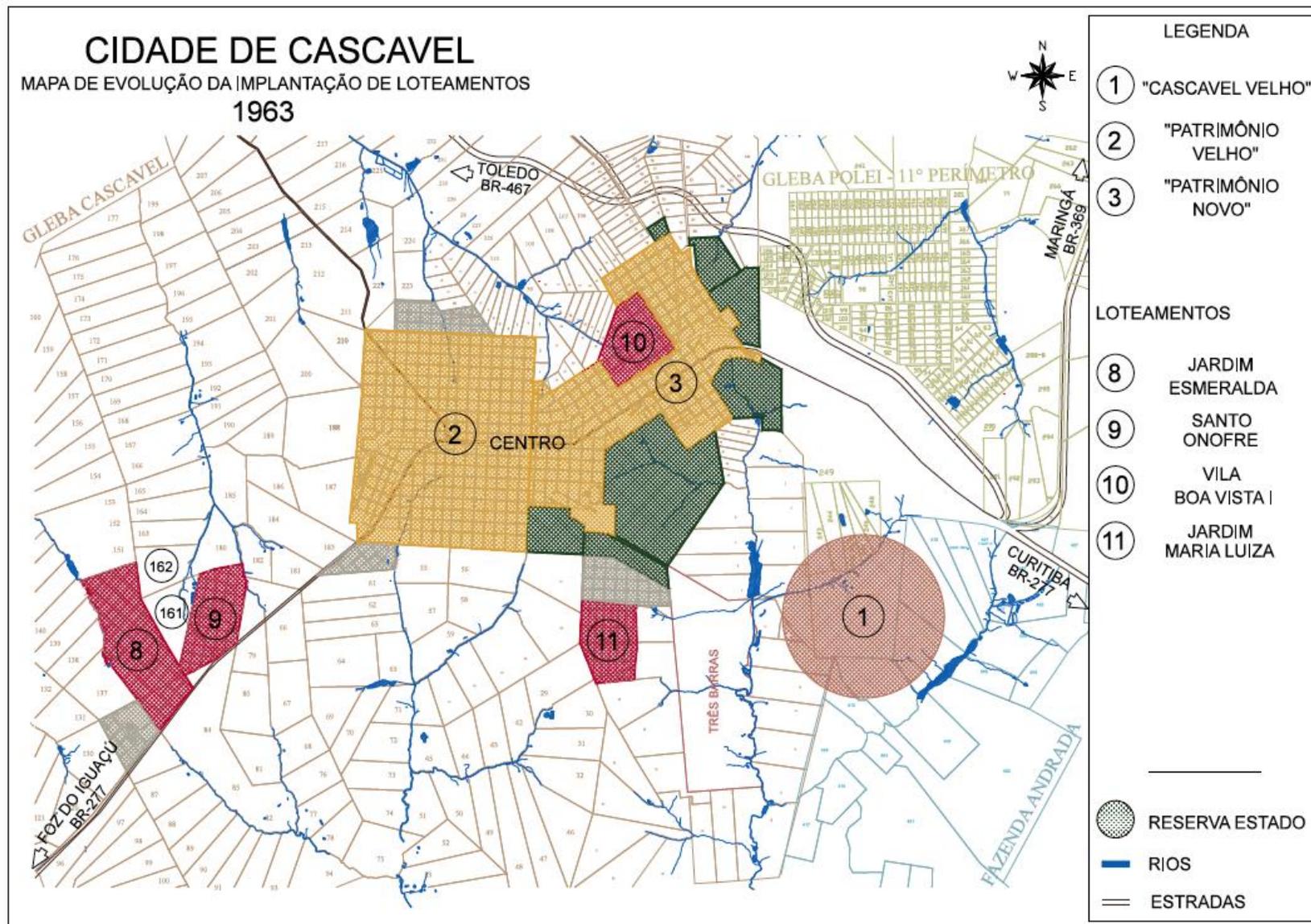
Fig. 28: Loteamento Parque Jardim Claudete (1962)



Fonte: Secretaria de Planejamento – SEPLAN

No ano de 1963 são aprovados quatro loteamentos: o Jardim Esmeralda (14/08/1963), o Santo Onofre (28/08/1963), o Vila Boa Vista I (04/09/1963) e o Jardim Maria Luiza (14/09/1963).

Mapa 25: Mapa de Evolução dos Loteamentos (1963)

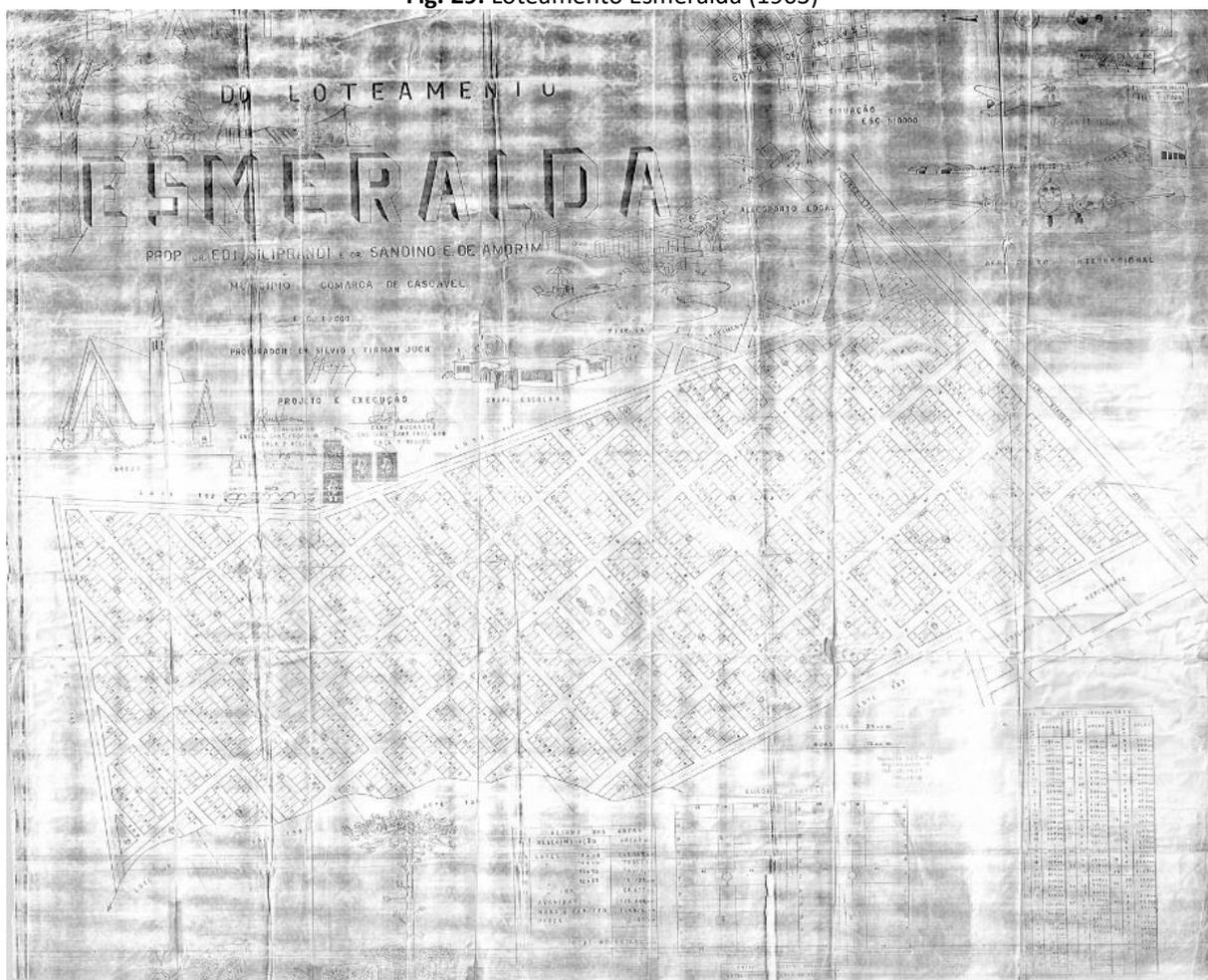


Fonte: Autora (mapa base Prefeitura de Cascavel)

O primeiro deles a ser autorizado foi o loteamento Jardim Esmeralda, sendo projetado e executado pelos engenheiros Miguel Schuchmann – CREA 2110/D e Ciro Bucaneve a pedido de Edi Siliprandi, advogado, e de Sandio Erasmo Amorim, médico. Ocupava os lotes urbanos 148, 149, 150 e parte do lote urbano 83 da Gleba Cascavel, os três primeiros em nome de Edi Siliprandi, foram por ele adquiridos de Severino Augusto Trindade, proprietário legal das terras desde 1959. Já o lote 83, pertencia anteriormente a Leopoldo Amaro do Santo, tendo sido titulado pelo Estado apenas dois anos antes de ser repassado ao médico, em 1961. Este loteamento localizava-se entre o já citado loteamento Jardim Aeroporto (1962) e o loteamento Santo Onofre, aprovado no mesmo mês, sendo a eles contíguos. Localizado às margens da BR-35, obedecia à tendência de ocupação no sentido Foz do Iguaçu, da antiga Estrada Estratégica.

Este, reforça também a tendência de loteamentos direcionados para a classe mais pobre da população, que não podiam “morar” nas áreas centrais, pois não podiam pagar. Ainda que não tenhamos elementos para esta afirmação, a prancha de desenho inclui ilustrações de equipamentos como a Igreja, o Clube de Campo, piscinas e o aeroporto local, além do aeroporto internacional, o que é surpreendente para a época, tanto é que teve seus planos extintos antes do final da desta década.

Fig. 29: Loteamento Esmeralda (1963)

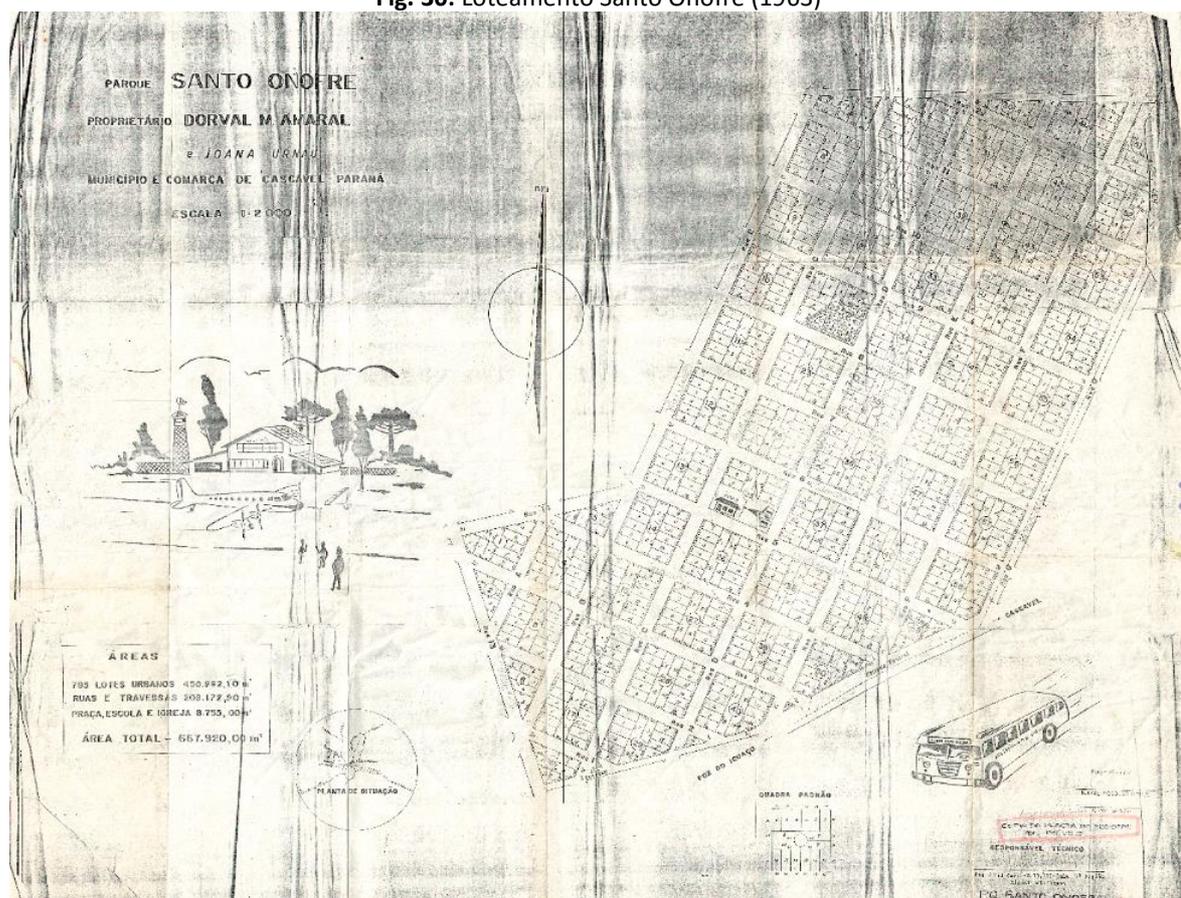


Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Percebe-se através da figura 29, o mesmo padrão observado no loteamento Jardim Aeroporto, o de aproveitamento de todo o espaço do lote, utilizado para a criação de quadras, até mesmo às margens do curso d'água, gerando assim, a mercadoria tão desejada por compradores vorazes: os lotes urbanos, que passavam a ser ofertados pela outra ponta do sistema capitalista: os loteadores.

O loteamento Santo Onofre, aprovado no mês seguinte ao loteamento Esmeralda, já era previsto na planta deste loteamento, o que gera curiosidade em relação à articulação entre estes agentes. Estes dois loteamentos reforçavam este vetor de ocupação, ainda que de forma bastante condensada. A aprovação do projeto, sob responsabilidade técnica do engenheiro Miguel Schuchmann – CREA 2110/D –, é datado de 25 de abril de 1963, sendo proprietário Dorival Mosquer Amaral, lavrador, desquitado, proprietário dos lotes urbanos 179, 178 e 162. O loteamento seria aberto nos lotes de número 179 e parte dos lotes 178 e 161 da Gleba Cascavel, este último pertencente a Joana Urnau, solteira e do lar. Esta última era, na verdade, também a antiga proprietária do lote 179, que fora-lhe titulado em 1958, de acordo com os dados disponibilizados pelo INCRA e apresentados anteriormente no item 2.2.

Fig. 30: Loteamento Santo Onofre (1963)



Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Percebe-se através do mapa 25, que a parte loteada do lote 161 foi a mais próxima à rodovia, deixando-se as áreas mais baixas, junto ao rio, vagas. Apenas na década de 1970 o restante do lote 161 seria loteado. Já a parte não loteada do lote 178 corresponde a área entre os dois cursos d'água.

É notável que, como veremos em loteamentos posteriores (Alto Alegre), nos casos em que o parcelamento dos lotes se dá em duas etapas, a primeira parte loteada localiza-se junto à estrada que lhe dá acesso, ocorrendo após longo tempo, na década de 1970, o parcelamento das áreas remanescentes, rejeitando a hipótese de Cardoso *et al* (1971) anteriormente referida⁵³.

Interessante notar na planta de aprovação do loteamento Santo Onofre (fig. 29) a imagem de um avião, fazendo referência à proximidade com o aeroporto Municipal. Contudo, o loteamento não estava, de fato, tão próximo ao Aeroporto Coronel Adalberto da Silva, inaugurado em 2 de janeiro de 1953 – que no entanto, não passou de uma das quatro reformas realizada no antigo Campo de Aviação Militar, originado em 1937 –, e que ali funcionou até sua transferência para fora do perímetro urbano, em 1977. Estava ligado sim, à estrada que ligava Cascavel à Foz do Iguaçu e, em sua sequência, ao Paraguai, tal como faz notar a figura do ônibus que faz referência à linha Rio de Janeiro – Assunção.

Na sua sequência, o loteamento Vila Boa Vista seria aprovado. Este loteamento ocupava principalmente o lote R2, referente às Reservas de Estado que haviam sido anuladas e tituladas sob Sentença Governamental em 1961 (fig. 23). Ele foi realizado em três partes, tendo sua primeira planta aprovada em 1963, sua primeira planta documentada em 5 de agosto de 1967 e, sua última parte sendo loteada na década de 1980. O pedido para aprovação da primeira parte do loteamento parte de João Scherloski e sua esposa, Helena Scherloski, proprietários desde a anulação, em 1961.

A primeira parte do loteamento compreende atualmente o Bairro Country, um dos mais importantes e valorizados da cidade, com inúmeras praças e parques. Suas quadras de maiores dimensões foram loteadas para comportar as grandes residências que seriam construídas já nos primeiros anos do loteamento, sendo alguns de seus lotes posteriormente vendidos e escriturados para a Fábrica de Lâminas Imuia, Roberto Wypych, Nicolau A. Kraemer e Cascavel Country Club. Este último, como o nome sugere, criaria nos próximos anos, um dos primeiros clubes da cidade voltado às elites, tal qual era a ocupação que predominava em seu próprio loteamento e, posteriormente, bairro Country.

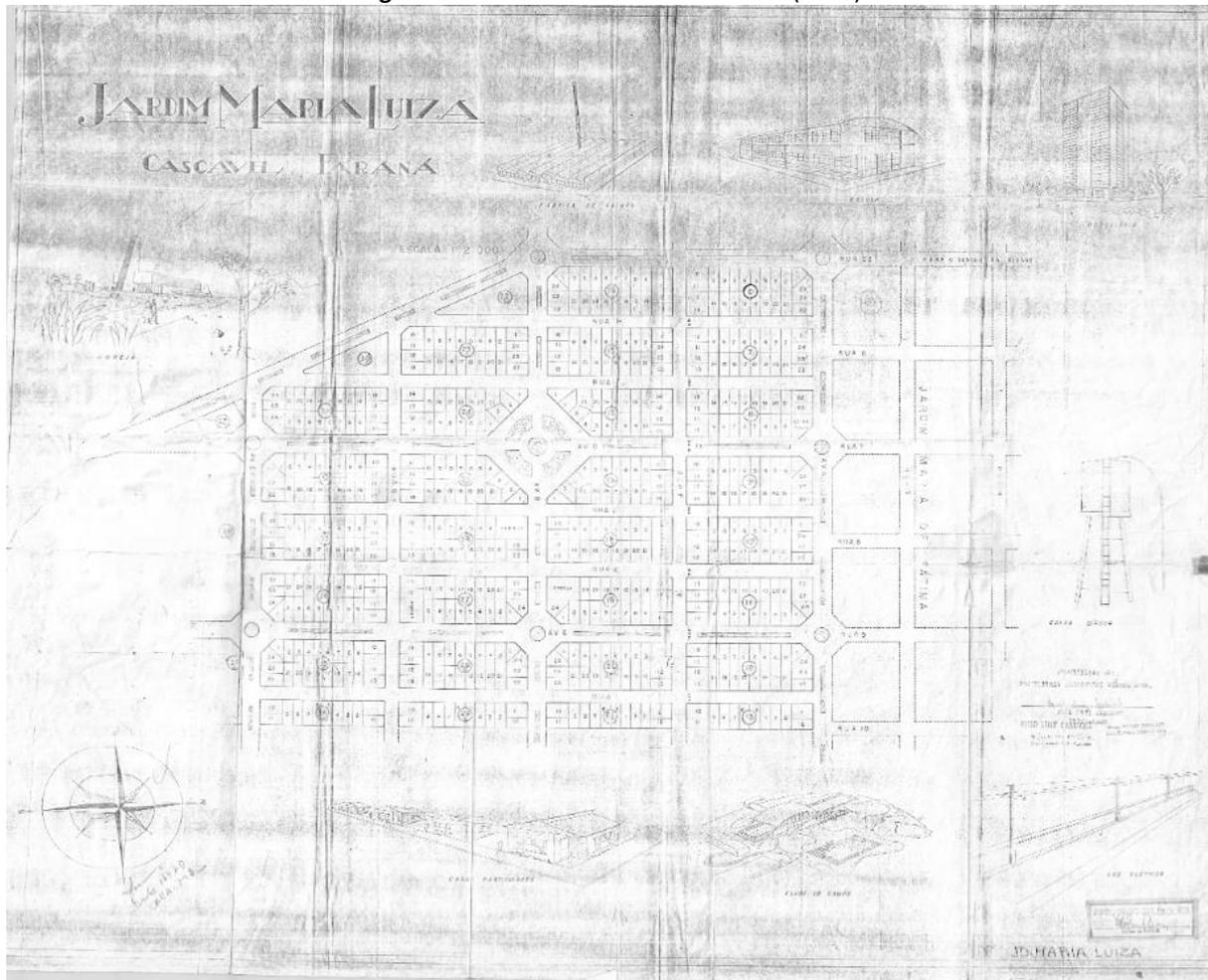
Para terminar o ano de 1963, a Indústria Viscal LTDA entraria com o processo de abertura do loteamento Jardim Maria Luiza, ocupando as lotes urbanos 20 e 21 da Gleba Cascavel. De acordo com o plano de loteamento, a planta do Jardim Maria Luiza foi elaborada de maneira a permitir a formação, ali, de um adiantado núcleo urbano, rompendo com o modelo padrão de ocupação estabelecido até então (mapa 26).

Situava-se muito próximo da região para onde, posteriormente, seria desviada a antiga Estrada Estratégica e instalada a BR-35, entre esta e o loteamento Maria de Fátima, ao qual era contíguo. Além disso, embora pareça apresentar-se como um novo vetor de ocupação, é preciso notar a proximidade com o antigo aglomerado de casas às margens do Rio Cascavel, que remete ainda, à década de 1920 e a ocupação de José Elias, que embora tenha sido

⁵³ Certamente coloca-se aqui a questão referente a tendência, existente na historiografia, de certo “deslizamento” das noções e interpretações elaboradas por Cardoso para o caso de São Paulo, para a aferição do processo ocorrido em outros casos, tendência esta que o presente trabalho busca evitar.

ignorada pelos planejadores e até pela população na hora de promover a ocupação urbana, se faz presente até os dias de hoje. Além disso, o loteamento Jardim Maria Luiza apresentava uma planta mais organizada, com praças e espaços reservados para instalação de equipamentos urbanos e como rede elétrica, abastecimento de água, Club de Campo e Igreja.

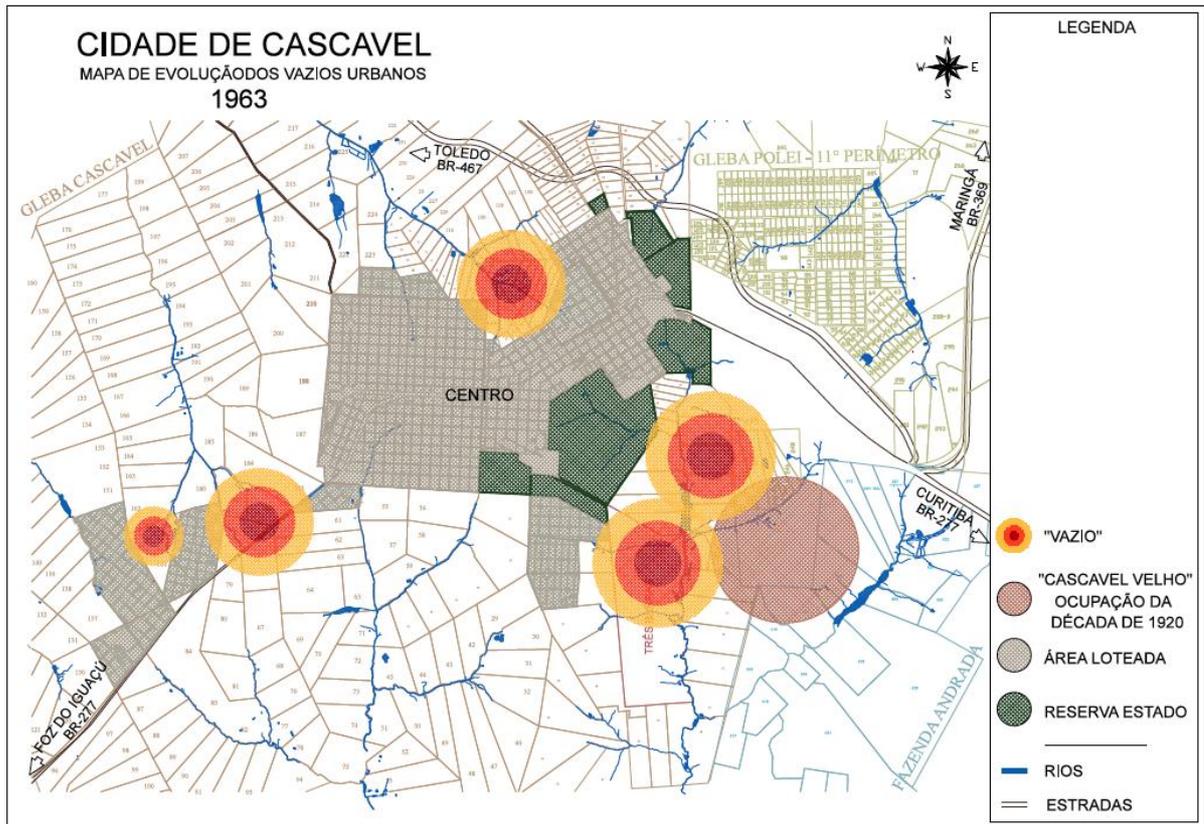
Fig. 31: Loteamento Jardim Maria Luiza (1963)



Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

O cenário urbano cascavelense até 1963 apresenta então, novos núcleos urbanos, com a abertura do loteamento Maria de Fátima e Maria Luiza revelando relações de proximidade, mostrando-se muito mais produtores de “cheios” do que de “vazios”, também porque, embora não haja na prefeitura registros técnicos de ocupação do bairro “Cascavel Velho”, esse vinha passando pelas mesmas transformações que as áreas ditas “centrais” da cidade. Estes loteamentos aproximavam a antiga ocupação de José Elias à já consagrada área central de Cascavel (mapa 27). Neste ano de 1963 também é ocupada a Reserva Estadual R-2, que como foi dito, mais que o preenchimento de um vazio, tratou-se do corolário da ressignificação de um “cheio”, iniciada com a anulação da reserva e sua titulação, apenas dois anos antes.

Mapa 26: Mapa de Evolução dos Vazios (1963)



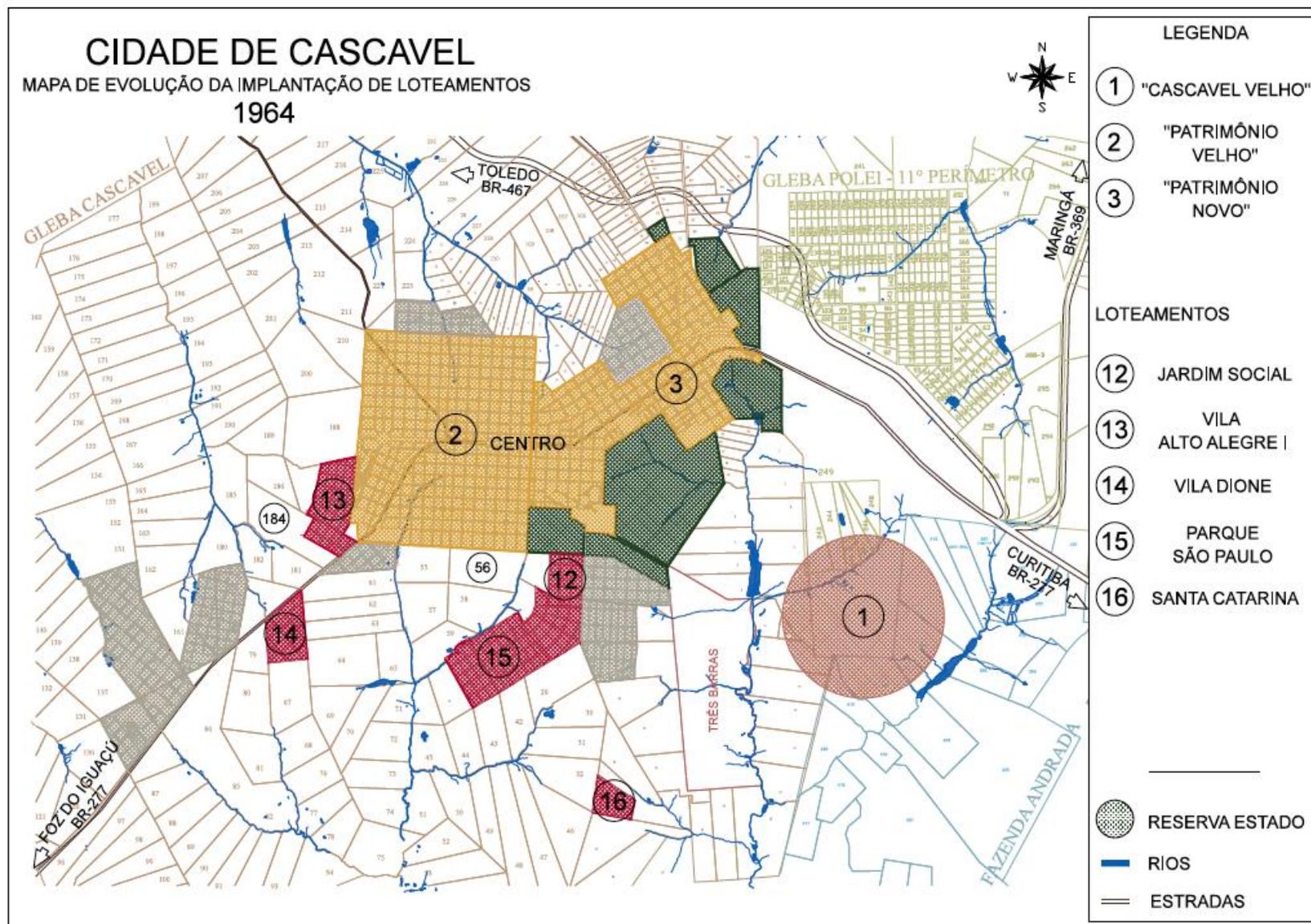
Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

1964. Na cena nacional este ano marcava a movimentação militar destinada a depor o presidente democraticamente eleito, João Goulart. O ano também foi de eleições municipais. O Partido Trabalhista Brasileiro – PTB sofreu um rude impacto em função da mudança do governo federal, mas conseguiu se beneficiar de bem sucedida administração de Octacílio Mion, encarregada de restaurar a prefeitura das cinzas, elegendo no ano seguinte o advogado Odilon Reinhardt.

Neste ano, cinco novos loteamentos serão protocolados: o Jardim Social (30/01/1964), o Vila Alto Alegre (16/03/1964), o Vila Dione (23/03/1964), o Parque São Paulo (12/05/1964) e o Santa Catarina (24/10/1964). O Jardim Social seria o primeiro deles. Projetado pelo arquiteto Gustavo Gama Monteiro⁵⁴ – CREA 5427/D – amigo pessoal do ainda Prefeito Octacílio Mion, e o qual é considerado pela historiografia local, como o primeiro a dar um passo em rumo ao planejamento urbano do município. Assim, ocupando os lotes urbanos 27 e parte do lote 28 da Gleba Cascavel, situava-se próximo à Reserva de Estado - R9, apresentando localização estratégica, conforme ressaltado pela planta de situação: o profissional destacava a proximidade do loteamento com a prefeitura, Igreja Matriz, Rodoviária e Delegacia. Assim, o loteamento de José Borges reforça também, este outro momento no processo de ocupação dos lotes suburbanos da Gleba Cascavel, em direção à região Sul.

⁵⁴ Gustavo Gama Monteiro nasceu no Rio de Janeiro mas, a 41 anos reside na capital do Paraná. É professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná – UFPR, na disciplina de Planejamento Urbano. Foi responsável pelo projeto da Catedral Nossa Senhora Aparecida de Cascavel e da reformulação da Avenida Brasil de Cascavel.

Mapa 27: Mapa de Evolução dos Loteamentos (1964)



Fonte: Autora (mapa base Prefeitura de Cascavel)

Este loteamento era contíguo ao Loteamento Maria de Fátima e Maria Luiza e, embora tenhamos posto que este estava nos limites da área reservada ao Estado – R9 e, do loteamento Vila Iguaçu ter sido aprovado apenas em 1966, na Planta de Situação do loteamento Jardim Social, a Reserva R9 já aparece arruada, de modo que se tem, pela análise da presente planta – ao invés das datas de aprovação – uma sucessão de loteamentos que vai do Patrimônio Novo aos lotes urbanos da Gleba Cascavel, passando pela ocupação da Reserva Estadual, sem intervalos desocupados entre eles.

Fig. 32: Planta de Situação do loteamento Jardim Social (1963)

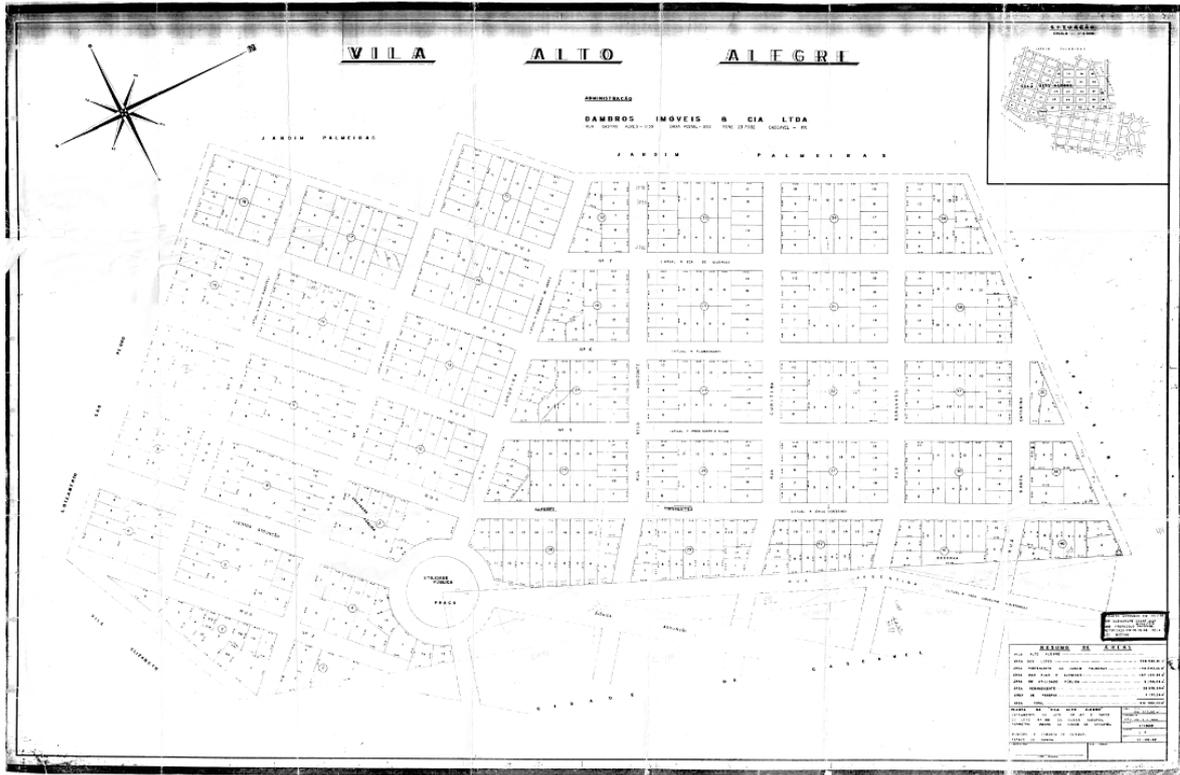


Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Em março seria a vez da primeira parte do loteamento Vila Alto Alegre, aprovado pelo Eng. Alexandre Cesar Jappe – CREA 5704/D – a pedido de Pedro Dambros, ocupando o lote urbano 187 e parte do lote 183 da Gleba Cascavel. Este último pertencia anteriormente à Antonia Gomes Laranjeira Rego e foi titulada pelo Governo do Estado em 1958. Quanto à segunda parte do loteamento, esta teria entrada na prefeitura apenas dez anos depois, em 1973, compreendendo a parte restante do lote 183.

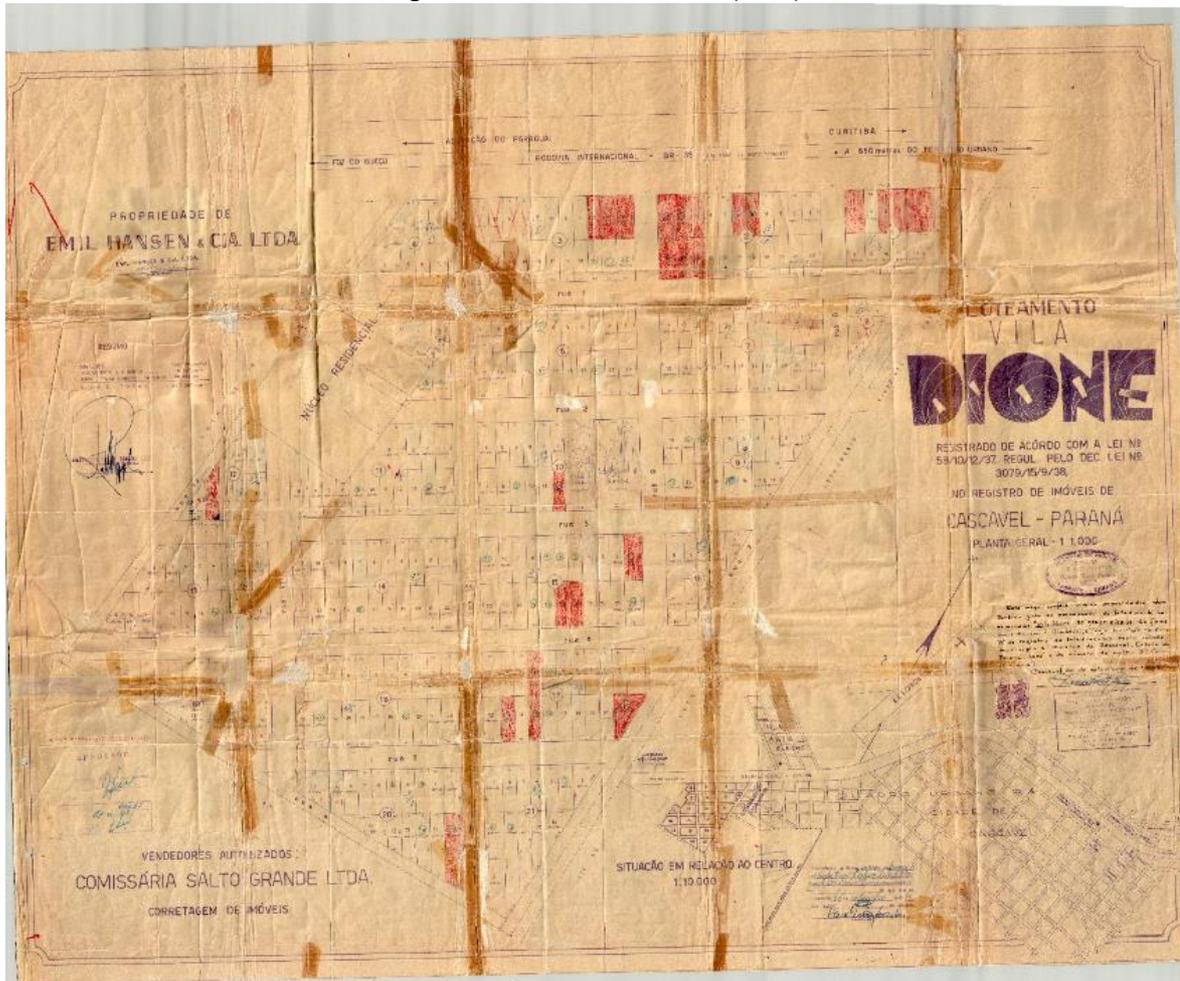
Quanto à sua posição, é possível notar (mapa 27) que o mesmo se encontra às margens do Patrimônio Municipal, em frente à BR-35. Esta região foi anteriormente povoada pela já conhecida família de Alcindo Carneiro, que chegou ao povoado em 1935. A família vivia em uma pequena propriedade rural, localizada onde é hoje o Loteamento Alto Alegre e o Loteamento Vila Dione. Com base no cultivo de subsistência, a propriedade era uma posse de terras, ligadas àquelas aforadas pela Prefeitura de Foz do Iguaçu. A posse era marginada pela BR-35, em seu trecho urbano, compreendendo a Estrada Estratégica, que mais tarde veio a ser a avenida Tancredo Neves. Foram estas terras que, como vimos em depoimento, os jagunços tentaram tomar, restando ao posseiro negociar parte de suas terras para poder permanecer no local (MARIANO, 2012).

Fig. 33: Loteamento Vila Alto Alegre (1964)



Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Fig. 34: Loteamento Vila Dione (1964)



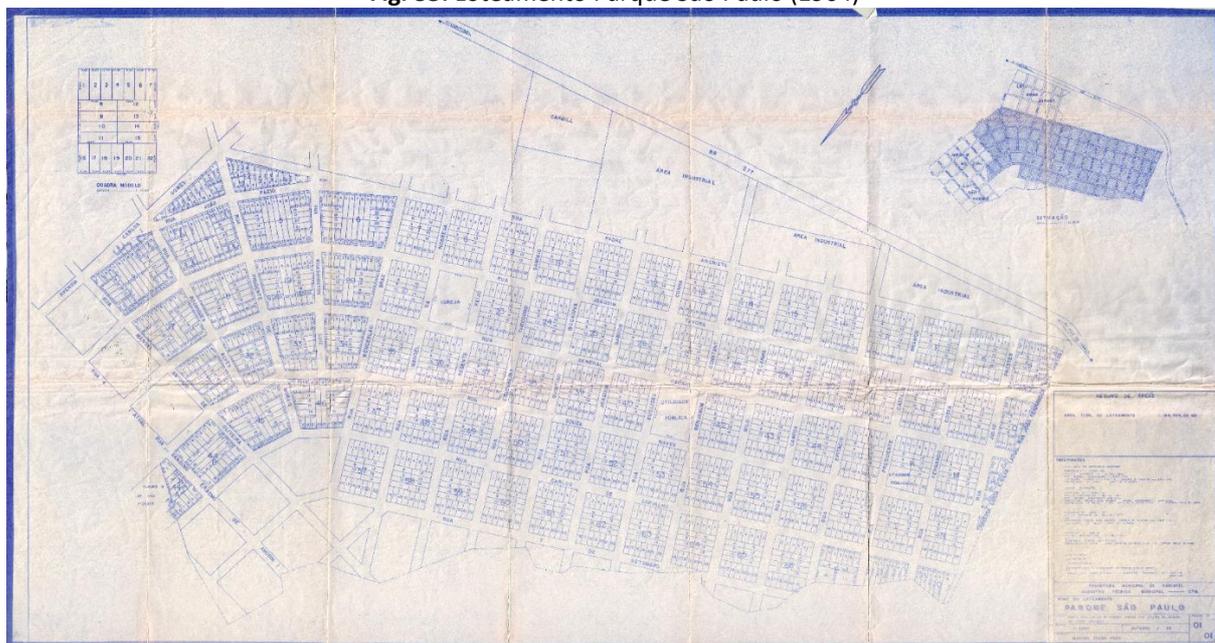
Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

O loteamento Vila Dione corresponde ao primeiro caso em que os lotes são comprados e loteados pelas imobiliárias (fig. 34). Situado às margens da BR-35, sentido Foz do Iguaçu, vetor em que se encontrava os loteamentos Vila Elizabeth, Jardim Aeroporto, Jardim Esmeralda e Santo Onofre, ocupou parte do lote 66 da Gleba Cascavel. Foi aprovado a pedido de Emil Hansen & Cia Ltda., sendo que anteriormente era pertencente a José de Alencar Carneiro, e sendo a Comissária Salto Grande Ltda, responsável por sua venda. Embora não exista Memorial Descritivo, em sua planta é possível observar a referência feita ao centro da cidade, creditando sua intenção de propagandear-se como localizada próximo ao núcleo urbano, estando ligado a este pela BR-35.

Contudo, os loteamentos aprovados neste ano romperiam, mais uma vez, com o padrão de ocupação estabelecido até então, reforçando o vetor sul de ocupação, em direção ao desvio da BR-35, hoje chamada BR-277.

Em abril, José de Oliveira, casado, comerciante, residente em Cascavel, protocola o loteamento Parte São Paulo I, aprovado pelo Eng. Miguel Schuchmann – CREA 2110/D – e sob a responsabilidade técnica do Eng. Antônio de Oliveira. Contíguo aos loteamentos Maria Luiza e Maria de Fátima, ocupava os lotes urbanos 38, 39, 40 e parte remanescente do lote 28, fazendo com que a cidade crescesse em um novo sentido: norte-sul, antecipando, talvez, o traçado do referido desvio. O imóvel loteado foi adquirido ao Governo do Estado do Paraná pelos senhores Wilson Bitencourt, Nadir Neves Pinto e Alfredo Von Kruger na conformidade de títulos de propriedade, expedidos pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná em 1959. Este era também proprietário do lote urbano 56 da Gleba Cascavel, nas adjacências do Patrimônio Municipal, onde posteriormente viria a ser o loteamento Jardim Oliveira.

Fig. 35: Loteamento Parque São Paulo (1964)



Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Em 24 de outubro de 1964, Rita Leopolski Zak entra com o pedido para abertura do loteamento Santa Catarina, em área distante de qualquer vetor de ocupação anterior, loteando em parte o lote urbano 34 da Gleba Cascavel. Este pertencia anteriormente a João

Fernandes dos Santos, a ele titulado pelo Estado em 1959. Com certeza seu acesso se daria, a partir do ano seguinte, através do desvio da BR-35.

Neste ponto, ainda que as iniciativas de loteamentos apontados baseiem-se na apropriação da valorização causada pela preexistência do núcleo urbano ou pela promoção de infraestrutura, até a data em questão, as análises não permitem afirmar que o processo de ocupação tenha se dado conforme atuação especulativa descrita pelos autores citados, uma vez que os proprietários não reservaram terras entre seus loteamentos e a mancha urbana, ao contrário, ancorando seus empreendimentos à contiguidade em relação à área urbanizada e a estrutura viária existente (mapa 27). Deve-se notar, entretanto, que nos casos em que um mesmo indivíduo é proprietário de dois ou mais lotes, ocorre sim o loteamento do lote mais distante, provavelmente ocasionando a valorização do lote mais próximo do assentamento urbano, como é o caso do lote 56 de José de Oliveira e do lote 184 de Pedro Saraiva, o que não invalida, ao contrário, converge com a hipótese anteriormente apresentada por Singer (1982).

Chegando à metade da década de 1960, o ano de 1965 seria marcado por uma série de transformações no desenho da cidade. Neste ano, Cascavel contava com três hospitais, a rede de água estendia-se por 21.220 metros, beneficiando 294 residências e o perímetro urbano contava com apenas 10 mil metros quadrados asfaltados (SPERANCA, 1992). Neste ano, o prefeito Odilon Reinhardt estava em seu segundo ano de mandato e as expectativas de crescimento pareciam claras, ao que pontava o Jornal Diário D' Oeste⁵⁵

O forasteiro que vem pela primeira vez a Cascavel, fica impressionado com o nosso desenvolvimento, com o nosso progresso que caminha a olhos vistos. Tudo isto foi possível, porque aqui se trabalha e se constrói um futuro.

Muito mais teria sido possível se construir se houvessem as administrações passadas, tanto Estadual como Municipal, tido a cooperação do povo que habita nosso Município. Muitas questões banais, questões de politicalha e falta de cooperação daqueles de que dependia o progresso do Município, entrou em parte, o nosso desenvolvimento.

Porém agora, nos parece que tais questões foram banidas em definitivo de nossa vida pública, através de sua conjugação de esforços, para que possamos continuar a trilha de nosso desenvolvimento.

Com a administração sadia que vem empreendendo o Dr. Odilon Reinhardt, frente à Chefia do Executivo Municipal, orientando os destinos de nossa comuna para o bem estar geral, foram suprimidas muitas arestas que entravavam e impediam que a paz e a concórdia viesse a se instalar em Cascavel. Não fazemos tal afirmativa ultimamente baseados no nosso ponto de vista. Fazemos isto sim, baseados na informação insuspeita daqueles que foram seus adversários políticos, e hoje, entretanto, reconhecemos que o Dr. Odilon, realmente quer e deseja exclusivamente, implantar em nossa comunidade, verdadeiro espírito de administrador. Tanto é verdade que, Cascavel, cada dia que passa, apresenta aspecto diferente... aspecto de cidade que o progresso revoluciona.

Havendo a necessária cooperação, principalmente dos políticos de nossa cidade, temos certeza que no final da administração Odilon Reinhardt, somente quem sairá luchando é o povo. A afirmação não é tendenciosa, pois o salto de realizações apresentado em menos de um ano de mandato é o relato categórico do que afirmamos. São escolas que surgem em proporções nunca vistas em Cascavel. São estradas que são abertas encurtando distâncias. É o aspecto urbanístico de nossa cidade que se modifica. É o asfalto que advirá dentro em breve. Asfalto este que apesar dos sacrifícios impostos para a sua concretização, será feito. Poucos são os que sabem dos problemas necessários a serem resolvidos para que o asfalto de Cascavel se torne uma realidade. Para exemplo citamos, que um dos materiais necessários – areia de barranco, teve que ser

⁵⁵ Cascavel cresce.. Progride. O Diário D'Oeste, Cascavel, p. 1, 28 nov. 1965.

conduzido de Foz do Iguaçu para Cascavel na quantidade considerável de trezentos metros cúbicos. Outras ocasiões é a falta de pedras necessárias, sem contar com as dificuldades oriundas das chuvas constantes.

Em todos setores se nota a mudança.

Inegavelmente Cascavel mudou, cresceu, modificou-se neste ultimo ano. Tal fato, como já dissemos foi possível pela atuação sadia e empreendedora de um Prefeito que quer bem à cidade, que administra, e possui capacidade para desenvolver esta administração. Tal fato foi lição de que somente através da união é que advirá a força. Não é através de uma crítica destrutiva e mesmo atentatória à moral, que conseguiremos o nosso desenvolvimento.

Devemos construir a nossa comunidade sobre esteios de confiança na administração que orienta sabiamente os nossos destinos.

Foi nesse período de grande necessidade de expansão dos serviços urbanos, em razão do crescimento populacional, que a recessão veio atingir fortemente o Paraná, reduzindo suas possibilidades. No entanto, o ano de 1965 seria marcado pela transferêcia do traçado da estrada que liga o litoral paranaense à Foz do Iguaçu da área central da cidade para a região sul. Esta nova estrada denominou-se BR-277, passando a se chamar avenida Brasil a antiga via. Isto daria o primeiro passo em direção ao planejamento urbano de Cascavel (DIAS *et al*, 2011). Octacílio Mion era amigo pessoal do arquiteto Gustavo Gama Monteiro que, inspirado pelas vias largas no urbanismo moderno e, em função da avenida Brasil ter sido rodovia e possuir largura de 60 metros na área central e de 70 metros no extremo leste, inspirou-se na vocação rodoviária percebida em Cascavel, concebendo a proposta da avenida Brasil, com grandes canteiros e estacionamento central. Segundo Dias *et al* (2011), este desenho faz com que Cascavel passe a ser referência regional e modelo copiado em diversas cidades do interior paranaense.

Fig. 36: Início das construções do canteiro central da avenida Brasil (1965)



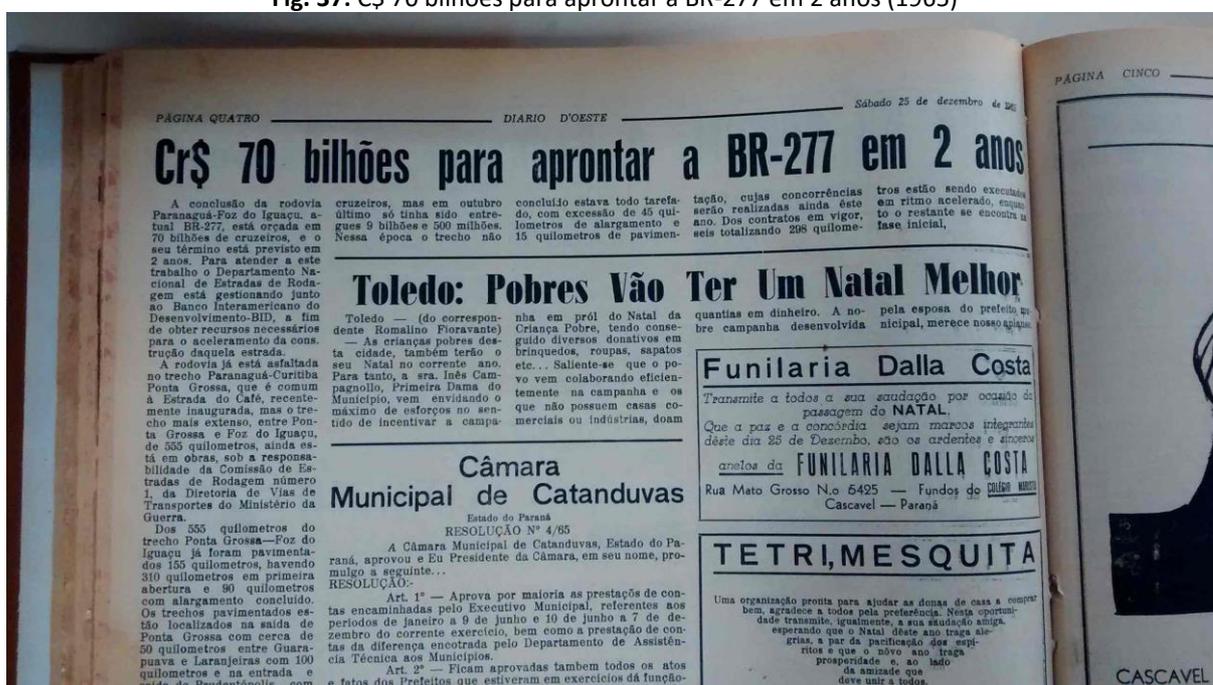
Fonte: Museu da Imagem e do Som - MIS

Assim, o Jornal Diário D'Oeste⁵⁶ noticiava:

(...) a notícia das mais auspiciosas para a população da região é a da consignação no Orçamento da União para este ano, da soma de 10 Bilhões de Cruzeiros, que serão empregados totalmente nesta gigantesca obra rodoviária. Acresce de importância tal assunto, já que há poucos dias, o Ministro Roberto Campos, do planejamento, conseguiu em Washington, junto ao BID (Banco Internacional De Desenvolvimento) cerca de 15 milhões de dólares (25 Bilhões De Cruzeiros), para maior celerização da BR-35, também chamada de Transparaguáia. Tal estrada, como é de conhecimento público, inicia-se em Paranaguá, onde o Paraguai tem seu porto livre, demandado a Curitiba, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu e sai prolongando-se até Assunção, capital do Paraguai. É do máximo interesse informar aos nossos leitores que técnicos do BID já estiveram, juntamente com os do D.E.R do Paraná, visitando e tomando conhecimento direto dos serviços que estão sendo executados.

Contudo, o referido desvio não se concretizava e de tempos em tempos era reclamada a sua construção:

Fig. 37: Cr\$ 70 bilhões para aprontar a BR-277 em 2 anos (1965)



Fonte: Jornal Diário D'Oeste⁵⁷

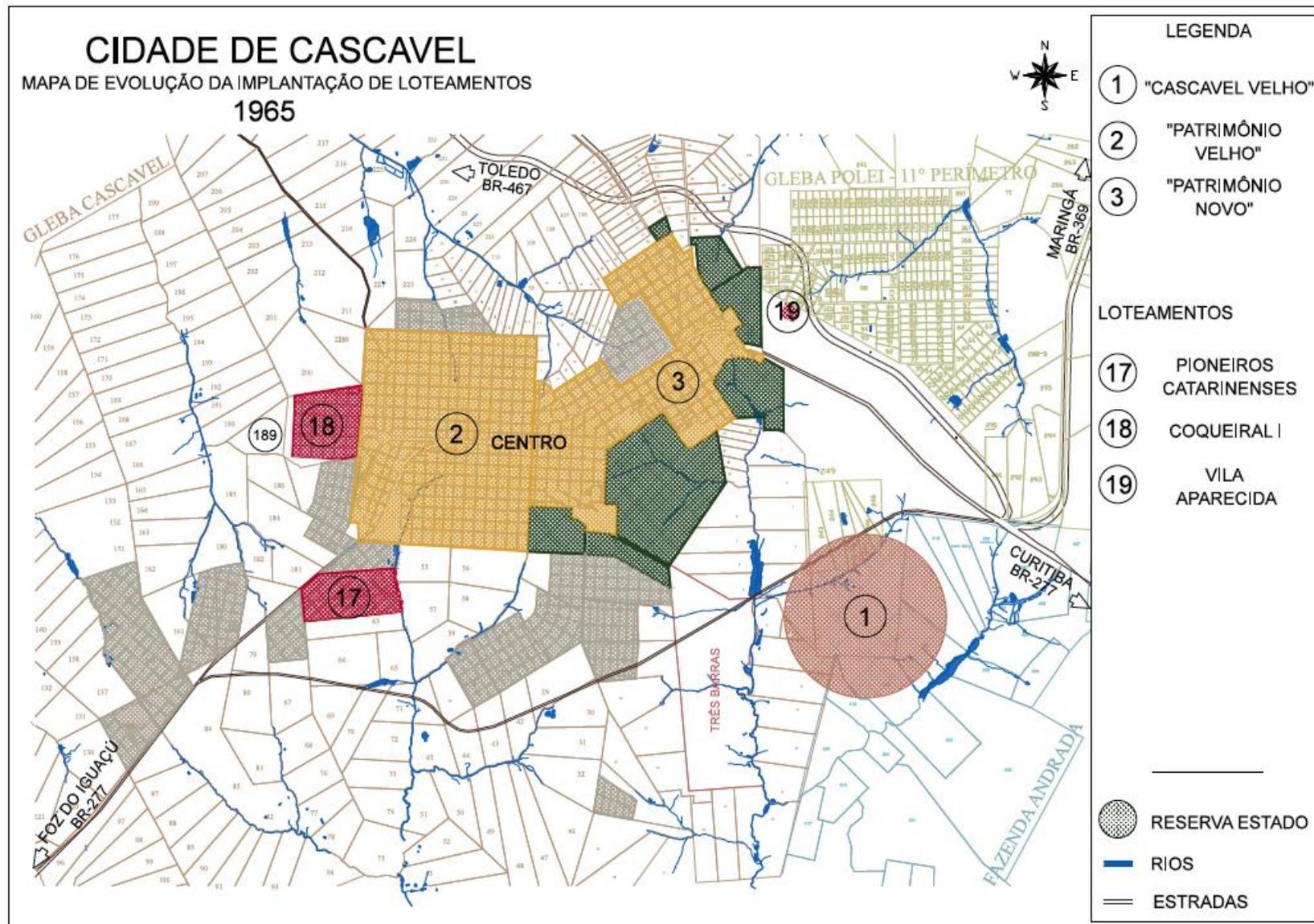
O fato era que a rodovia estava asfaltada no trecho Paranaguá – Curitiba – Ponta Grossa, que é a conhecida Estrada do Café, mas o trecho mais extenso, entre Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, com 555 quilômetros ainda estava em obras, sob a responsabilidade da Comissão de Estradas de Rodagem n. 1, da Diretoria de Vias de Transportes do Ministério da Guerra.

Mesmo assim, pelo menos dois dentre os quatro loteamentos protocolados neste ano deram-se, muito provavelmente, em função da abertura da BR-277, revelando uma tendência, vigente desde 1964, de reorientação do mercado imobiliário e de terras, e do crescimento da cidade em direção ao sul. Os demais loteamentos, Coqueiral e Pioneiros Catarinenses, aparecem nas imediações da mancha urbana.

⁵⁶ 45 Bilhões para a BR-35. O Diário D'Oeste, Cascavel, p. 1, 16 mai. 1965

⁵⁷ Cr\$ 70 bilhões para aprontar a BR-277 em 2 anos. O Diário D'Oeste, Cascavel, p.4, 25 dez. 1965.

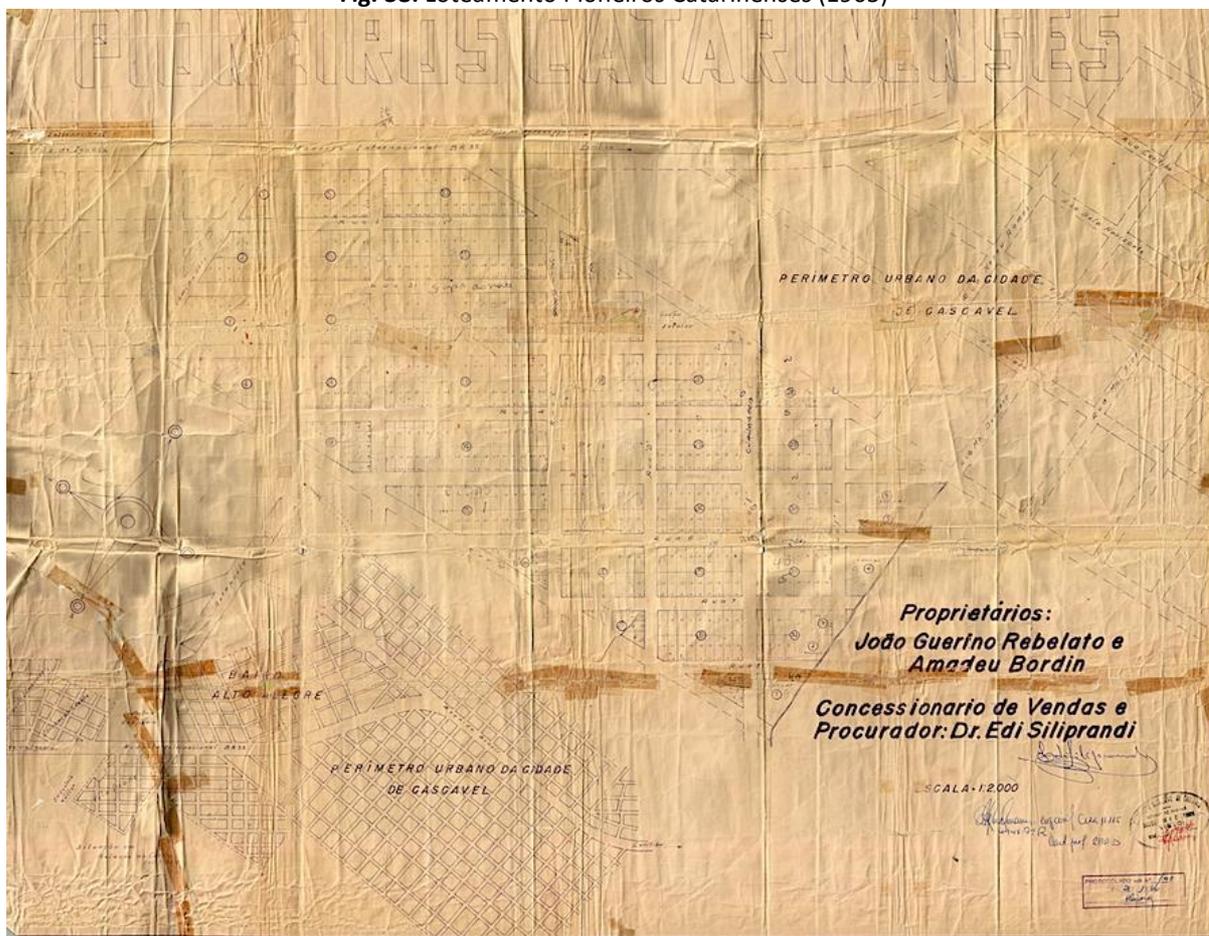
Mapa 28: Mapa de Evolução dos Loteamentos (1965)



Fonte: Autora (mapa base Prefeitura de Cascavel)

Posteriormente, João Guerino Rebelatto, casado, do comércio, residente em Joaçaba – SC, e Amadeu Bordin protocolam o loteamento Pioneiros Catarinenses nos lotes urbanos 61 e 62 da Gleba Cascavel, anteriormente pertencentes à Bialio Mafron e Luiz Carlos Mazzaroppi, respectivamente. Este loteamento localizava-se entre os loteamentos Vila Dione e Vila Elizabeth, margeando a Estrada Estratégica, a essa altura já Avenida Tancredo Neves, e o Rio Quati Chico (mapa 28).

Fig. 38: Loteamento Pioneiros Catarinenses (1965)



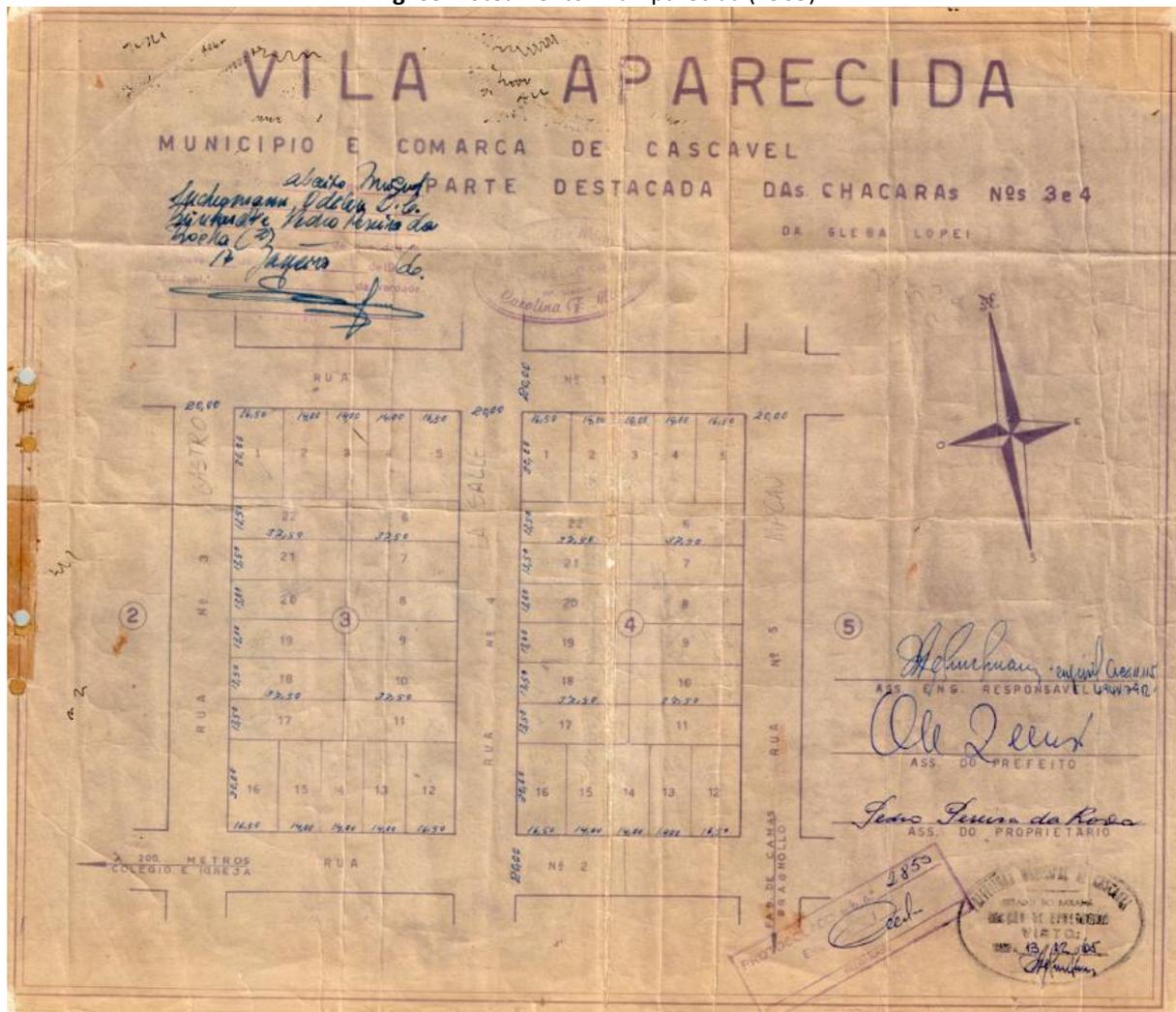
Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Em junho de 1965, Adelar Bertolucci protocola um novo loteamento, o Vila Coqueiral (Parte I), em parte do lote urbano 188 da Gleba Cascavel. Este foi adquirido ao Governo do Estado do Paraná em 1957, junto ao lote 189, pela senhora Adyles Elzina Bertolucci. Foi só em 1973, que o proprietário lotearia o restante do lote 188 e o lote 189, finalizando a segunda parte do loteamento Vila Coqueiral. A chácara loteada no primeiro momento encontra-se justamente, nas proximidades do centro.

Ademais, o ano de 1965 marca um importante movimento referente à expansão da cidade: o início da ocupação do 11º Perímetro da Gleba Lopeí (antigas terras da empresa *Companhia Barth e Nuñez y Gibaja*). Assim, em nome de Pedro Pereira Rocha é protocolado o pedido de loteamento dos lotes 3 e 4 da referida gleba para criação do Loteamento Vila Aparecida. Este loteamento possuía duas quadras, próximas as Reservas de Estado R-4 e R-5, entre a antiga Estrada Estratégica e a estrada que ligava Cascavel à Toledo.

Estes foram comprados pelo lavrador de Alfredo Paschoal Ruaro e sua esposa Inez Zaino Ruaro em 1965, mesmo ano da entrada do pedido de abertura do loteamento. Alfredo Paschoal Ruaro era, como vimos, dirigente da MARIPÁ e controlava a Pinho e Terras; estas terras teriam sido tituladas a família desde os tempos de concessões dadas pelo Estado às companhias colonizadoras, quando estas ainda operavam na região.

Fig. 39: Loteamento Vila Aparecida (1965)



Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Em 1966, cinco novos loteamentos são protocolados. O primeiro deles, o Jardim Maria Tereza, foi protocolado em nome de Deonildo Delvino Consolli, solteiro, comerciante e residente em Cascavel. O loteamento ocupava parte do Terreno Três Barras que, ao que se sabe, era um dos vários casos de dupla titulação pelos quais as terras de Cascavel vinham passando desde o século passado. Não se tem informação sobre a situação jurídica do Terreno Três Barras para o ano de 1966, contudo este encontra-se, nos dias de hoje, completamente ocupado. Quanto ao loteamento, este ficava nos limites da Reserva de Estado R-8, próximo ao primeiro loteamento, protocolado em 1961 – o loteamento Maria de Fátima.

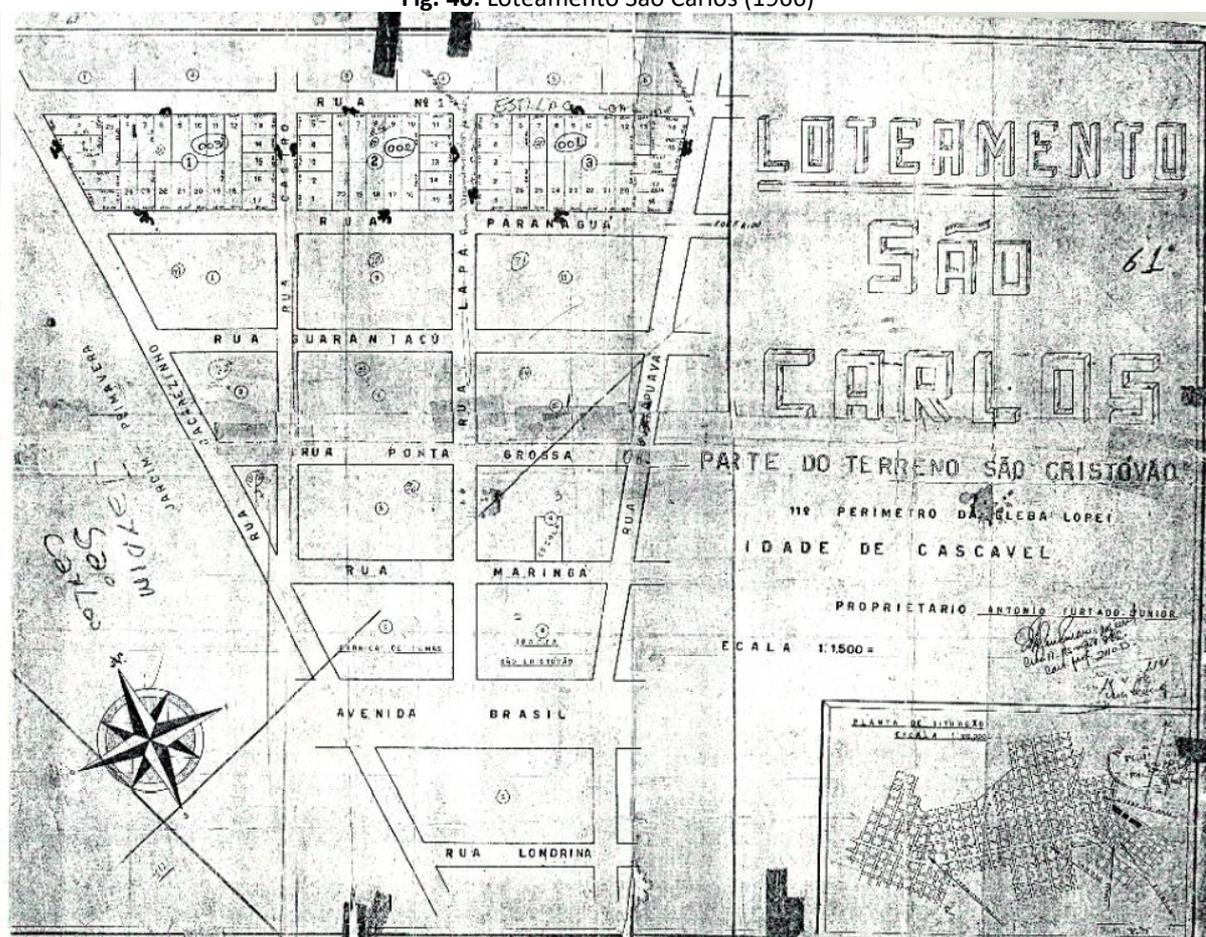
Na parte sul do mapa 29, vemos então, o desvio da BR 277, recém aberto e que, cortando o terreno Três Barras ligava a região do Cascavel Velho não apenas à área central,

correspondente ao Patrimônio Novo e ao Patrimônio Municipal, mas a todos os loteamentos urbanos abertos até então, ao sul de Cascavel.

Posteriormente, o loteamento São Carlos, requerido em nome de Antonio Furtado Junior, tem seu pedido de aprovação emitido, em 22 de setembro de 1966. Este ocupava parte do 11º Perímetro do Imóvel São Francisco ou Lopeí, que encontra-se em meio à antiga estrada que ligava o estado a Foz do Iguaçu e a estrada da Lopeí que liga Cascavel à Toledo. Fazia divisa com o loteamento Jardim Primavera, protocolado neste mesmo ano, e dava início a uma tendência de ocupação dos lotes suburbanos e de loteamentos de pequena proporção, majoritariamente ao norte da cidade.

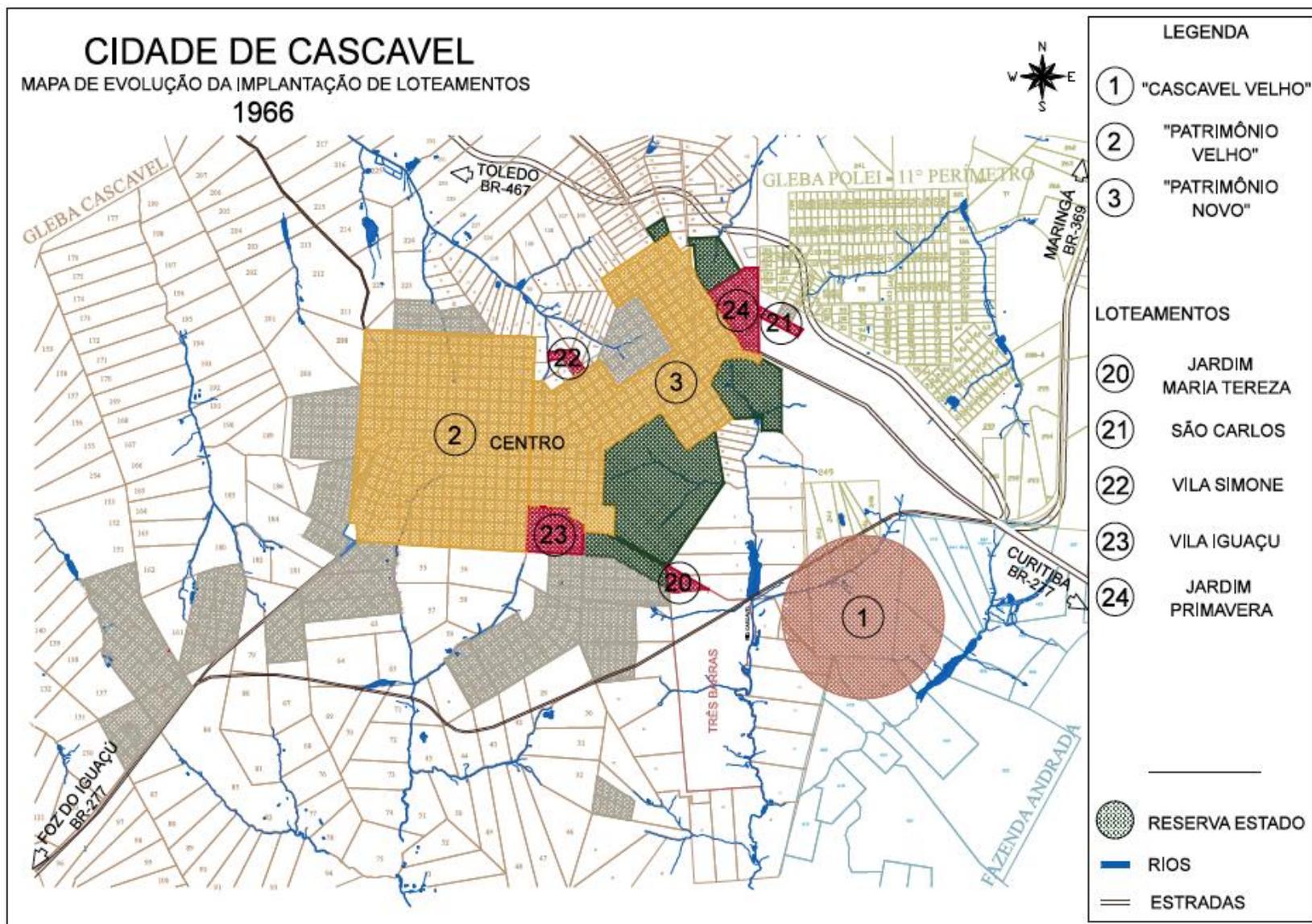
A compra do terreno ocorre neste mesmo ano, 1966, mas é Interessante notar que sua titulação corresponde àquelas mais antigas, emitidas pelo governo da República. Embora a parte adquirida por Antonio Furtado de Alfredo Pascoal Ruaro seja de pequena proporção – 40.135m² – as terras concedidas à família Ruaro, ocupavam vastas áreas da Gleba Lopeí.

Fig. 40: Loteamento São Carlos (1966)



Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Mapa 29: Mapa de Evolução dos Loteamentos (1966)



Fonte: Autora (mapa base Prefeitura de Cascavel)

O loteamento Vila Simone é protocolado logo em seguida, no mês de outubro, ocupando o lote suburbano 26, a pedido de Dirceu Gomes de Oliveira, que adquiriu as terras da prefeitura Municipal de Cascavel em 1955.

Fig. 41: Loteamento Vila Simone (1966)

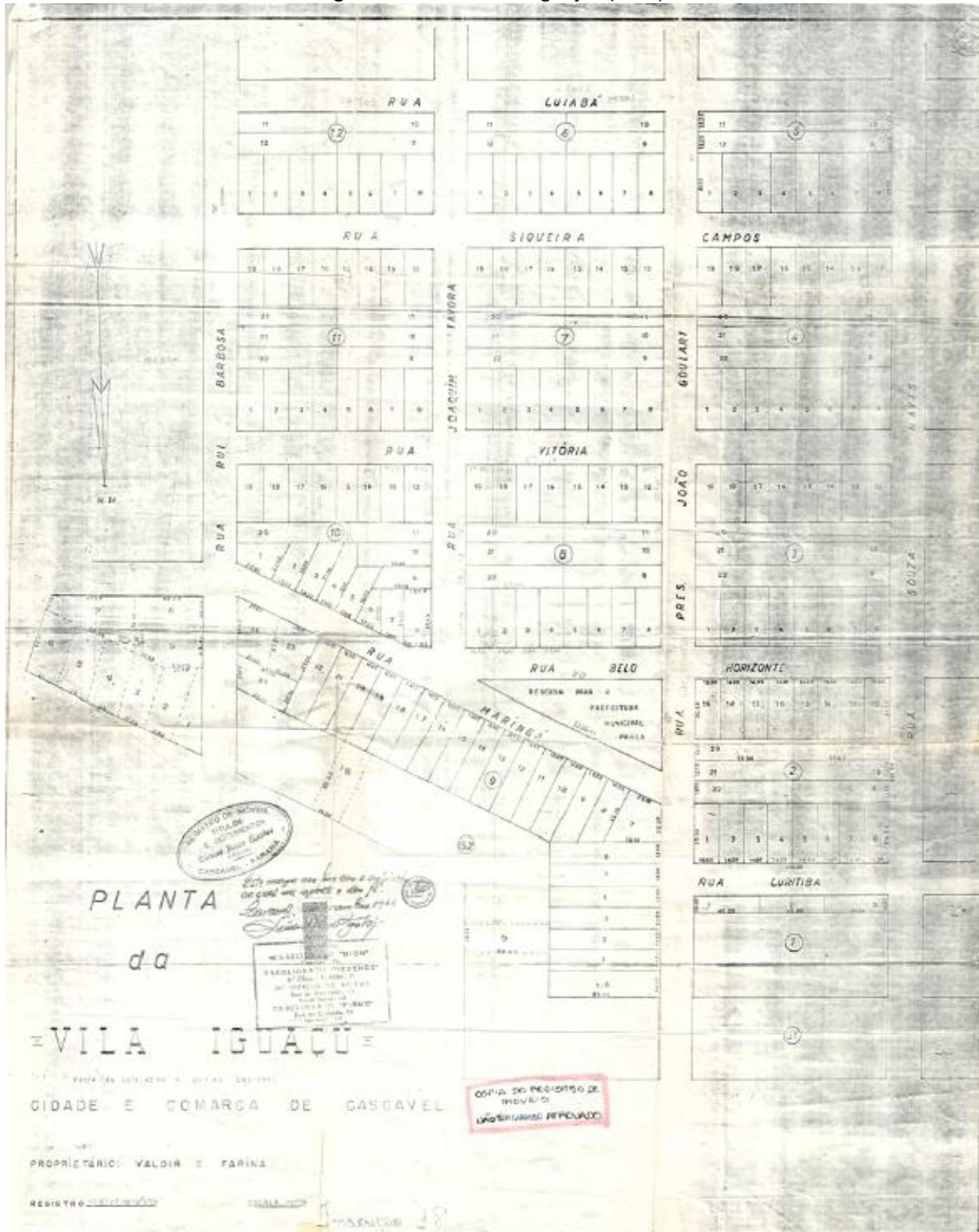


Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Ainda neste ano de 1966, nota-se uma tendência de ocupação das adjacências do Patrimônio Novo, tal qual se repete com a abertura do loteamento Vila Iguaçu. Este possui vários processos junto à prefeitura, em geral, com alvarás referentes aos anos de 1964, 1966 e 1969. Um primeiro documento, protocolado por Valdir Ernesto Farina, constava ser o loteamento na Reserva Estadual R-9, ou, posteriormente, lote 1-A. Outro protocolo diz respeito ao momento em que João Fernandes dos Santos, lavrador, morador de Cascavel, adquiriu o lote de Valdir Ernesto Farina e sua esposa. Em 1966 aparece o mesmo protocolo e o mesmo requerente, João Fernandes dos Santos, desta vez, com carimbo e planta de

aprovação na prefeitura. Nota-se que na planta do loteamento Vila Iguazu, Parte I (fig. 42), consta o Registro n. 8.727 de 19 de julho de 1958, no entanto, não se tem carimbo de aprovado pela prefeitura. No Relatório de Loteamentos da SEPLAN, este loteamento consta como sendo aprovado em 24 de outubro de 1966.

Fig. 42: Loteamento Vila Iguazu I (1966)



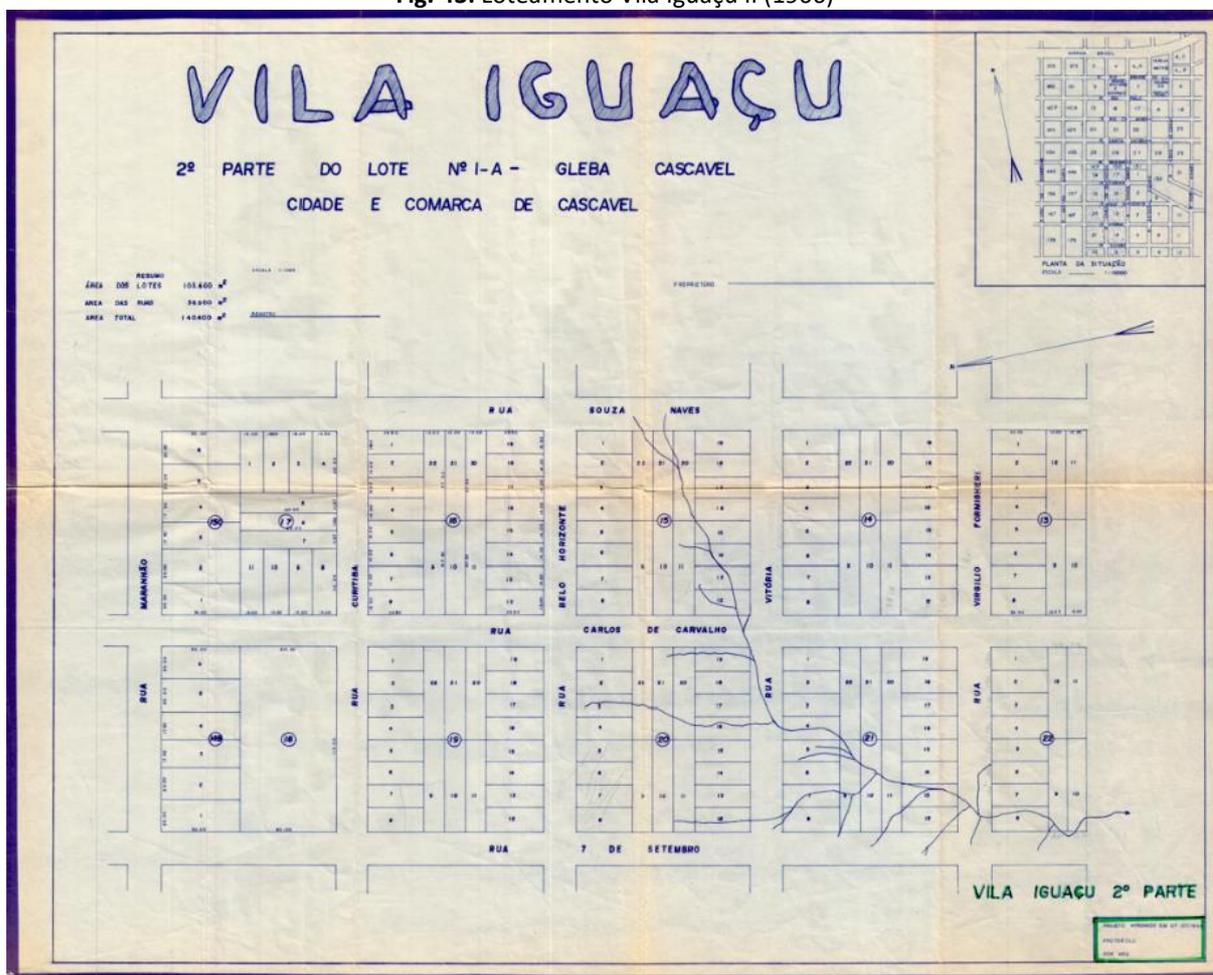
Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Contudo, como já destacado, observa-se na planta de aprovação do loteamento Jardim Social de 1963, a demarcação de quadras urbanas na área referente ao loteamento ora

citado, entre aquele e a área central, mais precisamente, o Patrimônio Novo. Contudo, o que se sabe é que, segundo o proprietário, sua intenção em lotear a área em questão era não interromper o desenvolvimento desta “grande cidade” pois, como reserva do proprietário sem uma finalidade definida, não traria ao Município vantagem alguma.

Quanto à segunda parte do loteamento Vila Iguaçu, consta em planta como sendo aprovado em 7 de julho de 1964, já no relatório da prefeitura seria na mesma data de 1966.

Fig. 43: Loteamento Vila Iguaçu II (1966)



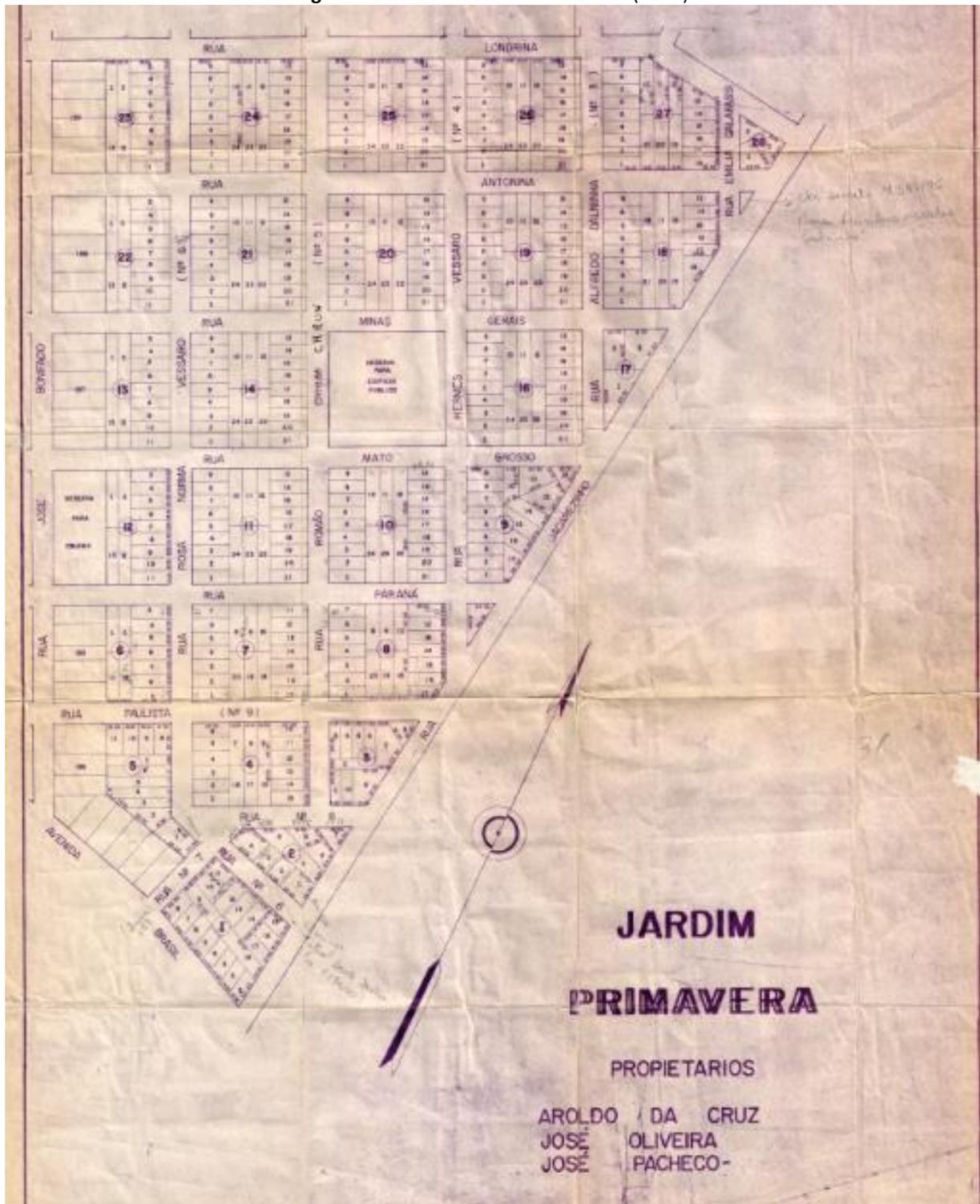
Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Chegando ao final do ano de 1966, o Jardim Primavera tem seu alvará aprovado. Realizado a pedido de Aroldo Cruz, militar, cascavelense, José Oliveira, funcionário público estadual, cascavelense e José Pacheco, curitibano, ocupava a Reserva Estadual do Patrimônio Novo de número 5. Este é, então o terceiro loteamento sobre áreas que haviam sido reservadas ao estado.

O imóvel ora loteado foi adquirido ao Governo do Estado do Paraná pelo Sr. Edgar Lopes, na conformidade de Título de Domínio Pleno de Terras, espedido pelo DGTC e que foi devidamente transcrito no Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel em 1964 para Edgar Lopes e sua esposa, ele comerciante, ela do lar, também moradores de Curitiba. Em 1965, o Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, certificou que a realização de uma procuração no 1º Cartório de Ofício de Notas de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, requeria, a pedido de José Pacheco, as terras em questão.

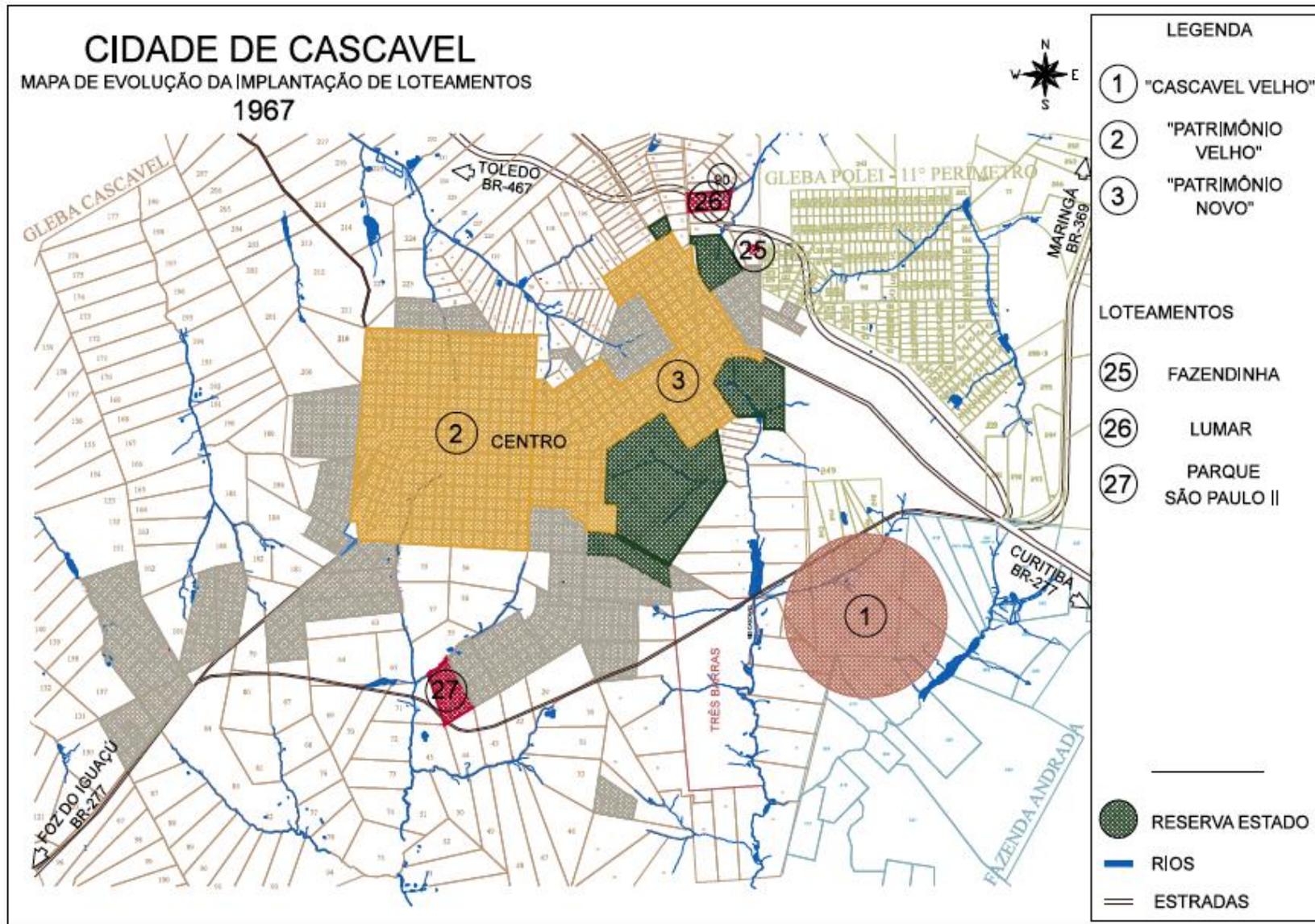
Quanto ao loteamento, este seguia a malha ortogonal determinada pelo Patrimônio Novo, com uma área central reservada a equipamentos públicos, seguindo o mesmo padrão de projeto observado até então.

Fig. 44: Loteamento Jardim Primavera (1966)



Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Mapa 30: Mapa de Evolução dos Loteamentos (1967)



Fonte: Autora (mapa base Prefeitura de Cascavel)

O ano de 1967 marca um segundo momento de importância no que se refere à expansão da cidade, desta vez, em antítese aos grandes loteamentos aprovados nos lotes urbanos da primeira metade da década. Este novo momento caracteriza-se como um período de baixa expansão territorial, que se segue até o início da década de 1970. Embora três novos loteamentos tenham sido protocolados neste ano, todos possuem pequena metragem, como vinha acontecendo desde o ano anterior e continua a ocorrer em 1968 e 1969.

Neste ano o loteamento Fazendinha é aprovado, na divisa das Glebas Cascavel e Lopeí, em uma pequena parte do lote suburbano 101 da Gleba Cascavel. Protocolado a pedido de Pedro Pereira Miranda, lavrador, casado, cascavelense, este ocupava o lote anteriormente pertencente a João Freire de Ataíde. Estava localizado próximo à Reserva do Estado de n. 4 e ao já protocolado loteamento Lumar, na margem direita da estrada que seguia para Toledo. Conforme vemos na figura 45, o loteamento de pequena dimensão diz respeito a uma só quadra, aos moldes dos últimos loteamentos protocolados e de outros que veremos a seguir.

Fig. 45: Loteamento Fazendinha (1967)

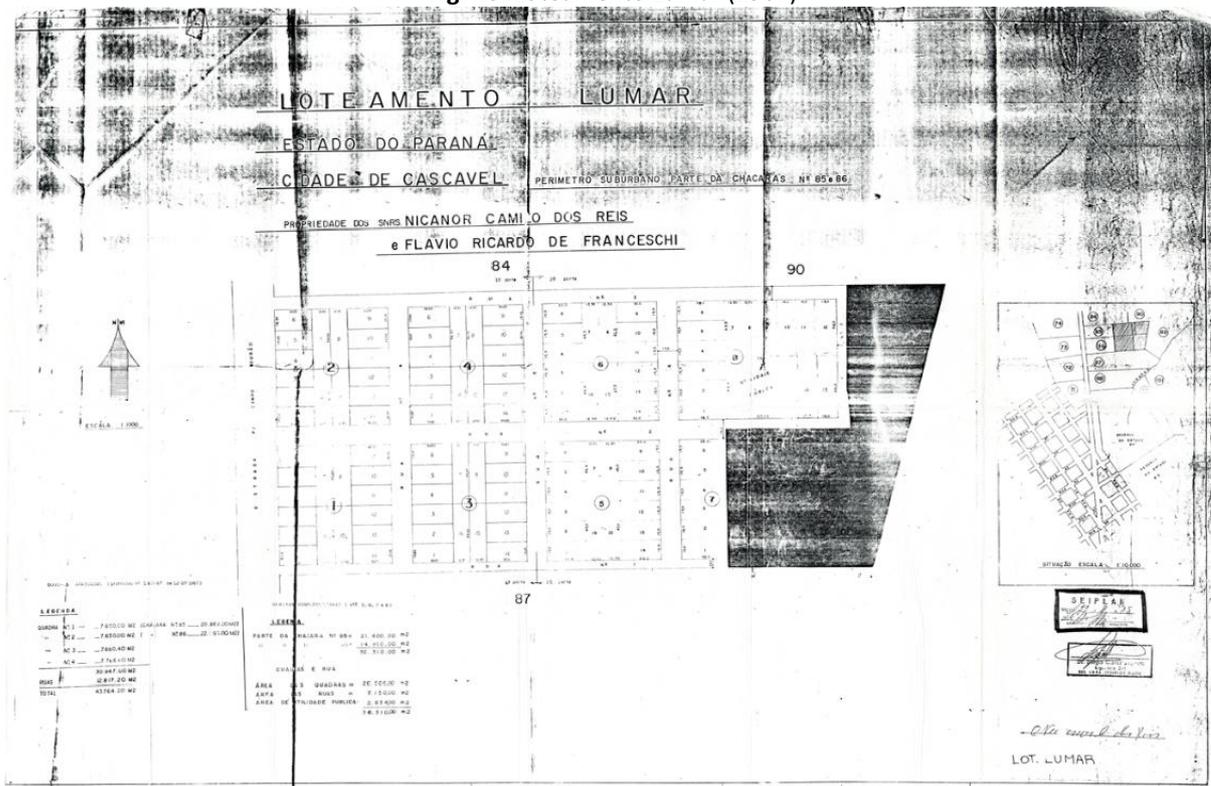


Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Assim, como dito, com exceção do loteamento Boa Vista, os demais loteamentos seriam de pequenas dimensões, como o Loteamento Lumar, nas proximidades da Gleba Lopeí, nos lotes suburbanos 85 e 86, loteado por Nicanor Camilo dos Reis e Flavio Ricardo de Franceschi. Segundo registros da PMC, os lotes 85, 86 e 90 foram adquiridas pela Imobiliária Lumar, de Nicanor Camilo dos Reis a José de Franceschi Junior, casado, funcionário público e

de sua esposa, Lucia de Franceschi e Mario Tallo, casado, funcionário público e moradores de São Paulo – SP. O Lote 85 estava titulado a este último desde 1963, conforme dados do INCRA. Assim, as segunda e terceira partes do loteamento Lumar viriam quase dez anos depois, agora em nome da Imobiliária Lumar e Osmar Zimmermann respectivamente, ficando o lote de n. 90, ainda sob sua posse e sem lotear, mesmo estando nas adjacências do referido loteamento. Neste caso, o lote não loteado situa-se mais distante da cidade, do que as áreas inicialmente loteadas.

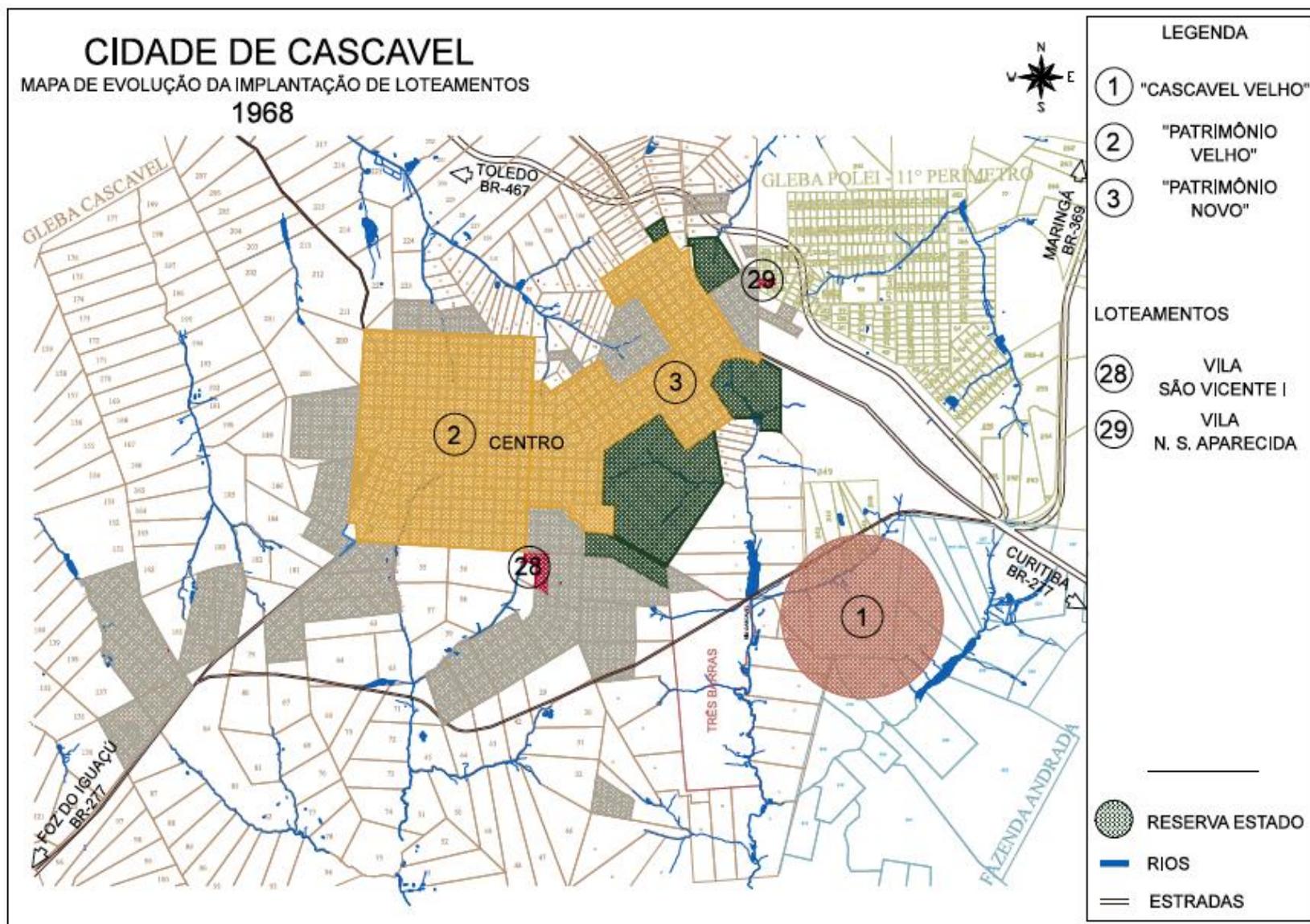
Fig. 46: Loteamento Lumar (1967)



Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Reforçando a expansão da cidade no sentido norte-sul (mapa 30), José de Oliveira, então proprietário do Loteamento Parque São Paulo em conjunto com Antonio Paulo de Abreu, protocola neste ano o pedido da abertura da segunda parte do loteamento Parque São Paulo, loteando agora parte do lote urbano 41 da Gleba Cascavel. A parte III do loteamento viria no ano de 1970, na área restante do lote 41, para além do loteamento de 1967. No entanto, mesmo antes da expansão se processar o loteamento São Paulo toca a BR-277. Este passa a demarcar um novo padrão de ocupação, caracterizado pela distinção social, de modo que os loteamentos localizados ao sul do desvio aberto pelo Estado, onde já estava a quatro décadas, o agora bairro Cascavel Velho, serão reservados a ocupações populares. O mesmo ocorrerá com os loteamentos ao norte da estrada que vai em direção a Toledo.

Mapa 31: Mapa de Evolução dos Loteamentos (1968)



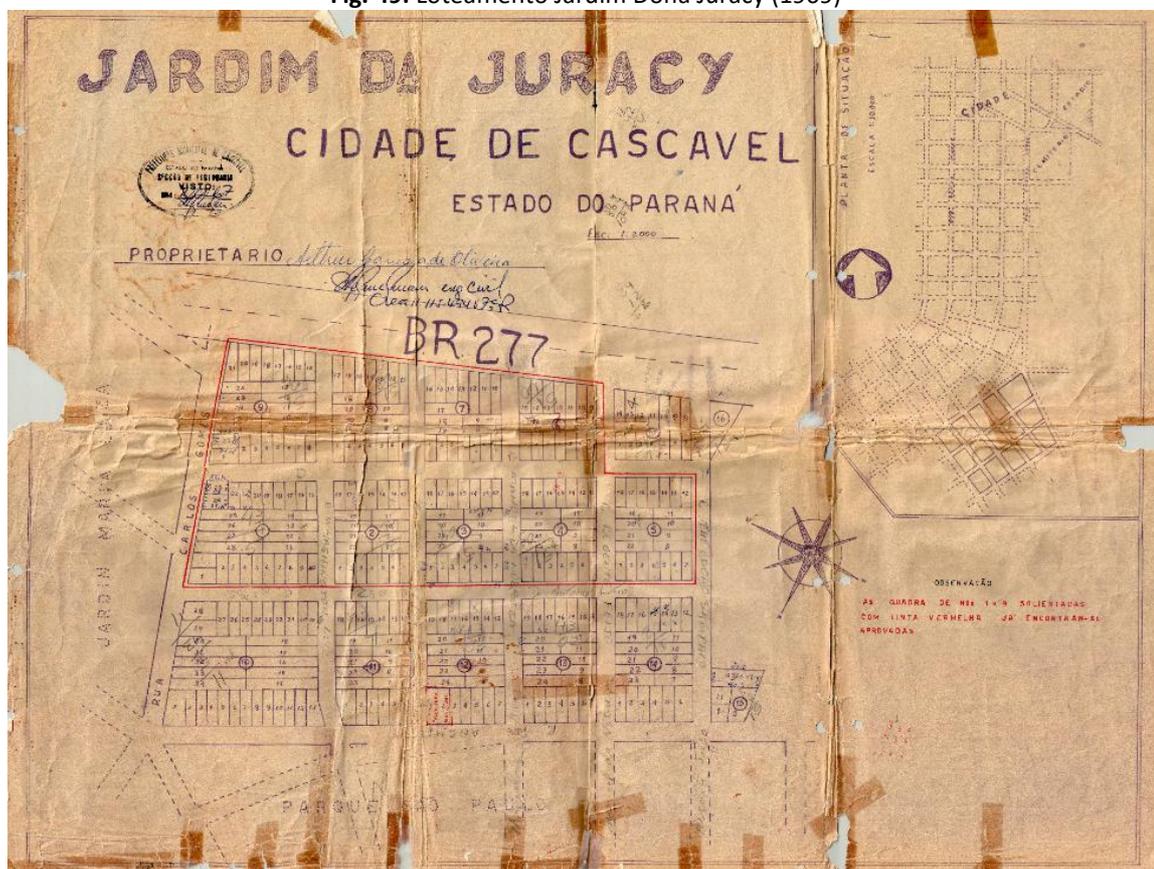
Fonte: Autora (mapa base Prefeitura de Cascavel)

Como dito, 1968 segue no mesmo ritmo do ano anterior, com a abertura de poucos loteamentos e de pequenas dimensões. O primeiro deles é o loteamento Vila São Vicente, que teve sua primeira parte protocolada em agosto de 1968 por Alfredo Vicente, proprietário do lote urbano 27 da gleba Cascavel, pertencente anteriormente à Tecla Fronza, tendo sua segunda parte finalizada em 1974, quando a família lotearia a parte restante do lote 27 (fig. 47). Novamente observa-se a reserva de terreno referente a áreas mais distantes da urbanização ou, não adjacentes a malha urbana, a exemplo dos loteamentos Santo Onofre (1963), Jardim Social (1964) e Alto Alegre (1964).

Em novembro do mesmo ano, o loteamento Nossa Senhora Aparecida foi aprovado, ocupando a chácara 120 do 11º Perímetro da Gleba Lopeí (fig. 48). Estes dois loteamentos localizavam-se em pontos extremos, possuíam dimensões de uma quadra urbana e ocupavam interstícios deixados pelos loteamentos abertos anteriormente, sem que ocorresse grandes transformações no desenho urbano da cidade.

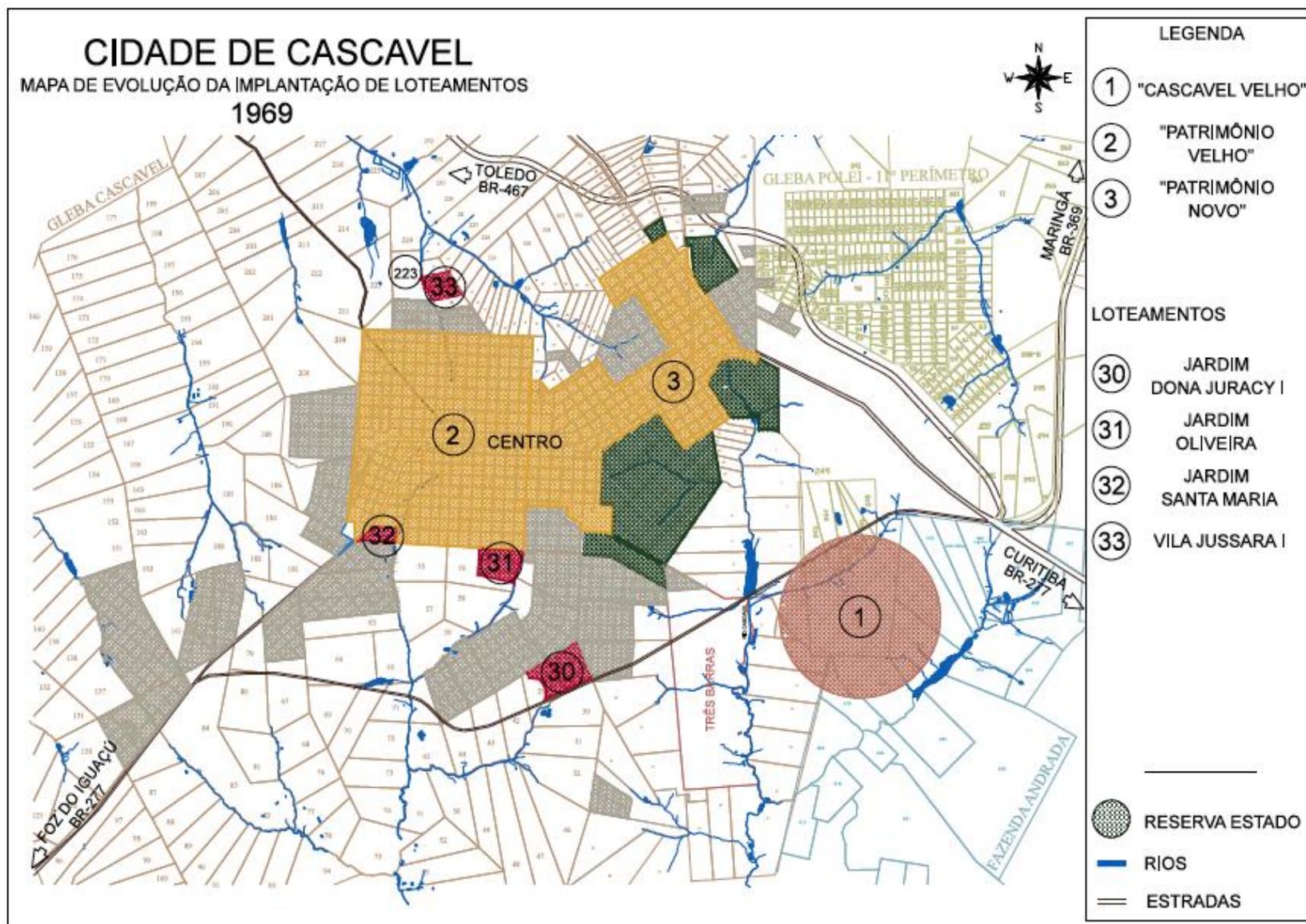
Por último, o ano de 1969 trouxe quatro novos loteamentos, retomando o ritmo de ocupação do início da década, sem prever, talvez, o aumento que ocorreria já na década seguinte. Assim, o primeiro loteamento aprovado diz respeito ao loteamento Jardim Dona Juracy, protocolado em nome de Arthur Camara de Oliveira, casado e cascavelense, e está locado em parte do lote urbano 29 da Gleba Cascavel. De acordo com a prefeitura o loteamento foi aprovado em duas partes, a primeira datando de 8 de março de 1965 e, posteriormente a segunda data de 8 de fevereiro de 1967. Contudo, o alvará emitido pela Prefeitura consta de 23 de junho de 1969.

Fig. 49: Loteamento Jardim Dona Juracy (1969)



Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

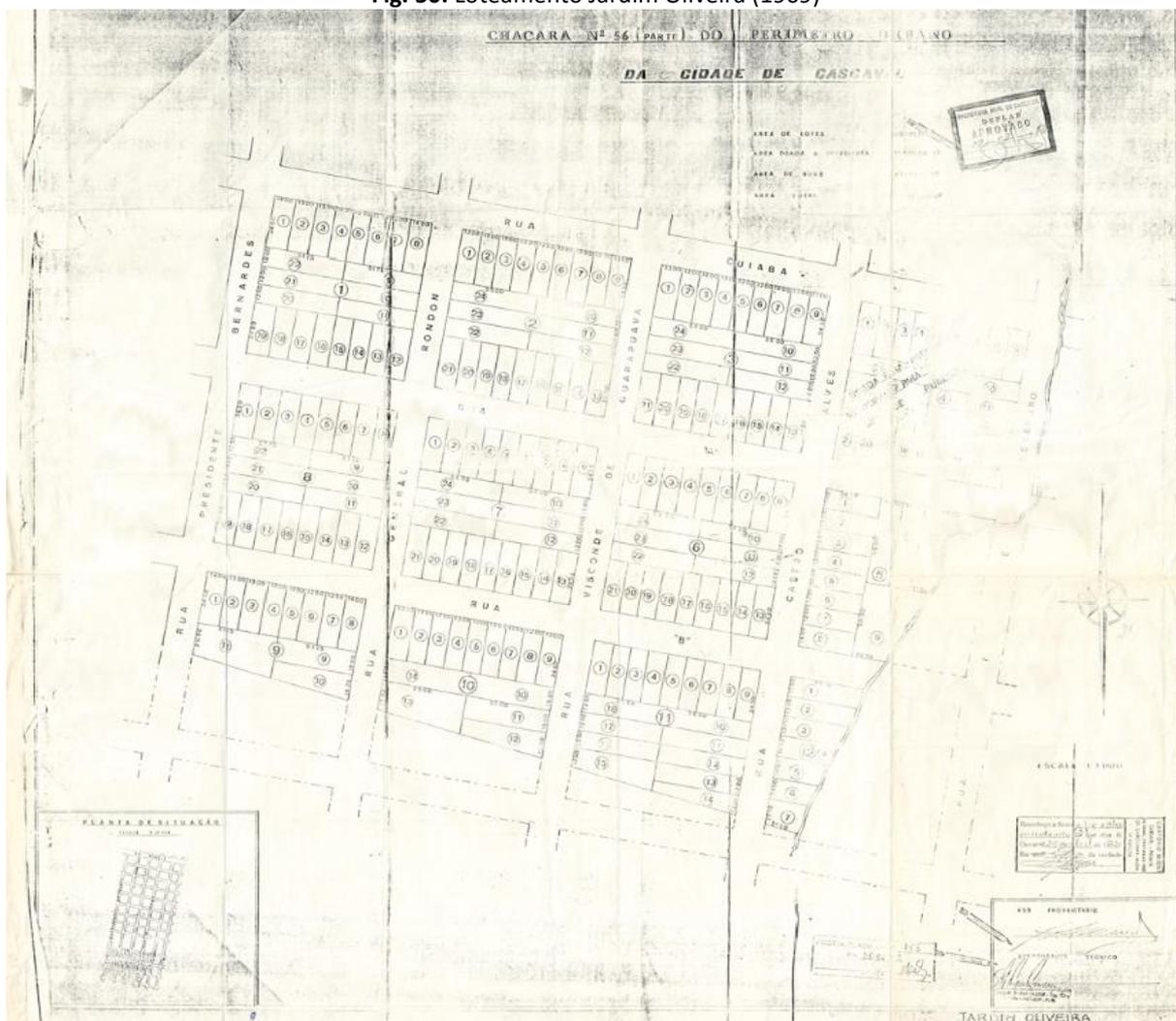
Mapa 32: Mapa de Evolução dos Loteamentos (1969)



Fonte: Autora (mapa base Prefeitura de Cascavel)

Quanto ao loteamento Jardim de Oliveira, este foi requerido pelo então proprietário do loteamento Parque São Paulo, José de Oliveira, casado, do comércio e residente de Cascavel. Situado sob o lote urbano 56, adquirido ao Governo do Estado do Paraná por José Henrique Teixeira e sua esposa Geraldina Teixeira, foi comprado pelo comerciante em 1960, estando situado entre seu antigo empreendimento e a área central da cidade, o que nos leva a crer que, estando em sua posse anterior a esta data, o proprietário teria promovido a criação do loteamento Parque São Paulo e reservado este lote visando futuros lucros, o que revela-se igualmente significativo frente as hipóteses em tela (mapa 32).

Fig. 50: Loteamento Jardim Oliveira (1969)

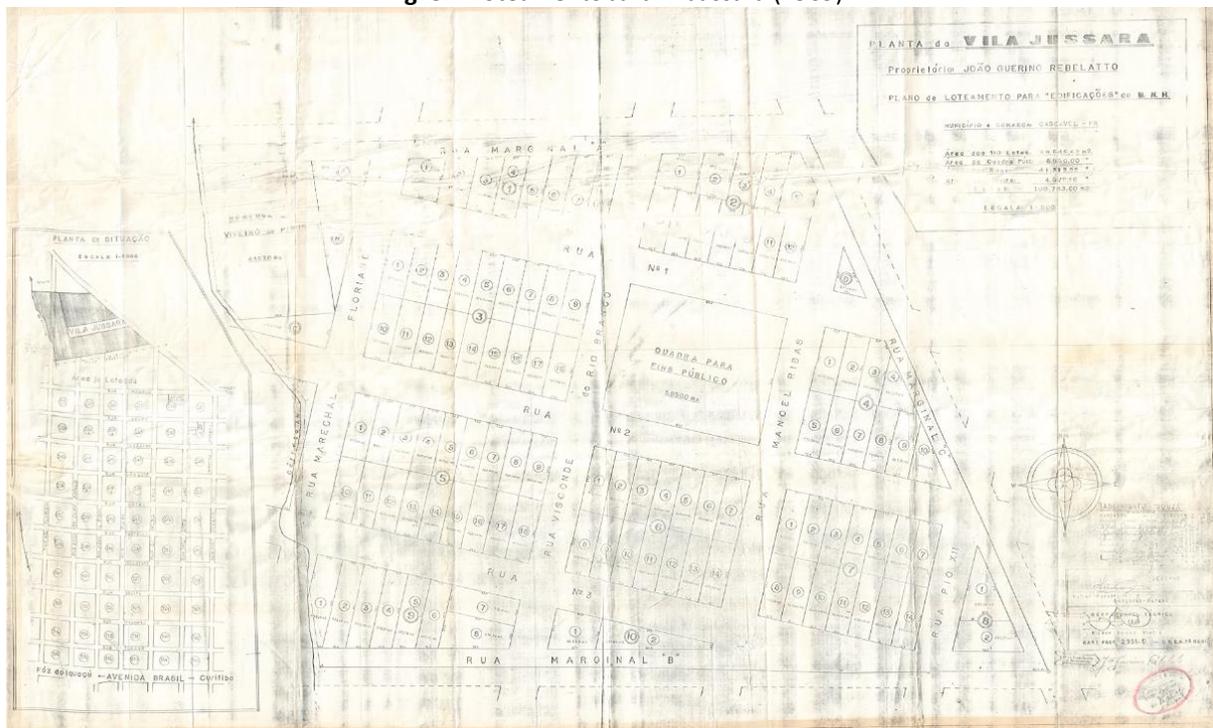


Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Em 04 de setembro de 1969 a construção do loteamento Jardim Santa Maria é autorizado pela Prefeitura Municipal, em área demarcada como Patrimônio Municipal, sendo protocolado a pedido de Armelinda Z. Dalmina, viúva, cascavelense, proprietária do lote 501 do Patrimônio Municipal. Em seguida, na outra ponta da cidade, o loteamento Jardim Jussara era aprovado, sendo direcionado para edificações financiadas pelo BNH, por solicitação de João Guerino Rebelatto, comerciante, residente de Joaçaba – SC, que havia comprado, neste mesmo ano, os lotes suburbanos 18, 19 e o lote urbano 223, de Amadeu Bordin e sua esposa Eunice Bordin e de Eron Oreste Bonato e sua esposa Marta Luiza da

Nova Bonato, residentes de São Paulo. Estes haviam adquirido tais lotes de Audemir Picksius e Luiz Picksius, que por sua vez os adquiriram do Governo do Estado do Paraná. João Rebelatto era também proprietário dos lotes urbanos e suburbanos referentes aos loteamentos Pioneiros Catarinenses (61 e 62) de 1965 e, Vila Jussara II (223) de 1973.

Fig. 51: Loteamento Jardim Jussara (1969)



Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Em 1970, o número de protocolos de loteamentos junto à prefeitura de Cascavel dobra, assim como o número de aprovações. Isso acontece, entre outros fatores, pelo fato da administração municipal da época ter implementado uma política de incentivo à criação de novos loteamentos, que desprezou critérios referentes a sua localização ou delimitação de perímetro urbano, resultando num novo padrão de ocupação do território marcado pela dispersão, padrão este que correspondente ao momento de intensos movimentos migratórios resultantes da mecanização do campo e o conseqüente êxodo rural, que marcam um novo período do processo de urbanização de Cascavel.

Conclusão

O processo de urbanização brasileiro deu-se, praticamente, no século XX. No entanto, ao contrário da expectativa de muitos, o universo urbano não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei (MARICATO, 1996:1).

Os anos 1930 marcaram no Brasil o fim de séculos de dominação da política agrária e o início de um processo de modernização que mesclou avanços e reprodução de desigualdades originadas no período do colonial. Enquanto iniciativas de industrialização eram vistas nas principais metrópoles brasileiras, as fronteiras agrícolas como as da região oeste do Paraná constituíam a contraface deste processo e incluía aí a questão dos conflitos pela posse da terra, o surgimento de novos grupos de interesse e o papel do Estado na viabilização do encontro de terra e mão-de-obra na reprodução do capital. Estas dinâmicas se materializaram na ocupação e urbanização do território, inclusive, na região da qual Cascavel faz parte.

Assim, contrapondo-se a narrativas recorrentes baseadas na ideia tão disseminada de topografia e localização privilegiadas para sua realização, tem-se que a ocupação de Cascavel é na verdade, produto e palco de relações sociais estabelecidas entre os agentes de produção, segundo um modelo econômico e de produção do espaço caracterizado por um desenvolvimento desigual e combinado, pela absolutização da propriedade da terra, exploração da força de trabalho, cidade como valor de troca e não de uso (cidade como mercadoria) e segregação. Logo, as análises esboçadas por Kowarick (1979), Bonduki e Rolnik (1982), Maricato (1995) e Mautner (2004), não são mais exclusividade das grandes cidades, embora seja necessário fazer mediações temporais quanto ao nosso objeto.

Diante disto, não se buscou neste trabalho, meramente descrever nosso objeto – a cidade de Cascavel – mas sim, identificar os elementos estruturantes que marcaram seu processo de ocupação e seus desdobramentos na produção do espaço urbano cascavelense. É neste sentido que se efetuou a recuperação da bibliografia existente sobre a região oeste do Paraná, em especial sobre Cascavel, enquanto fonte de dados documentais para identificação dos processos e dos momentos de maior expressão ao longo da história local e nacional, para o surgimento e consolidação da cidade, estabelecendo sempre que possível relação entre eles. Afinal, no percurso de sua história a cidade de Cascavel foi transposta diversas vezes, na maioria delas com a finalidade de se atingir a fronteira oeste brasileira. Certamente este processo não foi fácil e muito menos, linear. Cascavel, que era usualmente local de passagem desde os tempos em que exploradores percorriam o Caminho do Peabiru, que foi posteriormente descoberto pelos tropeiros e *obrageros* na entrada do século XIX e por pioneiros como José Elias e Nhô Jeca no século XX, afirma-se como ponto de pouso dos militares e das tropas revolucionárias, chamando a atenção nacional para a região que passa a receber novos migrantes.

A presença estrangeira das *obrages*, a abertura da Estrada Estratégica, a criação de pousos de apoio aos militares ao longo desta – que acabariam por transformar-se em vilas e que são ignorados pela maioria daqueles que se propõem a falar sobre Cascavel – resultaram,

justamente, nos primeiros aglomerados de construções, que logo viriam a ser identificados como “Encruzilhada do Gomes” e, posteriormente, a própria “Encruzilhada”.

De fato a região só passou a ser significativamente ocupada em meados do século XX, configurando um dos últimos espaços do Estado a ser efetivamente colonizado. Assim, os movimentos urbanizadores que se processaram na região até os anos 1930, foram marcados, em sua fase inicial, pela formação de aglomerados distantes e pouco adensados e que, como dito, embora viessem a se tornar a atual Cascavel, na época não conseguiram por si só, chamar a atenção para a região. Nesta época sua ocupação era ainda rarefeita e as dificuldades de comunicação com o restante do estado tornavam-se obstáculos para a fixação de populações. Nesta época, oportuniza-se a extração da madeira e tem início a disputa por terras locadas no entroncamento do eixo rodoviário, terras da “Encruzilhada”.

Como vimos no capítulo 2, alguns destes conjuntos se destacaram em detrimento a outros, influenciando por ações do Estado, que se constituiu no principal agente de promoção de cidades da época. Na região de Cascavel sua ação mais direta foi percebida em 1936, com a criação do Distrito de Cascavel, seguida pela criação do Patrimônio Municipal, a criação do Patrimônio Novo (1952), a medição e demarcação da Gleba Cascavel (1957) e a remarcação do “Patrimônio Velho” (1959). Posteriormente um novo agente passa a integrar esta produção – o capital.

Assim, os acontecimentos políticos resultantes da chegada de Getúlio Vargas ao poder foram determinantes para a região, que passa a ser notada no cenário nacional em função, principalmente, da implantação do programa “Marcha para o Oeste”. É a partir deste momento que Cascavel deixa de ser mera coadjuvante e passa a desempenhar papel de protagonismo na história da região oeste paranaense, chamando a atenção do governo estadual e federal e se fazendo conhecer no restante do país.

Além disso, a partir dos anos 1940 intensas modificações econômicas, demográficas e sociais foram percebidas no país. Neste período, seguindo as dinâmicas anteriormente citadas, expandiu-se e fechou-se a fronteira agrícola, dilacerou-se a pequena propriedade tradicional, liberando e expulsando populações, forçadas a uma migração interna que mudou o panorama e se fez sentir também na região da despovoada Encruzilhada. Afinal, as transformações não se limitaram àqueles que se tornaram as metrópoles industriais do país, materializando-se, igualmente, no processo de ocupação do território de Cascavel, através de iniciativas de colonização promovidas pelo Estado, de promoção de cidades pelo município e urbanização pela iniciativa privada, o que confirma a relevância de se entender o comportamento da região frente à dinâmica econômica, política e espacial do país, bem como seu papel nela desempenhado.

Este histórico de ocupação, luta e conquista, descrito nos capítulos 1 e 2 tem como resultado justamente as aprovações de novos loteamento que ocorrem a partir da década de 1960, expostas no capítulo 3. É o início da urbanização, embora marcada de sangue, cheia de traços urbanísticos presentes ainda nos dias de hoje, indo do mais básico, o centro urbano e a estruturação viária, à lógica de mercado, que envolve todos os agentes já elencados e no qual tem no proprietário fundiário e no promotor imobiliário, herdeiros do individualismo

forçado nas primeiras décadas de formação do pensamento urbano da cidade, na qual o enriquecimento material era ordem e o sonho de conquistar um pedaço do território para que pudesse ser comercializados, transformado em moeda de troca ou, resguardado para o futuro, era lei (DIAS *et al*, 2011).

Ademais, acredita-se que a análise periódica (ano-a-ano), referente à década de 1960, realizada no capítulo final, permitiu elucidar os caminhos do crescimento urbano e a produção de seus espaços (tanto “cheios” quanto “vazios”). Nesta época o processo de urbanização atinge um novo patamar; a cidade passa a crescer em área e população, ganhando novos lotes e colonos e passa a ser reconhecida como pólo-regional. Certamente as lutas também atingem um novo patamar, desde a expulsão dos índios, passando pela limpeza do território pelos grileiros até os posseiros e latifundiários, todos esperavam pelo dia em que confirmariam propriedade. Essa batalha marcou a nova face de Cascavel, ao mesmo tempo em que o poder político do Estado promovia iniciativas de demarcação e implantação de loteamentos, permitia a desapropriação violenta por grileiros. Esta talvez, seja a marca da história do processo de ocupação de Cascavel.

Diante do exposto, buscou-se aqui, contribuir para a identificação dos agentes envolvidos na produção do espaço, visando o aprofundamento das implicações de sua ação no espaço cascavelense. O marco teórico metodológico apresentado na Introdução aponta para uma série de questões consideradas pertinentes ao trabalho. As discussões sobre a modernização brasileira e a apropriação particular da terra, a caracterização dos agentes e a discussão sobre os “vazios” – os quais mostram-se resultado da cidade vista como mercadoria e que se manifesta na atuação dos agentes (mercado imobiliário, políticas dos agentes públicos, pressões populares, proprietário fundiário) –, apontam para as dinâmicas que marcaram este processo e suas transformações, principalmente no que se refere ao momento de início da atuação do capital privado no espaço urbano (1961-1969). Este período marcou também o fim de nosso recorte cronológico, que tem início nas primeiras movimentações ao redor do rio que, anos depois, daria nome à cidade, o Rio Cascavel.

Contudo, a leitura do capítulo 3 não nos deixa generalizar; foram sim, inúmeros os agentes que acabaram por conformar o espaço urbano de Cascavel, tanto no que se refere à década de 1960 quanto no que se refere à situação atual. Certamente, a aferição da atuação destes agentes na produção do espaço urbano deve ser aprofundada, demandando esforços futuros pelo pesquisador. Contudo, sua identificação revelou alguns aspectos fundamentais que ajudam a compreender este processo de produção do espaço, de “vazios” e “cheios”. Embora neste primeiro momento tenha se realizado na forma de levantamento sistemático e descritivo da estrutura fundiária e sua evolução, reservando-se para pesquisas futuras o desenvolvimento das hipóteses esboçadas, este trabalho contribui para desvendar inquietações quanto a estes espaços (cheios e vazios) ao longo de sua trajetória, contribuindo para a historiografia da ocupação e urbanização de Cascavel, focando no papel da estrutura fundiária na produção do espaço urbano.

Referências Bibliográfica

- AZEVÊDO, F.A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BELTRAME, Gabriella. Vazios urbanos: notas sobre a escassez social do imóvel urbano. *Interseções*. v. 15, n. 1, p. 113 – 138, 2013.
- BONDUKI, Nabil. ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- BORDE, Andrea de Lacerda Pessoa. **Vazios Urbanos: perspectivas contemporâneas**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- ROSA, Iná. **A cidade sendo redesenhada pelos vazios: Franco da Rocha nas terras de Juquery**. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, São Paulo, 2006.
- CAPEL, Horacio. **Estudios sobre el sistema urbano**. Barcelona: Barcelona, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique. CAMARGO, Candido P. Ferreira de. KOWARICK, Lúcio. **Considerações sobre o desenvolvimento de São Paulo: cultura e participação**. São Paulo, CEBRAP, 1973.
- CLICHEVSKY, Nora (org.). **Tierra vacante em ciudades latino-americanas**. Canadá: Lincoln Institute, 2002
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.
- DIAS, Solange Irene Smolarek. DIAS, Caio Smolarek. **Identitary polyphony and its enunciates at the metropoly of the Southern common Market**. In: 12th International conference of IPHS on “Cross national transfer of planning ideas and local identity. 2006, New Deli, Índia.
- DIAS, Caio Smolarek.; FEIBER, Fúlvio Natércio.; MUKAI, Hitomi.; DIAS, Solange Smolarek. **Cascavel: um espaço no tempo**. A História do Planejamento Urbano. 2^o Edição. Cascavel: Sintagma Editores, 2011.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.
- FIORI, José Luis. O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. **Novos Estudos Cebrap**, n. 40, p. 125-144, 1994.
- GONÇALVES, J. C. **A especulação imobiliária na formação de loteamento urbanos: um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- GROUDIN, Marcelo. **O alvorecer de Toledo: colonização do Oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2007.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo : Annablume, 2005.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOWARIC, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: origem do trabalho livre no Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. São Paulo: Editora Polis, 1984.

- MARIANO, Maicon. **“A capital do Oeste”**: Um estudo das transformações e (re) significações da ocupação urbana em Cascavel – PR (1976-2010). Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- MARICATO, Ermínia. Política urbana, exclusão social e violência. **Revista Caramelo**. São Paulo, n. 8, p. 165-171, 1995.
- MAUTNER, Y. M. M. A periferia como fronteira da expansão do capital. In: DEAK, C, SCHIFFER, S. (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp/Fupam, 2004.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- _____. **Metrópole na periferia do capitalismo**. desigualdade, ilegalidade e violência. São Paulo: Hucitec, 1995
- _____. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 93, n. 6, p. 7-22, 1999.
- _____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2000 .
- _____. **Brasil cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. **Questão fundiária no Brasil e o Ministério das Cidades**. In: I Congresso nacional del Suelo Urbano, México: UNAM, 2005. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_questaofundiaria.pdf> Acesso em: 20 de dez. 2014.
- _____. **O planejamento urbano e a questão fundiária**. *Ciência hoje*, v. 38, p. 16-23, 2006.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARX, Murilo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1980.
- MOORE JR., Barrington. ***Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World***. Hardmondsworth: Penguin, 1966.
- MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros**: conflitos de terra no oeste paranaense (1961/66). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFF-UNIOESTE, Niterói, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira**: crítica a razão dualista. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1981. Publicado originalmente em Estudos Cebrap, 1972.
- OLIVEIRA, Francisco. **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- PEREIRA, Paulo César Xavier. **Espaço, técnica e construção**: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo. São Paulo: Nobel, 1988.
- PIAIA, Vander. **A ocupação do oeste paranaense e a formação de Cascavel**: As singularidades de uma Cidade Comum. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- PORTAS, Nuno. Do vazio ao cheio. **Caderno de Urbanismo**. Rio de Janeiro, n. 2., 2000.
- PRESTES, Anita Leocádia. **Uma epopeia brasileira**: a Coluna Prestes. São Paulo: Ed. Moderna, 1995.

- REOLON, Cleverson Alexander. Colonização e urbanização da mesorregião oeste do Paraná (1940-2000). **R.RA'EGA**. Curitiba, n.13, p. 49-57, 2007.
- RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. Tese de doutorado. Programa de Doutor Demografia do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- ROLNIK, Raquel. **São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política**. In: KOWARICK, Lúcio. (org.) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, Fapesp, 1997.
- ROSA, Iná. **Vazios urbanos como vazios de preservação: Franco da Rocha nas terras de Juquery**. Pós. Rev Programa Pós-Grad Arquit Urban. FAUUSP [online]. 2008, nº 23, p. 120-139 . ISSN 158-9554. São Paulo, Junho, 2008.
- SCHNEIDER, Cláercio Ivan. **Os senhores da Terra: produção de consensos na fronteira Oeste do Paraná**. Curitiba: Ed. Aos quatro ventos, 2002.
- SERRA, Epídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim da Geografia**. Maringá, v, 10, n. 1, 1992.
- SILVA, Helena Maria Menna Barreto. **Terra e moradia: que papel para o município?** Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas da Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 1997.
- SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa: estrutura agrária e fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. Urbanização e desigualdade nacional: um descaminho no processo de desenvolvimento brasileiro. **Dimensões**, v. 25, p. 215-234, 2010.
- SOLÀ-MORALES (1995). *Terrain Vague*, em Terriórios. Editorial Gustavo Gil SA. Barcelona, 2002.
- Kraus, Rosalind. *The original of Avant-Garde and Other Modernist Myths* Press, 1985.
- SOUSA, Claudia Azevedo de. **Do cheio para o vazio: Metodologia e estratégia na avaliação de espaços urbanos obsoletos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa, 2010.
- SPERANÇA, Alceu; SPERANÇA, Carlos. **Pequena história de Cascavel e do oeste**. Curitiba: J. S. Impressora Ltda., 1980.
- SPERANÇA, Alceu. **Cascavel: A história**. Curitiba: Lagarto, 1992.
- TEIXEIRA, Tatiana. FURTADO, Fernanda. Reinscrição de Vazios Urbanos: diretrizes para a política urbana municipal, a partir do caso de Juiz de Fora/MG. In: I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.
- VILLAÇA, Flávio. **Perspectivas do planejamento urbano no Brasil de hoje**. In: II Seminário Cidades Brasileiras – Desejos e Possibilidades, Campo Grande, 2000.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, Mensus e colonos: história do oeste paranaense**. 2º Ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

Outras fontes

BRASIL. **Manual de Reabilitação de áreas urbanas centrais**. Brasília: Ministério das Cidades, Agencia Espanhola de Cooperação Internacional – AECI, 2008.

BRASIL. **Programa de Investimento em logística**. Concessões Ferroviárias. Disponível em: <<http://www.logisticabrasil.gov.br>> Acesso em: 20 nov. 2014.

BIBLIOTECA MUNICIPAL (Cascavel). **Acervo Jornal Diário D'Oeste**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**: Cascavel, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadeat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 15 de out. 2013.

IINSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIA. **Acervo documental**.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Cascavel). **Acervo documental**.

IPARDES. Fundação Édison Vieira. **O Paraná reinventado**: política e governo. Curitiba: IPARDES, 1989.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM (Cascavel). **Projeto Memória Viva**.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM (Cascavel). **Acervo fotográfico**.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA. **Bacias Hidrográficas do Paraná**. Série Histórica. (Org.) Mauri César Barbosa Pereira. José Luiz Scroccaro. Curitiba: 2010.

PERFIL DO MUNICÍPIO. SEPLAN - Secretaria de Planejamento Urbano, Setor – **CTM: Cadastro Técnico Municipal**, 2003. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/seplan/pagina.php?id=202>> Acesso em: 21 de out. 2013.

CASCADEL, Prefeitura Municipal. Departamento de Planejamento e Uso do Solo. **Acervo documental**.

CASCADEL, Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento. **Acervo documental**.

Apêndice I

Tabela 02: Loteamentos protocolados na década de 1960

Centro
Protocolo nº 120/61
Entrada: 06/08/1961
Alvará: 01/09/1963
Requerente: Governo do Estado do Paraná
Gleba: Cascavel
Lote: Patrimônio Municipal
Área: -
59 – Loteamento Jardim Maria de Fatima
Protocolo nº 120/61
Entrada: 16/08/1961
Alvará: 19/07/1962
Requerente: Francisco José Ludolfo Gomes
Gleba: Cascavel
Lote: urbano 19
Área: 462.000,00m ²
145 – Loteamento Jardim Aeroporto
Protocolo nº -
Entrada: 17/02/1962
Alvará: 23/02/1962
Requerente: Pedro Saraiva de Oliveira
Gleba: Cascavel
Lote: urbano 86
Área: 426.000,00m ²
47 – Loteamento Vila Elizabeth
Protocolo nº 1. 322/62
Entrada: 30/06/1962
Alvará: 06/08/1962
Requerente: Arcino Chiamulera
Gleba: Cascavel
Lote: 60 (em parte)
Área: 183.000,00m ²
133 – Loteamento Vila Iguazu I
Protocolo nº 1.652/62
Entrada: 17/09/1962
Alvará: 24/10/1966 (divergência)
Requerente: Valdir Ernesto Farina
Gleba: Cascavel
Lote: 1-A
Área: -
207 – Loteamento Jardim Claudete
Protocolo nº 1.972/62
Entrada: 06/11/1962
Alvará: 09/11/1962
Requerente: Erico de Assis Nezello, Juvenal Ramos de Souza e Armando José Spécia
Lote: suburbano 21, 22, 23 e urbano 222
Área: 402.645,20m ²
63 – Loteamento Vila Boa Vista I
Protocolo nº 485/63
Entrada: 07/03/1963
Alvará: 04/09/1963

Requerente: João Scherloski e Helena Scherloski
Gleba: Cascavel
Lote: Reserva 2
Área: 539.700,00m ²
13 – Loteamento Parque Santo Onofre
Protocolo nº 775/63
Entrada: 25/04/1963
Alvará: 28/08/1966
Requerente: Dorival Mosquer Amaral e Joana Urmau
Gleba: Cascavel
Lote: urbano 161 (em parte), 178 (em parte) e 179
Área: 450,992,10m ²
11 – Loteamento Esmeralda
Protocolo nº 1.535/63
Entrada: 13/08/1963
Alvará: 14/08/1963
Requerente: Dr. Edi Siliprandi e Dr. Sandio Erasmo de Amorim
Gleba: Cascavel
Lote: urbano 83 (em parte), 148, 149 e 150
Área: 1.071.000,00m ²
04 – Loteamento Jardim Maria Luiza
Protocolo nº 1.581/63
Entrada: 23/08/1963
Alvará: 14/09/1963
Requerente: Imobiliária e Industria Viscal LTDA
Gleba: Cascavel
Lote: urbano 20 e 21
Área: 920.000,00m ²
31 – Loteamento Jardim Primavera
Protocolo nº
Entrada: 06/09/1963
Alvará: Registrado em Cartório dia 28/02/1966
Requerente: José Pacheco, Aroldo da Cruz e José Oliveira
Gleba: Cascavel
Lote: 5A
Área: 355.400,00m ²
06 – Loteamento Vila Alto Alegre I
Protocolo nº 1.907/63
Entrada: 25/10/1963
Alvará: 16/03/1964
Requerente: Pedro Dambros
Gleba: Cascavel
Lote: urbano 183 (em parte) e 187
Área: 691.500,00m ²
46 – Loteamento Vila Dione
Protocolo nº 421/64
Entrada: 28/02/1964
Alvará: 23/03/1964
Requerente: Emil Hansen & Cia LTDA
Gleba: Cascavel
Lote: urbano 66 (em parte)
Área: 277,00m ²
133 – Loteamento Vila Iguazu II
Protocolo nº -

Entrada: 09/04/1964
Alvará: 07/07/1964 (divergência)
Requerente: João Fernandes dos Santos
Gleba: Cascavel
Lote: 1-A (em parte)
Área: 140.400,00m ²
69 – Loteamento Parque São Paulo I
Protocolo nº 1.004/61
Entrada: 23/04/1964
Alvará: 12/05/1964
Requerente: José de Oliveira
Gleba: Cascavel
Lote: urbano 27 (em parte), 28 (em parte), 38, 39 e 40
Área: 1.184,704,00m ²
92 – Loteamento Jardim Social
Protocolo nº -
Entrada: 04/06/1964
Alvará: 30/01/1964
Requerente: José Bernardo
Gleba: Cascavel
Lote: 27 e 28
Área: -
66 – Loteamento Santa Catarina
Protocolo nº 2.324/64
Entrada: 24/10/1964
Alvará: 24/10/1964
Requerente: Rita Leopolski Zak e Nelci de Moraes Pires
Gleba: Cascavel
Lote: urbano 34
Área: 161.945,50m ²
10 – Loteamento Vila Coqueiral I
Protocolo nº 1.369/65
Entrada: 08/06/1965
Alvará: 08/06/1965
Requerente: Adelar Bertolucci
Gleba: Cascavel
Lote: urbano 188
Área: 422.917,1036m ²
20 – Loteamento Pioneiros Catarinenses
Protocolo nº 1.825/65
Entrada: 14/08/1965
Alvará: 25/01/1966
Requerente: João Guerino Rebelatto e Amadeu Bordin
Gleba: Cascavel
Lote: urbano 61 e 62
Área: 555.136,70m ²
90 – Loteamento Vila Aparecida
Protocolo nº 2.853/65
Entrada: 06/12/1965
Alvará: 13/12/1965
Requerente: Pedro Pereira da Rocha
Gleba: 11º Perímetro Lopeí
Lote: 3 e 4
Área: 27.000,00m ²

50 – Loteamento Jardim Maria Tereza
Protocolo nº 783/66
Entrada: 08/03/1966
Alvará: 08/03/1966
Requerente: Deonildo Delvino Consolli
Gleba: Cascavel
Lote: Terreno Três Barras (em parte)
Área: 65.261,00m ²
61 – Loteamento São Carlos
Protocolo nº 1.191/66
Entrada: 14/04/1966
Alvará: 22/09/1966
Requerente: Antonio Furtado Junior
Gleba: Lopeí
Lote: Parte do 11º Perímetro do Imóvel São Francisco ou Lopeí, anexo ao loteamento São Cristóvão
Área: 39.160,66m ²
44 – Loteamento Vila Simone
Protocolo nº 2.766/66
Entrada: 28/09/1966
Alvará: 04/10/1966
Requerente: Dirceu Gomes de Oliveira
Gleba: Cascavel
Lote: suburbano 26
Área: 52.980,00
133 – Loteamento Vila Iguaçu IIA
Protocolo nº
Entrada: 17/10/1966
Alvará: divergência
Requerente: João Fernandes dos Santos
Gleba: Cascavel
Lote: 1-A (em parte)
Área: 6.900,00m ²
110 – Loteamento Fazendinha
Protocolo nº 1.800/66
Entrada: 20/12/1966
Alvará: divergência
Requerente: Pedro Pereira Miranda
Gleba: Cascavel
Lote: suburbano 101
Área: 12.100,00m ²
12 – Loteamento Lumar
Protocolo nº 1.807/67
Entrada: 12/07/1967
Alvará: 29/09/1967
Requerente: Nicanor Camilo dos Reis, casado, agricultor, cascavelense, e Flavio Ricaro de Franceschi
Gleba: Cascavel
Lote: suburbano 85 (em parte) e 86 (em parte)
Área: 43.764,20m ²
63 – Loteamento Vila Boa Vista IA
Protocolo nº 2.010/67
Entrada: 05/08/1967
Alvará: 05/08/1967
Requerente: Nicolau Amandio Kramer
Gleba: Cascavel

Lote: Reserva 2
Área: Quadra única – 12.650,00m ²
63 – Loteamento Vila Boa Vista II
Protocolo nº 2.470/67
Entrada: 11/09/1967
Alvará: 20/09/1967
Requerente: João Scherloski
Gleba: Cascavel
Lote: Reserva 2
Área: 41.525,00m ²
69 – Loteamento Parque São Paulo II
Protocolo nº 3.083/67
Entrada: 12/10/1967
Alvará: divergência
Requerente: José Alves de Oliveira Filho e Antonio Paulo de Abreu
Gleba: Cascavel
Lote: urbano 41
Área: 217.000,00m ²
64 – Loteamento Vila São Vicente I
Protocolo nº 2.413/68
Entrada: 20/08/1968
Alvará: 03/09/1968
Requerente: Alfredo Vicente
Gleba: Cascavel
Lote: urbano 27
Área:
134 – Loteamento Vila Nossa Senhora Aparecida
Protocolo nº 2.644/68
Entrada: 13/09/1968
Alvará: 13/11/1968
Requerente: Amilto Antoniak
Gleba: 11º Perímetro da Gleba Lopeí
Lote: 120
Área: 19.010,00m ²
30 – Loteamento Jardim Dona Juracy
Protocolo nº 2.091/69
Entrada: 19/06/1969
Alvará: 23/06/1969
Requerente: Arthur Camara de Oliveira
Gleba: Cascavel
Lote: 29 (em parte)
Área: 143.224,90m ²
21 – Loteamento Jardim Oliveira
Protocolo nº 2.603/69
Entrada: 08/08/1969
Alvará: 11/08/1969
Requerente: Jose de Oliveira
Gleba: Cascavel
Lote: urbano 56 (em parte)
Área: 158.500,00m ²
68 – Loteamento Santa Maria
Protocolo nº 2.864/69
Entrada: 03/09/1969
Alvará: 04/09/1969

Requerente: Armelinda Z. Dalmina
Gleba: Cascavel
Lote: 501
Área: 48.827,00m ²
27 – Loteamento Vila Jussara I
Protocolo nº 4.049/69
Entrada: 16/12/1969
Alvará: 18/12/1969
Requerente: João Guerino Rebelatto
Gleba: Cascavel
Lote: urbano 18 e 19
Área: 48.545,62m ²

Fonte: Autora (dados base Secretaria de Planejamento – SEPLAN)

Apêndice II

Tabela 3: Lotes urbanos titulados na Gleba Cascavel referente aos loteamentos de 1960

Nº Protocolo	Data Protocolo	Titulado/Observação	Data Emissão	Nº Lote	Área lote ha
00011395	27/12/1957	Eunice Floggel	05/11/1958	3	23.9000
00003663	05/05/1959	Cecilia Voss Marques da Silva	14/07/1959	4	23,7000
00008165	25/04/1952	Tarquínio Joslin Santos	26/05/1959	18	59.9000
00003518	25/05/1953	Lyrio Bertoli	05/11/1958	19	46,2000
00010240	23/11/1957	João Lili Cirico	14/07/1959	20	44,4000
00010219	05/09/1958	Idalina Cirico	14/07/1959	21	47,6000
00011366	26/12/1957	João Baptista de Siqueira Sobrinho	09/10/1959	22	31,8000
00010218	05/09/1958	Lauro Cirico	14/07/1959	23	34,9000
00004294	07/07/1954	Osiris Ribeiro Santos	17/01/1958	26	26,800
00009301	19/05/1952	Tecla Fronza	05/11/1958	27	36,1000
00004694	22/06/1959	Wilson Bittencourt	19/08/1959	28	45,3000
00004278	07/07/1954	Erculano Alves de Freitas	05/11/1958	29	36,9000
00007284	24/06/1960	Adelino Eugenio Nora	26/01/1961	34	33,9000
00009356	19/05/1952	João Fernandes dos Santos	11/08/1959	35	41,9000
0008653	11/11/1959	Otaviano Pasto	19/07/1960	36	32,9000
00003652	05/05/1959	Marins de Oliveira Belo	09/02/1960	37	29,4000
00004694	22/06/1959	Wilson Bittencourt	19/08/1959	38	24,9000
00004710	22/06/1959	Nadir Neves Pinto	09/10/1959	39	25,0000
00011398	27/01/1957	Alfredo Von Kruger	09/10/1959	40	24,7000
00011546	02/07/1952	Ernesto Bertoqui	05/11/1958	41	21,7000
0008677	28/11/1951	Geraldina Teixeira	20/05/1959	56	38,4000
0019564	09/10/1952	Arcangelo Marafon	05/11/1958	60	19,6000
0019563	09/10/1952	Biajio Marafon	29/08/1960	61	30,0000
0004709	22/06/1959	Luiz Carlos Mazzaroppi	09/10/1959	62	25,7000
00004321	10/06/1953	Jose de Alencar Carneiro	05/11/1958	66	37,1000
00006237	13/08/1959	Leopoldo Amaro dos Santos	28/01/1961	83	37,9000
00004146	27/05/1959	Francisco Luiz do Nascimento	09/10/1959	85	27,6000
00003664	05/05/1959	Pedro Saraiva de Oliveira	19/08/1959	86	42,6000
00004315	07/07/1954	Jose Germano dos Santos	29/08/1960	101	22,1000
00015515	21/11/1960	Zacarias Silverio de Oliveira	26/01/1961	120	26,1000
00003648	05/05/1959	Ivo Sauter	09/02/1960	121	21,5000
00002547	24/03/1959	Severino Augusto Trindade	17/09/1959	148	34,7000
00002547	24/03/1959	Severino Augusto Trindade	17/09/1959	149	30,9000
00002547	24/03/1959	Severino Trindade	17/09/1960	150	26,2000
00006231	13/08/1959	Moises Barbosa de Bragança	25/01/1960	159	33,8000
00022027	02/12/1952	Manoel Silverio de Araujo	05/11/1958	161	43,2000
00022028	02/12/1952	João Machado de Mello	05/11/1958	178	25,8000
00004152	22/04/1955	Joana Urnau	05/11/1958	179	27,6000
00007929	07/02/1939	Antonia Gomes Laranjeira do Rego	05/11/1958	183	32,5000

00010252	27/11/1953	Pedro Dambros	17/09/1959	187	51,4000
00010264	27/11/1953	Adelar Bertolucci	20/08/1957	188	70,9000
00010266	27/11/1956	Adyles Alzina Bertolucci	20/08/1957	189	25,5000
0006238	13/08/1959	Erico Assis Nezello	20/06/1960	222	25,0000
00022635	23/12/1952	Luiz Pichsius	09/02/1960	223	20,6000

Fonte: Autora (base Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

Tabela 4: Lotes suburbanos titulados na Gleba Cascavel referente aos loteamentos de 1960

Nº Protocolo	Data Protocolo	Titulado/Observação	Data Emissão	Nº Lote	Área lote ha
00009321	19/05/1952	Dorival Sabino da Silva	18/01/1955	3	5,0830
00009321	19/05/1952	Dorival Sabino da Silva	18/01/1955	4	4,8970
0001955	09/10/1952	Mario Picksus	18/01/1955	18	5,5500
00000975	13/02/1954	João Segundo Mattei	20/06/1960	20	5,1430
00001516	24/02/1958	Rural Pecuaria e conexos Ltda	05/11/1958	35	4,6210
00009321	19/05/1952	Dorival Sabino da Silva	18/01/1955	36	3,5910
00009321	19/05/1952	Dorival Sabino da Silva	18/01/1955	37	5,0980
00004257	07/07/1954	Lucia de Franceschi	01/02/1963	85	4,9980
00004318	07/07/1954	João Freire de Ataíde	09/02/1960	101	22,1200
00000970	13/02/1954	Mario Tallo	06/09/1962	86	5,1510

Fonte: Autora (base Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

Tabela 5: Reservas de Estado tituladas na Gleba Cascavel referente ao loteamentos da década de 1960

Nº Protocolo	Data Protocolo	Titulado/Observação	Data Emissão	Nº Lote	Área lote ha
00005557	03/02/1957	João Scherloski Anulado Revalido	07/11/1957	R2	53,9700
13356	01/01/1958	Edgard Lopes Anulado Sent Gov de 03/06/61 D.O 80 de 09/06/61 – no Tit. Constou lote 5 ^A	26/01/1961	R5 5A	35,5440
00008727	19/07/1958	Valdir Ernesto Farina Anulado Revalidado Sent de 03/06/61 D.O 80 de 09/06/1981 – Ver Prot 4250/67 mandado de segurança	14/01/1959	1A	33,4110

Fonte: Autora (base Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)